



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX Nº 0%# QUINTA-FEIRA, \$" DE MARÇO DE 2014

MESA DO SENADO FEDERAL *	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27 Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,68) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,68) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87) Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25 Líder Wellington Dias - Bloco (24,69,89) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,100) Rodrigo Rollemberg (65,99) Inácio Arruda (91,93,115) Líder do PT - 13 Humberto Costa (117) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,94) Anibal Diniz (25,103) Paulo Paim (102) Eduardo Suplicy (101) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,100) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (65,99) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,81) Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,90,116) Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (91,93,115) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,75)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Wilder Moraes - Bloco (97,112,119) Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73) Paulo Bauer (5,35,72,78) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,74) Vice-Líder do DEM Wilder Moraes (97,112,119)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,63) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,80) Líder do PRB - 1	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,81) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	SDD - 1 Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111) PROS - 1 Líder Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Antônio Helder Medeiros Rebouças Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – DECRETO LEGISLATIVO	
Nº 96/2014.....	8
1.2 – ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nº 5/2014.....	9
2 – ATA DA 31ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 19 DE MARÇO DE 2014.....	10
2.1 – ABERTURA.....	12
2.2 – EXPEDIENTE.....	12
2.2.1 – Leitura de requerimento	
Nº 247/2014, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar em 7 e 8 de abril próximo	12
2.2.2 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados	
Projeto de Decreto Legislativo nº 3/2014 (nº 1.295/2013, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional para as Migrações referente à Posição Legal, Privilégios e Imunidades da Organização no Brasil, assinado em Brasília, em 13 de abril de 2010.....</i>	15
2.2.3 – Comunicações da Presidência	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 3/2014, tendo a referida Comissão o prazo de quinze dias úteis, prorrogável por igual período, para opinar sobre a proposição.	22
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 28/2013.	22
2.2.4 – Comunicações	
Da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência (Ofício nº 7/2014). <i>Designação do Deputado Luiz Carlos Hauly para compor a referida Comissão.</i>	22
De diversas Lideranças, de substituição e designação de membros para integrarem diversas Comissões (Ofícios nºs 34/2014-PSB/CD, 54/2014-PR/CD, 29/2014-PSB/CD, 55/2014-PR/CD, 31 e 32/2014/PSB/CD). <i>Designação do Deputado Paulo Foletto, como titular, para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 630/2013. Designação do Deputado Wellington Roberto, como titular, e do Deputado Anthony Garotinho, como suplente, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 633/2013. Designação do Deputado Severino Ninho, como titular, e do Deputado Alexandre Roso, como suplente, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 634/2013. Designação do Deputado Wellington Roberto, como suplente, para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 635/2013. Designação do Deputado Alexandre Toledo, como titular, e do Deputado Paulo Foletto, como suplente, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 636/2013. Designação do Deputado Paulo Foletto, como titular, e do Deputado José Stédile, como suplente, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 638/2014.</i>	23
Da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Ofício nº 19/2014). <i>Designação do Senador Cidinho Santos, como suplente, para compor a referida Comissão.</i>	24
Do Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento, referente à sua instalação, e eleição do Presidente e da Vice-Presidente (Ofício nº 13/2014).	24
2.2.5 – Leitura de projeto	
Projeto de Lei do Senado nº 95/2014-Complementar, de autoria do Senador Armando Monteiro, que <i>altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação e dá outras providências.</i>	24

2.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR CIDINHO SANTOS – Destaque às questões a serem enfrentadas por S. Exª neste retorno ao mandato parlamentar; e outro assunto.	28
SENADOR EDUARDO SUPPLY – Defesa do projeto de lei, de autoria de S. Exª, que define os objetivos, métodos e modalidades da participação do Brasil em negociações comerciais com outros países.	31
SENADOR RUBEN FIGUEIRÓ – Apoio ao Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2012, que visa alterar a Resolução nº 26 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar; e outros assuntos.	32
SENADOR VALDIR RAUPP, como Líder – Agradecimentos à Presidente da República pela assistência fornecida ao Estado de Rondônia no enfrentamento às recentes enchentes; e outros assuntos.	36
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Satisfação pela presença da Presidente Dilma Rousseff no Pará e pelo financiamento de obras no estado, em especial o lançamento do edital para o derrocamento do Pedral de Lourenço.	38
SENADOR JORGE VIANA – Considerações sobre a PEC do Soldado da Borracha, que pretende conceder benefícios assistenciais aos seringueiros recrutados no período da 2ª Guerra Mundial.	39
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Comentários sobre PEC que concede benefícios assistenciais a agentes recrutados no período da 2ª Guerra Mundial para extrair borracha na Amazônia; e outros assuntos.	41
SENADOR PAULO DAVIM, como Líder – Relato do lançamento do sítio “Caixa Preta da Saúde”, que pretende registrar as queixas dos usuários dos serviços públicos e privados de saúde.	44
SENADOR RICARDO FERRAÇO – Registro do transcurso do Dia Mundial do Consumidor, em 15 do corrente, e considerações sobre parecer apresentado por S.Exª ao projeto de modernização do Código de Defesa do Consumidor; e outro assunto.	45
SENADORA ANA AMÉLIA – Preocupação com os prejuízos do setor de calçados do Rio Grande do Sul devido à não liberação de recursos do Programa de Financiamento às Exportações (Proex); e outro assunto.	47
SENADOR CASILDO MALDANER – Defesa do PLS nº 188, de 2011, de autoria de S. Exª, que dispõe sobre a devolução das contribuições vertidas pelos aposentados que permaneceram em atividade sujeita ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.	49
SENADOR JOÃO CAPIBERIBE, como Líder – Reflexão sobre os baixos indicadores sociais do País a partir da análise da prestação dos serviços essenciais no Estado do Amapá.	52
SENADORA LÍDICE DA MATA – Registro do Dia Mundial da Água, que ocorrerá em 22 do corrente; e outro assunto.	54
2.2.7 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)	
Considerações acerca da importância da visita, na presente sessão, de membros do Conselho Federal Alemão.	55
2.2.8 – Fala do Presidente do Conselho Federal Alemão (Sr. Stephan Weil)	
Saudação ao Senado Federal e breve exposição dos motivos da visita da delegação alemã ao Brasil.	56
2.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR AÉCIO NEVES, como Líder – Defesa de investigação na aquisição, pela Petrobras, de uma refinaria nos Estados Unidos, com suposta participação da Presidente da República.	56
2.2.10 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)	
Comentários sobre as homenagens a segmentos distintos da sociedade que vêm sendo realizadas pelo Senado Federal e pelo Congresso Nacional.	64
2.3 – ORDEM DO DIA	
2.3.1 – Item 3 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 114/1997 (nº 4.800/1998, naquela Casa), de autoria do Senador Abdias Nascimento, que altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 - Lei da Ação Civil Pública para incluir a proteção à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos. Aprovado , em globo (Requerimento nº 248/2014).	65
Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 114/1997 (Parecer nº 175/2014-CDIR). Aprovada . À sanção.	66
2.3.2 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária	68
2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
2.4.1 – Comunicação da Presidência	
Designação dos membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para comporem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofícios nºs 371, 165, 41, 12, 17, 24, 63, 37, 18 e 3/2014).	72
2.4.2 – Leitura de requerimentos	
Nº 249/2014, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.	75
Nº 250/2014, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar em 7 e 8 de abril próximo.	76
2.4.3 – Discursos	
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Registro dos 92 anos de existência da Escola Estadual São José, em Boa Vista-RR; e outro assunto.	77
2.4.4 – Apreciação de matéria	
Requerimento nº 247/2014, de autoria do Senador Roberto Requião. Aprovado	80

2.4.5 – Discursos (continuação)	
SENADOR IVO CASSOL – Defesa da redução da maioria penal; e outros assuntos.	80
SENADOR VANESSA GRAZZIOTIN, como Líder – Comentários sobre a greve dos servidores da Superintendência da Zona Franca de Manaus; e outro assunto.	86
2.4.6 – Comunicação	
Da Liderança do PRB no Senado Federal, de indicação do Senador Marcelo Crivella como Líder do referido Partido (Ofício nº 4/2014).	88
2.4.7 – Discursos (continuação)	
SENADOR CÍCERO LUCENA – Defesa de marcos regulatórios mais efetivos para coibir a fraude de suplementos alimentares no País; e outro assunto.	88
SENADOR RANDOLFE RODRIGUES, como Líder – Críticas à Polícia Militar, em especial à do Rio de Janeiro, pelo ocorrido com a Sra Cláudia Silva Ferreira; e outro assunto.	90
SENADOR JAYME CAMPOS – Questionamento quanto à segurança do modelo de edificação usado pelo Governo Federal na construção de creches; e outros assuntos.	93
2.4.8 – Apreciação de matéria	
Requerimento nº 250/2014, de autoria da Senadora Ana Amélia. Aprovado.	94
2.4.9 – Discursos (continuação)	
SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Satisfação com a implantação de campus universitário no Município de Nossa Senhora da Glória-SE, como parte do projeto de interiorização do ensino universitário.	95
SENADORA ANA RITA – Críticas à atuação da Polícia Rodoviária Federal durante manifestação de professores grevistas em Vitória-ES; e outro assunto.	96
SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Registro do Dia do Artesão, em 19 do corrente, e defesa da regulamentação desta profissão.	98
SENADORA KÁTIA ABREU – Destaque à importância da logística e da questão portuária para a agropecuária e todos os setores produtivos do Brasil; e outro assunto.	100
SENADOR PAULO PAIM – Considerações acerca de projeto de lei que dispõe sobre a desaposentadoria; e outros assuntos.	102
SENADOR EDUARDO SUPLICY – Expectativa com a decisão do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal sobre a proibição de testes em animais para cosméticos; e outros assuntos.	105
2.4.10 – Pareceres	
Nº 176/2014, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 14/2013.	110
Nº 177/2014, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 97/2013.	115
2.4.11 – Comunicação da Presidência	
Arquivamento dos Avisos nºs 14 e 97/2013.	123
2.4.12 – Avisos de Ministros de Estado	
Nº 54/2014, na origem, do Ministro de Estado de Minas e Energia, solicitando dilatação do prazo para prestar informações em resposta ao Requerimento nº 1.400/2013, de autoria da Senadora Vanessa Graazziotin.	123
Nº 55/2014, na origem, do Ministro de Estado de Minas e Energia, solicitando dilatação do prazo para prestar informações em resposta ao Requerimento nº 1.319/2013, de autoria da Senadora Vanessa Graazziotin.	123
Nº 56/2014, na origem, do Ministro de Estado de Minas e Energia, solicitando dilatação do prazo para prestar informações em resposta ao Requerimento nº 720/2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo.	123
Nº 76/2014, na origem, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República informando não ser de competência do referido Ministério a matéria objeto do Requerimento nº 1.323/2014.	123
Nº 176/2013, na origem, do Ministro de Estado da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.260/2013, de autoria do Senador Aécio Neves.	123
2.4.13 – Ofício do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	
Nº 42/2014, na origem, solicitando dilatação do prazo para prestar informações em resposta ao Requerimento nº 1.261/2013, de autoria do Senador Aécio Neves.	123
2.4.14 – Leitura de projeto	
Projeto de Lei do Senado nº 96/2014, de autoria do Senador Wilder Moraes, que altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre a padronização dos dispositivos carregadores utilizados em telefones portáteis de redes celulares do tipo <i>smartphone</i>	123
2.4.15 – Comunicações	
Da Liderança do PSOL na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofício nº 10/2014). Designação dos Deputados Ivan Valente, como titular, e Chico Alencar, como suplente, para comporem a referida Comissão.	126

Da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 635/2013 (**Ofício nº 30/2014**). *Designação da Deputada Sandra Rosado, como titular, e do Deputado Severino Ninho, como suplente, para comporem a referida Comissão.* 126

2.4.16 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 15/2014 (nº 217/2014, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 572/2014, proferido nos autos do processo TC 026.023/2012-1, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 31/2012..... 127

2.4.17 – Leitura de requerimentos

Nº 251/2014, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 367/2012. 132

Nº 252/2014, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 367/2012. 132

Nº 253/2014, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 367/2012. 133

2.4.18 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ALFREDO NASCIMENTO – Preocupação com os danos causados pela cheia do Rio Madeira aos municípios do Amazonas..... 133

2.4.19 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 134

2.5 – ENCERRAMENTO..... 137

3 – ATAS

3.1 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 627/2013
Ata da 1ª Reunião, realizada em 20 de novembro de 2013..... 138

3.2 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 630/2013
Ata da 1ª Reunião, realizada em 12 de fevereiro de 2014..... 144

Ata da 2ª Reunião, realizada em 25 de fevereiro de 2014..... 146

3.3 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 636/2013
Ata da 1ª Reunião, realizada em 12 de fevereiro de 2014..... 157

Ata da 2ª Reunião, realizada em 11 de março de 2014..... 159

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL EM 19.3.2014 163

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação 164

Bancadas dos Partidos 165

Por ordem alfabética 166

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 167

7 – LIDERANÇAS 168

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 172

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 176

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 185

CAS – Comissão de Assuntos Sociais..... 194

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 197

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte..... 204

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle..... 210

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 219

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 227

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura..... 236

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo..... 244

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 250

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 254

CSF – Comissão Senado do Futuro..... 258

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993)..... 259

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993) 260

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995) 261

Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013)..... 262

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005).....	262
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001).....	263
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009).....	265
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	267
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	269
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012).....	271
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013).....	273
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	275

CONGRESSO NACIONAL

12 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	277
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	284
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	288
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	289
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	290
CMCLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	291
Comissões Mistas Especiais.....	292

13 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	296
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	297
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011).....	301

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 96, DE 2014(*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Seicheles sobre a Isenção Parcial de Vistos, assinado em Victoria, em 13 de dezembro de 2011.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Seicheles sobre a Isenção Parcial de Vistos, assinado em Victoria, em 13 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de março de 2014. – Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no *Diário do Senado Federal* de 7/11/2013.

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 5, DE 2014

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 629, de 18 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 19, do mesmo mês e ano, que “Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2013, com o objetivo de fomentar as exportações do País”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 19 de março de 2014. –Senador Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Ata da 31ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 19 de março de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana e Flexa Ribeiro, da Srª Vanessa Grazziotin, e dos Srs. Cyro Miranda, Paulo Paim, Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 21 horas e 20 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

Senado Federal

54ª Legislatura

3ª Sessão Legislativa Ordinária

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

31ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 19/03/14 07:00 até 19/03/14 21:23

Partido	UF	Nome	Pres
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PR	SP	ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PROS	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PR	MT	CIDINHO SANTOS	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELÍCIDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PTB	DF	GIM	X
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X

PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	TO	KÁTIA ABREU	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUÍZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
SDD	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X

Compareceram: 71 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

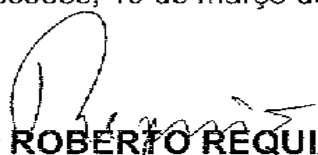
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 247, DE 2014

Nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 14, §2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, e tendo em vista que fui convocado pelo Presidente do Parlamento do Mercosul para participar, na qualidade de membro da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, da “Sesión Especial de Modificación Del Reglamento Interno”, a realizar-se no dia 7 de abril (segunda-feira), em Montevideu, República Oriental do Uruguai (conforme documentos anexos), requeiro licença dos trabalhos da Casa, nos dias 7 e 8 de abril de 2014.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39, I, do RISF, que estarei ausente do País entre os dias 6 a 8 de abril de 2014.

Sala das Sessões, 19 de março de 2014.

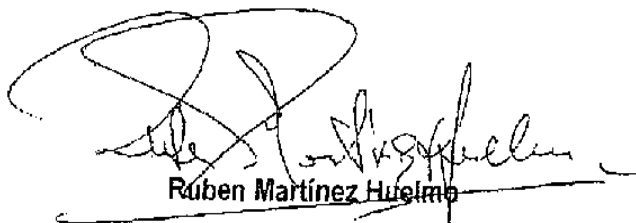

Senador **ROBERTO REQUIÃO**
PMDB/PR

SESIÓN ESPECIAL DE MODIFICACIÓN DEL REGLAMENTO INTERNO Y**Lunes, 07 de abril de 2014****14.00 horas**

Se convoca a los Señores Parlamentarios integrantes del Parlamento del MERCOSUR, para las Sesión Especial de Modificación del Reglamento Interno el **Lunes 07 de abril de 2014 a partir de las 14 horas** en Edificio MERCOSUR, Montevideo Uruguay.

La convocatoria tiene por objeto la consideración del Orden del Día que acompaña esta Convocatoria y se ajusta al Art. 103 del Reglamento Interno del PM.

Montevideo, 17 de marzo de 2014



Ruben Martínez Huelmo

Presidente



Edgar Lugo

Secretario Parlamentario

SESIÓN ESPECIAL

MODIFICACIÓN DEL REGLAMENTO INTERNO

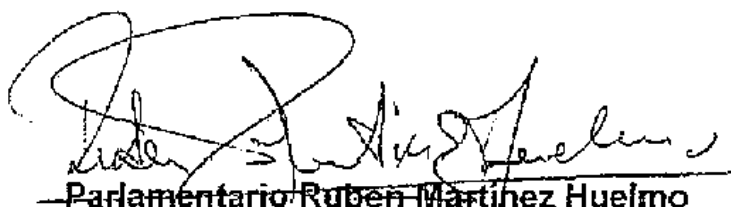
Fecha: 7 de abril 2014

14 horas

Lugar: Edificio MERCOSUR

DESARROLLO DE LA SESIÓN

- 1) Aprobación del Informe de la Comisión Especial de Modificación del Reglamento Interno. (Art. 4 del PCPM, Arts. 4 y 135 del RI del PM)**



Parlamentario Ruben Martinez Huelmo
Presidente



Edgar Lugo

Secretario Parlamentario

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senado Federal recebeu da Câmara dos Deputados o **Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2014** (nº 1.295/2013, na Câmara dos Deputados), *que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional para as Migrações referente à Posição Legal, Privilégios e Imunidades da Organização no Brasil, assinado em Brasília, em 13 de abril de 2010.*

É o seguinte o Projeto:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 2014 (Nº 1.295/2013, na Câmara dos Deputados)

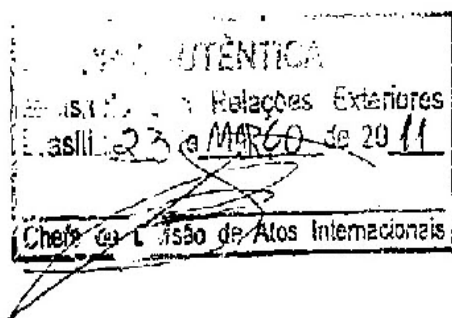
Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional para as Migrações referente à Posição Legal, Privilégios e Imunidades da Organização no Brasil, assinado em Brasília, em 13 de abril de 2010.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional para as Migrações referente à Posição Legal, Privilégios e Imunidades da Organização no Brasil, assinado em Brasília, em 13 de abril de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.



**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES REFERENTE À
POSIÇÃO LEGAL, PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES
DA ORGANIZAÇÃO NO BRASIL**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

A Organização Internacional para as Migrações (OIM)
(doravante denominados as "Partes")

Recordando que o Brasil é membro da Organização Internacional para as Migrações (doravante referida como "Organização") desde 30 de novembro de 2004;

Considerando o mútuo interesse em se estabelecer cooperação no âmbito das migrações, por um período prolongado;

Levando-se em consideração que o Artigo 27 da Constituição da Organização confere personalidade jurídica à Organização e que tal capacidade legal é necessária ao exercício das suas funções e ao cumprimento de seus objetivos, a Organização e seus funcionários devem gozar de privilégios e imunidades de acordo com o previsto no Artigo 28 da referida Constituição; e

Reconhecendo que os objetivos e as funções da Organização e as atividades levadas a cabo pela mesma e por seu pessoal lhes garantem a obtenção de privilégios e imunidades idênticos aos que são concedidos às Agências Especializadas da ONU e ao seu pessoal,

Acordam o seguinte:

Artigo 1

No Brasil, a Organização beneficiar-se-á de iguais privilégios e imunidades que aqueles concedidos às Agências Especializadas da ONU, em conformidade com a Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas, de 21 de Novembro de 1947 e à Lei e aos Regulamentos brasileiros vinculados a este tema.

Artigo 2

1. O Diretor Geral, o Diretor Geral Adjunto e o Chefe da Missão da Organização, bem como seus respectivos cônjuges e filhos menores de idade, desde que não tenham nacionalidade brasileira nem residam permanentemente no país sede, gozarão dos privilégios e imunidade, isenções e facilidades concedidas de acordo com o direito internacional. Gozarão, entre outros direitos, dos seguintes:

- a) inviolabilidade pessoal;
- b) imunidade de jurisdição local;
- c) inviolabilidade de todos os papéis, documentos e correspondências;
- d) isenção de impostos sobre a remuneração e emolumentos pagos por seus serviços à OIM;
- e) isenção de toda obrigação do serviço nacional; e
- f) as mesmas imunidades e facilidades concedidas aos enviados diplomáticos com relação às suas bagagens.

2. O Diretor Geral, o Diretor Geral Adjunto e o Chefe da Missão da Organização, desde que não tenham nacionalidade brasileira nem residam permanentemente no país sede, terão direito a:

- a) importar, livre de taxas e impostos, exceto no pagamento de serviços, suas bagagens e seus bens de uso pessoal, inclusive de seus familiares, no prazo de seis meses contados a partir da data de chegada ao país sede, bem como bens de uso pessoal durante o período de exercício de suas funções; e
- b) importar um veículo automotor ou adquirir um veículo automotor nacional para seu uso pessoal, com as mesmas isenções normalmente concedidas aos representantes de organizações internacionais em missões oficiais de longa duração no país sede.

3. A residência particular do Chefe da Missão gozará da mesma inviolabilidade e proteção conferida às instalações da OIM.

4. Os demais membros do quadro de pessoal da OIM gozarão de privilégios e imunidades atribuídos ao pessoal de nível comparável das agências especializadas das Nações Unidas estabelecidas no país sede.

5. Ao término de suas funções no país sede, o Chefe de Missão e o pessoal da OIM, desde que não tenham nacionalidade brasileira ou não tenham residência permanente no país sede, terão o direito de exportar sua mobília e seus bens de uso pessoal, inclusive os automotores, sem o pagamento de direitos ou impostos, com exceção do pagamento de serviços.

6. Os privilégios e imunidades são concedidos unicamente no interesse da OIM e nunca em benefício pessoal. O Diretor Geral poderá suspender a imunidade à jurisdição local dos membros do pessoal da OIM no Brasil nos casos em que, a seu juízo, esta imunidade impeça a aplicação da justiça e possa ser suspensa sem prejuízo dos interesses da OIM.

Artigo 3

1. De acordo com as decisões dos Corpos Diretivos e sujeito à disponibilidade de fundos, a Organização poderá implementar no Brasil programas acordados mediante Memorandos de Entendimento.
2. Para realizar estes programas e atividades no País, a Organização está autorizada a abrir um escritório no Brasil e a recrutar o pessoal de qualquer nacionalidade necessário à sua implementação.
3. As instalações, os arquivos, documentos e correspondência oficial da OIM gozarão de inviolabilidade e imunidade de jurisdição local, salvo nos casos em que o Diretor Geral renuncie expressamente a tais privilégios.
4. A OIM poderá:
 - a) no país sede, possuir e usar fundos ou instrumentos negociáveis de qualquer tipo, e manter e operar contas em qualquer moeda, assim como converter qualquer moeda que possua; e
 - b) transferir seus fundos ou moeda de um país a outro ou dentro do país sede, para qualquer indivíduo ou entidade.
5. A OIM, seus ativos, suas rendas ou outros bens estarão isentos de todos os impostos diretos no país sede, sejam nacionais, regionais ou locais. A OIM estará isenta de direitos aduaneiros e proibições e restrições à importação ou exportação artigos para seu uso oficial, inclusive no que refere a veículo automotor. Os artigos importados com tais isenções não poderão ser vendidos no país sede exceto sob condições acordadas com o Governo.
6. As autoridades brasileiras adotarão as medidas adequadas para garantir a segurança e a tranquilidade das instalações da OIM no Brasil.

Artigo 4

Se necessário, os detalhes das modalidades de cooperação referentes à implementação de programas futuros ou à revisão dos presentes poderão ser acordados entre as Partes.

Artigo 5

Qualquer controvérsia entre a Organização e o Governo da República Federativa do Brasil sobre a aplicação ou interpretação das disposições deste Acordo será resolvida mediante negociações diretas entre as Partes.

Artigo 6

Este Acordo poderá ser emendado ou retificado por mútuo consentimento, por escrito, a pedido de qualquer uma das Partes, pelos canais diplomáticos.

Artigo 7

1. Este Acordo entrará em vigor após decorridos 30 (trinta) dias a partir da data da notificação, por escrito, pela Parte brasileira, do cumprimento das formalidades internas necessárias à sua vigência.

2. Este Acordo permanecerá válido até que qualquer uma das Partes expresse o seu desejo de denunciá-lo, notificando a outra Parte, por escrito e pelos canais diplomáticos, com antecedência mínima de 1 (um) ano.

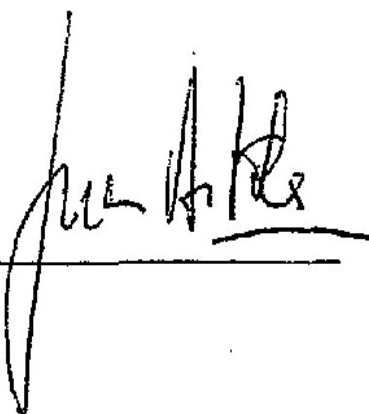
Feito em Brasília, em 13 de abril de 2010, em dois exemplares originais nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL



Oto Maia
Subsecretário-Geral das Comunidades
Brasileiras no Exterior

PELA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL
PARA AS MIGRAÇÕES



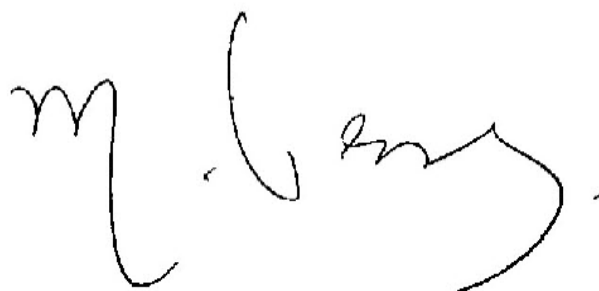
Juan Artola
Representante da OIM para o Cone Sul

Mensagem nº 386, de 2013

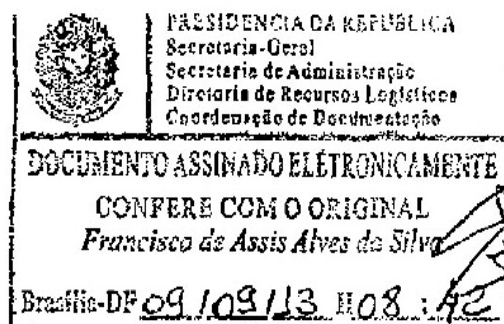
Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, e dos Senhores Ministros de Estado do Trabalho e Emprego e da Justiça, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional para as Migrações referente à Posição Legal, Privilégios e Imunidades da Organização no Brasil, assinado em Brasília, em 13 de abril de 2010.

Brasília, 6 de setembro de 2013.



EMI nº 00327/2013 MRE MJ MTE



Brasília, 6 de Setembro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional para as Migrações referente à Posição Legal, Privilégios e Imunidades da Organização no Brasil, assinado em Brasília, em 13 de abril de 2010, pelo Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Oto Maia, e pelo Representante da OIM para o Cone Sul, Juan Artola.
2. O mencionado Acordo foi assinado com o objetivo de garantir à OIM, e ao seu pessoal, os mesmos privilégios e imunidades conferidos às Agências Especializadas da ONU, e ao seu pessoal, para que a referida Organização possa cumprir o objetivo de estabelecer cooperação no âmbito das migrações por período prolongado.
3. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o Artigo 49, inciso I, combinado com o Artigo 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Eduardo Martins Cardozo, Eduardo dos Santos, Manoel Dias

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 20/3/2014

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O **Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2014**, vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de 15 dias úteis para opinar sobre a matéria, prorrogável por igual período, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário do **Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2013** (nº 2.907/2011, na Casa de origem, do Deputado Onofre Santo Agostini), que *confere ao Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Semente de Soja*.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência designa o Deputado Luiz Carlos Hauly, em vaga existente, para integrar a Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência, conforme o **Ofício nº 7, de 2014**, da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 370/2014 – SGM/P

Brasília, 19 de março de 2014

Assunto: Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI)

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência o Of/GAB/MIN/nº 7/2014, da Liderança da Minoria, que indica o Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI).

Atenciosamente, – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

Of/GABMIN/nº 7/2014

Brasília, 19 de fevereiro de 2014

Assunto: Indicação de membro para a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI).

Senhor Presidente,

Com meus cumprimentos e em resposta ao Ofício nº 53/2014/SGM/P, no qual solicita a indicação de um Deputado para compor a Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, indico a V. Exª o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly, PSDB/PR, para compor a referida Comissão.

Atenciosamente, – Deputado **Domingos Sávio**, Líder da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência designa:

- como membro titular, o Deputado Paulo Foletto, em substituição ao Deputado Beto Albuquerque, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 630, de 2013**, conforme o **Ofício nº 34, de 2014**, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados;
- como membro titular, o Deputado Wellington Roberto, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, que passa à condição de suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 633, de 2013**, conforme o **Ofício nº 54, de 2014**, da Liderança do PR na Câmara dos Deputados;
- como membro titular, o Deputado Severino Ninho, em substituição ao Deputado Beto Albuquerque, e, como membro suplente, o Deputado Alexandre Roso, em substituição ao Deputado Glauber Braga, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 634, de 2013**, conforme o **Ofício nº 29, de 2014**, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados;
- como membro suplente, o Deputado Wellington Roberto, em vaga existente, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 635, de 2013**, conforme o **Ofício nº 55, de 2014**, da Liderança do PR na Câmara dos Deputados;
- como membro titular, o Deputado Alexandre Toledo, em substituição ao Deputado Beto Albuquerque, e, como membro suplente, o Deputado Paulo Foletto, em substituição ao Deputado Glauber Braga, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 636, de 2013**, conforme o **Ofício nº 31, de 2014**, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados; e
- como membro titular, o Deputado Paulo Foletto, em substituição ao Deputado Beto Albuquerque, e, como membro suplente, o Deputado José Stédile, em substituição ao Deputado Glauber Braga,

para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 638, de 2014**, conforme o **Ofício nº 32, de 2014**, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados.

Os ofícios serão encaminhados às Comissões Mistas para serem juntados aos processados das matérias.

São os seguintes os Ofícios:

Of. B/34/14.

Brasília, 18 de março de 2014

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado Paulo Foletto (PSB-ES), como titular, da Medida Provisória nº 630, de 2013, "Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e dá outras providências", em substituição ao Deputado Beto Albuquerque (PSB-RS).

Respeitosamente, – Deputado **Beto Albuquerque**, Líder do PSB.

Of. nº 54/2014 – Bloco

Brasília, 12 de março de 2014

Assunto: Substituição de titular e indicação de suplente da Comissão Mista MP nº 635/13

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o Deputado Wellington Roberto (PR/PB) para membro titular em substituição ao Deputado Anthony Garotinho (PR/RJ) e indicar o Deputado Anthony Garotinho (PR/RJ) como membro suplente na Comissão Mista da Medida Provisória nº 633 de 2013, que "Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica sob a modalidade de equalização de taxas de juros pela União, acrescenta o art. 1º-A à Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, que autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, a assumir direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação – SH/SFH e dá outras providências".

Respeitosamente, – Deputado **Bernardo Santana de Vasconcellos**, Líder do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP.

Of. B/29/14

Brasília, 18 de março de 2014

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados Severino Ninho (PSB-PE), como titular e Alexandre Roso (PSB-RS), como suplente, da Medida Provisória nº 634, de 2013 "Prorroga o prazo para a destinação de recursos aos Fundos Fiscais de Investimentos, altera a legislação tributária federal, e dá outras providências, em substituição ao já indicado."

Respeitosamente, – Deputado **Beto Albuquerque**, Líder do PSB.

Of. nº 55/2014 – Bloco

Brasília, 12 de março de 2014

Assunto: Indicação de suplente na Comissão Mista MP nº 635/13

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o Deputado Wellington Roberto (PR/PB) para membro suplente na Comissão Mista da Medida Provisória nº 635 de 2013, que "Dispõe sobre a ampliação do valor do Benefício Garantia-Safra para a safra de 2012/2013, sobre a ampliação do Auxílio Emergencial Financeiro relativo aos desastres ocorridos em 2012 e dá outras providências".

Respeitosamente, – Deputado **Bernardo Santana de Vasconcellos**, Líder do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP.

Of. B/31/14

Brasília, 18 de fevereiro de 2014

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados Alexandre Toledo (PSB/AL), como titular, e Paulo Foletto (PSB/ES), como suplente, da Medida Provisória nº 636, de 2013, "Dispõe sobre a liquidação de créditos

concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências”, em substituição ao já indicado.

Respeitosamente, – Deputado **Beto Albuquerque**, Líder do PSB.

Of. B/32/14

Brasília, 18 de março de 2014

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados Paulo Foletto (PSB/ES), como titular, e José Stédile (PSB/RS), como suplente, da Medida Provisória nº 638, de 2014, “Altera a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores – Inovar-Auto”, em substituição ao já indicado.

Respeitosamente, – Deputado **Beto Albuquerque**, Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência designa o Senador Cidinho Santos para integrar, como suplente, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, nos termos do **Ofício nº 19, de 2014**, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 19/2014-BLUFOR

Brasília, 13 de março de 2014

Senhor Presidente Renan Calheiros,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o nobre Senador Cidinho Santos, como membro Suplente, para integrar a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA – desta Casa.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **GIM**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB/PR/PSC/PRB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Of. CCSAN nº 13/2014

Brasília, 19 de março de 2014

Assunto: Instalação do Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento

Senhor Presidente,

Com as minhas homenagens, comunico a Vossa Excelência a instalação, nesta data, do Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento, instituída pela Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.

Comunico ainda que foram eleitos para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, o Senador Paulo Paim e a Senadora Lídice da Mata.

Respeitosamente, – Senador **Paulo Paim**, Presidente do Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, DE 2014 – COMPLEMENTAR

Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos 6º, 8º, 9º e 25 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º

.....
§ 2º A atribuição de responsabilidade dar-se-á em relação a mercadorias, bens ou serviços previstos em lei de cada Estado, autorizados mediante Convênio firmado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal somente poderão requerer a atribuição de responsabilidade tributária em relação à mercadorias, bens e serviços com produção concentrada, cujo fator de concentração IHH (Índice Herfindahl-Hirschman) seja maior que 0,18, segundo fórmula constante do Anexo a esta Lei.

§ 4º O Conselho Nacional de Política Fazendária realizará o cálculo do fator de concentração IHH (Índice Herfindahl-Hirschman) de modo a refletir a concentração industrial do país a cada período de cinco anos, e o divulgará até o dia 30 de junho do ano seguinte ao do quinquênio da apuração, facultada a contratação de instituto, órgão ou entidade de pesquisa de reputação idônea e independente para tal fim.

§ 5º A substituição tributária será estabelecida apenas sobre mercadorias, bens e serviços finais, assim considerados aqueles que não demandem qualquer espécie de industrialização, assim entendido, transformação, montagem, beneficiamento, condicionamento e recondicionamento, bem como aqueles utilizados parcial ou integralmente no processo industrial.

§ 6º Os Estados e Distrito Federal deverão observar o prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao fato gerador da obrigação tributária, para estabelecer a data de vencimento do imposto devido por substituição tributária, nas hipóteses em que a responsabilidade recair sobre operações ou prestações subsequentes; nos demais casos o prazo de recolhimento não será inferior ao 25º dia do mês subsequente.

.....
Art. 8º

.....
§ 2º Tratando-se de mercadoria ou serviço cujo preço final a consumidor, único, seja fixado por órgão público competente, a base de cálculo do imposto, para fins de substituição tributária, é o referido preço por ele estabelecido.

§ 2º-A Tratando-se de mercadoria ou serviço cujo preço máximo a consumidor seja fixado por órgão público competente, a base de cálculo do imposto, para fins de substituição tributária, é o referido preço por ele estabelecido reduzido dos descontos médios usualmente praticados no mercado, obtidos por levantamento, ainda que por amostragem, realizado por instituto, órgão ou entidade de pesquisa de reputação idônea e independente, contratado pelas entidades representativas do setor envolvido na produção, comercialização e prestação das referidas mercadorias, bens ou serviços, ou pelo Estado, na ausência de estudo apresentado pelas entidades.

.....
§ 4º A margem a que se refere a alínea “c” do inciso II do caput será determinada conforme critérios fixados na lei ou Convênio que estabelecer a substituição tributária, devendo tomar por base os preços médios usualmente praticados no mercado, obtidos por levantamento, ainda que por amostragem, realizado por instituto, órgão ou entidade de pesquisa de reputação idônea e independente, contratado pelas entidades representativas do setor envolvido na produção, comercialização e prestação das referidas mercadorias, bens ou serviços, ou pelo Estado, na ausência de estudo apresentado pelas entidades.

.....
Art. 9º A adoção do regime de substituição tributária em operações interestaduais fica condicionada à celebração, por setor econômico, de convênios específicos, que deverão ser ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal.

§ 1º Os convênios serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal e dependerá de decisão unânime dos Estados representados.

§ 2º Os convênios podem dispor que a aplicação de qualquer de suas cláusulas seja limitada a uma ou a algumas unidades da federação.

§ 3º As Secretarias de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação das unidades federadas deverão disponibilizar, em um sítio eletrônico, a margem prevista na alínea c do inciso II do artigo 8º a ser utilizada nas operações interestaduais de bens e mercadorias destinados ao seu território e a alíquota interna a ser utilizada no cálculo do imposto devido por substituição tributária.

Art. 25.

§ 1º Saldos credores acumulados por estabelecimentos que realizem operações e prestações de que tratam o inciso II do art. 3º e seu parágrafo único ou decorrentes da responsabilidade por substituição estabelecida nos artigos 6º a 10 podem ser, na proporção que estas saídas representem do total das saídas realizadas pelo estabelecimento:

I – imputados pelo sujeito passivo a qualquer estabelecimento seu no Estado;

II – havendo saldo remanescente, transferidos pelo sujeito passivo a outros contribuintes do mesmo Estado.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro do quarto ano seguinte ao da sua publicação.

Justificação

A intensificação no uso do regime de substituição tributária do ICMS pelos governos estaduais nos últimos anos tem causado distorções no ambiente econômico e, conseqüentemente, afetado empresas e consumidores. A disseminação indiscriminada da substituição tributária acarreta em uma série de impactos negativos, tais como:

- a)** aumento no preço final da mercadoria ao consumidor se comparado com o mesmo produto sujeito a tributação pelo regime normal de apuração do ICMS;
- b)** interferência negativa na livre concorrência, na medida em que não é autorizada a restituição do imposto quando a operação for efetuada por valores inferiores aos que serviram de base para o cálculo do imposto, impedindo que as empresas possam reduzir a margem de determinados produtos quando pretenderem;
- c)** redução do capital de giro das empresas que atuam como substitutos tributários do ICMS, na medida em que estas pagam o tributo antes de receberem o valor relativo à venda efetuada. Além disso, o descasamento entre os prazos médios de pagamento do tributo e da realização financeira dos recebíveis resulta em maior custo financeiro para as empresas submetidas ao regime;
- d)** prejuízo substancial às micro e pequenas empresas, ao anular os benefícios produzidos pelo regime tributário do Simples Nacional. Segundo pesquisa do Sebrae, entre 2008 e 2011, o valor total do recolhimento da substituição tributária no âmbito das pequenas empresas alcançou R\$4 bilhões, um crescimento de 75%, bem acima da expansão do número de empresas, da receita gerada do Simples e do número de empregos.

Nesse sentido, o projeto de lei ora apresentado propõe um disciplinamento do uso desse instrumento tributário, por meio das seguintes medidas principais:

- a)** fixação, em caráter normativo, dos critérios objetivos a serem observados para inclusão de produtos na substituição tributária e alteração das Margens de Valor Agregado. Para tanto, a proposição sugere que seja introduzida na legislação a observância do “índice Herfindahl-Hirschman” (IHH), que se afigura como uma medida do tamanho das empresas em relação ao mercado do setor que permite a percepção do nível de concentração ou competição em determinado mercado;
- b)** exclusão, do regime de substituição tributária, dos produtos que não apresentam características de comercialização pulverizada e difícil controle para os fiscos estaduais ou que não sejam representativos para a arrecadação tributária;
- c)** observância, pelos Estados e Distrito Federal, do prazo mínimo de cento e vinte dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao fato gerador da obrigação tributária, para estabelecer a data de vencimento do imposto devido por substituição tributária, nas hipóteses em que a responsabilidade recair sobre operações ou prestações subsequentes; nos demais casos o prazo de recolhimento não será inferior ao 25º dia do mês subsequente.

Dessa forma, objetiva-se tornar essa sistemática de apuração do ICMS mais justa, coerente e adequada às premissas que ensejaram a sua criação. Para isso, solicitamos apoio dos nossos Pares.

Sala das Sessões, – Senador **Armando Monteiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996

.....
Art. 6º Lei estadual poderá atribuir a contribuinte do imposto ou a depositário a qualquer título a responsabilidade pelo seu pagamento, hipótese em que assumirá a condição de substituto tributário. ([Redação dada pela Lcp 114, de 16.12.2002](#))

§ 1º A responsabilidade poderá ser atribuída em relação ao imposto incidente sobre uma ou mais operações ou prestações, sejam antecedentes, concomitantes ou subseqüentes, inclusive ao valor decorrente da diferença entre alíquotas interna e interestadual nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, que seja contribuinte do imposto.

§ 2º A atribuição de responsabilidade dar-se-á em relação a mercadorias, bens ou serviços previstos em lei de cada Estado. ([Redação dada pela Lcp 114, de 16.12.2002](#))

.....
Art. 8º A base de cálculo, para fins de substituição tributária, será:

I – em relação às operações ou prestações antecedentes ou concomitantes, o valor da operação ou prestação praticado pelo contribuinte substituído;

II – em relação às operações ou prestações subseqüentes, obtida pelo somatório das parcelas seguintes:

a) o valor da operação ou prestação própria realizada pelo substituto tributário ou pelo substituído intermediário;

b) o montante dos valores de seguro, de frete e de outros encargos cobrados ou transferíveis aos adquirentes ou tomadores de serviço;

c) a margem de valor agregado, inclusive lucro, relativa às operações ou prestações subseqüentes.

§ 1º Na hipótese de responsabilidade tributária em relação às operações ou prestações antecedentes, o imposto devido pelas referidas operações ou prestações será pago pelo responsável, quando:

I – da entrada ou recebimento da mercadoria, do bem ou do serviço; ([Redação dada pela Lcp 114, de 16.12.2002](#))

II – da saída subseqüente por ele promovida, ainda que isenta ou não tributada;

III – ocorrer qualquer saída ou evento que impossibilite a ocorrência do fato determinante do pagamento do imposto.

§ 2º Tratando-se de mercadoria ou serviço cujo preço final a consumidor, único ou máximo, seja fixado por órgão público competente, a base de cálculo do imposto, para fins de substituição tributária, é o referido preço por ele estabelecido.

§ 3º Existindo preço final a consumidor sugerido pelo fabricante ou importador, poderá a lei estabelecer como base de cálculo este preço.

§ 4º A margem a que se refere a alínea c do inciso II do caput será estabelecida com base em preços usualmente praticados no mercado considerado, obtidos por levantamento, ainda que por amostragem ou através de informações e outros elementos fornecidos por entidades representativas dos respectivos setores, adotando-se a média ponderada dos preços coletados, devendo os critérios para sua fixação ser previstos em lei.

§ 5º O imposto a ser pago por substituição tributária, na hipótese do inciso II do caput, corresponderá à diferença entre o valor resultante da aplicação da alíquota prevista para as operações ou prestações internas do Estado de destino sobre a respectiva base de cálculo e o valor do imposto devido pela operação ou prestação própria do substituto.

§ 6º Em substituição ao disposto no inciso II do **caput**, a base de cálculo em relação às operações ou prestações subseqüentes poderá ser o preço a consumidor final usualmente praticado no mercado considerado, relativamente ao serviço, à mercadoria ou sua similar, em condições de livre concorrência, adotando-se para sua apuração as regras estabelecidas no § 4º deste artigo. ([Redação dada pela Lcp 114, de 16.12.2002](#))

Art. 9º A adoção do regime de substituição tributária em operações interestaduais dependerá de acordo específico celebrado pelos Estados interessados.

§ 1º A responsabilidade a que se refere o art. 6º poderá ser atribuída:

I – ao contribuinte que realizar operação interestadual com petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, em relação às operações subsequentes;

II – às empresas geradoras ou distribuidoras de energia elétrica, nas operações internas e interestaduais, na condição de contribuinte ou de substituto tributário, pelo pagamento do imposto, desde a produção ou importação até a última operação, sendo seu cálculo efetuado sobre o preço praticado na operação final, assegurado seu recolhimento ao Estado onde deva ocorrer essa operação.

§ 2º Nas operações interestaduais com as mercadorias de que tratam os incisos I e II do parágrafo anterior, que tenham como destinatário consumidor final, o imposto incidente na operação será devido ao Estado onde estiver localizado o adquirente e será pago pelo remetente.

Art. 25. Para efeito de aplicação do disposto no art. 24, os débitos e créditos devem ser apurados em cada estabelecimento, compensando-se os saldos credores e devedores entre os estabelecimentos do mesmo sujeito passivo localizados no Estado. [\(Redação dada pela LCP nº 102, de 11.7.2000\)](#)

§ 1º Saldo credores acumulados a partir da data de publicação desta Lei Complementar por estabelecimentos que realizem operações e prestações de que tratam o inciso II do art. 3º e seu parágrafo único podem ser, na proporção que estas saídas representem do total das saídas realizadas pelo estabelecimento:

I – imputados pelo sujeito passivo a qualquer estabelecimento seu no Estado;

II – havendo saldo remanescente, transferidos pelo sujeito passivo a outros contribuintes do mesmo Estado, mediante a emissão pela autoridade competente de documento que reconheça o crédito.

(Às Comissões de Serviços de Infraestrutura; e de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Queria cumprimentar todos os que estavam acompanhando pela TV Senado e pela Rádio Senado a sessão especial que tivemos. E, agora, começamos a nossa sessão.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Eduardo Supply, pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu, Senador, fui o primeiro a chegar; V. Exª, o segundo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu sou a terceira, então.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – A terceira para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Senadora Ana Amélia, para uma comunicação inadiável.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Solicito minha inscrição pela Liderança do PV, por favor.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Peço pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Valdir Raupp e, depois, Senador Paulo Davim, pelas Lideranças do PMDB e do PV.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Eu ia pedir a minha inscrição para uma comunicação inadiável, mas, como já está completa, peço a V. Exª que me inscreva pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – V. Exª está sendo inscrito pela Liderança do PSDB.

Eu convido, ao mesmo tempo em que cumprimento também – já o vi hoje atuando na comissão –, o Senador Cidinho Santos, que é o primeiro orador inscrito. Seja bem-vindo ao Senado, Senador, e à tribuna do Senado.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente, Senador Jorge Viana.

Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, é com grande satisfação que volto ao Senado Federal para mais um período como Senador da República.

Ocupei pela primeira vez uma cadeira nesta Casa no segundo semestre de 2012, quando o eminente Senador Blairo Maggi licenciou-se. Eu tive a difícilíssima missão de substituí-lo.

Na minha primeira posse, aqui nesta mesma tribuna, emocionado, fiz uma homenagem ao meu querido padrinho e saudoso Senador Jonas Pinheiro. À época, afirmei, e reitero hoje, que é um prazer e uma honra ocupar a cadeira que, até fevereiro de 2008, a ele pertenceu aqui neste plenário do Senado Federal.

Na minha primeira posse, Sr. Presidente, prestei homenagem ao grande amigo e jornalista Auro Ida, meu apoiador e incentivador. Quis o destino que, ao final do meu discurso, naquela data, ao descer da tribuna, recebesse o abraço de dois grandes amigos que também eram amigos de Jonas Pinheiro e de Auro Ida. Ofereço este novo mandato a essas duas pessoas, que perdemos em tão pouco tempo – em 2012 e em 2013 –, o Deputado Federal Homero Pereira e o jornalista e meu amigo Marcos Coutinho.

O Deputado Homero partiu no dia 20 de outubro do ano passado, deixando uma lacuna na política de Mato Grosso e no agronegócio brasileiro. Exemplo de homem íntegro e de caráter, deixa seu legado no Congresso Nacional por defender a bandeira do setor produtivo brasileiro. Destacamos, ainda, especialmente o trabalho do Deputado Homero Pereira na aprovação do novo Código Florestal brasileiro.

O jornalista Marcos Coutinho, meu amigo, nos deixou no dia 9 de junho de 2013, aos 47 anos. Partiu muito cedo, de forma inesperada. Marcos Coutinho foi o primeiro repórter investigativo do Estado de Mato Grosso, segundo seus próprios colegas. Responsável pelo primeiro *site* instalado no Estado de Mato Grosso, que ainda hoje funciona, com o grupo Olhar Direto. Marcos Coutinho deixou sua esposa, Maria Izabel, e três filhos, a quem dou meu abraço.

Ao Marcos Coutinho e ao Deputado Homero ofereço esta minha nova passagem no Senado Federal.

Encarei a primeira temporada nesta Casa como o desafio mais importante que tive na minha vida. Fiz, tentei fazer o melhor que pude, no curto espaço de tempo de 130 dias, para servir ao meu querido Estado de Mato Grosso e ao meu País.

Nessa nova missão, tenho o privilégio e o prestígio, e o Estado do Mato Grosso assim os tem, de ter no Ministério da Agricultura um gaúcho radicado no Mato Grosso, que tomou posse ontem, o Ministro Neri Geller, que tenho certeza de que nos apoiará e nos ajudará na defesa do setor produtivo e do agronegócio brasileiro.

Quero ressaltar aos nobres colegas e eminentes Senadores e Senadoras que sou municipalista convicto. Fui prefeito, fui presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios e aqui vou trabalhar, vou defender e vou apoiar o movimento municipalista.

Eu manifestei, inclusive ontem, em reunião com a Ministra Ideli Salvatti, que, se o veto sobre a criação de distritos e Municípios for colocado em votação, eu não tenho outra opção a não ser votar por sua derrubada, porque entendo que nós não podemos simplesmente proibir, num País como o nosso, a criação de novos Municípios, principalmente, Senador Flexa Ribeiro, nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde temos uma demanda crescente e um crescimento muito forte desses Estados que compõem essas Regiões.

Não podemos permitir que um distrito como Castelo do Sonho, que fica a 800 quilômetros de Altamira, fique condicionado o resto da vida a distrito. Se assim fosse, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e outros distritos do Estado de Mato Grosso, que há menos de 20 anos ou pouco mais eram distritos, se essa lei estivesse em vigor naquela época, nunca esses distritos se tornariam Municípios.

Então, eu espero o bom senso e também o consenso do Senado, da Câmara e do Governo Federal para que possamos encontrar uma solução para essa questão da proibição da criação dos Municípios. E que possamos criá-los, evidentemente que respeitando as regras, os distritos que são viáveis para se emancipar.

Eu queria, falando em municipalismo ainda, destacar o Projeto de Lei nº 414, de 2012, de minha autoria, que transfere o recolhimento do ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), para o Município sede do pagamento efetuado via cartão de crédito ou débito.

As experiências de mercado apontam a incoerência na cobrança desse tributo.

Em Cuiabá, a cobrança do ISS é de 5%. Mas as empresas de cartões de crédito pagam a alíquota referente ao Município onde se encontram suas sedes. E a maioria delas encontra-se no Município de Barueri, São Paulo, onde há uma taxa diferenciada. E eles pagam apenas 0,2% de ISS; dez vezes menor que a alíquota de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso ou em qualquer outro Município do Brasil.

A consequência é que os Municípios vivem em crise por abrirem mão de receitas que, pela lógica, deveriam ser de sua competência.

Em 2013, mais de R\$853 bilhões foram movimentados via cartões de crédito e débito, sendo que parte desses recursos poderia auxiliar e recuperar a economia dos 5.656 Municípios brasileiros, já que existem milhares de cartões utilizados como meio de pagamento nesses entes.

A previsão para 2014 é ainda melhor, de um trilhão. Lembrando que apenas uma mínima parte deste montante representaria o ISS, mas seria fundamental para a maioria dos Municípios.

Esse nosso Projeto nº 414, de 2012, está tramitando aqui no Senado Federal. E eu quero, nesta minha interinidade aqui, trabalhar e defender para que ele seja aprovado.

Estou aqui, Sr. Presidente, para defender, não só os Municípios, mas, também, o setor produtivo como um todo, pois é o conjunto das peças que fazem o crescimento do Brasil.

Quero cumprimentar aqui o Secretário de Estado de Meio Ambiente e o ex-Deputado José Lacerda que se faz presente. Obrigado, Deputado José Lacerda e Secretário de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso, aqui acompanhado pelo Heitor, o seu assessor.

Por falar em crescimento, nobres colegas, a economia mato-grossense, a partir de 1985, é a que registrou maior crescimento no País, de acordo com pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nessa minha passagem pelo Senado – comentava ontem com o Secretário José Lacerda –, com todo o respeito aos meus colegas do Mato Grosso, quero falar de um novo Mato Grosso. Às vezes, vejo relatado aqui o Mato Grosso como o pior Estado em educação, pior Estado em saúde, pior Estado em estradas.

Nós temos as nossas dificuldades, como todos os outros Estados também têm, mas nós também temos as nossas virtudes, temos as nossas conquistas e, com certeza, o Mato Grosso, com o seu tamanho ocidental, tem as suas dificuldades, mas é o Estado que cresce e que, ao longo dos anos, passados governos, cada um pôde construir a sua parte e fazer desse Mato Grosso a potência que é hoje, tendo o agronegócio como base da economia do Estado e representando 30% do saldo comercial do País, superado apenas por Minas Gerais.

Mato Grosso ocupa a 6ª posição no *ranking* dos maiores exportadores brasileiros e responde por 5,5% do total de vendas externas no Brasil.

É um gigante! Líder nacional na produção de soja com mais de 18 milhões de toneladas, o produto representa 70% do total das exportações brasileiras.

Somos a 4ª maior produção de arroz do Brasil.

Já a produção de milho é de excelente qualidade e vem conquistando a preferência de países europeus como França, Espanha, Portugal, Bélgica e Itália. E agora nesse último ano fizemos grandes exportações para a China e ainda estamos fazendo.

Mato Grosso é o maior produtor brasileiro de algodão e um dos maiores produtores do mundo, produzindo algodão de excelente qualidade. É também o maior exportador dos grãos com mercados no Paquistão, Indonésia, Japão, Tailândia, Índia, Taiwan, Hong Kong, Itália, Argentina, entre outros.

O Estado possui o maior rebanho bovino do País, são 27 milhões de cabeças. Cumprindo acordos internacionais de saúde animal e gestão de qualidade, está livre da febre aftosa há mais de 12 anos.

A qualidade da carne produzida em razão do *status* sanitário do rebanho conquista consumidores em todos os Estados brasileiros e diversos países do mundo.

A avicultura é um setor em expansão no Estado. Somos hoje o 5º Estado em produção de aves no Brasil, uma atividade recente, e temos certeza de que nos próximos dez anos com certeza seremos líder.

(Soa a campanha.)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR – MT) – Estamos nos preparando para assumir, em médio e longo prazo, a liderança na exportação de carne de frango também.

Falo tudo isso, Sr. Presidente, para demonstrar como não é fácil substituir o Senador Blairo Maggi, nosso Líder maior que me deu essa oportunidade de estar aqui no Senado. Ele é a representação mais concreta do Estado do Mato Grosso no Senado, no cenário nacional, por ser uma pessoa que representa o segmento que hoje gera riqueza, gera divisas e gera emprego no Mato Grosso, que é o setor do agronegócio.

E por falar em trabalho, quero agradecer aos Srs. Senadores, meus colegas, por terem aprovado, ainda no ano de 2013, um Projeto de Lei de minha autoria, de nº 314, que inclui na Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, desconto em anuidade ou semestralidade escolar de nível superior, por disciplina...

(Interrupção do som.)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR – MT) – ... não cursada ou cursada com aproveitamento. A instituição de ensino deverá deduzir proporcionalmente do valor total cobrado.

Considero isso de suma importância. Nosso projeto foi aprovado, por unanimidade, de forma terminativa, está na Câmara, para fazer justiça com milhões de estudantes brasileiros, que, muitas vezes, numa transferência de uma faculdade para outra, às vezes têm que pagar duas vezes pela mesma matéria. Nosso projeto aprovado aqui faz justiça com esses universitários. E eu fico feliz que o Senado tenha aprovado, porque ganham os estudantes, e ganha também a população brasileira.

E minha missão não finda por aqui, Sr. Presidente, aqui no Senado. Também pretendo atuar firme junto ao setor produtivo, inclusive na relação desses trabalhadores com as etnias indígenas, pois sou grande defensor do direito de propriedade e contra o abuso excessivo de criação de reservas indígenas.

Ao meu ver, o Governo Federal tem que se desdobrar para proteger e garantir os direitos de todos os brasileiros, sejam eles...

(Soa a campainha.)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR – MT) –... brancos ou índios.

Não medirei esforços para lutar por indenizações justas àqueles que tiveram suas terras desapropriadas para criação de reservas indígenas. Repito, defendo a garantia de direito tanto dos brancos quanto dos índios, pois somos filhos de uma mesma Pátria.

Sou da opinião de que a Portaria nº 303 da Advocacia Geral da União deve ser, portanto, efetivada. Esse é mais um ponto a ser cumprido a frente desta Casa, é o trabalho incansável que eu assim farei.

Ao finalizar, reitero meu compromisso com a agricultura familiar. Seguirei atuando junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para garantir aporte financeiro por parte do Governo às atividades agropecuárias, para implantação, ampliação e modernização das estruturas de produção deste País. Com empenho, é possível aumentar a produção, preservar e reduzir custos. E ainda, mais que merecido, elevar a renda da família produtora rural, que é protagonista de um dos bons resultados auferidos no PIB deste País.

Nobres colegas Senadoras e Senadores, senhoras e senhores aqui presentes, telespectadores e ouvintes da TV e da Rádio Senado, muito obrigado. Espero ter sucesso em outros tantos projetos.

Que possamos trabalhar juntos pelo engrandecimento do Senado Federal, de Mato Grosso e do Brasil, e que Deus nos proteja e nos ilumine neste período em que estivermos juntos aqui.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Cidinho Santos, pela volta ao Senado, por assumir a cadeira do Senador Blairo Maggi, que pediu licença do Senado.

Além da acolhida costumeira a V. Ex^a, desejo sucesso no tempo em que V. Ex^a estiver aqui exercendo este mandato, representando o povo de Mato Grosso. Seja bem-vindo!

Convido para fazer uso da palavra o Senador Eduardo Suplicy, para uma comunicação inadiável, e, em seguida, o Senador Rubens Figueiró, como orador inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Prezados Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, tenho uma boa notícia, uma vez que a Câmara dos Deputados acaba de aprovar, nesta manhã, regras para o comércio exterior, o Projeto de Lei nº 4.291, de 2004, de minha autoria.

Nesta quarta-feira, pela manhã, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou, em caráter conclusivo, esse Projeto de Lei nº 4.291, que define os objetivos, métodos e modalidades da participação do Brasil em negociações comerciais com outros países, o chamado mandato negociador. O projeto retornará ao Senado, tendo em vista que a Câmara fez modificações na proposta.

Conforme o texto aprovado, o País vai se orientar permanentemente pela necessidade de utilização do comércio internacional como instrumento básico do desenvolvimento econômico e social.

O Projeto prevê que o Congresso avalie todas as etapas das negociações. De acordo com o texto, por intermédio de suas Comissões competentes e de missões especialmente designadas para esse fim, o Congresso acompanhará de perto o andamento das negociações comerciais e, de acordo com os dispositivos regimentais, avaliará seus resultados, inclusive por meio de convocação de integrantes do Poder Executivo e de audiências com especialistas e representantes de setores da economia interessados nas negociações.

O Deputado Esperidião Amin, Relator do projeto, a quem agradeço o fato de ter dialogado comigo por diversas vezes, no espírito de construção e de respeito mútuo – nós fomos colegas aqui, no Senado –, disse que “com a aprovação desse projeto, o Parlamento deixará de exercer função meramente homologatória de decisões do Poder Executivo”.

O Deputado Esperidião Amin, ex-Governador de Santa Catarina e ex-Senador aqui conosco, apresentou parecer favorável à proposta, na forma de um substitutivo. As alterações, segundo ele, não modificam substancialmente o conteúdo, mas melhoram a técnica legislativa da proposta. Ressalto que o Deputado Esperidião Amin levou em consideração algumas sugestões dadas pelo Ministério de Relações Exteriores.

Também cabe ressaltar que um dos objetivos do texto é a remoção de barreiras que impedem a penetração nos mercados externos dos produtos brasileiros, inclusive as barreiras resultantes da utilização abusiva de legislações *antidumping*, de direitos compensatórios e de salvaguardas.

De acordo com o texto aprovado, as negociações deverão ter como foco: expandir mercados externos para a colocação de bens, a prestação de serviços, inclusive com a presença de pessoas físicas, e a realização de investimentos brasileiros; melhorar a posição competitiva do País, não só externa, mas também internamente; ampliar a capacidade dos setores produtivos do País para gerar empregos...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ...possibilitar, mediante o crescimento dinâmico das exportações, a adoção de uma política de importação de insumos, bens de capital e tecnologia necessários, em níveis compatíveis com a manutenção de altas taxas de crescimento da economia; e possibilitar a progressiva modificação da pauta de exportações a fim de contar com maior participação de bens de mais alto valor agregado.

Como a matéria agora retorna ao Senado Federal, aproveito para pedir a todos os meus pares, Senadoras e Senadores, que deem a devida atenção a esse projeto de lei, pela importância que ele encerra, com soluções inteligentes, atuais e necessárias para a participação do Brasil em negociações comerciais com outros países. Avalio que o quanto antes a proposição seja aprovada, melhor terão o Brasil e o seu empresariado e trabalhadores condições favoráveis...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Avalio que o quanto antes a proposição seja aprovada, melhor terão o Brasil, o seu empresariado e os trabalhadores condições favoráveis de penetração dos produtos brasileiros nos mercados de comércio de todo o mundo.

Quero aqui, em especial, agradecer aqueles que muito colaboraram comigo para a elaboração deste projeto: o Professor Paulo Nogueira Batista Júnior, que hoje é diretor, representando o Brasil em nove outros países da América Latina, no Fundo Monetário Internacional; o Embaixador Álvaro Alencar, que trabalhava no Itamaraty e já faleceu, infelizmente, mas muito colaborou; e também o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que era o então Secretário Executivo ao tempo do Ministro Celso Amorim...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ...no governo do Presidente Lula, e interagiram muito comigo.

Quero ressaltar que Senadores como Roberto Requião, Luiz Henrique, e outros têm aqui também se ocupado muito com este tema, inclusive tendo apresentado algumas iniciativas nessa direção.

Muito obrigado, Presidente, Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu que cumprimento V. Ex^a, Senador Suplicy.

Convido, para fazer uso da palavra, o Senador Ruben Figueiró, como orador inscrito. Em seguida, o primeiro inscrito para falar pela Liderança, é o Senador Valdir Raupp.

Com a palavra, V. Ex^a, Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores ouvintes da Rádio Senado, senhores telespectadores da TV Senado, senhoras e senhores aqui presentes, eu desejo, neste instante, saudar o Senador Cidinho Santos, que acaba de fazer a sua reestreia na tribuna desta Casa, representante do Estado-irmão de Mato Grosso do Sul, ou melhor, Mato Grosso – quando falo Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, eu confundo, tal a similaridade que existe entre os dois Estados, Estados-irmãos.

Quero ressaltar que a presença do Senador Cidinho Santos é uma grata satisfação para mim. Eu tive o conhecimento da sua biografia, dos serviços por ele prestados ao Estado de Mato Grosso, principalmente como municipalista autêntico, que é uma das razões também da minha presença nesta Casa.

Além disso, S. Ex^a revelou, no seu discurso, o seu inabalável desejo de aqui defender o direito de propriedade, sobretudo nessa questão tão afilítica por que passamos com relação à questão indígena. Respeitar os direitos dos nossos irmãos indígenas é um dever do Estado, da Nação, mas também não se podem deixar de lado as prerrogativas legais, constitucionais do direito de propriedade. E ele foi muito preciso com relação a esses dois temas.

Eu quero, portanto, aqui saudar a presença do Senador Cidinho Santos, desejando que as metas que o trazem a esta Casa tragam o sucesso que ele deseja. Tem V. Ex^a, Senador Cidinho Santos, as minhas homenagens,

os meus votos de boas-vindas e a sincera convicção de que aqui continuaremos defendendo os interesses maiores do Centro-Oeste. É a minha homenagem à presença de V. Ex^a aqui na Câmara Alta do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, no último sábado, no dia 15, na cidade de Ponta Porã, em meu Estado, cidade-gêmea de Pedro Juan Caballero, fronteiriças Brasil-Paraguai, participei de encontro organizado pelo meu Partido, o PSDB, com o objetivo *mater* de dar sequência a um bem elaborado plano de ação, denominado Pensando MS, resultante da percutiente pesquisa de opinião constante de realidades nos campos da economia, convivência humana e da Administração Pública, em diferentes regiões do Estado.

O Pensando MS foi idealizado pelo Diretório Regional do Partido, sob a presidência do Deputado Estadual Márcio Monteiro e a coordenação do Deputado Federal Reinaldo Azambuja.

Está em seu quinto encontro, dos oito programados. Nela com a participação da comunidade local e dos Municípios fronteiriços de Amambai, Paranhos, Coronel Sapucaia, Aral Moreira, Antônio João, Maracaju, Sidrolândia, Dourados e Laguna Carapã, foi apresentado um diagnóstico das premências reclamadas para o desenvolvimento econômico e social da região fronteiriça.

Há de se ressaltar que deram realce à reunião partidária, lideranças de outros partidos, Deputados Federais, Deputados Estaduais, além do prestígio que deu ao evento o nosso colega, Senador Delcídio Amaral, do Partido dos Trabalhadores, transformando o encontro de importância suprapartidária.

Também foi focalizado nos debates – e com muita ênfase – a necessidade para economia regional da regulamentação da Lei nº 12.723, de 2012, que trata da implantação de *free shops* na faixa de fronteira e que depende de regulamentação por parte da Secretaria da Receita Federal para ser colocada em prática.

É justo ressaltar que aqui no Senado da República a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais que, pela ação insistente e persistente da Senadora Ana Amélia e pela participação extremamente importante do Senador Waldemir Moka, tem pressionado as autoridades fazendárias para que decidam com urgência a tão reclamada regulamentação.

A Lei nº 12.723, Sr^{as} e Srs. Senadores, permitirá uma igualdade de condições de comércio entre cidades-gêmeas com a criação dos *free shops* na fronteira. No caso de MS, atualmente só se beneficiam as cidades do lado paraguaio, em razão do sistema tributário vigente, como se atesta o extraordinário desenvolvimento econômico da cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero, em detrimento de seu gêmeo, Ponta Porã, que poderia ter acelerado as condições de vida e renda dos brasileiros lá residentes, se a Lei nº 12.723 estivesse em execução.

O quinto encontro Pensando MS também apresentou uma conotação política expressiva, porque teve a presença do Senador Delcídio Amaral, a quem já me referi, pré-candidato a governador do Estado. Na ocasião, praticamente foi selado o acordo em nível estadual com o PSDB, resguardados os compromissos que cada corrente tem com seus respectivos candidatos à Presidência da República, ou seja, o PSDB, com o Senador Aécio Neves, e o PT, com o sua natural candidata à reeleição, a Senhora Dilma Rousseff.

Este, Sr. Presidente, é o registro que me permito fazer antes de adentrar ao tema que me trouxe à tribuna.

Encontra-se, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em tramitação nesta Casa, o Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2012, de autoria do Senador Paulo Bauer, que, nos termos da ementa – abro aspas –, “susta disposições acerca da apuração do resultado e da utilização [...] de entidades fechadas de previdência complementar instituídas pela Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 29 de setembro de 2008” – fecha aspas –.

O que se quer com a aprovação do PDS, em verdade, é retirar a força normativa de alguns artigos da Resolução nº 26, de 2008, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, que exorbitam o poder regulamentador da entidade e os limites da delegação legislativa presentes nos arts. 3º e 5º da Lei Complementar nº 109, de 2001.

Tal resolução, que estabelece condições e procedimentos de observância obrigatória pelos fundos de pensão na apuração de seus resultados, bem como na correta destinação e no bom uso do superávit para o controle e a redução do déficit dos planos de benefícios previdenciários, traz a inovação de permitir a devolução de parte do superávit obtido pelos fundos de pensão às patrocinadoras.

Haveria, portanto, a exorbitância normativa na resolução, tal como foi aprovada, uma vez que viola o princípio constitucional da legalidade ao regulamentar tema que não lhe foi delegado. Com efeito, as Leis Complementares nºs 108 e 109, de 2001, não trazem qualquer previsão no sentido de se permitir a devolução de parte do superávit dos fundos de pensão às patrocinadoras.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tendo em vista a responsabilidade que nos incumbe, no Senado da República, na proteção e promoção do interesse público...

(Soa a campanha.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoría/PSDB – MS) – ... vemo-nos obrigados a reconhecer as justas preocupações do Senador Paulo Bauer, que anteviu, com clareza e argúcia, o problema da exorbitância regulamentar da resolução em apreço, que deve se limitar à regulação das situações previstas em lei, sem qualquer margem para inovações legislativas no documento jurídico.

Sr. Presidente, em mais alguns segundos, completarei o meu pronunciamento.

Lamentavelmente, porém, a Lei Complementar nº 109, de 2001, recai neste grave equívoco ao prever que, em caso de superávit nas contas das entidades fechadas de previdência complementar, haverá uma contingência de até 25% das reservas do plano, e o excedente à mencionada percentagem deverá ser contabilizado em uma reserva especial para a revisão das contribuições, das premissas atuariais e dos benefícios do plano.

Ao publicar a Resolução CGPC nº 26, de 2008, o Conselho – segundo bem notou o Senador Bauer – dissociou-se da vontade do legislador, na medida em que inova, irregularmente, no modo de disposição dos valores integrantes da reserva especial que não a revisão de planos de benefícios.

Sr^{as} e Srs. Senadores, entendo totalmente acertada a iniciativa de coibir os excessos na apuração do resultado e do uso do superávit dos planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar instituídas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 29 de setembro de 2008.

Esse tema é do interesse de inúmeros cidadãos brasileiros, sobretudo dos aposentados...

(Soa a campanha.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoría/PSDB – MS) – ... do Banco do Brasil, que se beneficiam dos lucros auferidos pelos fundos de pensão, como a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, a Previ, atualmente o maior fundo de pensão da América Latina.

Reitero, a propósito, que recebi recentemente comitiva de ex-funcionários do Banco do Brasil, residentes no meu Estado, atualmente aposentados, que argumentaram enfaticamente pela aprovação do PDS nº 275, de 2012, na medida em que se preocupam com o bom gerenciamento da Previ. Além da referida audiência, chegam a esta Casa Alta do Congresso Nacional muitos outros pedidos de apoio ao projeto, veiculados em telefonemas, mensagens pela Internet e por meio de redes sociais. V. Ex^{as}, Sr^{as} e Srs. Senadores, são testemunhas.

A preocupação com os destinos dos fundos de pensão no Brasil, e com a Previ em particular, tem razão de ser, uma vez que há excessos a serem coibidos. Nesse sentido, corre franca notícia de que o Conselho de Administração do Banco do Brasil tem fixado em patamares muito elevados a remuneração de presidentes, dos vice-presidentes, da diretoria e dos mais altos escalões da instituição, em detrimento das vantagens dos aposentados do chamado “baixo clero”! À margem de tais regalias.

Termino, Sr. Presidente.

A indicação política pode conduzir funcionários bem relacionados do Banco do Brasil de uma Comissão de nível médio a cargos como o de Vice-Presidente ou Diretor, com remuneração em torno de R\$81 mil. Após três anos de trabalho, esses funcionários adquirem o direito de se aposentar com benefícios considerados nesse elevado patamar, e a aposentadoria é paga pela Previ, fato que causa enorme preocupação aos demais participantes do fundo de pensão do Banco do Brasil. É um fato estranho!

Por todos esses motivos, Sr^{as} e Srs. Senadores, entendo útil e adequada a aprovação do PDS nº 275, de 2012, de autoria do eminente Senador Paulo Bauer, medida que apoio integralmente para restabelecer a ordem jurídica e o respeito aos princípios constitucionais, os legítimos direitos dos funcionários aposentados do Banco do Brasil.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, a Senadora Ana Amélia deseja que eu lhe conceda um aparte.

Com muita alegria, tem V. Ex^a a palavra.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Maioria/PP – RS) – Com a permissão do Senador Jorge Viana, sempre tão gentil, porque os Senadores que estão aqui também têm essa generosidade em relação ao tempo, porque todos têm igual direito para ocupar o tempo, Senador Ruben Figueiró. Eu queria apenas agradecer a V. Ex^a pela referência – eu estava recebendo o Dr. Alcides Stumpf, da Unimed do Rio Grande do Sul – ao trabalho feito, aqui no Senado, para a regulamentação...

(Soa a campanha.)

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Maioria/PP – RS) – ...dos *free shops*. O projeto de muito boa iniciativa do ex-presidente da Câmara, Deputado Marco Maia, do partido do Senador Jorge Viana, foi muito feliz, porque o Rio Grande do Sul, como o Mato Grosso do Sul, tem um papel muito relevante. O Senador Waldemir Moka, do seu Estado, também ponderou muito a relevância desse projeto e o que nós decidimos na subcomissão que eu presido e de que o Senador Moka é o Vice-Presidente, junto à Comissão de Assuntos Econômicos, foi encaminhar ao Ministro Guido Mantega um pedido para que a regulamentação pela Receita Federal... O represen-

tante da Receita Federal que esteve lá, Dr. Luis Felipe Reche, foi muito preciso no que explicou, só que não nos convenceu da celeridade desse processo de regulamentação dos *free shops*, que interessa também ao Acre do Senador Jorge Viana, já que a Bolívia e, imagino, também o Peru, em algum momento, terão *free shops*. Para a comunidade acriana, do território brasileiro, também convém que sejam autorizadas as lojas a terem o mesmo direito. Então, eu queria agradecer a V. Ex^a, porque o Mato Grosso do Sul, também como o Acre, faz divisa com dois países. No caso do Mato Grosso, são o Paraguai e a Bolívia. No caso do Acre do Senador Jorge Viana, são a Bolívia e o Peru. Muito obrigada.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr^a Senadora Ana Amélia, eu registro, com o maior prazer, o aparte de V. Ex^a.

Eu me referi ao trabalho realizado por V. Ex^a e pelo eminente Senador, meu conterrâneo e prezadíssimo amigo, Senador Waldemir Moka, porque V. Ex^{as}, sinceramente, realizaram um trabalho extraordinário ao despertarem as autoridades da República para a regulamentação da lei.

Senti, na viagem que tive oportunidade de fazer...

(Soa a campanha.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – ... a Ponta Porã, o clamor, a aspiração maior daquela gente, de se comparar aos paraguaios, que recebem benefícios que o Brasil poderia conceder aos brasileiros e não o faz por razões que sinceramente até hoje ignoro. Mas o trabalho de V. Ex^{as}, Senadora Ana Amélia e Senador Waldemir Moka, haverá de ser reconhecido por todos aqueles fronteiriços sul-mato-grossenses, aquela área tão conflagrada do nosso Estado e do nosso País.

Muito obrigado pela extraordinária contribuição de V. Ex^a para a solução de tão reclamado assunto.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Requeiro a minha inscrição pela Liderança do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito e já chegou um comunicado da Liderança aqui à Mesa.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS.) – Eu gostaria de dar uma contribuição, se o Presidente me permitir, ao Senador Ruben Figueiró,

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, então.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para dizer que está praticamente acertada, Senador, uma audiência pública em Ponta Porã, e, evidentemente, vamos tentar levar a Senadora Ana Amélia. Eu acertei isso com o assessor do Deputado Marco Maia, que é o autor do projeto.

As Lideranças de Ponta Porã, e não só de Ponta Porã, porque isso lá, V. Ex^a sabe, vale, por exemplo, para a minha cidade, Bela Vista, vale para Coronel Sapucaia, Sete Quedas, não sei se Corumbá, porque eles falam que o critério seria logo em seguida já ter um aglomerado urbano, não sei, mas penso que Corumbá também, eu defenderia; Porto Murtinho, apesar do Rio Paraguai, mas do outro lado é Ilha Margarita.

Para que gente pudesse debater, e pela primeira vez eu vi concretamente uma espécie de normatização, embora genérica ainda, mas já dizendo como é que seria, como é que funcionaria essa questão do chamado *free shop*. A ideia nossa é que aquilo que existe do lado do Paraguai, a gente possa ter do lado do Brasil. Esse é o objetivo, mas eu concordo também que a Receita tem que ter uma série de cuidados, critérios, enfim.

Na verdade, o meu aparte é para saudar V. Ex^a, Parlamentar que, sem dúvida nenhuma, dá uma grande contribuição ao Estado, e eu que, quando comecei a minha vida política, tinha e vou continuar tendo V. Ex^a como referência de homem público, em função da integridade e da seriedade com que V. Ex^a sempre representou o nosso Estado, seja lá, no antigo Mato Grosso, uno, seja aqui no Congresso Nacional, como Deputado Federal e abrillantando o Senado Federal.

Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Ruben...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – É que nós não temos mais tempo. O orador já tinha concluído, e nós temos um orador...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR – MT) – Serão só 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Por gentileza, porque há um orador que já foi chamado à tribuna.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR – MT. Sem revisão do orador.) – Primeiramente, quero agradecer as palavras do nosso Senador Ruben Figueiró. Para mim, será uma satisfação estar com o senhor e com os demais pares, neste período aqui, e aprender muito com o senhor, com a sua história.

Sobre a questão dos *free shops*, parabéns pelo seu pronunciamento. Na minha outra passagem aqui, trabalhei também muito forte nisso, para incluir a cidade de Cáceres, no Mato Grosso, entre as cidades beneficiadas pelo *free shop*.

E eu queria colocar, Senadora Ana Amélia, a possibilidade, junto com o Senador Moka, se formos fazer uma audiência pública lá em Ponta Porã, de que possamos fazer também a audiência pública em Cáceres para discutir esse assunto, porque o pessoal de Cáceres, da região toda que faz divisa com a Bolívia, com San Matias, tem total interesse nesse assunto.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS. *Fora do microfone.*) – Agradeço, com muito prazer, os apartes do Senador Waldemir Moka e do Senador Cidinho Santos.

Agradeço, igualmente, ao Sr. Presidente o seu gesto, por me permitir usar de tempo maior na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado. É o meu papel.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Valdir Raupp, pela Liderança do PMDB.

Em seguida, o Senador Flexa Ribeiro, em permuta com o Senador Alvaro Dias.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, nessa questão dos *free shops* – não pedi aparte porque já estava esgotado o tempo do Senador Ruben Figueiró –, falta apenas a regulamentação.

Senador Jorge Viana, V. Ex^a também é de um Estado de fronteira, que tem cidades gêmeas com a Bolívia, assim como Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Roraima, Amapá e por aí vai. Há uma fronteira de mais de 8 mil quilômetros com outros Estados. Então, é um interesse de todos nós, e acho que se devia pedir uma audiência com o Ministro da Fazenda, talvez uma comissão de Senadores, com o Ministro da Indústria e Comércio Exterior, para decidir logo, definir logo essa questão da regulamentação, porque há uma ansiedade muito grande, e a lei já foi aprovada e sancionada. Não entendo como uma lei é aprovada e sancionada e não fazem a regulamentação.

Sr. Presidente, tenho ainda outros assuntos aqui a tratar. Vou tratar das enchentes de Rondônia, da ideia da Presidente. Antes, porém, queria, como não pude fazer parte da sessão de segunda-feira, em homenagem à Ordem DeMolay, o Senador Mozarildo que lidera sempre essas sessões aqui no Senado Federal... Ontem, comemorou-se o Dia do DeMolay. Na segunda-feira, o Plenário desta Casa realizou a sessão especial em homenagem à Ordem. A Ordem DeMolay concentra seus esforços nos jovens com idade entre 12 e 21 anos, ao lhes ensinar a virtude, a ética, o patriotismo e a reverência. Nesse ponto, busca-se, pela educação, o desenvolvimento do ser humano em todas as suas potencialidades. É nesse sentido que, ao transformar pela educação os jovens de hoje, a Ordem também os prepara para o exercício da cidadania em parâmetros mais elevados.

Em 1987, a Ordem foi levada a Rondônia, na cidade de Porto Velho. Desde então, já passaram por lá mais de 5.000 jovens rondonienses. Em 2011, o Governador Confúcio Moura sancionou a Lei nº 5.267, que institui o Dia do DeMolay no Estado de Rondônia, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à sociedade pela Instituição.

Nesse sentido, parabenizo a Ordem DeMolay na pessoa do Grande Mestre Estadual de Rondônia, Sr. Ricardo José Gouveia Carneiro, e, também, na pessoa do Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica do Estado, Sr. Juscelino Amaral, pela oportunidade de acesso e de grandeza imaterial que oferece à juventude.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, nessa fase da homenagem à Ordem DeMolay.

Mas eu queria, neste tempo que me resta, falar sobre a viagem da Presidente Dilma a Rondônia. Ela se sensibilizou com a nossa visita na quarta-feira, no Palácio do Planalto, numa reunião de mais de três horas e quinze minutos, o governador de Estado, dois Senadores – eu e o Senador Acir Gurgacz – e vários Deputados Federais: Deputada Marinha Raupp, Padre Ton, Anselmo, Carlos Magno, Marcos Rogério, Moreira Mendes. Só não foram para essa audiência quem não estava, naquele momento, aqui, em Brasília.

Foi uma audiência produtiva, repito, de mais de três horas, com vários ministros – Ministro da Saúde, da Defesa, da Integração Nacional, da Casa Civil, da Advocacia-Geral da União. A Presidente não satisfeita com isso, marcou imediatamente a ida a Rondônia e Acre – lá no Estado de V. Ex^a, onde ela esteve também, depois que visitou Rondônia. Lá em Rondônia, ela sobrevoou as áreas atingidas pela enchente, que já passa de 19 metros e 20 centímetros. A última grande enchente foi em 1997, quando eu era governador, com 17 metros e

53 centímetros. Agora já passou a marca dos 19 e 20, a maior enchente dos últimos cem anos. Não há registro na história de Rondônia...

(Soa a campanha.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – ...de uma enchente maior do que essa. Vários fenômenos contribuíram para que isso ocorresse. Resta-nos agora socorrer as pessoas atingidas, diminuir o prejuízo, dar dignidade a essas famílias que se amontoam nos alojamentos em Rondônia. São quase 15 mil pessoas, em torno de 2,5 mil famílias desabrigadas.

Eu quero agradecer a Presidente da República e todo o seu ministério, que não faltaram com o socorro, com o acolhimento, com a assistência. Agora nós precisamos de mais verbas, mais investimentos, talvez uma medida provisória, para a reconstrução das cidades de Porto Velho, Guajará-Mirim e Nova Mamoré.

O Desembargador Cássio, segunda-feira, graças a Deus, cassou a liminar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado. As cidades de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, além do Acre, poderão ter acesso a esse desvio que vai passar por Ariquemes, Montenegro, Buritis, Nova Mamoré e Guajará-Mirim. Desde segunda-feira, o DER, o Exército brasileiro, o DNIT e todos os órgãos que queiram ajudar estão autorizados a abrir essa estrada. São apenas 11 quilômetros; passa na porta de uma reserva de um parque estadual, não atingindo nenhum parque nacional, nenhuma reserva indígena.

Houve sensibilidade. Eu cobreí tanto, aqui, desta tribuna, a sensibilidade da Justiça brasileira, sobretudo do TRF (Tribunal Regional Federal) da 1ª Região, que tem sede aqui em Brasília, para que o Desembargador Cássio pudesse cassar essa liminar do juiz do Estado, impetrada pelo Ministério Público e por algumas organizações.

(Soa a campanha.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Então, estou muito satisfeito neste momento, Senador Ivo Cassol – V. Ex^a, que foi governador.

No meu Governo, originou-se essa liminar, quando eu quis abrir aquela estrada há 19 anos, e só agora a Justiça Federal concedeu a autorização para abrirem esses 11 quilômetros de estrada, encurtando mais de 300 quilômetros de quem vai do sul para Guajará-Mirim, Nova Mamoré e região.

Sr. Presidente, encerro aqui a minha fala. Não sei se o Senador Ivo Cassol está querendo um aparte... Assim como foi concedido um tempo a mais para o orador que me antecedeu na tribuna, peço a V. Ex^a que dê mais dois minutos...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – No fundo, V. Ex^a está usando um tempo de Liderança, em que não é permitido aparte. Mas não vejo, discutindo um tema da maior gravidade de Rondônia, como não ouvirmos um dos Senadores do Estado.

Assim, com a palavra, o Senador Ivo Cassol, usando o pela ordem e concluindo a fala de V. Ex^a.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Jorge Viana. É uma alegria e uma satisfação, especialmente, fazer um aparte ao Senador Raupp...

(Interrupção de som.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO – A situação que o povo dos Estados de Rondônia e do Acre estão vivendo é atípica, infelizmente, com a enchente e as chuvas, não tanto no Estado de Rondônia, mas no Peru e na Bolívia – o Rio Madre de Deus, que é o Beni e o Mamoré. Tanto o Senador Raupp, quando foi governador, como eu, lutamos pela BR-421, que é a interligação de Nova Mamoré, Linha D, até Buriti, e saindo por Ariquemes. Eu fico feliz porque são pessoas que moram lá. É gente que mora lá. Nós não podemos tratar, de maneira alguma, mais de 50 mil habitantes de Guajará-Mirim e mais de 20 mil em Nova Mamoré como se não fossem cidadãos, não fossem seres humanos. Portanto, seria injusto nós continuarmos com aquela rodovia interditada. E uma situação mais grave ainda, Senador Jorge Viana – eu sei que está indefinida, como nosso Presidente, a questão ambiental...

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – ...aquele parque estadual que foi criado na época, Senador Valdir Raupp, no meu governo, logo no começo, nós o diminuímos, para poder passar a BR-421. E, mesmo assim, houve uma ação na Justiça Federal contra a manutenção e a reabertura daquela rodovia, que é fundamental para o desenvolvimento do Estado de Rondônia, fundamental para dar dignidade para um dos Municípios que mais preservam ambientalmente no País, que é Guajará-Mirim, que tem 95% da área preservada. E, ao mesmo tempo, com essa rodovia, nós vamos integrar a população do Rio Guaporé, do Rio Mamoré e do

Rio Madeira, juntamente com essa estrada de Rondônia, com o Brasil. Então, fico feliz, Senador Raupp. Eu espero que as águas comecem a baixar e que o Governo Federal, com a ida da Presidente Dilma, possa liberar os recursos, não só a cesta básica, que estão liberando hoje, mas também os atendimentos a endemias que vão acontecer em nosso Estado, Senador Presidente, Jorge Viana. Depois desse tempo todo debaixo da água, a nossa BR-425 e a BR-364 foram danificadas, deixando um prejuízo muito grande, e vão precisar de uma reparação completa. Então, nós vamos precisar pós-enchente. E avisar ao pessoal do Amazonas, lá para baixo, que essas águas vão chegar lá embaixo e que se preparem, porque o prejuízo ainda vai ser grande. E vamos esperar remediar isso. Obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Ivo Cassol; obrigado, Sr. Presidente.

Essa luta nós estamos vencendo, que é da abertura dessa rodovia, para tirar do isolamento Guajará-Mirim e Nova Mamoré. A luta que vai continuar – nós estivemos em Rondônia, na segunda-feira pela manhã, com todos os sindicatos, na Praça das Caixas D'Água – é pela conclusão, pela efetivação dos nossos servidores da transposição do Estado de Rondônia para os quadros da União, uma dívida histórica que a União tem com Rondônia.

Se Deus quiser, nós vamos vencer também mais essa batalha, mais essa etapa. Todos nós, juntos, de mãos dadas, vamos vencer mais essa batalha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Valdir Raupp, e também o Senador Ivo Cassol.

Convido, para fazer uso da palavra, o Senador Flexa Ribeiro, em permuta com o Senador Alvaro Dias.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, peço minha inscrição pela Liderança do PTB. Acho que a indicação já está na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Chegou o ofício e tomei a iniciativa de já o inscrever. V. Ex^a está inscrito pela Liderança, Senador Mozarildo.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Presidente, Senador Jorge Viana, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, venho à tribuna hoje com muita alegria. Não vim aqui hoje para cobrar do Governo ações em benefício de nosso País e, em especial, do meu Estado do Pará, mas vim aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Tenho acompanhado V. Ex^a nas cobranças e, certamente, vai falar das eclusas, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Obrigado, Presidente. Vou falar de Pedral do Lourenço.

Até que enfim, a Presidenta Dilma estará, amanhã, no Estado do Pará. Ela irá primeiro a Belém, onde assinará convênios liberando financiamentos – poderiam ser do Tesouro, mas tudo bem, que sejam financiamentos pelo menos – para duas obras de mobilidade urbana na cidade, um novo trecho do BRT e dez portos para fazer uma linha fluvial, para desafogar o trânsito no centro da cidade, no eixo até a cidade velha.

Então, eu venho aqui para festejar hoje. Depois de Belém, a Presidenta vai a Marabá. Lá em Marabá, que é, sem sombra de dúvida o pólo da região sul e sudeste do Pará. Ela vai entregar máquinas agrícolas para dezenas de prefeituras e lançará o edital do derrocamento do Pedral do Lourenço. Isso, Senador Jorge Viana, é uma batalha que nós estamos travando muito antes das eclusas de Tucuruí ficarem prontas. Em abril de 2010, eu estive na tribuna do Senado alertando o Governo do então Presidente Lula de que era insuficiente inaugurar as eclusas e não fazer o Pedral, e pedi que ele atentasse para a necessidade do derrocamento do Pedral do Lourenço.

Lamentavelmente, as eclusas foram inauguradas e estão lá guardadas como se fossem apenas para contemplação e não para o uso.

O que é o Pedral do Lourenço, finalmente? Falamos tanto aqui do Pedral do Lourenço para poder explicar aos telespectadores da TV Senado, aos ouvintes da Rádio Senado, dos meios de comunicação do Senado Federal, que o Pedral de Lourenço é, na realidade, 43 quilômetros de pedras que precisam ser derrocadas, para que o rio possa se tornar navegável. É um trecho perto da cidade de Itupiranga. Com isso, nós vamos todos festejar já que o rio Tocantins vai estar navegável a qualquer época do ano, e não, como seria com o Pedral do Lourenço não derrocado, apenas navegável por oito meses do ano.

Ora, a importância da hidrovia do Tocantins é sem sombra de dúvida enorme para o Estado do Pará. Sabe por quê, Senador Jorge Viana? Porque, com a derrocada, nós vamos abrir uma via navegável de Marabá até Belém. Por essa via navegável, vão passar os produtos produzidos em Marabá e também permite a instalação da Alpa, Aços Laminados do Pará, que é um outro compromisso do ex-Presidente Lula que a Companhia Vale do Rio Doce começou a fazer e – entre aspas –, “até a definição” do derrocamento, ela suspendeu as obras.

Então, agora, quero me dirigir ao Presidente Murilo Ferreira, da companhia Vale, no sentido de que, a partir de agora, podem retomar as obras da Alpa. Ela vai trazer um grande desenvolvimento para aquela região do meu Estado e gerar em torno de 20 mil empregos.

Estivemos aqui, nesta tribuna, em abril de 2010, para informar que era necessário, antes de terminar as eclusas, fazer o derrocamento. Depois, vim festejar, em novembro, a inauguração das eclusas de Tucuruí, informando novamente que era preciso fazer o derrocamento do Pedral de Lourenço. Isso, em 2010. Em 2011, estive três vezes na tribuna. Em 2012, duas vezes. Em 2013, cinco vezes. E em 2014, já estive uma. Estou voltando agora, graças a Deus, para dizer que o derrocamento do Pedral de Lourenço irá acontecer.

Esse não é um trabalho do Senador Flexa Ribeiro sozinho. Quero aqui dar o testemunho, a todos os paraenses, de que esse é um trabalho da Bancada do Estado do Pará, que esteve, sob a liderança do Governador Simão Jatene, várias vezes com o Ministro dos Transportes à época, com o Presidente do Ibama e com o Diretor-Geral do DNIT, General Fraxe. Foram inúmeras audiências em que a Bancada esteve presente, todos os seus elementos, todos os seus participantes, defendendo suprapartidariamente a derrocada do Pedral do Lourenço.

Não é só a navegabilidade, não é só para tirar a produção de minério, de aço, de grãos daquela região, mas também, no sentido contrário, da subida para Marabá, para que levem insumos que tornarão mais baratos os produtos necessários para a agricultura, seja ela familiar ou de grande porte, levar os produtos de Belém a Marabá e outros Municípios daquela região, também por meio da navegação fluvial, o que nos dará um abatimento muito grande no custo desse transporte.

Finalmente, Presidente Jorge Viana, eu desejo que esse edital que a Presidenta Dilma irá lançar amanhã, em Marabá, para o derrocamento do Pedral do Lourenço, seja exitoso, que tenhamos um vencedor realmente com capacidade para executar aquela obra, que é esperada por todos os paraenses e será acompanhada pelo Senador Flexa Ribeiro e por todos os membros da Bancada do Pará no Congresso Nacional. Nós seremos fiscais da Presidente Dilma nesta obra, para acompanhar o seu andamento e não deixá-la se paralisar mais uma vez.

Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a.

Sei da importância dessa obra. V. Ex^a tem razão. E o cumprimento também por esse espírito. É um projeto de interesse do Pará, do Brasil, e V. Ex^a está junto com o Presidente da República. Isso é a conquista da República. Parabéns, Senador.

Eu vou passar a Presidência para a Senadora Vanessa Grazziotin, porque estou inscrito, era o primeiro inclusive para uma comunicação inadiável. Em seguida, seguiremos com a lista de oradores. E vou falar de um tema que inclusive tem como autora V. Ex^a, Senadora Vanessa.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Vanessa Grazziotin.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito bem!

Então nós passamos a palavra ao Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta desta sessão, Senadora Vanessa Grazziotin, caras Senadoras e Senadores, eu venho aqui prestar contas ao mesmo tempo como Senador do Acre e Senador da Amazônia.

Hoje, o Senador Anibal Diniz, Relator do que se denomina PEC do Soldado da Borracha, apresentou o seu relatório na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, um trabalho que merece todo o elogio.

O Senador Anibal, que adotou o Acre como a sua terra e trabalhou como jornalista, é um dos mais importantes dos militantes da política que transformou o Acre. Trabalhou por quatro anos nos ajudando a mudar Rio Branco, na Prefeitura, de 93 a 96, depois também nos auxiliou dentro do gabinete na condução do destino do povo acreano por oito anos, no período em que fui Governador, e depois mais quatro anos com o Governador Binho.

O Senador Anibal foi convidado pelo então Senador Tião Viana para ser seu suplente. Com a renúncia do Senador Tião Viana ao mandato de Senador para assumir o Governo do Acre, os destinos do povo do acreano, Anibal Diniz assumiu em definitivo a cadeira de Senador da República e tem honrado o Acre, a Amazônia e este Senado com a sua atuação nesta Casa.

Ele, dedicado Senador, foi designado Relator dessa PEC que é parte da história sofrida dos seringueiros que ocuparam a Amazônia do século passado.

O Senador Anibal realizou audiências públicas, promoveu muitas reuniões, ouviu líderes importantes, representantes dos seringueiros, conversou com autoridades da República e hoje apresentou seu relatório na Comissão de Constituição e Justiça.

A PEC do Soldado da Borracha trata da história do que nós denominamos “soldados da borracha”, que foram brasileiros alistados para trabalhar na Amazônia no período da guerra, no esforço da guerra, com a promessa de serem acolhidos pelo Estado brasileiro. Ou seja, eles foram levados pelo Estado brasileiro para um esforço de guerra, para produzir algo que era fundamental para a vitória dos aliados. Então o Brasil teve dois tipos de soldados: os que foram para a guerra, para o *front*, e os que foram para a Amazônia produzir borracha para ajudar a indústria tão importante para o sucesso dos aliados.

Na época, o número de brasileiros que foram para a Amazônia chegou a 55 mil, foram os recrutados especialmente no Nordeste do País. Continuam vivos perto de seis mil ex-soldados da borracha. E os benefícios especiais, conquistados com o sacrifício de muitos, alcançam hoje 12.272 pessoas, incluindo-se aí 6.393 pensionistas.

Ao contrário dos pracinhas, esses só foram reconhecidos como combatentes da Segunda Guerra Mundial em 1988, durante a Constituição.

Na Constituição de 1988, no art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, foi estabelecida a pensão especial no valor de dois salários mínimos para esses soldados da borracha, enquanto aos ex-combatentes foi assegurada uma pensão equivalente a 2º Tenente das Forças Armadas.

Com o tempo, a situação remuneratória entre os soldados da borracha e os ex-combatentes só piorou. E eu queria, fazendo referência à Senadora Vanessa Grazziotin, que neste momento preside a sessão para que eu possa fazer uso da palavra...

Ainda em 2002, como Deputada, V. Exª apresentou a PEC nº 556, que buscava isonomia entre o soldado da borracha e o praça que serviu na Segunda Guerra. Então, cumprimento V. Exª pela iniciativa. Todos nós temos que ser Senadores dos nossos Estados e Senadores da Amazônia.

Posteriormente, a Deputada Federal Perpétua Almeida, na qualidade de Relatora desse projeto, em seu parecer, fixou a pensão em sete salários mínimos. A Deputada Perpétua Almeida, uma militante dessa causa aqui em Brasília e também no Acre, procurou dar sua parcela de contribuição.

Em razão de uma negociação com o próprio Governo, foi apresentada uma nova PEC, a PEC nº 61, de 2013, tendo como signatário o Deputado Arlindo Chinaglia, que definiu uma remuneração, um valor de pensão de R\$1.500,00 reajustados pelos mesmos índices aplicados aos benefícios de prestação continuada. Ou seja, aí temos um problema: o valor e o indexador foram desatrelados, como estabelecia a Constituição, do valor do salário mínimo, que é algo para o qual existe uma política de ganho real estabelecida, uma conquista do Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

Desde quando essa matéria chegou aqui, à Casa, eu apresentei uma preocupação. O acordo foi feito para acelerar o processo, estabelecendo uma previsão de concessão de indenização no valor de R\$25 mil para cada beneficiário e o pagamento, a partir do ano subsequente – no caso, este ano –, de R\$1.500,00 por mês sem vínculo com o salário mínimo.

Alertei na época. Conversei com a Senadora Vanessa e alertei o Senador Anibal, também partindo dessa visão de que o projeto, independentemente da boa intenção do acordo, prejudica ou leva à redução de ganho para os beneficiários soldados da borracha remanescentes ou para os beneficiários descendentes.

O Senador Anibal Diniz, como Relator da CCJ, apresentou parecer, alterando a PEC aprovada na Câmara dos Deputados, de forma a estabelecer o valor da pensão em R\$3.789,00, equivalente ao que recebe um primeiro-sargento das Forças Armadas, ou seja, o Senador Anibal retoma o projeto original da Senadora Vanessa.

Deve-se ressaltar que a PEC objeto de análise no Senado Federal prevê a sua entrada em vigor somente no exercício subsequente ao da promulgação da proposta, fazendo com que a pensão de R\$1.500,00 só entre em vigor em 2015, quando certamente será inferior ao valor de dois salários mínimos.

Essas são as observações, Srª Presidenta, que eu queria fazer.

Além de cumprimentar o Senador Anibal Diniz, devo dizer que S. Exª apresentou um substitutivo tentando resolver esse impasse, favorecendo os soldados da borracha. Vou registrar uma parte dos argumentos usados pelo Senador Anibal:

De fato, tendo em vista que a proposta prevê sua entrada em vigor somente no exercício financeiro subsequente ao da promulgação do diploma legal de que se origina, ela implicaria, no caso da promulgação neste ano de 2014, que a pensão dos soldados da borracha fosse fixada em R\$1.500,00 para o ano 2015, quando o seu valor atual de dois salários mínimos equivalerá a algo em torno de R\$1.550,00 ou de R\$1.570,00, conforme determina a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre valores de salário mínimo neste País. Com isso, antes mesmo de receber o primeiro valor, o beneficiário, o soldado da borracha, já estaria perdendo.

Hoje, colegas Senadores capitaneados pela Senadora Gleisi Hoffmann, colega da Bancada, pediram vista da proposta. Eu fiz um apelo para que fosse vista coletiva e para que a proposta pudesse ser apreciada na próxima quarta-feira, já na semana que vem, ao mesmo tempo em que parabenizei o Senador Anibal, a Senadora Vanessa, a Deputada Perpétua e todos que buscam uma solução.

Eu estou me referindo a um projeto de 12 anos atrás. Nesses 12 anos, muitos morreram e seus descendentes perderam o benefício esperando uma decisão do Congresso Nacional.

E eu, representando o povo acriano, representando o povo que vive na Amazônia – falo de 25 milhões de pessoas –, quero pedir ao Senado Federal que possa fazer o ajuste necessário na proposta: que ela possa ser adequada à realidade brasileira, mas que possa fazer justiça ao soldado da borracha e a seus familiares. Que possamos apreciar esta matéria na semana que vem, na Comissão de Constituição e Justiça, e que encontremos o melhor caminho para que, o quanto antes, eles possam receber os R\$25 mil de compensação e, ao mesmo tempo, possam ter uma pensão digna para aliviar o sofrimento que essas famílias enfrentam.

Então, daqui, eu agradeço, Sr^a Presidenta, a oportunidade de estar falando, usando a tribuna. Quero cumprimentar todos que se empenharam, outros ex-Parlamentares, e lutam pela causa dos soldados da borracha e dizer que me sinto na obrigação, como Senador, de fazer desta causa uma das minhas prioridades aqui, no Senado, seja como Senador, seja como Vice-Presidente da Mesa Diretora.

Parabéns ao Senador Anibal! Estamos juntos na busca da melhor solução que possa agilizar o processo de fazer justiça aos milhares de soldados da borracha, que foram heróis da Pátria com o seu trabalho, durante a Segunda Guerra Mundial.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – A Mesa cumprimenta o Senador Jorge Viana pelo pronunciamento, o resgate que faz aqui deste importante debate ocorrido hoje, na Comissão de Constituição e Justiça.

Senador Jorge Viana, eu convido V. Ex^a agora à direção dos trabalhos, até para que eu possa usar da palavra, haja vista que o Senador Humberto Costa ligou, pedindo que eu fizesse uma permuta com ele.

Senador Jorge.

A Sr^a Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Senadora Vanessa fala em permuta com o Senador Humberto Costa, como oradora inscrita. Depois, tenho de chamar um Líder, o Senador Paulo Davim. Logo após, o Senador Ferraço e a Senadora Ana Amélia, esta para uma comunicação inadiável.

Senadora Vanessa, V. Ex^a tem o tempo regimental.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Jorge Viana, Srs. Senadores, Senadora Ana Amélia.

Senador Jorge, antes de tratar do assunto que me traz à tribuna, eu quero, primeiro, cumprimentá-lo novamente pelo pronunciamento acerca da luta dos nordestinos, brasileiros, amazônidas que saíram de seus Estados quase no encerramento, no finalzinho da Segunda Guerra Mundial, atendendo a um decreto do então Presidente Getúlio Vargas para que pudessem fazer um esforço concentrado em relação às forças aliadas e ampliar a produção de látex a partir do Brasil, visto que – como V. Ex^a relatou aqui – esse era um produto essencial que estava em falta no mercado e a região da Ásia, produtora do látex, da borracha, estava dominada pelas forças nazistas. Então, esses brasileiros foram para a Amazônia, num número importante – eles se alistaram –, atendendo, repito, a um decreto, a um chamamento do próprio Presidente Getúlio Vargas.

À época, a eles foram prometidos exatamente todos os benefícios, as concessões e as condições que teriam os brasileiros que, atendendo a um outro decreto, foram para a Europa a fim de atuar no fronte de guerra, ou seja, os pracinhas.

Passado um tempo, não houve qualquer atenção do governo brasileiro ou dos governos brasileiros e do próprio Estado brasileiro em relação a essas pessoas que ficaram esquecidas na Região Amazônica.

Houve uma CPI, inclusive, no Congresso Nacional, salvo engano aqui no Senado, Senador Mozarildo, uma comissão parlamentar de inquérito que analisou, especificamente, essa questão e detectou que havia um descumprimento e uma desatenção inexplicados do Estado brasileiro em relação a essas pessoas. Mas nem os resultados dessa CPI foram observados pelos últimos governos, sendo que, somente na Constituição de 1988, foi analisada a situação dessas pessoas com famílias na região. Os homens que sobreviveram – um número importante, um número significativo, ou seja, muitos morreram por diversas razões, como malária, picada de cobra, mordida de animais silvestres, animais da região – tiveram o seu papel resgatado apenas na Constitui-

ção de 1988. A Constituição, diferentemente do que estabeleceu aos pracinhas de guerra, previu apenas uma pensão no valor de dois salários mínimos.

Como fui procurada e sou conhecedora da história, eu apresentei, ainda como Deputada, como relatou o Senador Jorge Viana, um projeto de emenda à Constituição, que, enfim, depois de muita negociação, foi votado no ano passado pela Câmara dos Deputados, cuja Relatora era a Deputada Perpétua Almeida.

E agora relata aqui no Senado o Senador Anibal Diniz, que apresenta uma proposta de um valor nominal de tal sorte que essas pessoas não percam, em absoluto, qualquer valor que recebem hoje, nos anos seguintes, porque o Governo apresentou uma contraproposta que foi aprovada na Câmara dos Deputados, garantindo uma indenização de R\$25 mil para cada soldado da borracha ou para cada pensionista do soldado da borracha falecido, entretanto, por outro lado, desvincula do salário mínimo os seus benefícios.

Então, o Senador Anibal apresentou uma alternativa elevando o valor da pensão, de modo que eles não venham a perder, nestes próximos anos, qualquer valor que recebem nos dias atuais.

A Senadora Gleisi solicitou vista ao projeto, e eu tenho certeza absoluta de que vamos chegar a um bom termo para, quem sabe, votarmos rapidamente essa matéria aqui no Senado Federal.

Mas eu estou falando isso porque, também, quero dizer que o Senador Jorge Viana, quando foi Governador do Estado Acre, deu um grande apoio a essa parte da história do nosso País; um grande apoio, Senador Cristovam Buarque. Ele, através do Governo do Estado do Acre, apoiou a iniciativa de alguns artistas, produtores cinematográficos para que produzissem uma peça muito bonita e muito importante; uma peça tipo um filme que resgata a história e as dificuldades que essas pessoas enfrentaram na Região Amazônica.

Então, eu quero cumprimentar aqui, especialmente, o Senador Jorge Viana – e toda a Bancada do Acre –, que não fala apenas através do discurso, mas que, quando teve a oportunidade, à frente do Governo do Estado do Acre, produziu essa peça muito importante que ficará na história do País. Lembro que o Acre, sem dúvida alguma, é o Estado, hoje, que detém o maior contingente de soldados da borracha vivos no Brasil, porque grande parte deles já faleceu.

Nós conhecemos pouco a história do Brasil. A história do Brasil, contada em livros, hoje, é uma história que desconhece ou que omite fatos e passagens importantes. Esse é um fato e uma passagem importante da nossa história.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero dizer aqui que eu nunca me esqueço de um fato. Um cidadão que vivia, salvo engano, em Nova York, que eu acho que escreve para uma revista semanal, acho que a revista *Veja*, e que também tem um programa de televisão, acho que num canal fechado, cujo nome nem me recordo, certa vez – eu era Deputada à época – fez uma relação de um conjunto de projetos que considerava folclóricos, projetos que ele considerava absurdos e que deveriam fazer parte de um folclore. Ele escreveu um artigo, Senador, dizendo que aqueles Parlamentares, os Deputados e as Deputadas, deveriam procurar o que fazer em vez de apresentar projetos inócuos, projetos – repito – folclóricos. E, na lista, incluiu o meu projeto, a minha PEC que resgata direitos dos soldados da borracha. Eu, à época, respondi a ele: ignorante é ele, que não conhece essa parte importante da história do Brasil. Repito: não lembro o nome desse jornalista, articulista, sei lá o que é esse cidadão que escreveu essa matéria à época.

É muito importante que não apenas o Parlamento, mas que o Brasil inteiro resgate essa passagem importante da nossa história no sentido de que a população conheça e mantenha viva a nossa cultura.

Eu não nasci na Região Amazônica, eu nasci no Sul do País, mas eu vivo lá no Estado do Amazonas quase que minha vida toda. E eu, que não nasci na região, já tenho os meus laços misturados com essa história dos soldados da borracha. Eu costumo dizer que o sobrenome da minha filha é Bezerra, que é o sobrenome do meu marido, cuja família foi do Nordeste para a região para atuar como soldados da borracha também.

A Deputada Perpétua Almeida, que foi a Relatora da matéria, na Câmara, é filha de soldados da borracha, ou seja, os que vivem no interior e também os que vivem na cidade passaram a ter esse contato, esse entrelaçamento, principalmente com os nordestinos que saíram de suas cidades e de sua região para trabalhar na Amazônia, produzindo borracha.

Então, eu faço aqui este pronunciamento para destacar, inclusive, o empenho do Senador Jorge Viana, de toda a Bancada do Acre – assim como o da Bancada de Rondônia e de todos os Estados –, no sentido de se esforçar não só para resgatar a história, mas para fazer valer um direito daqueles que, repito, atenderam um decreto do Presidente Getúlio Vargas e foram à Amazônia, sem conhecer a região. E foram vestidos de uniformes que a eles eram dados, à época, pelo próprio Governo Federal.

Mas, enfim, resgato essa nossa luta pela manutenção da história viva, mas também para resgatar o direito dessas pessoas.

Senador Cristovam, com muito prazer, concedo um aparte a V. Ex^a.

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Permita-me, Senadora. Eu creio que a senhora traz um assunto que é um resgate histórico. Nós temos dívidas neste País. Nós temos dívidas com os negros pelos três séculos e meio de escravidão de seus antepassados. Nós temos uma dívida com os analfabetos – e é uma dívida muito grande: nós temos 13 milhões de analfabetos por nossa culpa, por não estarmos fazendo o que é necessário para isso. É uma dívida! Nós temos uma dívida com os camponeses deste País, sem terra, ao lado de terras sem homens. A terra quer produzir, o homem quer trabalhar e uma cerca no meio impede esse casamento. Há uma dívida com eles. Nós temos uma dívida com milhões de jovens que não conseguem terminar o ensino médio com qualidade. Este é um País endividado.

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E uma das dívidas é com esses soldados da borracha. O nome já diz: soldados! Eles foram como soldados em esforço de guerra. A guerra era lutada na Itália pelos soldados, mas, em condições muitas vezes piores, a guerra era lutada nas selvas em busca da borracha! Não dá para dizer que o heroísmo de quem foi à guerra foi maior do que o heroísmo de quem foi à selva. Não dá! Foram heroísmos diferentes, mas não em dimensão do esforço heroico. Por isso, temos de resgatar e dar todas as compensações que o Brasil deve quando quer pagar sua dívida. Parabéns, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu agradeço o aparte de V. Exª que, sem dúvida alguma, reforça...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ... essa necessidade de que se divulgue essa história que é desconhecida do povo brasileiro, além de resgatar, como relata V. Exª, um direito que é desses brasileiros.

Repito, Senador Cristovam, morreram muito mais soldados lá na Amazônia do que entre os que lutaram no fronte de guerra na Itália, na Europa.

Sr. Presidente, se V. Exª me permite, se for possível a concessão, Senador Cyro Miranda, gostaria de mais um minutinho apenas para citar que hoje é um dia muito importante também para todas nós mulheres e para a Bancada do Estado do Amazonas, por duas razões: uma delas é que tivemos pela manhã – pela manhã, não; já no início da tarde, a partir das 12 horas –, aqui neste Plenário, uma Sessão Solene com a presença do Presidente da Justiça Eleitoral do Brasil, do TSE, de vários Ministros, quase que a totalidade dos Ministros do TSE, que, aqui, em Sessão do Congresso Nacional, lançaram uma campanha institucional valorizando e incentivando a participação das mulheres na política.

A Senadora Ana Amélia, que falará em seguida, certamente, resgatará. A Senadora teve um papel muito importante nisso.

Quando aprovamos a lei da minirreforma eleitoral, no ano passado, e a Presidenta a sancionou em dezembro, nós corremos para lá. Lá estava a Senadora Ana Amélia, lá estava eu e estavam outras Senadoras e várias Deputadas, com o presidente do TSE, pedindo a ele: “Olha, a lei foi aprovada, então, vamos logo fazer com que ela seja posta em prática ainda no ano que vem, 2014.” E foi feito, Senadora Ana Amélia.

É um momento de muita emoção e de grande importância.

Todos, não apenas Parlamentares...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ... Senador Anibal, mas todo o povo brasileiro vai começar a se impactar com essa campanha institucional, quando, a partir de amanhã, todos os canais de televisão e de rádio começarem a divulgar.

Por fim, Presidente, hoje, logo mais à noite, a Câmara dos Deputados deverá votar, em primeiro turno, o projeto de emenda constitucional de autoria do Poder Executivo que prorroga em 50 anos a Zona Franca de Manaus. É um marco na nossa história e, não tenho dúvida, na história do nosso País.

Quiçá tudo dê certo lá e a gente possa, ao final da noite, comemorar o primeiro grande passo para que a Zona Franca seja prorrogada por mais 50 anos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Srª Vanessa Grazziotin, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Graziotin.

Quero parabenizar não somente V. Ex^a, como o Senador Jorge Viana e o Senador Aníbal Diniz, por essa iniciativa em relação ao soldado da borracha.

A gente sabe que essa vista pedida pelo Governo é só para tomar conhecimento, porque, na verdade, a sua totalidade não ultrapassa 13 mil pessoas, quer dizer, isso é apenas uma questão de fazer justiça.

Concedo, com muito prazer, a palavra, pela Liderança do PV, ao ilustríssimo Senador Paulo Davim, pelo tempo regulamentar.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu fiz questão de ocupar a tribuna, na tarde de hoje, nesta Casa, para fazer o registro de um lançamento que ocorreu na última quarta-feira, aqui em Brasília, na AMBr (Associação Médica de Brasília), um evento da Associação Médica Brasileira que lançou para todo o Brasil um *site* denominado Caixa Preta da Saúde.

O que vem a ser esse *site* Caixa Preta da Saúde, que foi lançado pela Associação Médica Brasileira? Na verdade, é mais um instrumento lançado por uma entidade médica, no caso, a Associação Médica Brasileira, para servir de ponto de registro das queixas dos usuários do sistema público e privado de saúde do Brasil.

Esse instrumento vai permitir que qualquer cidadão brasileiro ou qualquer cidadã brasileira, em qualquer Município do Brasil, que procure a unidade básica de saúde ou a unidade mista de saúde ou um hospital ou uma urgência, que não seja atendido devidamente, que não tenha acesso ao tratamento que procura e que verifique a falta de profissional, a falta de medicamentos, a falta de exames e a maneira como foi atendido pelo profissional ou pelos profissionais da saúde, possa então fazer esse registro e encaminhar para esse *site*.

Todos nós sabemos que os celulares com câmeras fotográficas ou de vídeo é algo rotineiro entre os jovens e as pessoas, então, é muito fácil chegar a uma unidade de saúde, fazer o registro fotográfico, fazer o registro através da filmagem e passar esse dados para o *site* www.caixapretadasaude.org.br. Basta passar para este *site* as imagens, o vídeo ou simplesmente fazer o seu registro de como encontrou a sua unidade, a forma como foi atendido, se o atendimento não o satisfaz.

O que acontece é que pacientes demoram seis meses para receberem atendimento adequado. Cidadãos que passam mais de ano esperando numa fila uma cirurgia de próstata, usando aquela sonda vesical. Imaginem os senhores um homem passar um ano e meio usando uma sonda vesical, homens jovens, de 50, 55 anos, à espera de uma cirurgia de próstata. Um ano e meio em que a sexualidade desse cidadão não é respeitada.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Na verdade, isso corresponde a uma castração mecânica compulsória. Na hora em que o indivíduo passa um ano e meio com a sonda vesical, esperando ser operado, seguramente isso é um fator de desagregação até familiar.

Da mesma forma, mulheres que precisam de histerectomia, mulheres que precisam de cirurgia de hérnia, de vesícula, mulheres que precisam de atendimento por câncer, de acesso a um mastologista e não conseguem.

Então, tudo isso aí é realidade no Brasil. Tudo isso aí é a mais pura realidade. E essa iniciativa da Associação Médica Brasileira vai permitir que se faça uma fotografia real, verdadeira dos sistemas público e privado de saúde no Brasil. E, aí, quem está apresentando, quem está...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – ... apresentando...

Sr. Presidente, só para concluir.

Quem está apresentando *(Fora do microfone.)* essa denúncia, fazendo esses registros não é mais uma entidade médica, o que poderia suscitar um discurso de efeito contrário ou em sentido contrário, de que é um discurso corporativo, um discurso de uma entidade médica. Agora, não; é o paciente que vai registrar, vai fotografar, vai filmar, vai fazer o registro de como foi atendido na sua unidade de saúde nos mais longínquos rincões do Brasil. Aí, sim, é a sociedade que está pintando, com as suas próprias cores, o cenário em que se encontra a saúde pública no Brasil.

Quero parabenizar a Associação Médica Brasileira, na pessoa do seu presidente, o Dr. Florentino; quero parabenizar toda a equipe que montou esse belo trabalho e todas as entidades médicas, que demonstram, nessa iniciativa...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – ... uma grande responsabilidade social com o povo brasileiro, com o sistema público de saúde e até com o sistema privado. Nós sabemos que os planos de saúde de hoje desrespeitam, contumazmente, os direitos dos seus usuários.

Então, esse é um instrumento louvável, que merece o registro da tribuna do Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador e Líder do PV, Senador Paulo Davim, e convido para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o ilustríssimo Senador Ricardo Ferraço, pelo tempo regimental.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em exercício nesta sessão, Senador Cyro Miranda, querido representante do Estado de Goiás, Presidente da Comissão de Educação desta Casa, que ontem relatou, a meu juízo, um importante projeto. Projeto que tive o prazer e o privilégio de compartilhar com o Senador Cristovam Buarque; projeto aprovado pela Comissão de Educação, à unanimidade dos seus membros. Por esse projeto, o bônus de assinatura sobre a exploração da chamada camada pré-sal de petróleo, que hoje não tem destinação definida, passará a ser definida para duas áreas da maior importância e relevância para a atividade humana: a educação básica pública e a pré-infância.

Por esse projeto que agora vai tramitar, Senador Cristovam Buarque, pelas Comissões de Assuntos Sociais e pela Comissão de Assuntos Econômicos, nasce a esperança de que, dentre tantos que são os desafios dessas duas áreas importantíssimas da atividade humana, além das questões de gestão, também a questão do financiamento poderá ter melhores dias, porque, no último leilão do pré-sal, do Campo de Libra, R\$15 bilhões foram arrecadados de bônus de assinatura.

Portanto, essa é uma importante renda governamental que tem como origem a exploração do pré-sal. Já tínhamos votado aqui no Congresso o fundo social para priorizar tais áreas, áreas importantes, e, ontem, V. Ex^a relatou e obteve a aprovação, à unanimidade dos membros da Comissão de Educação.

Quero lhe agradecer pelo seu relatório, sinalizando claramente o comprometimento de V. Ex^a com o fortalecimento das políticas sociais, sobretudo, com o fortalecimento da política social focado naquele que é o nosso mais importante bilhete de modo a garantir o nosso futuro, que é a educação. Quero agradecer a V. Ex^a.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, comemoramos, no último sábado, dia 15 de março, não apenas nós brasileiros, mas o mundo todo, o Dia Mundial do Consumidor. A data é uma referência à mensagem que o então Presidente John Kennedy enviou ao Congresso norte-americano em 15 de março de 1962. É, dessa época, a origem dos debates, dos diálogos e, sobretudo, do Código de Defesa do Consumidor.

Aquela época, o Presidente Kennedy enviou ao Congresso americano uma legislação defendendo os direitos básicos dos consumidores: o direito à informação, o direito à livre escolha, o direito à proteção contra produtos que representam riscos à saúde, o direito a ser ouvido na elaboração das políticas públicas. Isso em 1962! É um marco na defesa desses princípios basilares.

No Brasil, Sr. Presidente, o grande marco nesse setor veio anos depois, em 1990. De lá para cá, o Código tem amparado a reparação por danos materiais ou morais ao consumidor brasileiro, a prestação de informações claras e precisas sobre produtos, bens e serviços, a proteção contra a publicidade enganosa e contra produtos e serviços danosos à sociedade, aos nossos semelhantes.

Tem sido o nosso Código do Consumidor o grande responsável pela construção de relações mais éticas e equilibradas entre quem compra e quem vende produtos e serviços de qualquer tipo na sociedade brasileira.

Mas, se o nosso Código, Sr. Presidente, ainda que seja uma referência internacional como uma das legislações mais avançadas na defesa do consumidor, garantiu conquistas que devem a todo custo serem preservadas, também precisa com urgência ser atualizado, modernizado, adequado às regras e às relações de consumo dos dias atuais.

Muita coisa mudou no cenário econômico e social brasileiro nos últimos 24 anos. É de 1990, Senador Pedro Taques, o Código de Defesa do Consumidor. Em meio a essas mudanças, construímos novas relações de consumo que já não se refletem no atual Código. O comércio eletrônico, que nem existia quando o Código foi criado, já movimenta nos dias atuais R\$29 bilhões por ano no País e faz parte do dia a dia de pelo menos 51 milhões de brasileiros, que compram ou utilizam a internet como meio de acesso a serviços, produtos, roupas, passagens aéreas, cosméticos, eletrônicos, enfim, vários tipos de serviços e produtos.

O fato objetivo é que, à época em que o Código foi edificado, a plataforma eletrônica, o comércio eletrônico era irrelevante ou praticamente não existia nas relações de consumo.

É claro que a lei precisa se adaptar ao mundo da internet e ao mundo sem volta que dita, cada vez mais, as relações pessoais, institucionais e comerciais.

Esse foi um dos focos na modernização do Código do Consumidor, que tive a oportunidade de relatar, Sr. Presidente. Hoje mesmo apresentamos o nosso parecer final na comissão, comissão presidida pelo Senador Rodrigo Rollemberg, que me designou Relator. Vista coletiva foi concedida para que, na próxima quarta-feira, nós possamos concluir os nossos debates e possamos trazer para o Plenário do Senado, Senador Mozarildo Cavalcanti, a modernização e o aperfeiçoamento do Código do Consumidor.

Um trabalho que teve como ponto de partida os projetos que foram elaborados por um grupo de juristas coordenados pelo Ministro Herman Benjamin, que, ao longo dos últimos meses, manteve diálogo intenso e direto com as principais organizações de defesa do consumidor, com o Governo e com representantes dos mais diversos setores da economia brasileira.

Faço aqui da tribuna do Senado um exercício de gratidão ao Ministro Herman Benjamin, que coordenou essa comissão de juristas, que foi fundamental para que nós pudéssemos chegar até aqui.

O relatório, que será votado seguramente na próxima quarta-feira, traz transparência, traz segurança jurídica nas relações de consumo através da plataforma eletrônica.

Ouçó, com prazer, o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Ricardo, é um grande prazer para mim ser subscritor do nosso projeto de lei. Eu creio que esse projeto de lei não deveria ter sido necessário, no momento em que nós aprovamos a proposta do Governo Federal de recursos dos *royalties* do petróleo para a educação. Entretanto, eu acho que, deliberadamente, deixaram de fora os bônus, e os bônus vão significar não apenas um ingresso importante, mas imediato. Os *royalties* chegarão daqui a anos; os bônus já entraram. Os *royalties*, daqui a anos, irão para a educação; os bônus já foram para o Tesouro. Foi uma grande falha deliberada do Governo, que eu creio que o nosso projeto tenta resgatar. Então, eu fico muito feliz de ter sido subscritor do nosso projeto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Porque, na verdade, Senador Cristovam Buarque, na extração do pré-sal, nós temos como renda governamental os *royalties*. Não temos a participação especial como temos na exploração da chamada camada pós-sal. Na camada pré-sal, essa grande fronteira econômica que tantos de nós brasileiros esperamos tem o chamado *royalty* e o chamado bônus de assinatura. E esse bônus de assinatura é assinado, é liberado, é disponibilizado como renda governamental na assinatura do contrato. São recursos que entram automaticamente. Os recursos relacionados aos *royalties*, V. Ex^a tem razão, entram devido à exploração que se dará em 2020, que se dará em 2022; e o bônus, não. O bônus tem efeito imediato e poderá contribuir, de maneira relevante, estratégica, para que possamos resolver um dos problemas importantes dessas duas áreas centrais, porque quem cuida de saúde e de educação está cuidando das pessoas.

É verdade que temos um conjunto de desafios nessas duas áreas, mas o subfinanciamento dessas duas áreas é um problema que nós...

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... daquilo que precisamos para que o nosso País possa, de fato, alcançar níveis mais adequados que tantos desejam.

Sr. Presidente, queremos, portanto, relatar que, na tarde de hoje, entregamos à Comissão o nosso parecer final. Tratamos de temas da maior relevância para a sociedade brasileira. Tratamos do comércio eletrônico. Tratamos também de outro fenômeno chamado superendividamento. Em razão do ingresso no mercado de consumo de milhões de brasileiros, outro fenômeno surgiu com a oferta, com o choque de crédito que os brasileiros passaram a ter acesso, o chamado superendividamento.

E nessa nossa proposta que queremos voltar à tribuna para discursar, para defender, incorporamos ao Código a figura do crédito corresponsável, ou seja, tem responsabilidade quem faz o crédito, mas tem responsabilidade também quem oferta o crédito, estabelecendo inclusive regra, critério mínimo para a utilização do crédito consignado, não podendo ser utilizados mais do que 30% da renda mínima existencial. Porque, durante as audiências públicas e os debates que fizemos, pudemos perceber, Senador Aloysio Nunes Ferreira, o indicador cada vez maior no conjunto da família brasileira que, em função da desorganização financeira, do elevado endividamento da família brasileira, desorganiza a relação de marido e mulher, de filho e pai. Então, nós tratamos deste tema e de outros temas.

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu quero voltar à tribuna oportunamente para que possamos nos aprofundar nesse tema, porque se trata de um código em que nós consolidamos aquele compromisso assumido anteriormente de que não havia e não houve espaço para retrocesso, de que nós ga-

rantiríamos tudo aquilo que foi assegurado como conquista e de que nós faríamos a adequação de fenômenos, circunstâncias e conjunturas da nossa realidade.

Portanto, manifesto aqui a minha confiança de que, na próxima quarta-feira, nós estaremos votando, finalmente, o nosso Código do Consumidor. Aí, nós poderemos ter esse projeto e esse código para debater finalmente aqui no plenário do Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Em primeiro lugar, quero dizer a V. Ex^a do meu prazer que avoquei o projeto dos recursos do pré-sal para a educação, por ser um projeto extremamente inteligente e, como disse o Senador Cristovam, não precisaria nem haver o projeto se houvesse uma sensibilidade maior. Mas o senhor define para a educação, que é um dos pontos básicos deste País, já uma parte desses recursos.

Em relação ao código do direito ao consumidor, quero dizer a V. Ex^a também que participei desta Comissão tão bem presidida pelo Senador Rodrigo Rollemberg, com a sua relatoria. E o Ministro Herman Benjamin, como coordenou os juristas, fez um trabalho inestimável para esta subcomissão.

Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Além do comércio eletrônico, além do fenômeno relacionado ao superendividamento, nós tratamos de outra importante decisão, que é o fortalecimento dos nossos PROCONs. Porque os PROCONs, Brasil afora, lutando com as suas dificuldades, são na prática a porta de entrada para que o consumidor brasileiro possa levar a sua reclamação, levar a sua crítica. Nós fortalecemos os PROCONs à medida que os PROCONs poderão ter prerrogativas e responsabilidades, impedindo que muitas dessas ações continuem congestionando a Justiça brasileira.

São questões pequenas, que merecem uma decisão imediata, e os PROCONs poderão estar naquele momento decidindo. Então, são muitas...

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... próxima quarta-feira nós possamos finalmente votar e que logo logo nós possamos estar aqui no plenário enfrentando esse debate e entregando à sociedade brasileira um novo código.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Ferraço. Faço votos realmente de que, com a maior rapidez, nós tenhamos esse projeto aprovado.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, à Ex^{ma} Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente competentíssima da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, meu Presidente Cyro Miranda, cara Senadora Vanessa Grazziotin, procuradora das questões de gênero relacionadas à mulher nesta Casa.

Caros colegas Senadores e colegas Senadoras, meus caros telespectadores e ouvintes da Rádio Senado, de fato hoje tivemos um dia especial, com a presença aqui do Ministro Marco Aurélio Mello, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que engrandeceu a cerimônia, mas, sobretudo, pelo conteúdo da campanha que foi elaborada pela Justiça Eleitoral para estimular a maior participação das mulheres na política brasileira.

Eu queria, Senadora Vanessa, além de saudar todas as Deputadas e as Senadoras presentes e a iniciativa de V. Ex^a, lembrar bem – talvez na condição de jornalista – aquela ocasião em que estivemos lá, lembrando ao Presidente que, como a Justiça Eleitoral costuma fazer campanhas institucionais muito adequadas, como fez sobre candidatos de ficha limpa, sobre a importância do voto, sobre a filiação e a identificação tirada do título de eleitor aos 16 anos, entrasse também um apelo ao aumento da mulher. Talvez o viés do jornalista tenha ajudado nisto.

E por isso eu faço questão, Senadora Vanessa Grazziotin, de saudar a Kátia Cubel, Assessora de Comunicação do Ministro Marco Aurélio. E veja que foi tão feliz que a própria Ministra da Condição da Mulher, que falou muito bem, lembrou que coube a um homem – porque a Justiça Eleitoral já foi presidida por uma mulher –, na Presidência, acolher uma demanda da Bancada Feminina no Congresso para produzir, através das agências de propaganda que atendem à Justiça Eleitoral, uma campanha da melhor qualidade, curtíssima e diretíssima.

Então, eu penso que nós atendemos.

Assim, homenagem a Kátia Cubel, que foi muito sensível quando falamos sobre isso a respeito dessa questão. Ela, como jornalista, também deve ter entendido. Ela que está lutando tanto pelo reconhecimento do Padre Landell de Moura, como patrono da criação do rádio brasileiro.

Então, é uma homenagem que faço em seu nome também à Kátia Cubel.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senadora Ana Amélia, me permita cometer uma indelicadeza, porque estou aqui na...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pois não, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ... coordenação dos trabalhos, mas faço questão de pedir a sua autorização para que eu possa repartir essa homenagem com a senhora também, porque a jornalista Kátia Cubel – acho que houve uma falha de minha parte, principalmente por não ter feito isso durante a sessão – foi fundamental e decisiva até, eu diria, para que essa campanha pudesse tomar curso. E V. Exª, muito mais sensível do que eu, porque jornalista é e trabalha com o tema, trabalha há muito tempo, com o viés de jornalista...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É esse o vazo, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Agradeço muito.

Senadora, logo após a nossa sessão, a imprensa foi ouvir o Ministro Marco Aurélio. No geral eram mulheres jornalistas fazendo perguntas, e perguntas inteligentíssimas, ou seja, a campanha institucional do TSE já começa a surtir efeito. Então, parabéns, Senadora Ana Amélia. E V. Exª está no jornal da minha cidade no dia de hoje, está lá com uma foto da primeira reunião que nós tivemos com o Ministro Marco Aurélio, que desembocou nessa campanha bacana.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – E o *Jornal do Senado* ontem também publicou...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ... a foto histórica da nossa visita lá...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Exatamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ... com V. Exª e Jô Moraes.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Parabéns, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada.

Hoje, o meu motivo aqui era de falar bastante sobre uma questão que está preocupando.

O Rio Grande do Sul é um Estado exportador, é um Estado que exporta especialmente manufaturados, no caso, calçados, que têm um peso bastante significativo, um setor que teve prejuízos, primeiro lá um pouco mais atrás, com a questão da concorrência chinesa, que foi, eu diria, um arrasa-quarteirão. Depois muitas indústrias saíram do Rio Grande do Sul, atraídas pelos incentivos fiscais do Nordeste, que nós não...

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ... questionamos. Nós talvez queiramos que também o Rio Grande do Sul dê incentivos fiscais.

Agora, de novo, a indústria calçadista, que foi afetada pesadamente pelas restrições e pelas barreiras ao comércio da Argentina contra a exportação de calçados, vem sofrer um novo revés. Qual é o revés? Não é só o setor calçadista, é todo o setor exportador. É exatamente a não liberação, pelo Tesouro, dos recursos do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), que é uma importante ferramenta, como linha de crédito do Governo Federal, operada pelo Banco do Brasil, colocando em risco a sustentabilidade e a competitividade das vendas externas brasileiras em vários setores. Em vez de rotineiro repasse semanal feito pelo Tesouro, essa linha de financiamento às pequenas e médias empresas exportadoras está desde o dia 29 de janeiro sem creditar qualquer quantia para a viabilidade das exportações.

As dificuldades e as falhas no cumprimento desse programa – aquela história da falta de estabilidade –, foram cinquenta dias sem repasses antes e depois de 29 de janeiro. Ou seja, o setor exportador está acumulando 100 dias sem previsões financeiras e orçamentárias claras para o setor exportador nesse programa tão importante.

Vale lembrar também que muitas empresas dependem há anos dos recursos do Proex.

Esse crédito é essencial para a ampliação sustentável das exportações brasileiras, porque facilita a ampliação do comércio internacional, e foi graças a esse Programa que muitas empresas conseguiram abrir novos mercados.

A indústria calçadista, com forte atuação em Novo Hamburgo, que fica na região do Vale dos Sinos, está sofrendo extremamente, porque aproximadamente R\$5 milhões deixam de estimular as exportações nessa região.

Hoje recebi um comunicado de Gilmar Weber, que opera numa empresa que desde 1948 fabrica calçados femininos – casualmente, Senadora Vanessa, calçados femininos –, disse que, se os repasses não forem normalizados, as empresas exportadoras serão obrigadas a buscar outras linhas de crédito. Ai, claro, no mercado, são linhas mais caras, diminuindo-se a competitividade, com reflexos na renda e no emprego.

Então, queria chamar a atenção para essa situação grave, que não é só para o setor exportador de calçados. Também, de acordo com Alexandre Selk, que atua no setor exportador de arroz – meu Estado é um Estado exportador –, as exportações dependem desses recursos do Proex. Vale lembrar que as exportações gaúchas somaram US\$1,02 bilhão em fevereiro, representando uma queda de 5,8% em relação ao mesmo período de 2013, segundo a Federação das Indústrias.

Para terminar, o saldo da balança comercial do meu Estado, portanto, ficou negativo em US\$530 milhões de dólares, mesmo com a desvalorização média do câmbio. O resultado da balança comercial brasileira, como um todo, também está negativo. O déficit da balança comercial saltou para US\$6,7 bilhões em 2014, uma alta de 46% ante os US\$4,6 bilhões do mesmo período de 2013. O saldo atual é resultado de exportações de US\$26,9 bilhões e de importações de US\$33,6 bilhões.

Portanto, espero que o Ministério da Fazenda, o Banco Central, especialmente o Banco do Brasil e o Tesouro Nacional, retomem logo a operação dessas linhas de financiamento do Proex para o setor exportador, para as pequenas e médias empresas, de modo muito especial.

Muito obrigada, Senadora Vanessa.

Durante o discurso da Srª Ana Amélia, o Sr. Cyro Miranda deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Vanessa Grazziotin.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Cumprimentamos a Senadora Ana Amélia pelo pronunciamento.

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Casildo Maldaner, quero aqui registrar a presença de um grupo de estudantes de Arquitetura da University of Southern California.

Sejam todas e todos muito bem-vindos ao Senado Federal.

Com a palavra, o Senador Casildo Maldaner, que fala como orador inscrito pelo tempo regimental.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cara Senadora Vanessa Grazziotin, que preside a sessão, e prezados colegas, muito mais que a defesa de um projeto de lei, de uma proposta, minha intenção na tarde de hoje é a proteção de um princípio basilar, que deve pautar todas as nossas ações ao longo da vida: Justiça. Baseados nesse fundamento, devemos analisar a questão dos aposentados no Brasil.

Não é novidade para ninguém, mas é sempre importante trazer à luz os números que amparam nossa posição. Ao final de 2012, última data em que estiveram disponíveis as estatísticas do Ministério da Previdência Social, havia 28 milhões de pessoas recebendo benefícios do INSS. Cerca de 62% dos beneficiários, portanto, 17 milhões de pessoas, recebem valores em torno de um salário mínimo, ou seja, mais de 60% dos aposentados do INSS do Brasil recebem em torno de um salário mínimo. Apenas para fins comparativos, na faixa entre cinco e seis salários, ou seja, próxima ao teto previdenciário, estão apenas 0,8% do total dos brasileiros aposentados que estão recebendo pela Previdência.

Há duas questões que clamam por Justiça nessa situação: uma é de ordem moral e outra é de ordem prática. Na primeira, cabe o questionamento: é justo que, depois de uma vida inteira de trabalho, a pessoa sobreviva e, muitas vezes, dê suporte a uma família com o benefício de um salário mínimo ou menos? Moralmente, com certeza, não. É nesse ponto da vida que, comumente, elevam-se os gastos, por exemplo, com medicamentos, tratamentos de saúde, cuidados especiais.

Pois bem, para driblar essa situação e dar conta das despesas, muitos aposentados veem-se obrigados a retornar à labuta, quando ainda lhes resta saúde e disposição. Ao fazê-lo formalmente, destinando uma parte de seus vencimentos, como igualmente o fazem seus empregadores.

E o que ganham com isso? Infelizmente, nada. Trata-se de uma espécie de apropriação indébita feita pela Previdência, que não dá ao contribuinte o retorno proporcional à sua contribuição. A jurisprudência tem sido pacífica, no Brasil, concedendo ganho de causa aos aposentados, pois se trata de direito líquido e certo, que aguarda regulamentação.

Neste Parlamento, temos feito esforços diversos para suprir tal carência e incorporar em nossa legislação essa garantia ao trabalhador. São muitas iniciativas louváveis. Faço questão de destacar a luta do nobre Senador Paulo Paim, uma referência em defesa dos aposentados.

De minha parte, propus, ainda em 2011, nobre Presidente, o PLS nº 188, que prevê a devolução dos benefícios adicionais feitos pelo aposentado que retorna ao mercado de trabalho, garantindo um ganho adicional no decorrer de sua vida, nunca ultrapassando – é claro – o teto da Previdência Social.

Essa proposta, que tive a honra de apresentar em 2011, tramita na Casa e traz em seu bojo, tem o objetivo de possibilitar àquela pessoa, após trabalhar o tempo que a legislação exige para poder auferir uma aposenta-

doria, que são os nossos 30 ou 35 anos de trabalho, após isso, se ela receber menos do que o teto da Previdência Social e sentir condições físicas, ainda exercer uma profissão, como se diz, na gíria, um bico.

Isso para poder ter melhores condições de vida ou para atender, quem sabe, senão os filhos, que já cresceram e estão trabalhando, mas netos, ou ajudar a família, ou ajudar alguém com algo, com uma bolsa de estudo, ou para si mesma, para que ela tenha uma vida mais condigna, em que exerce uma agenda, uma profissão, e procura formalmente exercer essa função.

Se for formalmente, ela vai contribuir com a Previdência. Hoje, contribuindo, trabalhando formalmente, ela não tem vantagem nenhuma. Desconta-se dela a parte que vai para a Previdência, mas ela não tem o direito de usufruir de algo. Às vezes, é até melhor trabalhar informalmente, porque não se desconta, e fica-se naquela situação.

Mas a motivação para que se faça o trabalho formal, se exerça uma função, não é para tirar emprego de outras pessoas. É para buscar fazer alguma coisa durante cinco anos de vida, vamos supor, em que ainda se tenha condições físicas, Senador Capiberibe, para exercer isso – por cinco anos, ou dez anos, ou oito anos.

Ao cabo disso, o que ela quer? Que se possa acrescentar algo, proporcionalmente, fazendo os cálculos atuariais de vida no Brasil, de acordo com a tábua que a Previdência tem, aquele algo que se possa acrescentar. Se contribuiu com mais cinco anos, isso equivale a crescer mais R\$300,00 ou R\$500,00 por mês, para crescer à aposentadoria que ele está ganhando, seja um salário mínimo, R\$700,00, R\$800,00, R\$1.000,00 ou R\$1.200,00, para que, quando ele não mais puder, arcado pela idade e pelas condições que não o permitem, quando não tiver mais jeito, ele possa, então, ter uma vida mais condigna para viver melhor. Essa é a proposta.

São esforços que fazemos visando ao atendimento de algumas das amplas carências dos aposentados, Senador Paulo Paim, que vivem praticando esse verdadeiro malabarismo financeiro para garantir sua sobrevivência.

Sob a alegação de que a medida provocará um comprometedor aumento nas despesas da Previdência Social, os projetos arrastam-se em sua tramitação. A intenção, velada e ao mesmo tempo cristalina, é sepultar as iniciativas sob a turva fumaça da lentidão do processo legislativo.

É isto que vem ocorrendo: anexam-se projetos que são, mais ou menos, similares – anexa-se um ao outro –, e aí vai levando, e aí vai caminhando, e aí vai se procrastinando, deixando a Justiça decidir. Nossa Justiça só decide quando provocada, e o processo tem suas demoras. Ainda não se criou uma jurisprudência geral.

Quer dizer, há uma decisão individual. Quem requer, quem vai aos tribunais busca acrescentar, busca ter direito àquela parcela com que contribuiu e que é sua, é uma apropriação indébita da Previdência. Até conseguir isso, leva tempo, e, depois, quiçá já viajou, está em outros tempos, em outro firmamento.

Nosso projeto hoje segue em tramitação conjunta com outras propostas que versam sob o mesmo tema, num verdadeiro emaranhado legislativo, que funciona à perfeição quando se trata de matérias que não gozam da simpatia governamental.

Claro que o Governo – e a Previdência também, é lógico – alega que isso vai ter muitos encargos, que não vai dar. Mas nós já fizemos a proposta. Quando sair, deixar de trabalhar, não é para pagar agora e devolver nesse instante. Aquele pouco que tem acrescente-se ao que vem recebendo, então, para que, ao longo da vida, com cálculo atuarial, ele tenha condições melhores de viver. Essa é a proposta.

Cada Parlamentar exerce livremente o seu direito de voto e manifestação, seguindo sua consciência e principalmente os desejos e anseios da sociedade que representa. Não é nossa intenção convencer ninguém a votar dessa ou daquela maneira, Sr. Presidente. Rogo tão somente que permitam que tais matérias sejam analisadas e votadas, cumprindo-se plenamente os princípios democráticos, e que prevaleça o desejo da maioria.

É tão somente isso. É isto que nós queremos, Sr. Presidente, caros colegas: que ande, que não se procrastine, que venhamos a atender. É claro que a Justiça vai se pronunciando favorável a isso. Não há mais questionamento em relação a isso. Mas por que não vamos nos adiantar? Buscar o caminho para que esses aposentados que ainda trabalham, que têm condições físicas e ganham menos do que o teto... Não é o teto do Poder Público, o tetão, não; é o tetinho, da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Governo/PT – RS) – Nem 10 salários mínimos não é, porque dizem que é 10 mas não é 10. É em torno de 5 ou 6.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Não, não, não. É bem aquém. Não sei quanto está hoje, três e pouco, quatro e pouco...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Governo/PT – RS) – Dá R\$4.260,00, uma coisa assim.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Quatro e pouco, porque é o teto da Previdência. Não é aquele teto famoso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Governo/PT – RS) – O teto, se fosse dez, daria sete mil e pouco.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Não é aquele, é esse aqui da Previdência. Então, sempre respeitando o teto. Se ultrapassar o teto, corta, não tem direito. O teto mínimo, claro, da Previdência.

Mas eu acho que esse é um direito, Sr. Presidente, caros colegas, que não podemos deixar de lado. Acho que há um clamor social, para prevalecer, parcelar, buscar o entendimento. Eu acho que deixa todo mundo mais tranquilo, até psicologicamente. Reflete pouco para cada um, mas, psicologicamente, essas pessoas que lutaram...

(Interrupção do som.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ...não podem mais trabalhar, não têm mais condições físicas, e contribuir, depois de aposentado, mais dois anos, mais três anos, que tenha aquele *plus*, aquele pouquinho proporcionalmente sendo adequado. Acho que é uma questão de Justiça.

Muito obrigado Sr. Presidente e caros colegas, e também pela tolerância que V. Exª teve para com o tempo de nossos apertes.

Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, a Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador, pela sua fala.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já vou encaminhar.

Eu falarei também na mesma linha hoje no sentido, Senador Casildo, de que temos que valorizar nossos idosos, aposentados e pensionistas. O pessoal do Aerus está acampado no Salão Verde. E eu tenho uma estatística que mostra que nós caímos quase 30 pontos em relação a um ano atrás em matéria de valorização dos aposentados e pensionistas, é o quanto eles estão perdendo.

V. Exª tem toda razão. Meus cumprimentos pelo pronunciamento.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Agora o orador a falar, como Líder, seria o Senador João Capiberibe, mas, claro, com a tolerância do nobre Senador, V. Exª tem a palavra, pela ordem, Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o nosso Senador Capiberibe se dirige ao púlpito, eu trago aqui uma informação da máxima gravidade, que vem do Presidente da Associação dos Municípios do Acre, o Prefeito de Rio Branco, Marcus Alexandre, dando conta de que está havendo um sequestro do Fundo de Participação dos Municípios, que está vitimando certamente todos os Municípios brasileiros ou, pelo menos, a grande maioria dos Municípios brasileiros.

Nesse caso, ele traz essa denúncia de que está havendo uma retenção automática dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios, em função da Medida Provisória nº 589, de 13 de novembro de 2012, que foi transformada na Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013. Ele manifesta preocupação com a situação do sequestro de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de prefeituras do nosso Estado, o que certamente é extensível a todos os Municípios, que ocorreu no mês de janeiro e também no mês de março pela Receita Federal do Brasil.

Ao persistir essa situação, poderão ficar comprometidos os serviços públicos essenciais, como pagamento de pessoal, funcionamento de unidades básicas de saúde e de ensino infantil. Assim, diante do difícil cenário para a administração municipal, solicitamos o apoio da Bancada Federal para mediar uma solução alternativa junto à Receita Federal do Brasil. E ele manda um anexo com um quadro demonstrando o quanto é preocupante a situação.

Quero dizer que, daqui a pouco, vou estar reunido com autoridades da Receita Federal para tratar esse assunto, mas quero externar aqui o tamanho do absurdo. Por exemplo, no Município de Cruzeiro do Sul, no mês de janeiro, a primeira parcela do FPM que ele estava a receber era de R\$803.569,00. E ele recebeu apenas R\$332 mil, ou seja, menos de 30% do que tinha a receber. Imagine como conseguirá bancar suas responsabilidades em uma situação como essa. No mês de março, o mesmo Município de Cruzeiro do Sul tinha a receber, na primeira parcela, R\$525.732,00, de Fundo de Participação do Município, e recebeu apenas R\$382 mil, quase 200 mil a menos. E o mesmo se repete com praticamente todos os Municípios acrianos.

Então, eu trago essa preocupação, Senador Paim, porque imagino que outros Municípios de outros Estados brasileiros vão também procurar os Srs. Senadores e Deputados Federais para que possamos fazer aqui em Brasília uma mediação junto à Receita Federal no sentido de que, se tem que pagar as dívidas dos encargos

sociais, a Receita Federal possa fazer um processo de renegociação dessas dívidas, para que o comprometimento dos Municípios não venha colocar em risco a funcionalidade dos serviços essenciais à população. É preciso haver bom senso por parte do Governo Federal nesse sentido. Imagino que as autoridades da Receita Federal também terão de estar preocupadas no sentido de encontrar uma saída que possa permitir que os Municípios, ao honrarem suas dívidas, não fiquem impossibilitados de pagar o funcionalismo público e, ao mesmo tempo, de garantir a execução dos serviços essenciais que são cobrados todos os dias pela população.

Então, Senador Paim, apresento essa preocupação, que é fruto de uma reclamação feita pelo Presidente da Associação dos Municípios do Acre, o Prefeito Marcus Alexandre, que, ao falar em nome de todos os prefeitos de nosso Estado do Acre, certamente expressa o sentimento de todos os prefeitos do Brasil.

É essa a minha observação, Senador Paim. Imagino que a gente vá ter de tratar desse assunto também aqui no Senado nos próximos dias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Passamos a palavra ao Senador João Capiberibe, na certeza de que vamos também aprovar aqui o Projeto da Renegociação das Dívidas dos Estados.

Enfim, V. Ex^a com a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Saúdo os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado.

Sr. Presidente, o Brasil é a sexta economia do mundo. Todo o mundo repete isso. Nós somos a sexta economia do mundo, mas os nossos indicadores sociais estão entre os piores. No que diz respeito a saneamento básico, hoje saiu uma matéria no Bom Dia Brasil, na TV Globo, que mostra que, entre 199 países, o Brasil se situa na 112^a posição, atrás do Equador, Chile, Honduras e Argentina. Tem alguma coisa errada! Como é que somos a sexta economia do mundo e a nossa sociedade vive sem esgoto sanitário, sem água tratada?

Vou tentar explicar, Sr. Presidente, tomando como exemplo o meu Estado. O meu Estado, nos últimos tempos, vem situado entre os últimos em vários quesitos. Eu tenho aqui a manchete da *Folha de S.Paulo* de ontem, que diz o seguinte: “O Amapá é o último Estado a se conectar à banda larga fixa”. E é verdade! Até segunda-feira, quando passamos a contar com banda larga fixa. Mas veio da Guiana, Sr. Presidente, não é um processo de integração de nosso País. Não faz parte do Plano Nacional de Banda Larga. Essa rede foi construída por uma associação, uma cooperação internacional entre o nosso País e a França, entre o Amapá e a Guiana e entre a empresa Oi, do Brasil, a empresa Guaiacom, da Guiana Francesa, e o Governo do Amapá. O Governador Camilo Capiberibe foi o animador desse processo, porque as nossas expectativas em relação ao nosso País não são tantas.

Nós sabemos que o nosso desenvolvimento tem que ser olhado em direção ao Norte. Uma parte do nosso Estado está no hemisfério Norte, onde temos uma vizinhança com quem precisamos saber nos relacionar. Essa linha de fibra ótica é o marco definitivo da nossa cooperação com a França, da nossa cooperação com os países do Platô da Guiana. Também somos os últimos em eletrificação rural, Sr. Presidente, e já fomos os primeiros na Amazônia. Falo isso porque, em maio de 2003, numa grande reunião em Rio Branco, a então Ministra Dilma Rousseff apresentou um relatório sobre eletrificação rural da Amazônia e, naquele momento, o Amapá liderava o *ranking* de Estado com maior índice de eletrificação rural. Só quem, hoje, nós somos os últimos. É que a União Federal, o governo do Presidente Lula criou um programa chamado Luz para Todos e esse programa expandiu as redes de energia elétrica em todo o Brasil, menos no Amapá.

Agora, é estranho. Por que um Estado da Federação é tão penalizado, se é, tanto quanto qualquer outro, um membro desta Federação?

Ocorre que a Eletronorte, o Ministério de Minas e Energia, e eu peço a atenção do Sr. Ministro Edison Lobão, que é Senador desta Casa... O Amapá é o último Estado em eletrificação rural por uma simples razão: não refizeram as planilhas de custos e, aí, não tem quem queira participar de uma concorrência para colocar uma única ligação lá no Amapá.

Enquanto, no Pará, a Eletronorte, a União paga R\$13 mil por uma ligação, no Amapá, R\$8 mil. Portanto, todas as concorrências têm dado desertas e, por isso, nós não avançamos na eletrificação.

Eu quero falar de saneamento, também, em que nós somos os últimos, o Amapá, em relação ao País, e a matéria nos destaca, Senador, como o último Estado, com 1% de esgotamento sanitário e em que a metade da população não tem água. Aqui, nós vamos tentar refletir, para saber por que o País é a 6^a economia do mundo e nós nos situamos na rabeira dos indicadores sociais.

Eu vou fazer a referência exclusiva ao meu Estado.

A matéria diz o seguinte: “Os moradores de Macapá nem coleta de esgoto têm. Só 1% da população tem acesso ao serviço. A maioria recorre às fossas [...]”. E o pior: a água encanada também não chega para todos.

Vejam, é verdade, sim, mas é verdade, também... Eu fiz um levantamento na contabilidade pública, a partir do momento em que o dinheiro passou a ter memória no nosso País, a partir de 1994 até 2013, e eu posso provar que apenas o Tribunal de Contas do Estado do Amapá – apenas o Tribunal de Contas, que é a instituição criada para acompanhar e fiscalizar os gastos públicos – desviou R\$500 milhões.

Olha, R\$500 milhões, desviados pelo Tribunal de Contas, dariam, certamente, para instalar a rede de esgoto da capital. Não tem mistério, R\$500 milhões é muito dinheiro aqui e em qualquer lugar do mundo e que nos permitiria garantir saneamento básico.

Eu falo isso também porque fui governador e fiz um grande programa de água tratada e de esgoto. Nós dobramos, triplicamos a produção de água e avançamos em uns 150% as conexões da rede de esgoto, mas quando deixei o governo parou tudo.

Estou falando de R\$500 milhões do Tribunal de Contas, mas a Assembleia Legislativa do Amapá já desviou mais de R\$1,5 bilhão, só aí são R\$2 bilhões.

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Quando deixei o governo a partir de 2003, os recursos que eram aplicados, e tenho aqui a contabilidade, deixaram de ser aplicados no programa de água e esgoto, desapareceram os recursos para água e esgoto, o sistema foi abandonado. Quem tinha água deixou de ter água, quem tinha rede de esgoto deixou de ter rede de esgoto.

E aí veio a sequência de tragédias políticas que nós vivemos com a prisão do ex-governador, com a prisão do governador em exercício, foram pelo menos de 6 a 8 operações da Polícia Federal, prendendo os políticos do meu Estado.

E a Polícia Federal acusa o Executivo, de 2003 a 2010, de ter desviado R\$2 bilhões. Aí está o dinheiro do saneamento básico. Tem segredo? Não tem.

Este País é a 6ª economia do mundo, tem, entre os homens mais ricos do mundo, brasileiros. No entanto, vivemos essa trágica realidade em que milhões de brasileiros vivem sem energia elétrica, sem esgotamento sanitário, sem água tratada.

Mas eu quero anunciar também que na sexta-feira o Governo Camilo Capiberibe vai entregar o sistema de tratamento de água para a cidade de Santana, que é uma cidade de 100 mil habitantes, cuja água atendia, no máximo, 30% da população e agora vai ser universalizado.

Esse programa que ele está implantando no Estado é um programa de R\$300 milhões. É verdade, são recursos do PAC, são recursos emprestados, dinheiro de empréstimos e também recursos do Estado, para garantir a universalização da água e avançar com a rede de esgoto.

Nós certamente vamos sair dessa situação.

O que é mais chocante, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, é que essa situação que vive o Amapá nem sempre foi assim. Nossos indicadores foram bem melhores do que os que estão aí. É que tivemos esse *tsunami* político que nos abateu durante oito anos, e isso deixou marcas, que estão presentes.

E, finalmente, devo dizer que contamos com a participação, na representação nesta Casa, de um dos Senadores mais importantes da República, e não poderíamos estar vivendo a situação que estamos vivendo. Mas fique certo, estamos saindo, estamos começando a respirar. Inauguramos Santana, vamos inaugurar Macapá. Água tratada para todos. E todas as cidades do Amapá terão água até o final deste ano porque as obras estão caminhando.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pela ordem, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para fazer o registro de que estão aqui, na tribuna de honra, o Prefeito de Caibi, cidade do oeste catarinense, Dilair Menin, e seu Secretário de Infraestrutura, Valdir Graciola. É um próspero Município do este catarinense, ligado ao agronegócio.

Eu gostaria de fazer o registro de suas presenças nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sejam bem-vindos à Casa.

Senador Requião, pela ordem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, só para fazer um comunicado ao Plenário do Senado.

Estou voltando de Montevidéu, onde participei, como Vice-Presidente, de uma reunião da Mesa do Parlasul, que decidiu que, no dia 7 de abril, às 10 horas da manhã, teremos o restabelecimento das reuniões periódicas, com a participação do Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina e Venezuela.

Então, os Senadores membros do Parlasul devem se preparar junto à Comissão, nosso Secretário Antônio está à disposição, para que organizemos as viagens. A presença mínima de Parlamentares brasileiros, para que a reunião possa aprovar o novo regimento e as medidas que serão tomadas, é de 19 Parlamentares dos 37 com que o Brasil contribui para o Parlamento.

Então, fica aqui um apelo aos companheiros Senadores e Senadoras, que preparem suas viagens, encaminhem ao plenário seus pedidos de licença, para que, dia 7, estejamos em Montevidéu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está feito o registro para todos os participantes da delegação brasileira no Mercosul.

Agora, teríamos um orador inscrito.

Walter Pinheiro. *(Pausa.)*

Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Pedro Taques. *(Pausa.)*

Rodrigo Rollemberg. *(Pausa.)*

Cyro Miranda. *(Pausa.)*

Humberto Costa. *(Pausa.)*

Jorge Viana. *(Pausa.)*

Luiz Henrique. *(Pausa.)*

Aníbal Diniz. *(Pausa.)*

Eduardo Suplicy. *(Pausa.)*

Ana Rita. *(Pausa.)*

Lídice da Mata. *(Pausa.)*

Jayme Campos. *(Pausa.)*

Wellington Dias. *(Pausa.)*

Cícero Lucena. *(Pausa.)*

João Capiberibe já falou.

E, entre os Líderes, Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Aécio Neves. *(Pausa.)*

Cyro Miranda. *(Pausa.)*

Eu convidaria o Senador Cidinho para presidir, para que eu possa falar então.

Senadora Lídice da Mata, eu a chamava no exato momento, em permuta...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, neste momento, o Senado recebe a visita de uma comitiva do Senado Federal da Alemanha, que está acompanhando o Presidente Renan Calheiros ao nosso plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sejam todos bem-vindos.

O Senador Renan vai assumir aqui e naturalmente falará em nome da Casa, mas o registro de V. Ex^a já é uma homenagem à delegação alemã, que, neste momento, se encontra no plenário do Senado da República.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Ex^a está com a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no próximo sábado, 22 de março, comemora-se o Dia Mundial da Água. A data foi instituída pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1992 para promover discussões e reflexões sobre a necessidade fundamental de preservar esse recurso natural. Infelizmente, apesar de indispensável à vida, ações predatórias do homem têm contribuído para o desabastecimento, contaminação, poluição e degradação de rios, lagos e represas.

Esta semana, foi lançada a quarta edição do relatório da ONU sobre a gestão e desenvolvimento dos recursos hídricos, intitulado “A Gestão da Água em Tempos de Riscos e Incertezas”. Segundo esse documento, “nenhuma região do mundo está livre das pressões sobre os recursos hídricos. Em algumas regiões, os cursos de água podem chegar a perder até 80% de seu volume no verão”. Em nosso País, temos escutado, nos últimos dias, inúmeras notícias sobre possibilidade de colapso no abastecimento de água em algumas metrópoles.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero hoje aqui não apenas registrar a passagem desta data, mas, principalmente, fazer uma reflexão sobre a água, os recursos hídricos e a estreita relação com o Semiárido brasileiro.

O Semiárido é uma região do nosso País que compreende uma área de mais de 900 mil quilômetros quadrados, totalizando 1.113 Municípios que estão situados no Nordeste brasileiro e no norte de Minas Gerais, do Senador Aécio Neves.

Segundo dados do IBGE, vivem nessa região 22 milhões de pessoas, o que caracteriza nosso Semiárido como o mais populoso e também o mais chuvoso, dentre os diversos espaços semiáridos do mundo. *(Pausa.)*

Não é o caso de suspender por alguns minutos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Lídice, desculpe a interrupção.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – De forma alguma, Sr. Presidente. Se V. Exª desejar que eu interrompa por algum tempo para receber os representantes do Senado alemão, deixo V. Exª à vontade para decidir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Por favor, continue, Senadora, conclua.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Porém, as chuvas são irregulares e sua quantidade é menor do que o índice de evaporação, que é de 3.000mm/ano. Ou seja, a evaporação é três vezes maior do que a de chuva que cai, e com isso temos dois grandes desafios: a necessidade das famílias se prepararem para a chegada da chuva e a garantia universal da água para toda a população do Semiárido.

A disponibilidade e os usos da água no Semiárido brasileiro continuam a ser uma questão crítica no que concerne ao desenvolvimento regional. É fato que alguns esforços têm sido empreendidos para implantar uma melhor infraestrutura, com capacidade de disponibilização suficiente de água para garantir o abastecimento humano e animal e até mesmo viabilizar projetos voltados à produção e geração de renda.

Todavia, esses esforços ainda têm sido insuficientes para resolver os problemas decorrentes da escassez de água, o que tem feito com que as populações continuem vulneráveis à ocorrência de secas, especialmente quando se trata do uso difuso da água no meio rural. De qualquer modo, a ampliação e o fortalecimento da infraestrutura hídrica, com uma gestão adequada, constituem requisitos essenciais para a solução do problema, servindo como elemento básico para minimizar o êxodo rural e promover a interiorização do desenvolvimento.

Eu discorro, Sr. Presidente, portanto, sobre a necessidade de nós desenvolvermos uma política cada vez mais voltada para o conceito da convivência com o Semiárido e da sustentabilidade de recursos hídricos. E, por isso mesmo, trago a esta tribuna a necessidade de destacar a atenção prioritária ao Semiárido brasileiro diante das fragilidades hídricas dessa região, a partir da visão de sustentabilidade, com foco no estímulo à conscientização diante da gestão, do acesso e da distribuição da água como recurso cada vez mais escasso no Planeta.

Discorro sobre essas ações, Sr. Presidente, e destaco que é necessário que pensemos nas múltiplas necessidades do homem no Semiárido, como: a captação e distribuição de água para o consumo humano; a construção de pequenas barragens e outros equipamentos voltados ao uso familiar e comunitário; o uso de águas para a produção de alimentos, voltados para a segurança alimentar e nutricional das famílias e comunidades; a produção de mudas para a recuperação de matas ciliares; a formação para o manejo e gestão de recursos hídricos, diminuindo ao máximo o desperdício e a poluição, e também para o manejo do solo, evitando o assoreamento.

Sr. Presidente, estou sintetizando o pronunciamento que fiz por escrito para abordar essa questão. Sintetizo-o para que V. Exª possa receber, de maneira mais integral, os representantes do Parlamento alemão. Quero apenas registrar que, neste fim de semana, no próximo sábado, dia 22, no Dia Mundial da Água, nós estaremos realizando o Encontro Programático do Nordeste, da aliança nacional Partido Socialista Brasileiro, Rede Sustentabilidade e Partido Popular Socialista.

Foi escolhida esta data e este local porque, afinal de contas, essa região concentra 90% do Semiárido brasileiro. E os nordestinos, nós socialistas, por meio da Fundação João Mangabeira, discutiremos programas e propostas que proporcionem maior desenvolvimento econômico à nossa região, articulados à sustentabilidade ambiental, e todos integrados na ação de articulação da candidatura do Presidente Eduardo Campos e de Marina Silva.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Srª Lídice da Mata, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós é que agradecemos à Senadora Lídice da Mata.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, permitam-me a interrupção. Nós estamos recebendo no Senado brasileiro a honrosa visita do Presidente do Conselho Federal da Alemanha, Stephan Weil, que se faz acompanhar do Secretário de Estado de Segurança Pública e Esportes, Boris Pistorius, do Secretário de Estado e Diretor do Conselho Federal da República da Alemanha, Gerd Schmitt, e do Encarregado de Negócios da Embaixada da Alemanha, Ministro Claudius Fishbach.

A Alemanha, como todos sabem, é um parceiro estratégico do Brasil. Nós temos com a Alemanha o quarto volume comercial, e a participação de empresas da Alemanha no desenvolvimento econômico brasileiro é algo fundamental e insubstituível.

Como todos sabem, nossos países cultuam valores e princípios constitucionais, como o Estado de direito, a democracia, os direitos humanos, o multilateralismo. E é uma honra muito grande recebermos hoje aqui a visita do Presidente do Conselho Federal da Alemanha.

Eu queria, aproveitando ainda mais a benevolência dos Senadores e das Senadoras, pedir que V. Ex^a, por favor, faça uma rápida saudação ao Senado brasileiro.

O SR. STEPHAN WEIL (*Tradução por profissional habilitado.*) – Sr. Presidente do Senado, prezados senhores e senhores, eu agradeço sinceramente pela grande honra de poder dirigir aqui estas palavras de saudação a este ilustre Plenário.

Eu gostaria de transmitir também as mais calorosas saudações do Conselho Federal da Alemanha. Nós viemos aqui acompanhados de uma delegação com representantes da economia alemã, das ciências e dos governos e da política.

Eu gostaria de expressar aqui também que, tanto no mundo todo como na Alemanha, existe um grande respeito pelas conquistas atingidas pelos governos brasileiros nos anos recentes.

O seu País é um exemplo de como retirar um grande contingente populacional da pobreza e conseguir que eles possam participar também da prosperidade. E também o seu País, o Brasil, joga um papel muito importante, um papel mundial em relação à proteção do clima e também à proteção das florestas.

A minha visita tem como objetivo expandir ainda mais e fortalecer ainda mais as relações entre o Brasil e a Alemanha, que já podem ser consideradas excelentes. Eu acho que podemos dizer que ambos os Países comungam de valores semelhantes. Também compartilham interesses semelhantes e também convicções comuns.

Eu gostaria então de agradecer sinceramente essa cooperação. Com certeza, haverá ainda muitas oportunidades de encontro.

Concluindo, eu gostaria de desejar prosperidade e um bom desenvolvimento para o seu País. E também, já olhando para a Copa do Mundo, desejar ao seu País uma grande festa, uma festa de alegria no inverno deste ano aqui, no hemisfério sul.

Muito obrigado pela sua atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós queremos, sinceramente, agradecer a visita honrosa do Presidente do Conselho Federal da Alemanha. Sem dúvida, a sua presença no Senado brasileiro é uma oportunidade para que possamos aprimorar as relações entre os nossos Parlamentos.

Muito obrigado. Sinceramente, muito obrigado.

Para a continuidade da sessão, peço ao Senador Flexa Ribeiro, 1º Secretário do Senado Federal. Eu vou me despedir do Presidente do Conselho Federal.

Em seguida, falará o Senador Aécio Neves, como Líder do PSDB.

O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr. Flexa Ribeiro, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com a palavra, o Senador Aécio Neves, pelo tempo que precisar.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, ilustre Presidente, Senador Flexa Ribeiro.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o tema que me traz, hoje, a esta tribuna é de extrema gravidade. Subo, mais uma vez, na tribuna do Senado Federal para, como Senador da República, exercer o papel constitucional de fiscalizar as ações do Governo Federal.

Mas subo também neste momento nesta mesma tribuna como Presidente do maior Partido de Oposição no Brasil, para expressar a indignação que não é apenas minha, é da sociedade brasileira, uma indignação crescente com a absoluta ausência de respostas que o Governo Federal insiste em não dar a inúmeras denúncias, a inúmeras questões que vêm sendo tratadas não apenas no Parlamento, mas pela sociedade brasileira, e que têm, infelizmente, levado o Brasil a uma perda crescente de sua credibilidade, a um desajuste gravíssimo na nossa política econômica, com repercussões extremamente graves na diminuição dos investimentos, a uma ruínosa condução dos investimentos em nossa infraestrutura, o que, por dez anos, paralisou o Brasil, numa ausência de ações concretas que permitam ao País a superação das suas ainda vergonhosas diferenças sociais.

Mas hoje, Sr. Presidente, venho a esta tribuna alertado por uma manchete publicada hoje na primeira página de um dos mais importantes jornais do Brasil, *O Estado de S. Paulo*, que trata, ilustre Líder Aloysio Nunes Ferreira, da participação direta da Senhora Presidente da República na mais ruínosa transação, na mais lesiva

operação já feita em qualquer tempo por qualquer empresa brasileira e, quem sabe, do mundo, que levou a mais importante empresa brasileira, patrimônio dos brasileiros, a Petrobras, a ter um prejuízo de mais de US\$1 bilhão apenas naquela transação.

Sr. Presidente Flexa, Srs e Srs. Senadores, é importante que eu aqui, de forma bastante rápida, em algumas pinceladas, possa relembrar aquilo que já foi objeto de ações, e ações sucessivas do PSDB, na Câmara Federal, em especial através de requerimentos de informações do Líder Imbassahy. Aliás, aqui mesmo no Senado Federal, em 2012, Senador Moka, coube ao Senador Alvaro Dias, Vice-Presidente do Partido, ingressar com uma representação junto à Procuradoria Geral da República e também com um pedido ao Tribunal de Contas da União para que fosse instaurada investigação a respeito da desastrada compra da já famosa, infelizmente malfalada, Refinaria de Pasadena.

A partir dessas ações, Sr. Presidente, hoje essa questão é objeto de investigações por parte da Polícia Federal, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público e também do Congresso Nacional.

Mas o fato extremamente grave, que acho que repõe essa questão na ordem do dia e que nos dá hoje, Senadores da Oposição, mas também como cidadãos brasileiros, a prerrogativa, a responsabilidade e a autoridade para cobrar do Governo Federal explicações que não deixem quaisquer dúvidas sobre quais foram as motivações daquele negócio.

Lembro, Sr. Presidente, que, ainda no ano de 2005, foi adquirida pela empresa belga Astra Oil uma refinaria chamada Pasadena Refining System por irrisórios R\$42,5 milhões. No ano seguinte – e vou ser bastante sintético nesta minha retrospectiva –, como num passe de mágica, metade dessa refinaria foi adquirida pela Petrobras, com a votação unânime do Conselho de Administração, presidido pela atual e ilustre Presidente da República, por US\$360 milhões.

Nós estamos, Sr. Presidente, nos referindo à metade daquele ativo adquirido por US\$42,5 milhões. Portanto, um ativo adquirido em 2005 por US\$22,5 milhões, metade daquele adquirido pela empresa belga, foi adquirido pela Petrobras por US\$360 milhões. Em um ano, Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma valorização de meros 1.500%!

Isso, por si só, já seria um acinte, objeto de todas as investigações e de punição dos responsáveis, mas o que ocorreu, Sr. Presidente, foi ainda mais grave: no momento da compra de metade desse ativo, assinaram ali os membros do Conselho de Administração, por unanimidade, sem absolutamente qualquer questionamento, autorização para um contrato que previa, em havendo desentendimento entre as partes, a recompra da outra metade por valores a serem fixados por ela.

Infelizmente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o desentendimento veio e, no ano de 2012, a Petrobras foi obrigada a comprar a outra metade – a primeira metade fora adquirida por US\$365 milhões no ano de 2006 – por meros, Senador Moka, US\$839 milhões! Vou repetir: a outra metade por US\$839 milhões! Essa refinaria, hoje absolutamente obsoleta, traz uma característica extremamente curiosa: ela não estava preparada para refinar o petróleo brasileiro, considerado pesado para os padrões daquela refinaria, o que por si só desaconselharia qualquer negociação nessa direção.

A Sra Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Concede-me um aparte, Senador Aécio?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Eu peço que V. Ex^a, ilustre Senadora, aguarde o final do meu pronunciamento. Terei enorme prazer em dialogar com V. Ex^a, em especial, em ouvi-la. Mas é preciso que V. Ex^a aguarde o final do meu pronunciamento para conhecer a força contundente e avassaladora dos argumentos que aqui vou expressar.

Hoje, ilustres Senadores, ilustre Senador Randolfe, há uma proposta para aquisição desse ativo – se é que podemos falar de ativo –, uma única proposta, de US\$180 milhões. Se a Petrobras aceita vender esse ativo por US\$180 milhões, nós estamos falando de um prejuízo para a empresa de mais de US\$1 bilhão.

Mas alguns fatores trazem este tema à ordem do dia e que merecem alguns esclarecimentos. O grande responsável – o grande responsável – pela condução, pela intermediação desse negócio, obviamente, do lado dos belgas, era um senhor chamado Alberto Feilhaber, um brasileiro – um brasileiro –, Líder Aloysio, Senador Figueiró, que já havia trabalhado, por 20 anos, na Petrobras, portanto, conhecedor profundo dos meandros de como as negociações na Petrobras, naquele momento, se davam. Este senhor foi o grande intermediário para que esse negócio, efetivamente, ocorresse.

Mas a questão que faz com que este assunto se torne ainda mais grave é que leio, hoje, surpreso, uma manifestação da Presidência da República, Senador Renan. Uma lacônica manifestação da Presidência da República, como se isso fosse algo corriqueiro, razoável, compreensível, um prejuízo de mais de US\$1 bilhão.

Diz a nota da Presidência da República, ilustres Senadores, ilustre Senadora Gleisi: “A Presidente tomou essa decisão com base [abro aspas] ‘no parecer técnico e juridicamente falho’”. E conclui – abro novamente aspas, Senador Aloysio – “com base em informações incompletas”.

Vejam bem, uma decisão dessa magnitude, tomada por uma ex-Ministra de Minas e Energia, cantada, em verso e prosa, como uma grande conhecedora e especialista nesse segmento, de Minas e Energia, foi enganada por um parecer juridicamente falho e por informações incompletas.

Quem apresentou, Senador Flexa, esse parecer? O então diretor internacional da Petrobras chamado Nestor Cerveró.

Muito bem, temos de acreditar na boa-fé da Presidente da República, ilustre Líder Eduardo Braga.

O que se faz em um caso como esse? Instaura-se uma investigação, afasta-se imediatamente o responsável por esse parecer técnica e juridicamente falho e por apresentar, à então Chefe da Casa Civil, presidente do Conselho, um conjunto de informações incompletas, que levaram a Petrobras a fazer o pior negócio da sua história, lesando brasileiros, lesando seus acionistas?

Procurei saber: onde está o Sr. Nestor Cerveró? Certamente, está respondendo a algum inquérito e, se culpa comprovada, cumprindo pena.

Não, Senador Flexa! O Sr. Nestor Cerveró foi elevado à condição de Diretor Financeiro da BR Distribuidora. Pasmem, senhoras e senhores! É essa a função que ocupa o responsável, segundo a Presidente da República, por induzi-la a assinar, sem qualquer tipo de questionamento, não obstante seu profundo conhecimento em relação à matéria, um parecer técnica e juridicamente falho, com informações incompletas.

É hora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de termos uma participação. É hora de termos uma postura diferente daquela que o Governo do PT acha que pode ter em relação a ações dessa gravidade e dessa natureza, que é sempre a de terceirizar responsabilidades.

Durante quanto tempo, Senador Mozarildo, nós ouvimos falar que essa era uma responsabilidade do então presidente da empresa ou de diretores da empresa? Não! Um simples, básico e primário conhecimento da Lei das Sociedades Anônimas, que rege a administração da Petrobras, iria dizer à então presidente do Conselho e aos seus colegas de Conselho, como o ex-ministro Antonio Palocci, o Governador Jaques Wagner ou o próprio Presidente Sérgio Gabrielli, que os pareceres técnicos são meramente opinativos na lei que rege o funcionamento das S.A.s, e a responsabilidade civil, e mesmo penal, se comprovado o dolo, é do conselheiro que assina aquela determinação ou que aprova aquele negócio.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa resposta dada pela Presidência da República não é suficiente. Não permite que os brasileiros possam conhecer quais foram efetivamente as motivações, as profundas motivações que levaram a uma negociata como essa, com dolo extremamente grave contra a sociedade brasileira e contra sua mais importante empresa.

Aliás, não é por demais lembrar que, hoje mesmo, importante jornalista brasileiro nos lembrava, Senador Aloysio, que, desde que assumiu a Presidência da República a atual Presidente Dilma Rousseff, o prejuízo, a perda de valor de mercado – e, quanto a números, não há argumentos –, somadas a Petrobras e a Eletrobras, chega a US\$100 bilhões!

Essa, Senador Jayme, é a gestão eficiente? É a condução dada por alguém que conhece dos assuntos, que dialoga, que conversa? Infelizmente, esse prejuízo será, pelos próximos anos, insuperável.

Portanto, venho hoje a esta tribuna, repito, na condição de Presidente Nacional do PSDB, cobrar do Governo Federal explicações e que cada um que participou desse processo assumas suas responsabilidades.

E estou propondo, ao lado do Líder Aloysio Nunes, que a Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa possa criar uma comissão no seu âmbito para investigar essas denúncias e acompanhar as investigações que já estão sendo feitas pela Procuradoria Geral, pelo Tribunal de Contas e pela própria Polícia Federal.

Portanto, é algo extremamente grave, e não há mais condições de nós permitirmos e aceitarmos passivamente a terceirização de responsabilidades. Os membros do Conselho de Administração têm que explicar à sociedade brasileira, de forma cabal e definitiva, por que uma refinaria obsoleta, que não tinha condições de refinar o petróleo pesado brasileiro, adquirida, no ano de 2005, por US\$42,5 milhões, foram adquiridos 50% da sua participação por US\$360 milhões, e, alguns anos depois, a outra parte por US\$830 milhões. Não há explicação, não há justificativa que não seja a gestão temerária do patrimônio de todos os brasileiros.

Eu ouço, com prazer, a ilustre Senadora Gleisi.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Estava aqui ouvindo com atenção a forma incisiva como V. Ex^a tem colocado – até dramática – essa matéria sobre a tribuna.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – É verdade.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – E pergunto a V. Ex^a: por que não usou dessa mesma forma para tratar desse tema antes, já que alguns veículos de comunicação colocavam esse tema na imprensa? Aliás, há uma matéria da *Veja* de 2012 que trata exatamente disso, e traz inclusive uma informação de que a Presidenta Dilma foi veemente quando soube dessa situação do parecer técnico e jurídico que estava falho, a cobrança da Petrobras exigindo na diretoria, exigindo que a Petrobras tomasse providências. Não ouvi e não me recordo de

manifestação com veemência de V. Exª nessa oportunidade. Penso que o pronunciamento que V. Exª traz agora utiliza, de forma muito oportunista, um momento em que a Presidenta, inclusive já se esclareceu por nota, colocando o que ocorreu. E, mais do que isso, Senador Aécio, a Presidenta coloca que a compra dos restantes 50% se deu por determinação de uma arbitragem internacional, e não por determinação ou por vontade do Conselho ou por vontade da Diretoria da Petrobras. E eu pergunto a V. Exª, já que questiona, inclusive, a situação da Presidenta como Conselheira da Petrobras: além dos que V. Exª citou que estavam na reunião do Conselho na data em que isso foi aprovado – em 2006, e não em 2005 –, além do ex-Ministro Palocci, do Gabrielli e da Presidência, estavam também os Conselheiros Fábio Barbosa, Dr. Cláudio Haddad, economista reconhecido, Dr. Gleuber Vieira; sobre eles também V. Exª faz argumentos e coloca em suspeição? Então, acho que precisamos esclarecer os fatos, porque a oposição tem direito a se manifestar e a pedir que as coisas se esclareçam – é o papel da oposição; agora, utilizar fatos, utilizar situações de forma oportunista e fazer disso um drama, quando teve oportunidade de se manifestar e cobrar posicionamento anteriormente, não é condizente, Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Senadora Gleisi, permita-me dizer da minha decepção. Aguardava realmente de V. Exª novos argumentos, informações que, de alguma forma, viessem a contradizer aquilo que estou aqui afirmando: o prejuízo que foi dado à Petrobras por uma ação do Conselho de Administração da empresa.

Em outros momentos, Srª Senadora – e a única cobrança que faz é que não houve essa contundência em outros momentos –, talvez a senhora não tenha recebido essa informação, mas foram feitos vários requerimentos de informação à Petrobras. Buscamos todo tipo de ação junto aos órgãos de fiscalização, como a Procuradoria-Geral, e foi exatamente essa ação do PSDB que fez com que esses inquéritos fossem abertos.

O Sr. Eduardo Braga (Bloco Maioria/PMDB – AM) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Vou estar atento à sugestão de V. Exª para ser cada vez mais contundente.

E eu quero dizer a V. Exª que todos que estavam no Conselho de Administração, sim, têm que apresentar razões para o voto que deram. Talvez todos ali esperassem – economistas conceituados, como disse V. Exª – uma palavra de quem mais conhecia do assunto, talvez o Presidente da empresa e a grande especialista na área de minas e energia, que, por uma bela coincidência do destino, presidia, naquele instante, o Conselho. E não acredito que tenha havido essa ponderação.

Não quero entrar na segunda etapa, mas corrijo aqui V. Exª, se me permite: só houve essa decisão judicial que obrigou a compra da segunda metade por US\$830 milhões exatamente porque o contrato de aquisição previa, através de cláusulas absolutamente draconianas, que, em havendo um impasse – obviamente previsto, não precisa nem ser especialista, por conhecedor superficial do tema –, poderia haver, porque seria necessário um investimento, Srª Senadora, de US\$1,5 bilhão a mais para adaptar essa refinaria à capacidade de refinar o petróleo brasileiro. Não houve um entendimento. E o que previa o contrato assinado pela presidente do Conselho de Administração e por todos os membros do Conselho? Que poderia haver a aquisição por esse preço.

A arbitragem se deu com base naquilo que o contrato assinado pela atual Presidente da República, sem qualquer contestação, já previa.

Mas dou, com prazer, a palavra ao ilustre Líder do Governo nesta Casa, o ilustre Senador e amigo Eduardo Braga.

O Sr. Eduardo Braga (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Senador Aécio Neves, V. Exª traz à tribuna um tema a que, ontem nesta Casa, o Governo, com a sua base aliada, deu total apoio e absoluta tranquilidade: a aprovação dos requerimentos apresentados pelo Líder Aloysio Nunes Ferreira e pelo Senador Alvaro Dias, para que o Tribunal de Contas da União, para que a Controladoria-Geral da União possam informar ao Senado e à sociedade brasileira de todos os atos praticados pela Petrobras e por outras empresas públicas brasileiras. O Governo da Presidenta Dilma, em primeiro lugar, tem compromisso em combater qualquer tipo de malfeito. Obviamente, V. Exª foi administrador público, como eu também já fui administrador público, e nós sempre dependemos de informações e de relatórios. Mas é preciso dizer, ilustre Senador, que não foi apenas o relatório do Dr. Nestor Cerveró – que não conheço, que não conheço! – que contribuiu para essa análise. É preciso destacar que, entre 2004 e 2007, a realidade do mercado americano de combustíveis e de refino de petróleo era completamente diferente, ao ponto que as empresas de consultoria com renome internacional, como a IHS Cera e a McKinsey, além do Citigroup Corp, que é um banco de envergadura internacional e está entre os bancos considerados *blue chips*, fizeram relatório a respeito dessa operação, aconselhando a sua operação. É óbvio que, em um mercado onde há inúmeras instabilidades, e depois de o mundo ter sofrido e sofrer ainda consequências de uma crise econômica, é natural analisarmos a situação a esta altura do campeonato e querermos imputar erros. É óbvio que pode ter havido falhas. Falhas, se houver dolo, precisam ser apuradas com absoluta transparência. O Governo apoia a apuração dessas transparências. No dia de ontem, sem ter nenhum conhecimento da manchete

de hoje do jornal *Estado de S. Paulo*, o Líder Aloysio Nunes é testemunha de que nós chegamos aqui, dizendo: “Queremos apoiar para aprovar todos os requerimentos nessa direção.” Outra questão, ilustre Senador Aécio Neves, meu querido amigo: com relação às duas cláusulas, é preciso destacar que uma das cláusulas é chamada cláusula Marlim; a outra, que é também uma das cláusulas citadas a respeito dessa questão, é a Put Option. Essa cláusula – se V. Exª pedir para sua assessoria e para a assessoria do PSDB, e todo o Tribunal de Contas da União estará debruçado sobre isso – é cláusula usual nos contratos dessa natureza. Portanto, creio que é absolutamente pertinente o pronunciamento de V. Exª, é absolutamente correto debatermos esse tema, sem temor, porque a Presidenta Dilma – repito –, o Governo brasileiro não tem compromisso com malfeito, nem tem medo de discutir, com absoluta transparência, todo e qualquer ato da Senhora Presidente da República quando presidente do Conselho de Administração da Petrobras, quando Ministra de Estado, quando Secretária de Estado, porque a Presidenta da República, graças a seu compromisso com a ética e graças a sua história política, tem reputação absolutamente ilibada no campo da probidade, da honestidade e da transparência. Portanto, o que nós estamos aqui deixando muito claro é que não temos nenhum problema em debater a matéria, mas não foi apenas o relatório desse Sr. Nestor Cerveró – que não conheço, repito – que foi apresentado ao Conselho de Administração da Petrobras: foram apresentados relatórios das empresas de renome Cera e McKinsey, bem como do Citigroup, pertencente ao Citibank, uma incorporação internacional. Reconheço a pertinência do discurso de V. Exª e registro, portanto, a absoluta decisão do Governo em fazer o enfrentamento de qualquer questão e dúvidas com relação a malfeitos.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Agradeço o aparte de V. Exª, elegante como sempre, e faço apenas aqui um registro: não houve – se V. Exª entendeu dessa forma, entendeu equivocadamente – nenhum ataque à probidade da Presidente da República; talvez, pelos fatos e pelo prejuízo já consagrado, em parte, no balanço de 2012 da própria Petrobras, de mais de US\$400 milhões, o questionamento à capacidade da então presidente do Conselho de tomar determinadas decisões, ou quais os critérios que utiliza para tomar decisões dessa monta. Nenhum ataque à probidade da Presidente.

Mas o discurso de V. Exª faz jus à história de V. Exª nesta Casa, e tenho certeza de que V. Exª apoiará esta nossa proposta de, no âmbito da Comissão de Fiscalização e Controle, fazermos também – e é nosso dever constitucional – uma ação fiscalizadora, para que possamos saber, efetivamente, quais foram as razões, quais as pessoas envolvidas que levaram a Petrobras a esse prejuízo. E esse prejuízo não é apenas da Petrobras. Alguns, nos últimos anos, tendem a considerar as empresas públicas patrimônio partidário ou político. Não são! As empresas públicas são patrimônio da sociedade brasileira, e, como representantes da sociedade brasileira, nós estamos aqui cumprindo o nosso dever. E conto com o apoio de V. Exª em relação a esse nosso requerimento.

Ouçõ o Senador Humberto Costa e, em seguida, o Líder Aloysio Nunes.

O Sr. Humberto Costa (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Senador Aécio Neves, na verdade, a minha colocação é no seguinte sentido: em primeiro lugar, sequer temos uma conclusão definitiva de que essa aquisição feita pela Petrobras em 2006 foi positiva ou não. Não temos sequer isso. Essa compra tem sido objeto de avaliação, de investigação pela própria Petrobras, pela CGU, pelo Tribunal de Contas da União, e até o presente momento não se pode afirmar que essa aquisição tenha sido danosa para a Petrobras e para o nosso País. Aliás, já tivemos oportunidade, aqui, nesta Casa, a partir de um pedido do Senador Aloysio Nunes, de termos, na Comissão de Fiscalização e Controle, o ex-Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, então Presidente da empresa quando dessa aquisição. Quando aqui esteve, Gabrielli deixou absolutamente claro que as decisões tomadas foram a partir da situação do mercado. Naquele momento, o Brasil havia decidido que precisava ampliar a sua capacidade de refino de óleo pesado, inclusive no exterior. E foi identificada a possibilidade, nos Estados Unidos, de aquisição dessa empresa. Duas empresas de consultoria respaldaram a tomada de decisão do ponto de vista estratégico para a Petrobras. E foi a partir daí que se partiu para a discussão dos valores. Naquele momento, um banco com a credibilidade do Citibank, Citigroup, colocou claramente que os valores estavam perfeitamente dentro do mercado. O que mudou? Naquele momento, a situação do mercado era inteiramente favorável a um tipo de investimento como esse, produção de gasolina e óleo diesel a partir de óleo pesado nos Estados Unidos. Acontece que, como todos aqui sabem, a crise que se estabeleceu nos Estados Unidos, desde 2008, e as mudanças que houve no mercado – o Gabrielli mostrou isso claramente quando aqui esteve – fizeram com que, naquele momento, deixasse de ser um negócio rentável. Porém, Sr. Senador, a Petrobras, tendo a consciência de que um investimento como esse passa por momentos de lucratividade, por exemplo, não incluiu, na sua proposta de desinvestimento a venda dessa refinaria. Por quê? Porque, agora, neste momento, as margens de lucro pelo refino já são perfeitamente aceitáveis, e isso vai se tornar – espera-se que se torne – um negócio absolutamente rentável. Então, esta é a primeira questão. Não podemos dizer aqui que isso foi um mau negócio, porque não há uma conclusão, feita por quem quer que seja, de maneira balizada, de que tenha sido um mau negócio. Segundo: é importante discutir outro aspecto que está sendo denunciado hoje: a Presiden-

ta teria assinado e apoiado a votação, no Conselho da Petrobras, dessa aquisição. Ora, senhoras e senhores, a Petrobras é uma das empresas que tem um dos mais completos, preparados e competentes departamentos jurídicos. A decisão, para chegar ao conselho, passa pela diretoria. Quando chega ao Conselho, não se entrega a cada conselheiro uma cópia do contrato para que ele faça um estudo. Supõe-se e sabe-se que tudo aquilo já foi objeto de uma avaliação importante. Então, não se pode julgar a competência, a capacidade de gestão da Presidenta por conta desse episódio. Qualquer gestor público, diante de uma empresa com a dimensão, a importância e a competência técnica que tem a Petrobras, poderia chegar a uma situação como essa. Terceiro: ao saber que, na verdade, existiam essas cláusulas nesse contrato, a decisão da Petrobras foi de enfrentá-las, negando-se a adquirir a parte restante da refinaria. Infelizmente, isso foi a uma arbitragem, que definiu que a Petrobras deveria ser obrigada a adquiri-la. Portanto, eu entendo que se está fazendo uma grande tempestade num copo d'água. Não temos receio de que isso seja investigado, acho que a Comissão de Fiscalização deve fazê-lo, mas temos de esperar os resultados de todas essas investigações para, aí, podermos acusar a direção da Petrobras de uma gestão temerária. Muito obrigado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoría/PSDB – MG) – Agradeço a V. Ex^a.

Faço apenas um rápido comentário, ilustre Senador Humberto Costa. V. Ex^a afirma e reafirma, ao final do seu pronunciamento, que não há nenhum dado, nenhuma informação abalizada que possa assegurar que essa operação tenha sido lesiva aos cofres da Petrobras, que ela tenha sido negativa ou positiva ao resultado da Petrobras. Vou responder a V. Ex^a com as palavras da própria Petrobras, Senador Humberto Costa. A Petrobras, em seu balanço de 2012, reconheceu a perda, portanto o prejuízo, de US\$465 milhões em função dessa negociação. Contabilizou como prejuízo. Foi a Petrobras que disse, Sr. Senador, que foi um péssimo negócio.

Agradeço o compromisso de V. Ex^a de apoiar essa investigação que será feita, mas a grande realidade é que essa questão vem no bojo, no contexto, de várias outras. V. Ex^a se refere ao corpo técnico da Petrobras. Pouquíssimas empresas, no mundo, têm um corpo técnico tão preparado, tão qualificado, razão das novas descobertas que nós tivemos, como o pré-sal, e de tantos outros avanços da empresa a que nós assistimos ao longo de muitos anos. É esse corpo técnico que mais se tem levantado e se revoltado com determinadas decisões que têm afetado a saúde financeira da companhia.

Quero dizer a V. Ex^a que, neste Governo, a Petrobras perdeu mais de 50% do seu valor de mercado. Neste Governo, a Petrobras se transformou na empresa pública não financeira mais endividada do mundo. Foi neste Governo, Sr. Senador, que a Petrobras sofreu o constrangimento de, na semana em que comemorava os 60 anos de sua fundação, ver o sua nota de risco de crédito rebaixada por uma das mais importantes agências de *rating* do mundo.

Na verdade, permita-me dizer, ilustre Senador, que a Petrobras se transformou na OGX da Presidente Dilma, com uma agravante: a Petrobras é de todos os brasileiros.

Dou a palavra ao Líder Aloysio Nunes.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Minoría/PSDB – SP. Com revisão do aparteante.) – Prezados Senadores Aécio Neves, em primeiro lugar, concordo com V. Ex^a que não estamos aqui – e V. Ex^a fala em nosso nome – levantando qualquer suspeita sobre a honorabilidade pessoal da Presidente. A Presidente é uma pessoa honesta, mas é uma pessoa incompetente, uma Presidente incompetente. Esse é o ponto. Não se trata de honestidade, trata-se de competência, e ela demonstrou, cabalmente, nesse episódio, a sua incompetência. Este é o ponto. Não está à altura das responsabilidades que assumiu, especialmente quando se apresentou aos olhos do eleitorado como a grande gestora, a grande entendida em todas as áreas do governo, especialmente na área de minas e energia, da qual havia sido Ministra. Os Senadores governistas que aqui falaram estão, na verdade, contradizendo não apenas o que diz a Petrobras ao anunciar o prejuízo, dizendo claramente que esse negócio foi um “mico” – a Petrobras comprou um “mico” por uma fortuna –, mas estão quase que fazendo um elogio do negócio, apoiando-se em parecer de tal ou tal consultoria. O negócio foi ruinoso, e a própria Presidente Dilma reconhece que tomou uma decisão com base num parecer juridicamente falho. Então, os Senadores que aqui defendem a Presidente estão sendo mais realistas que o rei, porque a própria Presidente reconhece que tomou uma decisão com base em elementos frágeis. Ora, Sr. Presidente, isso envolve, sim, responsabilidade. Se não envolve dolo, envolve pelo menos culpa, culpa *in vigilando*, com diria o Senador Pedro Taques, que é a culpa do administrador que não toma conta das questões que estão sob sua responsabilidade e das pessoas que estão ali cuidando do seu desempenho, e culpa por ter escolhido gente incompetente, para dizer o mínimo. E mais. O Presidente Lula costumava passar a mão na cabeça daqueles que cometiam malfeitos, como diz a Presidente Dilma. A Presidente Dilma resolveu premiar, premiar este Sr. Cerveró, pois, depois de ter este senhor oferecido a ela pareceres juridicamente falhos, incompletos, um mero resumo, com base no qual o Conselho tomou essa decisão, ele foi premiado, premiado com a Diretoria Financeira da BR Distribuidora. Um caso como esse deveria ser objeto de uma investigação muito séria, porque quem armou isso – o Sr. Cerveró, seguramente, não estava

sozinho nessa história – é gente pior, sei lá, que ladrão de galinha. Perto dessa gente o juiz Lalau é ladrão de galinha. Um caso desse você não arma sozinho, precisa de cumplicidade. Então, Sr. Presidente, eu quero apenas dizer isto: a Presidente Dilma falhou. Não foi o parecer jurídico que falhou, foi ela que falhou como Presidente do Conselho de Administração, pois deveria, se havia reservas, se havia ressalvas, ter registrado em ata – como diz a Lei das SAs – as suas reservas e as suas ressalvas. Agora está chorando o leite derramado, apresentando desculpas esfarrapadas à Nação.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Aécio, é evidente que eu não quero limitar o debate, mas, se V. Ex^a puder sintetizar...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Eu vou sintetizar. Permita-me somente dar a palavra a apenas três Senadores que já a haviam solicitado, Senador José Agripino Maia, Senador Ivo Cassol e Senador Cícero, e aí nós encerramos.

Eu pediria que fossem bastante breves, mas faço apenas consideração a partir do que diz o meu ilustre Líder Aloysio: em nenhum instante nenhum de nós colocou ou coloca em dúvida a honradez da Presidente da República. Eu quero reafirmar que considero a Presidente da República uma senhora proba, mas concordo com o ilustre Senador Aloysio Nunes que ela não buscou se embasar nos critérios da boa gestão, não buscou se orientar em informações, talvez até por achar que sabia um pouco mais do que aqueles que lhe estavam prestando informações, que levassem a evitar esse dolo, que pudessem evitar esse prejuízo extremamente grave que sofreu e continua sofrendo a Petrobras, porque, repito, uma parcela do prejuízo ainda não foi contabilizada.

Eu dou a palavra, portanto, ao Senador Ivo Cassol e, em seguida, ao Senador José Agripino.

O Sr. Ivo Cassol (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, Senador Aécio Neves. Quanto a essa questão que está sendo debatida neste instante, no ano passado, usei a tribuna desta Casa várias vezes para denunciar a compra dessa refinaria num dos maiores esquemas fraudulentos do País. Mas, ao mesmo tempo, eu quero aqui defender a nossa Presidente Dilma, Senador Aécio, porque eu sei que ela é uma pessoa íntegra, séria. Para administrar um país, mesmo como Ministra, o que ela foi lá atrás, é preciso fazer uma composição com muitos partidos e com muitas pessoas, muitas vezes com algum pacote que, infelizmente, acaba colocando a nós, administradores, numa saia justa. Nós convidamos para participar da Comissão de Fiscalização tanto o Sr. Sergio Gabrielli quanto o Nelson Cerveró. Eu dizia, no pronunciamento... Primeiro, a conversa, a explanação do Sérgio Gabrielli é mais uma conversa de bêbado para delegado, querendo convencer dos erros que cometeram, porque eu entendo que o contrato de compra dessa refinaria, obrigando o Brasil, a Petrobras, depois, a ficar com o restante dos outros 50% por mais do que os US\$46 milhões por que foi comprada no início, é um absurdo. Foi, infelizmente, um esquema montado por Nestor Cerveró e pelo Presidente da Eletrobras da época, o que tem de ser apurado urgentemente. Sérgio Gabrielli já foi ouvido, e o Sr. Nestor Cerveró não compareceu, até este momento, à Comissão de Fiscalização para explicar esse negócio fraudulento, que prejudicou a Petrobras, que prejudicou o Brasil. Portanto, sou da base do Governo Federal, tenho defendido a Presidente Dilma, porque sei da atitude dela, da conduta dela como uma pessoa ética, profissional e séria, mas, ao mesmo tempo, não boto minha mão no fogo por boa parte do pessoal que faz parte do Governo, a exemplo desse Diretor Nestor Cerveró, que, imediatamente, tem de ser demitido do cargo que ocupa na Petrobras hoje. Fiz discurso nesta Casa, da tribuna de onde V. Ex^a discursa agora, Senador Aécio Neves, e, até agora, não foi tomada essa providência. Agora, espero que a Presidente Dilma, que está a par da situação, tome providência e apure esses fatos, que ela não tenha dó nem que tenha de cortar na carne. Quando falo em cortar na carne, quero dizer que deve cortar na carne de quem quer que seja dentro da própria Casa. Quem cometeu o erro tem de assumi-lo, porque, infelizmente, esse prejuízo é gerado para os brasileiros. Portanto, V. Ex^a está certo. Eu já vinha discursando e debatendo lá atrás, e ficou para trás toda essa história. Espero que, agora, isso tome novo corpo e que a gente possa pelo menos melhorar um pouco a credibilidade da Petrobras, que hoje se encontra em baixa em nível nacional. Espero que esse tipo de negócio não aconteça mais da maneira como foi feito, porque, infelizmente, a Petrobras já está com dificuldade, e, se houver mais algum problema no caminho, o prejuízo será muito maior. Obrigado pelo aparte.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Senador Ivo, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento, pelo qual agradeço. V. Ex^a chama a atenção para uma questão que para mim não fecha, não combina com a própria imagem que a Presidente da República busca construir, a de uma mulher severa com os maus feitos, como aqui já foi dito, a de alguém que se indignou ao saber dos prejuízos daquela transação depois de tê-la aprovado.

O responsável, segundo a nota de hoje da Presidência da República, por apresentar um parecer técnico e juridicamente falho, com informações incompletas, foi promovido. Fica uma dúvida no ar: o que esse Nestor Cerveró, de quem eu nunca tinha ouvido falar, tem de tão relevante? Que importância tem esse senhor, que,

segundo a Senhora Presidente da República em nota de hoje, levou a Petrobras a tomar uma decisão a partir de parecer técnico e juridicamente falho, com informações incompletas? O que faz com que esse senhor seja ungido ao posto de Diretor Financeiro de uma das mais importantes empresas brasileiras, a BR Distribuidora? É algo que fica sem resposta. É algo que, espero, as investigações em curso e a decisão majoritária desta Casa de, no âmbito da Comissão de Fiscalização, acompanhar essa questão possam trazer respostas a essa nuvem cinza que paira sobre esse negócio.

Ouçó, com satisfação, o ilustre Presidente e Líder do Democratas nesta Casa, Senador José Agripino Maia.

O Sr. José Agripino (Bloco Minoria/DEM – RN) – Senador Aécio Neves, quero ser rápido e fazer algumas considerações que reputo fulcrais. A Presidente Dilma, que era Presidente do Conselho de Administração da Petrobras à época da operação, é tida como uma gestora competente, uma mulher estudiosa, que até repreende os auxiliares em quem não vê competência, em quem não enxerga competência. São conhecidos os carões da Presidente. Ela tem a obrigação primária de conhecer a Lei das S.A. A Lei das S.A. reserva ao dirigente a responsabilidade pelos atos que pratica em nome da empresa. O Planalto distribuiu uma nota, Senador Aloysio Nunes, dizendo algo inacreditável! Fico imaginando uma nota do Presidente Fernando Henrique Cardoso dizendo que um Ministro do governo, ou sei lá quem, tinha assinado uma coisa que hoje era reconhecida como falha do ponto de vista legal e técnico. Como é que a Presidenta da República, que tem a obrigação de conhecer a Lei das S.A., que é uma mulher de vontade férrea e que é exigente com seus auxiliares, poderia ter assinado uma coisa que terminou dando um prejuízo para o Brasil de mais de US\$1 bilhão? Comprou uma coisa que valia US\$42 milhões por duas transações; não foi uma só, mas foi uma e depois a outra. A primeira foi de US\$380 milhões; a segunda, de mais de US\$800 milhões. É uma gestora tida como competente, tem a obrigação de conhecer a Lei das S. A. e sabe que um parecer é apenas opinativo e que a obrigação, ao assinar, é dela, a responsabilidade é dela. Agora, com o parecer do Planalto, fica testemunhada a digital. A responsabilidade era dela. E, agora, ela vem, disfarçadamente, dizer que reconhece algo que envolve US\$1,2 bilhão de despesa do patrimônio da Petrobras, que assinou uma coisa e que reconhecia a falha, a incorreção do ponto de vista legal e técnico. Aonde este País vai parar? Acho que o Brasil tem de refletir sobre essa gestão. Como anda a gestão deste País? Não estamos falando de R\$100 mil, mas, sim, de US\$1,2 bilhão de uma empresa que está indo pelo ralo e que é patrimônio brasileiro, a Petrobras. Isso envolve US\$1,2 bilhão! São dólares! É muito dinheiro para a responsabilidade de uma pessoa que se diz a faxineira da República. Não vai aqui nenhuma crítica nem menção à honorabilidade pessoal da Presidente. Agora, a gestora, a cuidadosa gestora, pelo amor de Deus, essa vai pelo ralo!

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Concordo com V. Ex^a e agradeço mais esse importante aparte.

Para encerrarmos, atendendo ao compromisso com o Senador Renan, concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena.

O Sr. Cícero Lucena (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Senador Aécio, serei bastante breve, até porque, o início do pronunciamento de V. Ex^a me deu a esperança de que este Plenário, esta Casa estaria retomando um tempo que jamais deveria ter sido deixado de lado, o do debate, o da discussão, em que o Senador traz um tema à tribuna e em que esse tema é debatido em alto nível, com respeito, com verdade, com o resgate daquilo de que a opinião pública deve tomar conhecimento. Em determinado instante, ao encerrar o início do tema que V. Ex^a traz a esta tribuna, saio daqui com o sentimento de que parte do Governo está dizendo que deseja a apuração. Agora, sem dúvida, acho que esta Casa, Senador José Agripino, está precisando retomar os debates importantes. A maior cobrança ao pronunciamento do Senador Aécio Neves é: por que ele não fez essa cobrança com tanta veemência em 2012? Veja a que ponto nós chegamos: V. Ex^a está sendo cobrado porque não cobrou com veemência em 2012. O que dizer da Presidência da República, que sabia da falha do parecer desde 2008? Segundo a nota que aqui foi trazida pela Diretoria Executiva ao Conselho, os primeiros 50% da aquisição se deram com base em informações falsas ou incompletas, não verdadeiras. E, infelizmente, isso já levava ao prejuízo a Odebrecht em 2008. Em 2012, a Petrobras foi obrigada a comprar os outros 50%. Como disse bem V. Ex^a, a pessoa, com certeza, não fez isso sozinho. Ela foi promovida, e nenhuma providência foi tomada. Eu fico a me perguntar: o que está dizendo um Prefeito do interior deste País que, por ser de oposição, normalmente, tem suas contas auditadas, fiscalizadas e, muitas vezes, incriminadas de forma injusta? Cadê os órgãos de controle interno e de fiscalização deste Governo? Cadê? Estamos falando que há o conhecimento disso desde 2008 e que houve a efetivação da ampliação do prejuízo em 2012. E, em 2014, aqueles que, em tese, eram delegados a responsabilidades foram promovidos. Muito obrigado, Senador.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Agradeço a V. Ex^a e, em especial, ao Presidente Renan, pela condescendência.

Termino, Sr. Presidente, dizendo aquilo que, acredito, inúmeros Senadores, quem sabe até mesmo alguns da base do Governo, gostariam de poder dizer aqui. Houve um fato extremamente grave, que teve a participação direta de membros do Conselho de Administração da Petrobras, em especial da então Presidente do Conselho de Administração, alguém que se dizia ou que se diz – ou dela é o que dizem – especialista no setor, e que gerou um prejuízo de R\$1,2 bilhão à Petrobras. E aquele que, segundo a Presidência da República, foi o responsável por levar o Conselho de Administração a uma decisão equivocada não foi afastado, não foi investigado, mas foi promovido. Hoje, ele é diretor financeiro de uma das mais importantes empresas brasileiras!

Isso não casa com a imagem, Senador Agripino, que querem construir de uma grande e austera gestora no que diz respeito ao manejo do dinheiro público. O que nós temos de fazer é o que estamos fazendo: investigar, apurar. E espero que a base de sustentação do Governo permita que o Senado da República cumpra com sua obrigação constitucional, até para que aqueles que defendem a transação, como fizeram aqui alguns Líderes da base, possam ter a oportunidade de dizer que foi um bom negócio. A Petrobras diz que não. E, como diz o Senador Cícero, os brasileiros, nos rincões mais distantes deste País, com ações como essa, sem que haja a responsabilização dos responsáveis, cada vez, vão acreditar menos nas suas instituições.

Faço aqui, portanto, esse alerta. A partir deste instante, com a palavra, a ilustre Presidente da República, Dilma Rousseff.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Aécio Neves, o Sr. Flexa Ribeiro, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Consulto o Senador Humberto Costa, que é Líder do PT nesta Casa do Congresso Nacional, se deseja usar da palavra. O Senador Humberto tinha me pedido a palavra. Como nós concedemos a palavra ao Senador Aécio, para garantir a igualdade de oportunidades e a isenção, nós facultamos a palavra a S. Ex^a.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entendendo que, após a fala do Senador e muitos apartes, a minha fala terminaria sendo, de certa forma, colocada em segundo plano, eu preferi fazer o aparte. Esse tema não vai morrer nesta reunião de hoje. Vamos enfrentá-lo, vamos discuti-lo. Acho que não somente a Presidência da República, mas os Senadores que aqui se manifestaram explicaram devidamente o fato, o acontecido. De nossa parte, há absoluta e total abertura para que sejam feitas as investigações. Portanto, abro mão da minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu queria só comunicar aos Srs. Senadores que, ontem, como nós tínhamos nos comprometido, aprovamos um requerimento de informações do Senador Aloysio Nunes Ferreira sobre essa matéria. É evidente que, com relação a essa denúncia, é tudo velho. O que há de novo nisso é a permanência do Sr. Nestor Cerveró na Petrobras. Isso, evidentemente, não ilustra a Petrobras.

Quero lembrar também aos Srs. Senadores que, nesta semana, estamos realizando as mais justas homenagens a segmentos distintos da sociedade. Hoje, junto com o Tribunal Superior Eleitoral e com a representação feminina do Congresso Nacional, nós lançamos a campanha pela ampliação da participação feminina na política. E, amanhã, celebraremos o Dia Internacional da Síndrome de Down. Ainda na sexta-feira, também faremos uma sessão especial, convocada para comemorar o Dia Internacional contra a Discriminação Racial, os 30 anos do Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro, além do Centenário de Nascimento do nosso ilustre e eterno Senador Abdias Nascimento.

Não serão apenas, Srs. Senadores, como todos veem, sessões protocolares de homenagem. Não! São, sobretudo, oportunidades raras para debate e para troca de ideias e momentos oportunos para reflexão a respeito das diferenças especialmente em nosso País, que é marcado pela miscigenação.

Para tanto, hoje, há um acordo, já que não vamos apreciar as propostas de emenda à Constituição, para que possamos votar o item 3 da pauta, que é um substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 114, de 1997, que altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, Lei da Ação Civil Pública, para incluir a proteção à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos.

Os pareceres, Srs. Senadores, são favoráveis. E não há, pelo que conversamos com os Srs. Líderes partidários, dificuldades para que possamos avançar nessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Portanto, passamos à

ORDEM DO DIA

Se não houver objeção, vamos fazer a inversão da Ordem do Dia para apreciarmos, em primeiro lugar, o substitutivo da Câmara.

Item 3:**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 114, de 1997 (nº 4.800/1998, naquela Casa), do Senador Abdias Nascimento, que *altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 – Lei da Ação Civil Pública para incluir a proteção à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos*

Os Pareceres sob os nºs 38 e 39, de 2014, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que teve como Relator o nobre Senador Paulo Paim, e de Constituição, Justiça e Cidadania, que teve como Relator o Senador José Pimentel, são pareceres favoráveis.

Discussão do substitutivo. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o substitutivo, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

Os Srs. Senadores e as Sras Senadoras que aprovam o projeto, o substitutivo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O substitutivo foi aprovado em globo, como encaminhado pela Comissão de Constituição e Justiça e conforme o requerimento do Senador Paulo Paim.

É o seguinte o requerimento:

**REQUERIMENTO
Nº 248, DE 2014**

Requeiro, nos termos do art. 287, do Regimento Interno do Senado Federal, votação em globo do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 114, de 1997 (nº 4.800/1997, naquela Casa), do Senador Abdias Nascimento, que *altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 - Lei da Ação Civil Pública para incluir a proteção à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos*.

Sala das Sessões, em de de 2014.

Senador



(Paulo Paim)

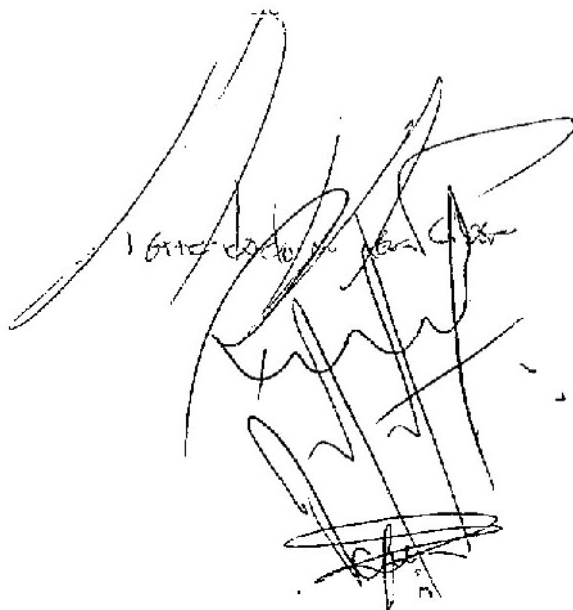
É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER
Nº 175, DE 2014
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 1997 (nº 4.800, de 1998, na Câmara dos Deputados).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 1997 (nº 4.800, de 1998, na Câmara dos Deputados), que *dispõe sobre a ação civil destinada ao cumprimento da obrigação de fazer ou de não fazer, para a preservação da honra e dignidade de grupos raciais, étnicos e religiosos*, consolidando o Substitutivo da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 19 de março de 2014.



Presidente da Comissão

ANEXO AO PARECER Nº 175, DE 2014.

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 1997 (nº 4.800, de 1998, na Câmara dos Deputados).

Altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), para incluir a proteção à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei inclui na Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), a proteção à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos.

Art. 2º O *caput* do art. 1º da Lei nº 7.347, de 1985, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

“Art. 1º

.....

VII – à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos.

.....” (NR)

Art. 3º O art. 4º da Lei nº 7.347, de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta Lei, objetivando, inclusive, evitar o dano ao meio ambiente, ao consumidor, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.” (NR)

Art. 4º A alínea “b” do inciso V do *caput* do art. 5º da Lei nº 7.347, de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

.....

V –

.....

b) inclua, entre as suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

.....” (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Discussão da redação final. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discutir a redação final, declaramos encerrada a discussão da redação final. Votação da redação final.

Os Srs. Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a redação final.

A matéria vai à sanção e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O Senador Paulo Paim e a Senadora Lídice da Mata foram eleitos, hoje, Presidente e Vice-Presidente do Conselho da Comenda Abdias Nascimento, do Senado Federal.

É uma comenda do Senado Federal que homenageará personalidades que marcaram suas vidas pela luta contra a discriminação racial.

Encerrada a Ordem do Dia, voltamos à lista de oradores.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, DE 2011

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Henrique, que *revoga o inciso I do art. 49, acrescenta inciso ao art. 52 e altera a redação do inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal, a fim de tornar privativa do Senado Federal a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais.*

Parecer sob nº 269, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador Roberto Requião.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 2013

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Agripino, que *altera os incisos XIX e XX do art. 37 e o art. 88 da Constituição Federal, para determinar que a criação e extinção de órgãos, Ministérios ou entidades da Administração Pública seja feita mediante lei complementar.*

Parecer nº 1.266, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2009 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2009-Complementar (nº 59/1999, na Casa de origem, da Deputada Nair Xavier Lobo), que *estende a estabilidade provisória prevista na alínea “b” do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.547 e 2.548, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora: Senadora Fátima Cleide; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2003 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.*

Pareceres sob nºs 399 e 1.387, de 2009, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2 – CCJ, que apresenta; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo (em audiência, nos termos do Requerimento nº 737, de 2009), Relator ad hoc: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, apresentando, ainda, a Emenda nº 3-CDR.

6**REQUERIMENTO Nº 1.273, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.273, de 2013, dos Senadores Eduardo Braga e Luiz Henrique, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 418, de 2012, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (direito dos quilombolas à propriedade das terras).*

7**REQUERIMENTO Nº 1.275, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.275, de 2013, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2008 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2009), por regularem matéria correlata (adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante).*

8**REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).*

9**REQUERIMENTO Nº 1.277, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.277, de 2013, do Senador Cícero Lucena, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).*

10**REQUERIMENTO Nº 1.315, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.315, de 2013, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2009, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias).*

11**REQUERIMENTO Nº 1.332, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.332, de 2013, do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).*

12**REQUERIMENTO Nº 1.337, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.337, de 2013, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 422, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (inclusão do aviso prévio indenizado no salário-de-contribuição).*

13**REQUERIMENTO Nº 1.338, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.338, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (denominação de rodovia).*

14**REQUERIMENTO Nº 1.344, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.344, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (adicional por serviço penoso ao professor).*

15**REQUERIMENTO Nº 1.378, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.378, de 2013, do Senador Álvaro Dias, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 288, de 2012; e 452, de 2013, por regularem matéria correlata (regimes de planos privados de assistência à saúde).*

16**REQUERIMENTO Nº 1.394, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.394, de 2013, do Senador Vital do Rêgo, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (criação do Fundo de Aval para Micro, Pequenas e Médias Empresas).*

17**REQUERIMENTO Nº 1.413, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.413, de 2013, do Senador Delcídio do Amaral, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (dispõe sobre o trabalho exercido a distância).*

18**REQUERIMENTO Nº 84, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 84, de 2014, do Senador José Pimentel, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (dispõe sobre a formação dos professores de educação física).*

19**REQUERIMENTO Nº 113, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 113, de 2014, do Senador Paulo Paim, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (benefícios relativos ao transporte coletivo no Estatuto do Idoso).*

20**REQUERIMENTO Nº 122, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 122, de 2014, do Senador Ruben Figueiró, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2009 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2007), com o Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008, por regularem matéria correlata (Lei dos Cartórios).*

21**REQUERIMENTO Nº 124, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 124, de 2014, do Senador Cyro Miranda, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 728, de 2007, por regularem matéria correlata (honorários advocatícios no âmbito da Justiça do Trabalho).*

22**REQUERIMENTO Nº 130, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 130, de 2014, do Senador Sérgio Petecão, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2011, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (prorrogação de acordo ou convenção coletiva de trabalho).*

23**REQUERIMENTO Nº 225, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 225, de 2014, da Liderança do Bloco da Maioria, *solicitando urgência, nos termos do art. 336, III, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2014.*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Antes, porém:

A Presidência, nos termos das Resoluções nº 1, de 2006, e nº 1, de 2012, ambas do Congresso Nacional, e do art. 10-A do Regimento Comum, e de acordo com as indicações recebidas da Câmara dos Deputados e dos Senhores Líderes do Senado Federal, designa os seguintes integrantes da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, para o ano de 2014:

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
Eunício Oliveira (PMDB/CE)	1. João Alberto Souza (PMDB/MA)
Romero Jucá (PMDB/RR)	2. Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Waldemir Moka (PMDB/MS)	3. Luiz Henrique (PMDB/SC)
Ana Amélia (PP/RS)	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL)	
Gleisi Hoffmann (PT/PR)	1. João Capiberibe (PSB/AP)
Jorge Viana (PT/AC)	2. Angela Portela (PT/RR)
Zeze Perrella (PDT/MG)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO)	1. Ruben Figueiró (PSDB/MS)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)	1. Gim (PTB/DF)
Marcelo Crivella (PRB/RJ)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
SDD*	
Vicentinho Alves (SDD/TO)	1. Ataídes Oliveira (PROS/TO)

*Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTE
PT	
Beto Faro (PT/PA)	1. Assis Carvalho (PT/PI)
Devanir Ribeiro (PT/SP)	2. Márcio Macêdo (PT/SE)
Luiz Alberto (PT/BA)	3. Marco Maia (PT/RS)
Pedro Uczai (PT/SC)	4. Reginaldo Lopes (PT/MG)
Waldenor Pereira (PT/BA)	5. Ronaldo Zulke (PT/RS)
PMDB	
Alexandre Santos (PMDB/RJ)	1. Alceu Moreira (PMDB/RS)
Geraldo Resende (PMDB/MS)	2.
	3.
	4.
	5.
PSDB	
Luiz Fernando Machado (PSDB/SP)	1.
Nilson Leitão (PSDB/MT)	2.
Rodrigo de Castro (PSDB/MG)	3.
PSD	
Eduardo Sciarra (PSD/PR)	1. Eliene Lima (PSD/MT)

Jaime Martins (PSD/MG)	2. Roberto Dorner (PSD/MT)
Moreira Mendes (PSD/RO)	3. Urzeni Rocha (PSD/RR)
PP	
Betinho Rosado (PP/RN)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
Dimas Fabiano (PP/MG)	2. Lázaro Botelho (PP/TO)
Vilson Covatti (PP/RS)	3. Sandes Júnior (PP/GO)
PR	
Luciano Castro (PR/RR)	1. João Carlos Bacelar (PR/BA)
Milton Monti (PR/SP)	2. João Maia (PR/RN)
PSB	
Alexandre Toledo (PSB/AL)	1. Alexandre Roso (PSB/RS)
Sandra Rosado (PSB/RN)	2. Paulo Foletto (PSB/ES)
DEM	
Felipe Maia (DEM/RN)	1.
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	2.
SDD	
	1.
PTB	
Wilson Filho (PTB/PB)	1. Arnon Bezerra (PTB/CE)
BLOCO PV / PPS	
Eurico Júnior (PV/RJ)	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PROS	
	1. Miro Teixeira (PROS/RJ)
PDT	
Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)	1. Marcos Rogério (PDT/RO)
PCdoB	
Daniel Almeida (PCdoB/BA)	1. João Ananias (PCdoB/CE)
PSC	
Silvio Costa (PSC/PE)	1.
PRB	
Cleber Verde (PRB/MA)	1.
PSOL*	
	1.

*Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os ofícios de indicação:

Of. nº 371/2014/SGM/P

Brasília, 19 de março de 2014

Assunto: Composição da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício nº 90/2014-CN, recebido em 19 de fevereiro de 2014, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a relação dos deputados, indicados pelas Lideranças, para o preenchimento das vagas destinadas às suas bancadas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Atenciosamente, – Henrique **Eduardo Alves**, Presidente.

Ofício/GSVALV nº 165/2014

Brasília, 20 de fevereiro de 2014

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 96/2014-CN, dessa presidência, e conforme entendimento mantido com o Líder do PROS, Senador Ataídes Oliveira, indico os membros para a composição da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Titular: Senador Vicentinho Alves (SDD-TO)

Suplentes: Senador Ataídes Oliveira (PROS-TO)

Colho do ensejo para reiterar-lhe votos de elevada estima e distinguido apreço. – Senador **Vicentinho Alves**, Líder – SDD/TO.

Ofício nº 41/2014-BLUFOR

Brasília, 18 de março de 2014

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e em aditamento ao Ofício nº 12/2014-BLUFOR, dirijo-me a Vossa Excelência a fim de indicar o nobre Senador Marcelo Crivella, para integrar, como membro titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força. PTB – PR – PSC – PRB.

Ofício nº 12/2014-BLUFOR

Brasília, 11 de março de 2014

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e em resposta ao Of. nº 95/2014 – CN, dirijo-me a Vossa Excelência a fim de indicar os nobres Senadores Antonio Carlos Rodrigues e Eduardo Lopes, como membros titulares, e Gim e Mozarildo Cavacalnti, como 1º e 2º suplentes, respectivamente, para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB – PR – PSC – PRB.

Ofício nº 17/14-GLPSDB

Brasília, 12 de março de 2014

Senhor Presidente,

Em resposta ao ofício nº 93/2014 – CN, indico os Senadores Cyro Miranda e Rubens Figueiró, para integrarem, respectivamente, como titular e suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Atenciosamente, – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Líder do PSDB.

Ofício nº 24/2014 – GLDBAG

Brasília, 12 de março de 2014

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, conforme tabela abaixo, os Senadores representantes do Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL), para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Titulares:

Senadora Gleisi Hoffmann

Senador Jorge Viana

Senador Zezé Perrella

Suplentes:

Senador João Capiberibe

Senadora Ângela Portela

Senadora Vanessa Grazziotin

– Senador **Wellington Dias**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Of. nº 63/2014 – GSFD

Brasília, 11 de março de 2014

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos Senadores do Partido Progressista que integrarão a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Titular: Senadora Ana Amélia

Suplente

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Francisco Dornelles**, Líder do PP.

Of. GLPMDB nº 37/2014

Brasília, 11 de março de 2014

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, nos termos regimentais e em atenção ao Of. nº 86/2014 – CN, comunico a indicação dos Senadores abaixo relacionados para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização do Congresso Nacional, como representantes do Bloco Parlamentar da Maioria.

Titulares: Senador Eunício Oliveira – Senador Romero Jucá – Senador Waldemir Moka – Senadora Ana Amélia

Suplentes: Senador João Alberto Souza – Senador Vital do Rêgo – Senador Luiz Henrique

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB do Bloco da Maioria.

Ofício nº 18/14-GLPSDB

Brasília, 12 de março de 2014

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Flexa Ribeiro, para integrar, como titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vaga cedida pelo Democratas ao PSDB-Partido da Social Democracia Brasileira.

Atenciosamente, – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Líder do PSDB.

Of. nº 3/14 – GLDEM

Brasília, 12 de março de 2014

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico que esta liderança está cedendo ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB a vaga de titular e suplente a que tem direito na Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização – CMO.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 249, DE 2014

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, *a*, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado a Senhora Ministra de Estado do Planejamento, para que esta providencie, **no estrito prazo constitucional (sob as penas da lei)**, as seguintes informações:

– lista completa de todos os órgãos que o GEAP firmou convênio, o valor para cada convênio, o número de conveniados de cada convênio, a modalidade da contratação, o detalhamento do orçamento do GEAP para este ano até o elemento da despesa, as atas de reunião do Conselho Fiscal desde 20011.

Justificação

Originalmente a GEAP se constituiu como órgão prestador de serviço de previdência e saúde para os servidores do Ministério da Previdência, do DATAPREV, do INSS e do Ministério da Saúde. A expansão de suas atividades, com a abertura dos convênios com outros órgãos públicos federais e estaduais se dá a partir de 2004, com a decisão governamental de fazer da GEAP uma espécie de entidade guarda-chuva, que visaria dar cobertura de plano de saúde para os servidores de baixo escalão.

Trata-se, sem dúvida, de uma decisão política, uma estratégia de centralizar em apenas uma instituição os planos de saúde e de previdência de milhares de trabalhadores em todo Brasil. Ao fazê-lo, o governo criou uma super-fundação, controlada por seus pares, e que movimenta uma grande soma de recursos, os quais, em função do caráter privado da entidade, não estão sujeitos aos mecanismos de controle público.

Já em 2004, o TCU publicou acórdão que determinava o cancelamento dos convênios firmados com outros órgãos que não os quatro instituidores (Ministério da Saúde, Ministério da Previdência, DATAPREV e INSS), dando início a uma batalha judicial que envolveu também o STF. Com a obtenção de liminar junto ao Supremo Tribunal Federal, em 2006, o governo deu sequência ao seu plano de expansão da GEAP.

Em março de 2013, o STF derrubou a liminar em favor do governo e ratificou a posição de que a GEAP não poderia firmar convênios com órgãos públicos sem licitação. A resposta governamental veio com a edição de um Decreto Presidencial permitindo que todos os órgãos públicos federais possam vir a serem patrocinadores. A Ordem dos Advogados do Brasil entrou no STF com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o referido Decreto. Em janeiro de 2014, o Ministro Ricardo Lewandowski emitiu liminar que acatou os argumentos da OAB e suspendeu as novas adesões à GEAP. A situação de impasse que se coloca atualmente deverá ser dirimida no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Do ponto de vista legal, como fundação de direito privado, a GEAP parece seguir as normas e regulamentos atinentes à sua condição. Lembremos que a expansão das atividades da entidade, patrocinada com o apoio do governo, se deu amparada por uma liminar concedida pelo próprio STF.

Entretanto, chama atenção essa trajetória de expansão da GEAP que, se pelo prisma legal não consubstancia ilícito, no que tange ao aspecto político demanda maior atenção. A insistência governamental em fazer da GEAP o grande instituto de previdência e saúde, concentrando vultosos recursos nessa instituição privada é algo que merece ser mais bem apreciado. De acordo com o jornal Correio Braziliense, o orçamento anual da GEAP deverá atingir 2,3 bilhões em 2014, recursos estes que, pela legislação em vigor, não estão sujeitos ao controle público.

Destarte, é preciso que tenhamos acesso a informações completas a fim de analisar com os técnicos desta Casa a legalidade, economicidade, eficiência e impessoalidade dos referidos atos. Tal ação será imprescindível para a defesa do Erário e dos interesses de toda a sociedade.

Nesse contexto, torna-se essencial que este requerimento seja aprovado com a maior brevidade possível, tendo em vista a necessidade de esta Casa cumprir seu papel constitucional de controle das atividades do executivo.

Sala da Sessão, – Senador **Alvaro Dias**.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

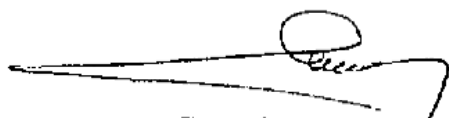
É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 250, DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior minha participação, nos dias 7 e 8 de abril de 2014, na **Sessão Especial para a Modificação do Regimento Interno do Parlamento do Mercosul**, a realizar-se em Montevideu, Uruguai.

Para efeito do disposto no art. 39, comunico que estarei ausente do País no período de 06 a 08 de abril de 2014.

Sala das Sessões,



Senadora Ana Amélia
PP - RS

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Com a palavra V. Ex^a.

Convido o Senador Flexa Ribeiro para que possa conduzir os nossos trabalhos.

O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, há algumas coisas na vida da gente que a gente nunca esquece, principalmente coisas que vêm da infância, com as quais a gente conviveu, que ficaram marcadas, realmente, nos nossos corações, nas nossas mentes, e a gente é, digamos assim, satisfatoriamente, obrigado a registrar.

Quero, hoje, registrar os 98 anos de existência da Escola São José, no meu Estado.

A Escola Estadual São José, localizada no centro histórico de Boa Vista, completa, hoje, 92 anos. Portanto, é uma quase secular instituição. Para celebrar a data, a instituição programou uma série de atividades culturais, esportivas e pedagógicas, que serão realizadas das 8h às 14h, na própria unidade de ensino – oficialmente, foi a primeira escola de Roraima.

Então, é bom deixar bem claro: foi a primeira escola de Roraima a funcionar.

As atividades se iniciam com um momento cívico. Às 8h30, na Igreja Matriz, que fica próxima, haverá a celebração de uma missa em ação de graças para uma das escolas mais antigas e tradicionais do Estado.

Na sequência, haverá uma homenagem aos funcionários mais antigos, apresentações culturais, esportivas e oficinas de beleza as mais diversas. Serão ofertados para a comunidade serviços como o teste de glicose e a aferição de pressão arterial, medida corpórea, vacinação, aplicação de flúor e orientações sobre a escovação de dentes. Após as atividades, a escola irá servir uma feijoada que será comercializada ao preço de R\$10,00.

Diz a diretora da escola: “Neste ano, as comemorações do aniversário da escola estão voltadas à comunidade por meio da oferta de serviços e a oficina. Nossa intenção é aproximar a família da escola.”

Quero pedir a V. Ex^a que autorize a transcrição do restante dessa matéria, publicada na *Folha de Boa Vista*, mas quero aqui fazer um comentário. Essa escola foi aberta e durante muito tempo ficou sob a manutenção da Igreja Católica em Roraima. Eram, inicialmente, freiras de uma ordem, depois passou a ser de outra ordem. Era uma escola feminina. Agora já não é mais. A escola tinha o condão de realmente formar pessoas preparadas para o futuro.

Minhas duas irmãs estudaram lá, ao mesmo tempo em que eu estudava na hoje escola Euclides da Cunha – na época chamada Ginásio Euclides da Cunha –, que recebia, portanto, os estudantes masculinos.

Quero, com muita satisfação, registrar esse fato, ao tempo em que digo que fico feliz, porque, embora tenha a formação de médico, sou também professor da Universidade Federal de Roraima e sempre entendi, desde a mais tenra idade, como meu pai mesmo me dizia, que o maior tesouro que uma pessoa pode ter é o saber.

Portanto, eu sempre pautei a minha conduta como Parlamentar priorizando a educação. Foi assim que, graças a Deus, por meio de projetos meus, foram criadas a Universidade Federal de Roraima, que já tem mais de 25 anos de existência, foi criado também o Instituto Federal de Educação, que era a antiga Escola Técnica, e agora estamos batalhando, Senador Flexa pela criação de um colégio militar em Roraima.

Infelizmente, o projeto apresentado por mim, aqui no Senado, já está há muitos anos na Câmara e lá não é votado.

Estamos negociando também, já que o Exército, Senador Flexa, coincidentemente, priorizou no Estado de V. Ex^a, na capital, Belém, e, no meu Estado, na capital Boa Vista.

Então, falta realmente haver sensibilização por parte do Executivo, para que a gente bote em prática isso, uma coisa que o próprio Exército já definiu. O que falta, portanto, é botar em prática.

Nem me importo se o meu projeto vai ser aprovado ou não. O que eu quero é que o meu Estado tenha um colégio militar, como o Estado de V. Ex^a. O Estado de V. Ex^a com maior razão, porque agora foi criado o Comando Militar do Norte. Então, como é que se cria um comando sem haver um colégio militar?

E é bom que se esclareça que o colégio militar não é só para filhos de militares; é uma instituição aberta para homens e mulheres, filhos ou não de militares.

Então, eu acho que nós temos que somar esforços, Senador Flexa, para que tanto o colégio militar de Belém quanto o colégio militar de Boa Vista, capital do meu Estado, sejam realmente instalados, independentemente de posição partidária, independentemente de ser ou não a favor do Governo. A questão aqui é ser a favor do povo do meu Estado e do seu Estado.

Agora, não entendo por que não se aprova esse projeto, Senador Flexa, porque é um projeto autorizativo, como foi o da universidade e da escola técnica. Quando é um projeto autorizativo, o Congresso dá autorização para o Executivo executar; quer dizer, ele se antecipa à remessa da mensagem da Presidente, autorizando a fazer. Quando ela vai fazer e como vai fazer é um problema do Executivo. O Legislativo já terá dado a autorização.

Então, eu estou insistindo nisso porque não posso encontrar outro caminho, principalmente para aquelas pessoas mais pobres, senão a educação. E olhe: como médico, eu estou priorizando a educação, porque sei que quem não tem instrução nem sequer sabem se prevenir de doenças que poderiam ser evitadas apenas com hábitos de higiene ou com cuidados básicos, como lavar as mãos, escovar os dentes.

Então, eu quero aqui defender, ao mesmo tempo em que peço realmente muito apoio do Ministério da Educação às escolas que eu mencionei aqui, da Universidade Federal de Roraima, do Instituto Federal de Educação, porque estão fazendo uma revolução na educação do meu Estado.

Senador Flexa, eu estudei em Belém. Formei-me em Belém. Naquela época, nós não tínhamos nem o chamado, hoje, ensino médio – antigamente era chamado 2º grau. E eu fui lá para Belém, fui muito bem acolhido, formei-me em Medicina. Meus pais foram para lá para darem condições de nós estudarmos, morreram lá, e eu tenho duas irmãs em Belém.

Então, eu quero, de fato, priorizar a educação, porque, sem isso, nós não vamos fazer, nem sequer no Estado, um Estado melhor. E, não vamos fazer um País melhor realmente, mais sólido, se não investirmos pesado na educação.

Então, fica aqui este registro, Senador Flexa.

Para terminar, eu quero apenas fazer uma homenagem à minha mãe, que há um ano morreu. Eu, como médico, achava que estava preparado para a hora de sua partida. Partiu aos 89 anos, às vésperas de fazer 90 anos. Uma pessoa que me deixou muitos ensinamentos, uma pessoa que, de fato, cuidou de perto tanto de mim como de meus irmãos. Portanto, faço-o hoje, com o coração aliviado, porque tenho certeza de que ela está perto de Deus e que vai continuar protegendo tanto a mim como a meus irmãos, como sempre fez na vida.

Há um ano, eu fiquei muito abalado com o seu falecimento. Embora eu estivesse aparentemente preparado, quando ela morreu, eu realmente sofri muito, foi um transtorno emocional muito forte. Mas, hoje, graças a Deus, o que existe é uma saudade, uma lembrança positiva dela, que quero deixar registrada nos Anais do Senado.

Portanto, Senador Flexa Ribeiro, quero pedir a V. Exª a transcrição desta matéria na íntegra, como parte do meu pronunciamento.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Artigo “Escola São José comemora 92 anos hoje”; jornal *Folha de Boa Vista*, 19/03/2014.

FOLHA

DE BOA VISTA

19/03/2014 00h42

Escola São José comemora 92 anos hoje

A Escola Estadual São José, localizada no Centro Histórico de Boa Vista, completa hoje 92 anos de existência. Para celebrar a data, a instituição programou uma série de atividades culturais, esportivas e pedagógicas que serão realizadas das 8h às 14 horas, na própria unidade de ensino. Oficialmente, foi a primeira escola de Roraima.

As atividades se iniciam com um momento cívico e às 8h30, na Igreja Matriz, que fica próximo, com a celebração de uma missa em ação de graças ao aniversário de uma das escolas mais antigas e tradicionais do Estado. Na sequência, haverá uma homenagem aos funcionários mais antigos, apresentações culturais, esportivas e oficinas de beleza (trança, escova, chapinha, maquiagem e massagem corporal, oficinas pedagógicas de jogos e robótica e salas temáticas.

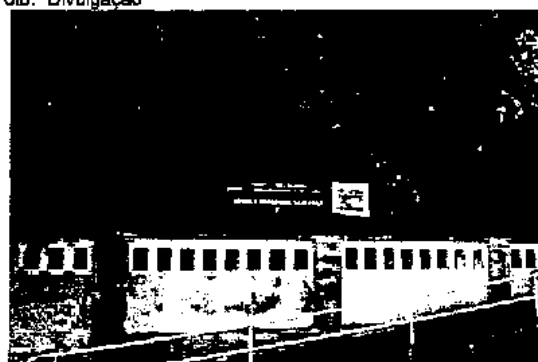
Serão ofertados, para a comunidade, serviços como testes de glicose e aferição de pressão arterial, medida corpórea, vacinação e ainda aplicação de flúor e orientações sobre escovação. Após as atividades, a escola irá servir uma feijoada que será comercializada ao preço de R\$ 10,00. "Este ano as comemorações do aniversário da escola estão voltadas à comunidade, por meio da oferta de serviços e oficinas. Nossa intenção é aproximar a família da escola", destacou Maria Socorro Wolf, gestora da unidade.

ESCOLA - A Escola São José atende 660 alunos no Ensino Fundamental (4º ao 9º ano) e desenvolve diversos projetos pedagógicos, entre eles, Festival de Leitura, Festival de Artes (Feart). Promove ainda a Semana de Exposição Multidisciplinar de Trabalhos Escolares (Semente), Aluno Nota 10, Agenda 21 e São José Solidário. Possui Sala de Informática e Sala de Recursos Multifuncionais.

A escola foi oficialmente fundada em outubro de 1924, sendo que já funcionava desde 1922 com o nome da Escola da Prelazia, sob a direção dos Padres Beneditinos da Missão do Rio Branco. Em 1934 passou a ser dirigida pelas Madres Beneditinas, com o nome de Colégio São José.

Foi registrada na seção de Estatística Educacional de acordo com o Decreto Lei Nº 470 de 29 de agosto de 1940 e em 05 de junho de 1947 foi registrada com o nome "Curso Primário São José". Através da Portaria Nº 48 da Divisão de Educação. Em 1949, o colégio passou a ser dirigido pelas Irmãs Missionárias da Consolata.

Foto: Divulgação



Escola São José atende, hoje, 660 alunos do 4º ao 9º do Ensino Fundamental

Em 1942, com o advento da Lei 5.692/71, passou a denominar-se "Unidade Integrada São José", ministrando o ensino de 1º grau. Em 1974, para atender às exigências desta lei, passou a usar o prédio da extinta escola "Nossa Senhora do Carmo e do Profissional São Vicente de Paula", ambos pertencentes à Diocese de Roraima.

A escola foi autorizada a funcionar através do Parecer Nº 69/1979 de 27 de dezembro de 1979, sendo reconhecida através do Parecer Nº 106/1983 de 02 de dezembro de 1983. Em 1997, através do Decreto Nº 1598-E de 23 de junho de 1997, denominou-se "Escola Estadual de Ensino Fundamental São José". No ano seguinte, através do Decreto Nº 1966-E de 24 de abril, passou a denominar-se como "Escola Estadual São José."

Em 1999, o Governo do Estado de Roraima comprou da Diocese de Roraima o prédio onde funciona, desvinculando-a completamente da instituição religiosa. Em 2008, passou por uma reforma geral, não sofrendo nenhuma modificação na sua estrutura física.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Parabenizo o Senador Mozarildo Cavalcanti pelo seu pronunciamento e passo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

V. Exª terá 20 minutos para o seu pronunciamento.

Antes, porém, peço licença ao Senador Ivo Cassol, pois quero colocar em votação o **Requerimento nº 247/2014**, do Senador Roberto Requião, que solicita licença dos trabalhos da Casa para participar, na qualidade de membro da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, da "Sesión Especial de Modificación Del Reglamento Interno", em Montevideu, Uruguai, nos dias 7 e 8 de abril do corrente, e comunica, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno, a ausência do País de 6 a 8 de abril de 2014.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sras e Srs. Senadores, é com alegria e satisfação que mais uma vez uso a tribuna desta Casa.

É com alegria também que recebi em meu gabinete, esta semana, o Prefeito da nossa cidade de Vilhena, José Rover, que está aqui em Brasília trabalhando para liberar mais recursos a fim de atender a nossa capital do Cone Sul, que recebe de braços abertos todos os rondonienses e os demais irmãos do Brasil afora.

Mas também recebi em meu gabinete e estive em várias audiências com o Prefeito da cidade de Cacoal, Padre Franco. Hoje pela manhã, estivemos no Ministério das Cidades, onde, mais uma vez, solicitamos e reivindicamos melhorias para o nosso Estado de Rondônia, principalmente para a cidade de Cacoal. Encaminhamos ao Ministro das Cidades, Gilberto Occhi, que assumiu na última segunda-feira, solicitação para que fossem liberadas ao Município de Cacoal 1.500 casas do Programa Minha Casa, Minha Vida 2, para que a Prefeitura de Cacoal possa atender, sendo 800 casas da faixa 1 e 700 casas das faixas 2 e 3, com recursos do FAR.

Em anexo à solicitação, encaminhamos o relatório diagnóstico do Município, juntamente com o instrumento de compromisso para atendimento dos dispositivos do Programa Minha Casa, Minha Vida 2, declaração de viabilidade e abastecimento de água, coleta de esgoto, certidão municipal de viabilidade ambiental, certidão de disponibilização de energia e também a planta baixa do empreendimento.

Ao mesmo tempo, estivemos com o Secretário Executivo, grande parceiro, Dr. Carlos, que encaminhou essa solicitação para que possamos atender pessoas de baixa renda no Programa Minha Casa, Minha Vida. Cacoal foi contemplada recentemente com 400 casas, depois, mais 600 casas, e agora a solicitação é para 1.500 casas.

Estivemos também no Palácio do Planalto, com o Ministro Gilberto Carvalho. Discutimos o assunto e solicitamos que também intermediasse esse atendimento à Prefeitura de Cacoal, à população de Cacoal, a fim de retirar mais de 500 famílias ribeirinhas, que moram às margens dos córregos daquela cidade, que sofrem com prejuízos no tempo das águas, situação que vivemos hoje em Porto Velho.

É de conhecimento de todos a situação calamitosa que vivem nossos ribeirinhos. Ontem, fiz um discurso da tribuna desta Casa. É preocupante, porque não é apenas a questão do nível do Rio Madeira, que hoje está com 19,4m acima do seu leito natural, mas o que virá após essas enchentes. O prejuízo que deixará para os Municípios de Porto Velho, Guajará-Mirim e Nova Mamoré é tão grande que precisamos que a Presidente Dilma deixe em *stand by* tanto o Ministério da Integração Nacional como a Secretaria que atende a área de desastres naturais, para que possam atender à população tão logo as águas do Rio Madeira baixem.

Ao mesmo tempo, foram atendidos os pescadores, no chamado período de defeso, por uma solicitação que fiz, há poucos dias, antes do Carnaval, ao Ministério da Pesca. A esse respeito fiz um discurso aqui ontem, e esse período será prorrogado, se Deus quiser, por mais 90 dias.

Mas só isso é insuficiente, pelo tamanho da demanda que há no Estado de Rondônia. Hoje, aqui, nesta Casa, nosso colega de Rondônia, o Senador Raupp, também fez um discurso dizendo da sua alegria pelo fato de a Justiça Federal ter autorizado a conclusão da BR-421, que interliga as cidades de Ariquemes, Monte Negro – do meu amigo, ex-Deputado, Jair Miotto Júnior, Prefeito da cidade de Monte Negro –, Campo Novo, Buritis, Distrito de Rio Branco, Jacinópolis – aquele povo sofrido de Jacinópolis, no meio daquela grande região de difícil acesso, que, quando fui governador, sempre teve estrada com condições – e também o Distrito de Novo Plano, que é distrito de Jacinópolis, que pertence ao Município de Nova Mamoré, na Linha D, onde construímos aquela rodovia, aquela estrada com galerias, preparando-a para ser asfaltada futuramente.

E a Justiça Federal, na última segunda-feira, autorizou que o Estado construa urgentemente, ou melhor, reconstrua um careador e faça uma estrada que dê acesso às populações de Nova Mármora e de Guajará-Mirim, que hoje se encontram isoladas. É inaceitável que alguns pensem que Guajará-Mirim tenha que ficar isolada.

Guajará-Mirim é uma cidade, Sr. Presidente, que tem mais de 50 mil habitantes e Nova Mármora, mais de 25 mil habitantes, perfazendo um total de cerca de 80 mil habitantes naquela região. A região de Nova Mamoré a Guajará-Mirim é conhecida porque faz divisa com Guayaramerín, na Bolívia, que tem mais de 95% de suas áreas de preservação natural da nossa mata da Região Amazônica.

Ao mesmo tempo, seria inaceitável não autorizar ou não viabilizar um trecho de 17km para interligar tanto a região no meio do Estado de Rondônia com Mamoré, como também oferecer outra alternativa, além da BR-364, que vai para Rio Branco, no Acre, para escoar a produção, levar alimentos e atender aquela população tão necessitada.

Agradeço ao juiz que deferiu a liminar nesse processo acionado pelo Ministério Público, autorizando a abertura da rodovia. Portanto, o povo da BR-421, de Buritis, do Distrito de Rio Branco, de Jacinópolis e de Nova Dimensão, será contemplado. A história, a partir de agora, é outra. O Estado de Rondônia tem condições de, em 10, 15 dias, construir essa rodovia, essa estrada, concluir esse trecho. A Presidente Dilma inclusive autorizou o Exército, o 5º BEC, a construir as pontes para o acesso àqueles locais, atendendo a população urgentemente.

O momento é agora. O Estado tem nas mãos equipamentos, diferentemente de 2003, quando eu assumi o governo e havia um tratorzinho de esteira em cima de toco ou outras máquinas desmontadas, sucateadas, que foram a leilão. Nós deixamos patrôas novas, trator de esteira novo, caçambas novas. Deixamos, além disso, equipamentos necessários para atender essa demanda, como o novo compactador e tudo aquilo que é preciso para fazer a rodovia.

Hoje, o atual Governo tem a oportunidade, assim como o DER, de fazer a interligação utilizando esses equipamentos, a maioria deles adquirida no meu tempo, alguns adquiridos agora. O importante é que a estrada saia, que o Governo não a postergue muito, porque pode acontecer de haver algum pedido de bloquear novamente aquela rodovia, prejudicando, mais uma vez, a comunidade,

Lembro que aquele trecho da BR-421 era um parque estadual. Na minha gestão como Governador do Estado de Rondônia, diminuimos o parque para dar espaço e para, no futuro, construir a rodovia. Não foi possível fazer no passado, mas, graças à integração da Bancada federal – dos três Senadores e dos oito Deputados Federais –, hoje, o Governo do Estado de Rondônia, sob decisão da Justiça, tem a oportunidade de fazer essa tão sonhada rodovia, essa integração pela BR-421.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus colegas do dia a dia neste trabalho, é prazeroso quando trabalhamos para fazer a preservação ambiental, a exemplo do que Guajará-Mirim faz com mais de 95% de sua área, mas, ao mesmo tempo, ter estrada para escoar o desenvolvimento e o progresso do nosso Estado e daquela grande região.

Mas tenho aqui em minhas mãos uma alegria. E quero agradecer ao Ministro da Integração Nacional e ao Secretário Nacional de Defesa Civil pela liberação, na data de hoje, de R\$1,3 milhão para a reconstrução de pontes e bueiros no Município de Rolim de Moura, cidade administrada por meu irmão, Cesar Cassol, e pelo Vice-Prefeito Luizão do Trento. Isso tudo por ocasião das enchentes que ocorreram ainda no ano passado. No início, havia o compromisso, do antigo Ministro, de liberar... Estavam comigo o Senador Raupp, a Deputada Marinha, o Deputado Nilton Capixaba, o Deputado Carlos Magno e os demais Deputados. Estávamos juntos, a nossa Bancada unida, e ficou acertado que seriam R\$8 milhões. Infelizmente, alguns técnicos cortaram a quantia pela metade, diminuiriam mais um pouco, e depois aprovaram R\$3,4 milhões. Isso foi aprovado. Esses recursos serão aplicados na reconstrução de pontes. As pontes a serem contempladas são a ponte da Linha 200 Norte, km 4; da Linha 200 Sul, km 1,5; assim como várias galerias nas Linhas 200 Sul, na Linha 196 Sul, na Linha 192 Sul, na Linha 188 Sul, na Linha 176 Sul, na Linha 172 Sul, na Linha 168 Sul e Norte.

Portanto, quero aqui chamar a atenção do Ministério da Integração. Agradeço a liberação desse recurso nessa data, mas, ao mesmo tempo, se a Prefeitura Municipal não tivesse feito um quebra-galho, a população do nosso Município de Rolim de Moura estaria isolada.

Da mesma maneira, peço aqui e reforço ao Ministro da Integração Nacional e ao Secretário Nacional de Defesa Civil que os recursos que serão liberados após as enchentes de Porto Velho, de Jaci-Paraná, tanto de São Carlos, distrito, como de Calama, de Nova Mamoré, como também da Cidade de Guajará-Mirim não demorem, que a equipe técnica não espere 365 dias para liberar os recursos, sob pena de haver situações graves na nossa Capital e no Município da Pérola do Mamoré.

O nosso Estado de Rondônia começou com dois Municípios, o de Porto Velho e o de Guajará-Mirim, que é conhecido como a Pérola do Mamoré. E, aqui, vem a minha solicitação aos Prefeitos Dúlcio, de Guajará-Mirim, e Laerte, de Nova Mamoré: comecem, tão logo baixem as águas, a fazer o levantamento do estrago que aconteceu, que está acontecendo com estas chuvas, para que possam, juntamente com a Bancada Federal, trabalhar na liberação dos recursos aqui, em Brasília.

Então, a minha gratidão pelos recursos que está liberando hoje de R\$1,3 milhão para a construção de pontes e bueiros no Município de Rolim de Moura. São R\$3,4 milhões. Um trabalho que o Prefeito César Cassol, meu irmão, fez, juntamente com a sua equipe, conosco da região da Zona da Mata – Senador Raupp, Deputada Marinha e Senador Ivo Cassol. E esses recursos estão aí para serem atendidos nessa demanda que há pela frente, de dar condições de substituir as pontes de madeira por pontes de concreto armado, para evitar esses incidentes de uma vez por todas.

Para quem não sabe, o Município de Rolim de Moura, no passado, tinha madeira à vontade, tinha madeira para dar e vender e, hoje, com a burocracia, há Município com dificuldade de tirar madeira para construir as suas próprias pontes. E, muitas vezes, quando tiram alguma árvore, vem o Ibama, multa, como se, do outro lado daquele córrego, do outro lado daquele rio, não houvesse ninguém morando. Com certeza, se esse fiscal que costuma fazer isso, tivesse a mãe morando lá em Costa Marques ou em Seringueiras, São Francisco, com certeza, não agiria dessa maneira, faria uma reflexão e veria que, muitas vezes, não basta um talão de multa e uma caneta na mão, tem que ter consciência e responsabilidade, para não sair aplicando por aí multas irresponsáveis. Porque, por mais que se preserve, por mais que se cuide, todos tem o direito de ir e vir. E nós, que somos gestores públicos, temos a obrigação de dar condições de a população entrar e sair da sua cidade. Muitas vezes, isso não acontece, isso é em vão, mas não é por falta de conhecimento; é por falta de sensibilidade, é por falta, na verdade, de convivência para saber a dificuldade com que vivem essas pessoas nesses Municípios mais distantes do nosso Estado, ou mesmo na Região Amazônica, no Pará, no Amazonas ou no Acre, ou em tantos outros lugares.

Sr. Presidente, queria aproveitar os meus últimos minutos para fazer com vocês um momento de reflexão: até quando vão continuar os assassinatos de adolescentes, como aconteceu com uma jovem de 14 anos, cujo ex-namorado, um dia antes de completar 18 anos, cometeu esse crime? Até quando vamos ficar parados? Até quando vamos aceitar e concordar? Há poucos dias, a nossa Comissão de Constituição e Justiça rejeitou o projeto para diminuir a menoridade.

Eu vejo muitos colegas fazerem discursos bonitos para a plateia, mas não vejo nenhum deles adotando um desses delinquentes, desses criminosos, para tentar colocá-los no trilha, o que nem seus pais conseguiram fazer. E valem-se do Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, como é conhecido, que foi elaborado há 24 anos, numa época em que os adolescentes não tinham tanto acesso a informações. Hoje, os nossos jovens de 16 anos servem para votar em nós. Hoje, os nossos jovens servem para votar para Presidente, para Deputado, para Governador, para Senador, mas só servem para eleger os políticos; para ter carteira de habilitação são considerados irresponsáveis, são considerados menores. Se eles têm a competência, a capacidade de escolher os políticos, por que não lhes dar independência? Há um projeto meu que tramita nesta Casa, um projeto de decreto legislativo, um plebiscito para decidir este assunto – já que o Senado não decide, já que o Congresso, a Câmara dos Deputados não decide, vamos deixar o povo decidir.

Eu pergunto à senhora que está em casa: a senhora está contente, está feliz com tantos menores cometendo barbaridades nos quatro cantos deste País? Com certeza, a senhora não está. E o senhor? O senhor compactua com a manutenção da maioridade? Também não compactua.

O maior de 16 anos e o menor de 18 sabe o que faz, sabe o que quer e tem de ter responsabilidade por isso. Mas não. Nós, aqui nesta Casa, damos condições a um jovem de, por perder a namorada, sabendo que ainda era menor de idade, assassiná-la duas horas antes de completar 18 anos de idade – e fez isso porque ainda era menor de idade. Esse fato ocorreu perto de Brasília, encostado no Distrito Federal, em Goiânia.

Isso é triste para nós que acompanhamos tudo isso no dia a dia. E não é somente esse caso, mas tantos outros nos quatro cantos deste País.

Eu sei que há muitos jovens que podem ser recuperados, mas eu também sei que há outros, de 16, de 17 anos, que já são profissionais do crime, que praticamente são irrecuperáveis.

Muitas vezes pessoas aqui falam, discursam, mas vamos dividir com a sociedade. Este mandato que eu tenho não é meu; ele é do povo do meu Estado, que foi quem me elegeu; é do Brasil o cargo de Senador.

Eu queria aqui fazer um pedido, antes de encerrar o meu tempo, ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, nosso amigo e parceiro, companheiro, colega de trabalho, Vital do Rêgo, para que coloque em pauta esse projeto, para que possa ser votado ainda este ano, junto com as eleições de Governador, de Senador, de Deputado Estadual, de Deputado Federal e de Presidente da República. Vamos deixar a população decidir nesse plebiscito! Para que nós vamos continuar amarrando? Para que nós vamos continuar segurando? Para que nós vamos continuar estagnando?

Vamos deixar a sociedade decidir. Vamos deixar a sociedade ver o que é melhor para si.

O plebiscito está aí, é só autorizar. E o Relator é o Senador Eduardo Amorim, que já tem parecer favorável ao plebiscito. Vamos deixar essas leis controversas de vários projetos que estão na Câmara e no Senado de lado, Sr. Presidente. Vamos direto àquilo que interessa. Vamos direto colocar no plebiscito para que a população deste grande País decida o que cada um, na verdade, está sentindo na pele.

A criminalidade entre menores de 18 anos aumentou. E este meu projeto do plebiscito não é para colocar na cadeia menor de 18 anos, não. Está equivocado quem pensa dessa maneira, porque só há 4% ou 5% de vagabundos e ladrões que se escondem atrás desta lei.

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Meu projeto é para mudar, sim, Sr^{as} e Srs. Senadores, a maioria para 16 anos, para que os jovens, a partir dessa idade, tenham direito a carteira de habilitação, tenham direito de sair, direito de desfrutar, e para que tenham responsabilidade de exercer sua cidadania. É disso que precisamos.

Eu não estou buscando punir os delinquentes. Esses têm que ser punidos na forma da lei. Eu estou buscando nesse decreto legislativo contemplar, sim, aquelas pessoas, aqueles jovens sérios e competentes, decentes da sociedade, que dirigem.

Entre nós, Senadores, quem não tem filho pequeno ou neto? Esses jovens de 14, 15 ou 16 anos já dirigem. E eles gostam de dirigir; eles gostam. E, se dermos responsabilidade a eles, muitos, com certeza, serão melhores motoristas do que nós, hoje, já com a experiência que temos.

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Então, meu projeto de decreto legislativo vem ao encontro disso, para que a gente possa dar o direito, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, à nossa população de decidir, no dia das eleições, o que acham melhor; e a opção deles será o melhor para a população.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Permite-me uma palavra, Senador?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Com certeza, Senador Cristovam Buarque, o senhor que já foi Governador e é o nosso Senador aqui, por Brasília.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Primeiro eu quero dizer que sou a favor de qualquer plebiscito, mesmo sabendo dos riscos. Porque o plebiscito decide com base em um sentimento distante, e não em uma reflexão cuidadosa. E é por isso que existe o Congresso. Se não fosse assim, a gente faria plebiscito todo dia pela internet e se dispensaria o Congresso. A diferença é que o plebiscito, Senador Paim, diz sim ou não. Não reflete. Não vê os quês, o como, o porquê, o talvez. Mesmo assim, eu sou favorável. Mesmo sabendo que, na véspera da decisão por plebiscito, houve um crime hediondo cometido por um menor e que 99% vão votar a favor da redução da pena. Se fosse um plebiscito sobre pena de morte, o que eu considero uma coisa abjeta, havendo um crime bárbaro na véspera, seria capaz de ganhar. Mesmo assim, eu acredito na voz do povo e não sou contra plebiscito. Entretanto, havendo esse plebiscito, eu vou defender que a melhor solução não é reduzir a maioria penal para 16. Eu começo me perguntando: 16 por quê? Por que não 15? Se um menino de 15 anos comete um crime hediondo, a gente vai perdoar e não perdoa se ele já tiver feito 16? Eu não vejo por que a mágica de 16. Os 18, não há dúvida, do ponto de vista da maioria cívica geral, porque o menor de 16 anos tem direito ao voto, mas não é considerado maior. Para uma série de coisas, ele precisa da autorização do pai. Depois dos 18, não mais. Mesmo assim, é preciso refletir sobre o que fazer. Como está não está bem. Quando a gente vê esse caso recente do criminoso que matou uma namorada faltando dois dias para completar 18 anos e vai ser solto, percebemos que temos que fazer alguma coisa. A minha proposta é que, esses 5% de que o senhor falou – e eu acho que, aliás, é muito menos do que 5% dos que serão atingidos – não forcem a gente a mudar a regra para todos. Todos terão 16 anos. Aí, quando se pegar um garoto de

16 anos roubando um bombom, ele vai pagar por aquilo. E aí a gente sabe o que acontecerá com ele no futuro. Venho insistindo em que nós deveríamos manter a maioria penal em 18. Agora, também devemos ter a possibilidade de decretar a maioria para pessoas que cometerem crimes. Aquelas pessoas, aquelas ali, têm maioria para serem julgadas como bandidos, criminosos. Outros que cometerem não precisarão ter maioria; serão julgados como menores. E a imensa maioria nem precisa disso.

Quem decidiria essa maioria? Cria-se uma instituição – não uma instituição –, um grupo de cinco juízes, três juízes, onde o Ministério Público, o promotor pede a declaração de maioria nesse caso, diante desse crime, diante da proximidade de esse cara fazer 18 anos, ou 17 anos, que seja, ou 16 anos. Para esse o Estado, que o promotor representa, pede a declaração de maioria. Declarada a maioria desse, ele é julgado como adulto, sem a gente precisar espalhar para todos essa mesma maioria reduzida. Essa é a posição que eu venho defendendo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Com certeza, com esse ponto de vista de V. Ex^a eu concordo, desde que o menor de 18 anos, quando cometa um crime, um latrocínio, seja punido, porque eu não considero um menor de 18 anos um adolescente. Ele é um adulto. Se ele é um adulto para poder votar e é responsável, nós não podemos pactuar, e nisso o senhor tem razão.

Tem que haver algo. Nós temos que fazer algo diferente aqui, urgentemente, sob pena de nós sermos vítimas, em breve.

Como V. Ex^a dizia, de repente, no momento do plebiscito, acontece algo parecido, um assassinato. Acontece todo dia. Todo dia, toda hora, nós temos menor delinquente, bandido, criminoso, assassino cometendo assassinato. É para esses que nós temos, então, que colocar uma regra geral.

Mas, ao mesmo tempo, Senador Cristovam, eu tenho convivido com jovens de 15 anos, 16 anos, pessoas decentes, pessoas sérias.

Eu quero aqui falar para os meus jovens do Brasil afora, para você que está me assistindo em São Paulo, Brasília, Goiânia, enfim, no Nordeste, em Rondônia, os jovens de Rondônia. Os jovens de hoje, Sr. Presidente, querem ter carteira de habilitação. Os jovens de 16 anos, 17 anos de hoje querem ir para uma discoteca. O jovem de hoje quer sair. Aí, fica passando vontade, fica pegando o carro do pai escondido e colocando todo mundo numa situação de saia justa.

Portanto, eu sou a favor de legalizar até os 16 anos para que tenha carteira de habilitação, que tenha a sua responsabilidade. E mesmo aquele, como diz o Senador, que tem 15 anos e cometeu...

Eu conheci um garoto, quando eu era Prefeito de Rolim de Moura, que tinha 14 anos e tinha não um assassinato nas suas costas, mas quatro latrocínios, com 14 anos!

Então, eu quero aqui...

O Sr. Cícero Lucena (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Senador Ivo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Senador Cícero Lucena.

O Sr. Cícero Lucena (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Senador, permita dizer da minha verificação da importância de que essa questão da maioria seja discutida de forma mais transparente. E que nós possamos não alguém fazer uso da vontade do povo e dizer que está representando o povo. Com toda cautela, com toda preocupação que foi registrada pelo Senador Cristovam, com o qual também comungo, mas é importante que esse debate seja devidamente esclarecido. Senador Cristovam, eu concordo com V. Ex^a no sentido do processo emocional que pode ocorrer, da oportunidade de mídia que pode ser oferecida por determinada corrente que defenda um conceito. Ou seja, existem riscos de o resultado não expressar a verdadeira vontade da população, mas, sem dúvida, é uma participação maior, porque, há poucos dias, na Comissão de Constituição e Justiça, tivemos a votação da PEC do Senador Aloysio Nunes que tratava da redução da maioria para alguns casos específicos, e muitos se posicionaram contra. O próprio Governo se posicionou contra isso, embora, aqui e acolá, se posicione de forma diferente. Tanto que, na sexta-feira, eu estava participando de um seminário em Recife sobre o fortalecimento da Sudene, promovido pela Comissão de Desenvolvimento Regional, que foi proposto pelo nosso Presidente Senador Valadares, e recebi o recorte de um jornal que – permita-me ler aqui; é rápido – dizia o seguinte: “Era controle remoto.” O que diz a nota? *“Há dias, a Ministra Maria do Rosário, dos Direitos Humanos, horrorizada com o homicídio de um produtor de TV homossexual, que teve o corpo jogado num canal no interior de São Paulo, não deixou por menos [abre aspas]: ‘essas hordas reacionárias e direitistas-liberais não suportam o convívio com os gays. Quem cometer um crime contra o gay merece a pena de morte.’ [fecha aspas]”* Aí o repórter informou à Ministra que os responsáveis eram quatro menores e que nem ficariam presos, graças à rejeição da proposta da redução da maioria penal, que ela apoiou – a rejeição. Surpresa, ela interrompeu a conversa e fingiu falar no celular: só que era o controle remoto de um aparelho de ar-condicionado. Ou seja, nós precisamos debater esse assunto de forma clara para que a opinião pública, para que a sociedade veja quem, verdadeiramente, está preocupado com a questão da segurança pública no País. E não é apenas a questão da

redução da maioria. É a segurança pública deste País, que precisa ser repensada, precisa ser rediscutida. É necessário assumir um pacto pela vida, que é que estamos precisando como cidadãos, como trabalhadores, como pais de família, como jovens, como crianças. Hoje todos estamos sujeitos a uma necessidade... O Senador Cristovam sempre diz da necessidade de uma revolução na educação. Nós precisamos também de uma revolução, no bom sentido, no sentido de traçar metas, objetivos, compromissos e responsabilidades quanto à segurança dos cidadãos deste País. Obrigado, Senador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado pelo aparte.

Eu quero aqui, mais uma vez, Sr. Presidente, já dando por acabado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador, atendo o apelo de alguns Senadores, uma vez que já lhe dei 15 minutos a mais...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Foram os apartes.

Eu quero aqui agradecer mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É justo o debate.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – ...a sua compreensão e a dos nobres colegas Senadores e deixar meu abraço, minha gratidão, e pedir que as pessoas continuem orando para que Deus continue nos abençoando, não só a mim, como aos Senadores, aos demais colegas, à nossa Presidenta da República, aos Governadores e aos Deputados, para que possamos ter saúde e paz e continuar trabalhando para um Brasil cada vez melhor.

Um abraço. Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ivo Cassol, o Sr. Flexa Ribeiro, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Ivo Cassol, que usou o tempo que os outros também usaram na maioria dos casos. Não foi nada além do combinado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Mozarildo, apenas quero ratificar aqui que o seu pedido, feito na tribuna, para que o documento lá relatado fosse registrado nos *Anais* da Casa, será atendido, será incluído na íntegra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria fazer uma indagação a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu também me inscrevi, mas fiz aqui uma permuta com o ilustre Senador Walter Pinheiro. Eu gostaria de saber de V. Ex^a quando chegará a minha vez. Ontem, lamentavelmente, fui o último orador aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu e V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – V. Ex^a foi generoso, bondoso, aguardou, teve paciência. E vou falar apenas por 8 minutos, não vou precisar de 45 minutos, 44 minutos. Vou falar só 12 minutos, no máximo. Então, gostaria de ter oportunidade hoje de falar dentro também do horário, até porque todos aqui são iguais.

Gostaria de consultar V. Ex^a: estou inscrito, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Claro, com certeza.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – É depois da Senadora Vanessa?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixe-me verificar aqui.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Exatamente. Agora fala a Senadora Vanessa como Líder, já que falou o Senador Ivo Cassol como orador inscrito; depois seria este Senador, mas me foi pedida, pelo Senador Cícero, uma permuta; então, ele fala antes de V. Ex^a. Fala a Vanessa, fala ele e fala V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Está bem. Então eu sou o terceiro na ordem aí, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com certeza.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E eu fui para o último lugar.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Se for para V. Ex^a, abro mão na hora também. Eu deixo e fico aguardando V. Ex^a falar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Faço questão de estar aqui para ouvi-lo. Senadora Vanessa, por favor.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Como Líder. Sem revisão da oradora.)

– Muito obrigada, Senador Paim.

Eu quero dizer que vou tentar colaborar aqui, Senador Jayme, não usando o tempo todo de que dispoenho, para que V. Ex^{as} possam usar da palavra. Serei bastante cooperativa, pelo menos tentarei – se o senhor ficar aí me fazendo sinal, vou lembrando de que tenho que ser cooperativa!

Mas, Sr. Presidente, eu vou aqui registrar dois assuntos que considero extremamente importantes. Um deles diz respeito à greve dos servidores da Suframa, Superintendência da Zona Franca de Manaus, que já chega a quase 30 dias. Uma greve que foi deflagrada já no momento em que a categoria não viu nenhuma possibilidade de negociação com a Superintendência, com a Direção da Zona Franca de Manaus, com o Ministério de Indústria e Comércio Exterior e, tão pouco, com o Ministério do Planejamento.

São reivindicações importantes, Sr. Presidente, em relação ao funcionamento da Superintendência da Zona Franca de Manaus, mas principalmente, em relação à carreira dos servidores daquela autarquia.

Eu já falei deste assunto aqui, mas quero apenas repetir, Presidente: o salário dos servidores da Suframa... E a Suframa não é apenas uma autarquia – está aqui o Senador pelo Estado do Amapá, que sabe disso –, não é apenas um órgão que cuida das empresas, das indústrias que estão instaladas no Polo Industrial de Manaus, mas cuida de todas as áreas de livre comércio – o Senador Randolfe Rodrigues sabe perfeitamente disso – e também do desenvolvimento daquela região, porque, muito mais do que uma Superintendência, uma autarquia, a Zona Franca também é uma agência de desenvolvimento regional.

Mas, infelizmente, comparando os salários dos servidores federais daquele órgão com outros servidores do Governo Federal, Sr. Presidente, a gente vê o quanto estão defasados os salários dos servidores da Suframa. E, se compararmos os salários da Suframa – cuja autarquia é vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – com os salários pagos dentro do próprio Ministério, a gente percebe a defasagem. Por exemplo, determinada carreira de nível superior, que recebe, no Ministério de Indústria e Comércio, R\$13 mil aproximadamente, na Suframa chega a ultrapassar um pouquinho os R\$4 mil.

Ou seja, algo que não é compatível com as atribuições e responsabilidades que têm aqueles servidores, todos eles concursados, todos eles detentores de grande capacidade técnica.

Eu estive com eles, há mais de uma semana, lá na Superintendência, Reuni-me com eles, com o Sindicato e também com o Superintendente. Tivemos uma reunião importante com o Ministro de Indústria e Comércio, com o Secretário Executivo daquele Ministério e trabalhávamos com a possibilidade de que hoje acontecesse um acordo que levasse ao fim da paralisação. Mas os servidores não aceitaram a proposta do Governo Federal.

Senador Paulo Paim, eu procurei o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e disse a eles que eu tenho me empenhado muito para tentar resolver o impasse, assim como toda a Bancada, não só do Amazonas, mas de todos os Estados – e lá na reunião estavam presentes o Amapá, o Acre, Rondônia, Roraima, além do Amazonas. Nós temos nos empenhado para ajudar a resolver o problema. Agora, a proposta que o Governo apresentou é inadmissível. Acabei de falar, Senador Paulo Paim: servidor de nível superior do MDIC recebe R\$13 mil; o da Suframa, que é ligado ao mesmo Ministério, recebe R\$4 mil! É impossível continuar com essa situação.

E uma cláusula da proposta apresentada pelo Governo, redigida não sei se pelo Ministério do Planejamento, diz o seguinte: “Será pactuada uma agenda específica por meio de um grupo de trabalho com prazo de conclusão de 180 dias” – agora repare, Senador Paim, V. Ex^a que é um grande defensor dos trabalhadores – “... sem compromisso de impacto orçamentário até 2015.”

É brincadeira! Estamos em 2014! Até 2015? É impossível. Eu acho que eles até entenderiam as particularidades do momento vivido, praticamente véspera de um processo eleitoral; eles entenderiam; mas colocar “sem impacto orçamentário até 2015”, para quem tem uma carreira tão defasada quanto eles, Senador Aníbal? É impossível.

Conversei hoje com Ricardo Schaefer, Secretário Executivo do Ministério, e disse a ele: “Tenho convicção plena e absoluta de que a Bancada vai continuar trabalhando. Vai tentar continuar e vai continuar tentando um acordo.” Agora, não pode ser isso. Não pode!

Aqui eu quero fazer um apelo! Um apelo ao Ministério do Planejamento para que seja sensível.

Repito, neste ano, até as eleições, eles têm a compreensão do que este momento significa e da especialidade deste momento. Eles até teriam a compreensão. Vamos formar um grupo. Enquanto isso, acaba o processo eleitoral. Mas querer que eles aceitem um acordo no qual não é previsto nenhum reajuste agora e tampouco em 2015? Isso é absolutamente impensável, eu diria até inaceitável por parte dos servidores.

Então, creio que deveríamos fazer – e já estamos solicitando – uma audiência com o Ministério do Planejamento, para continuar um diálogo e encontrar uma forma de resolver o problema.

O Acre está quase parando, Rondônia está parando e as fábricas da Zona Franca vão parar. E aqui eu falo de um faturamento de mais de R\$60 bilhões por ano. Não é um polo industrial qualquer, é um polo industrial importante para a região e para o País.

Então, aqui fica a minha solidariedade aos servidores e a disposição de, principalmente junto com a Bancada desses Estados da Região Norte, continuar trabalhando para que seja possível a realização de um acordo.

O segundo tema, Sr. Presidente, que me traz a esta tribuna diz respeito a uma matéria muito importante – eu conversava sobre ela com o Senador Randolfe – que foi publicada na imprensa no dia de hoje. Eu confesso que não sabia do conteúdo, pois tomei conhecimento somente hoje. É uma matéria que se refere aos primeiros resultados relativos a uma pesquisa desenvolvida em parceria entre a NASA, agência espacial americana, e o Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil.

Então, há uma parceria entre o Ministério da Ciência e Tecnologia, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e a agência espacial americana para fazer um estudo em relação à Floresta Amazônica, para saber até quanto a Floresta Amazônica captura de gases de efeito estufa da atmosfera ou até quanto a Floresta Amazônica emite de gases de efeito estufa.

Nos anos 90, iniciou-se uma polêmica muito forte, Sr. Presidente, inclusive com alguns indicativos de alguns estudos científicos pouco confiáveis em decorrência da pequena amostra que ambos apresentavam, que dizia que a Floresta mais emitia gases de efeito estufa do que limpava o planeta de CO₂.

Sr. Presidente, diz a matéria publicada que esse estudo concluído pela NASA resolveu um longo debate a respeito do papel da Floresta Amazônica em relação ao aquecimento global. Pesquisadores se perguntavam se a floresta seria capaz de absorver uma quantidade maior de dióxido de carbono, CO₂, do que ela emite naturalmente. A resposta obtida pela pesquisa da NASA divulgada ontem mostra que a Amazônia realmente ajuda a reduzir o aquecimento global.

O CO₂ é um dos gases, Sr. Presidente, responsáveis pelo efeito estufa, portanto pelo aquecimento global, pois eleva ao aumento da temperatura terrestre.

Enquanto as árvores vivas absorvem o dióxido de carbono da atmosfera ao longo de seu crescimento, as árvores mortas devolvem o gás para a atmosfera no período de sua decomposição.

A hipótese de que a Floresta estaria emitindo mais gás do que absorvendo surgiu, como aqui já relatei, na década de 90, quando se descobriu que enormes áreas de florestas costumam morrer devido a intensas tempestades.

Antes do estudo da NASA, medições desse balanço, como eu disse, Sr. Presidente, também mostravam que havia dúvidas entre emissão e absorção de CO₂ na Floresta Amazônica, porque os estudos anteriores a esse desenvolvido pela NASA em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil não apresentavam amostras significativas que pudessem levar à sua confiabilidade, mas eram suficientes para chegar a essa grande polêmica sobre se áreas florestais, como a área da Amazônia, limpavam ou poluíam mais ainda a atmosfera do Planeta.

Esse estudo demonstra, Sr. Presidente, a importância da floresta em pé. E, mais do que isso, Senador Randolfe, mostra que manter a floresta intacta, sem mexer, também não é o melhor caminho. A árvore, como todo ser vivo, nasce, cresce e morre, e se não for promovido o manejo sustentável da floresta, a árvore morta vai contribuir para o aumento da emissão de gases de efeito estufa, de gás carbônico.

Acho que esse estudo é muito importante porque tira uma dúvida e recoloca, sem qualquer sombra de dúvida, a Amazônia num patamar de grande importância para o equilíbrio climático do Planeta e para o enfrentamento das mudanças climáticas de forma correta.

Sugiro também que a Comissão de Meio Ambiente desta Casa faça um debate, uma audiência, realize uma audiência pública para tomarmos conhecimento, com mais detalhes, desse estudo importante que vem sendo desenvolvido há muito tempo.

Eu me preocupei muito, na época em que houve esse acordo, com a possibilidade de a NASA estar na Amazônia desenvolvendo esse trabalho, mas hoje nós percebemos que a divulgação dos primeiros resultados da pesquisa é muito importante para o mundo, mas principalmente para nós brasileiros e para quem vive na Amazônia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora Vanessa Grazziotin. Conforme havia combinado, V. Ex^a, de fato, falou exatamente 12 minutos. V. Ex^a disse que iria falar 12 minutos.

Convido para usar a tribuna o Senador Cícero Lucena, que permutou comigo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Enquanto V. Ex^a vai à tribuna, eu leio o seguinte ofício, endereçado ao Presidente Renan Calheiros.

OFÍCIO Nº 4, DE 2014

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao reiterar minha satisfação pelo retorno a esta Casa do Congresso Nacional, comunico a Vossa Excelência que exercerei, a partir desta data, a Liderança do Partido Republicano Brasileiro (PRB).

Na oportunidade, renovo os protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Senador Marcelo Crivella

Líder do PRB.

É o seguinte o Ofício na íntegra:

Ofício nº 4/2014 – GSMC

Brasília-DF, 17 de março de 2014

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao reiterar minha satisfação pelo retorno a esta Casa do Congresso Nacional, comunico a Vossa Excelência que exercerei, a partir desta data, a Liderança do Partido Republicano Brasileiro (PRB).

Na oportunidade, renovo os protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente, – Senador **Marcelo Crivella**, Líder do PRD.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, início agradecendo a V. Exª pela oportunidade da permuta para que eu possa fazer o meu pronunciamento.

Srªs e Srs. Senadores, a saúde de um povo é um dos seus maiores bens. No exercício do nosso mandato, temos tido interesse especial por situações em que a saúde do povo brasileiro aparece como tema privilegiado, seja pelo viés legislativo, seja pelo viés da mídia. É nossa crença que a fiscalização da saúde, *lato sensu*, precisa ser efetivada de todas as maneiras possíveis, sempre com a preocupação cidadã, que nos orienta, aqui no Poder Legislativo, a ver situações problemáticas resolvidas num prazo curto.

Com tal espírito é que, em setembro do ano passado, em face de uma denúncia oferecida de maneira substantiva por um cidadão brasileiro, comerciante de suplementos alimentares, sobre fraudes nas fórmulas desses suplementos ofertados no mercado brasileiro, convocamos uma audiência pública que tratasse do tema para esclarecer o público e nos orientar quanto a possíveis medidas legislativas a serem tomadas.

Ampla divulgação de matéria jornalística sobre este tema foi realizada, por exemplo, pelo jornal *O Globo*, ainda em agosto de 2013, com base em vídeos postados pouco antes no Youtube e no Facebook que revelavam o desacordo das fórmulas informadas pelas empresas nos rótulos e os resultados obtidos em exames laboratoriais. Algumas dezenas de milhares de pessoas assistiram a esses vídeos e reagiram ao engodo com justa indignação.

Solicitada em setembro de 2013, em Requerimento oficial, RAS nº 54, de 2013, a referida audiência pública veio a ser realizada em 12 de novembro de 2013, na Comissão de Assuntos Sociais, contando com a presença de ilustres personalidades ligadas à área de suplementação alimentar. Estiveram presentes à audiência especialista em nutrição esportiva, médico e professor da Universidade de São Paulo, o Ministério Público Federal, representante da Anvisa, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o denunciante, Sr. Felix Bonfim, e o Presidente da Brasnutri, Associação Brasileira dos Fabricantes de Suplementos Nutricionais e Alimentos para Fins Especiais, que ali tiveram oportunidade de contribuir para o debate expondo seus pontos de vista.

Por ser tal comércio destinado a mercado consumidor que movimenta recursos na casa de bilhões de reais, o interesse público por ele certamente ultrapassa o aspecto da saúde, dizendo respeito, também, à tributação e ao controle financeiro por parte do Estado. Evidenciou-se, no debate ocorrido, a necessidade imediata da regulamentação da área de suplementos alimentares, de modo que isso facilitasse a fiscalização no âmbito da tributação, da saúde, da defesa do consumidor e da importação, que hoje é realizada praticamente sem barreiras ou controle, pela via postal (leia-se internet).

A fiscalização, em nosso entendimento, precisa não somente ocorrer nos correios e nas alfândegas, mas também alcançar as empresas brasileiras, fábricas e distribuidoras. Enfim, é preciso que um marco regulatório sério venha a ser implantado em defesa da saúde de tantas pessoas que podem estar sendo intoxicadas ou envenenadas, com prejuízo à saúde que certamente irá onerar o Estado brasileiro do ponto de vista laboral,

pelo absenteísmo, e do ponto de vista do custo da saúde pública, com o tratamento de diálise, para ficar em apenas um dos exemplos desse malefício.

Também, na audiência, se chamou atenção para o fato de esses produtos sofrerem variabilidade de formulação em períodos curtos de tempo, o que dificulta o controle laboratorial por parte dos órgãos responsáveis pela fiscalização da produção e da importação desses produtos. Mesmo nos Estados Unidos, grande consumidor e o maior produtor desses produtos, desses “preparados”, o controle é tido por complicado, em função da enorme quantidade de fabricantes e de produtos. A plasticidade com que tais produtos se travestem ou se redefinem precisa ser acompanhada pelos mais modernos instrumentos tecnológicos de análise laboratorial a serviço do controle da saúde.

A audiência de novembro passado foi muito ilustrativa da dificuldade que é o controle desse mercado. Marcos regulatórios existem, a Anvisa possui Resoluções que tratam dos suplementos, mas a fiscalização não é exatamente efetiva, e, assim, pode ocorrer que muitas empresas fabricantes e importadoras ofereçam, por exemplo, produtos com substâncias consideradas como *doping*. As milhares de academias existentes pelo Brasil afora, assim como as mais de mil lojas cadastradas, acabam oferecendo, de modo acessível, aos seus frequentadores, mesmo que esses não sejam atletas, os tais suplementos. Isso também precisa ser avaliado, para que uma ação coordenada seja posta em prática em defesa das pessoas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em fevereiro deste ano, a Anvisa voltou às páginas dos jornais e da internet anunciando a retirada de 20 lotes de marcas que ofereciam “whey protein”, um suplemento alimentar, em razão de existir diferença, acima do limite permitido, entre a quantidade de proteína e carboidrato declarada no rótulo e a real composição. Isso aconteceu em 25 produtos. Alguns dias antes, quatro suplementos alimentares para atletas haviam sido proibidos pela Anvisa. Vemos, portanto, que a nossa iniciativa já demonstrou ter desdobramentos positivos. O órgão começou a pensar com mais afinco na regulação da área, aperfeiçoando os vários instrumentos que permitem, como ocorreu há pouco, retirar do mercado produtos que não estão em conformidade com a legislação.

O trabalho conjunto dos Poderes Legislativo e Executivo é necessário para enfrentar muitas questões sensíveis, de difícil solução, e as nossas conversas na CAS com a Anvisa e com os demais convidados reforçam essa parceria em defesa do que é público. Devo acrescentar que é factível que a regulamentação permita graus variados de certificação dos produtores em solo brasileiro, o que tornará nossos fabricantes mais confiáveis e competitivos.

Credito a essa audiência pública, por nós requerida, o fator disparador de ampla discussão sobre o tema, o que há de nos dar mais segurança quanto aos suplementos alimentares, além da formulação de um relatório entregue na Comissão, nesta segunda-feira, dia 17 de março, pela Anvisa, juntamente com Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Foram avaliados 26 produtos pela Anvisa, mas apenas um apresentou resultados satisfatórios para todos os ensaios e outros dois produtos não apresentaram irregularidades de composição e por isso não foram objetos de proibição pela Anvisa.

Diante desse fato, apresentei novamente um requerimento na Comissão de Assuntos Sociais, convocando a Anvisa para a apresentação desse relatório mencionado na apresentação aos Senadores membros da CAS.

Enumero, por fim, alguns aspectos de máxima relevância referentes ao assunto: saúde pública, porque, caso esse mercado cresça sem controle, com substâncias proibidas presentes nas fórmulas, poderá haver um problema médico relevante; relações consumeristas; questões criminais; educação da população, com o fornecimento a todos de informação necessária ao consumo seguro e saudável.

Sr. Presidente, aproveito um pouco mais do tempo, ao encerrar meu discurso sobre esse tema, para fazer um registro de quem é nordestino e, portanto, conhece a história e a tradição do Nordeste. Tenho sempre assomado à tribuna desta Casa para abordar, entre outros temas, sempre com destaque, as condições hídricas do Nordeste. Algo é vivido pelo nordestino ao longo dos anos quando temos um ano seco: a esperança que vai ditar a chuva no dia 19 de março, ou seja, o Dia do Padroeiro São José é que diz se o inverno vai ser ou não bom. Portanto, hoje é um dia de esperança para o nordestino de que haja chuva, de que haja conforto e a particularidade da esperança renovada para não só o abastecimento hídrico, mas também para a pequena lavoura de subsistência. Muitos agricultores simples e humildes do Nordeste sempre acreditam neste dia.

Eu não poderia deixar de dizer também que hoje seria o aniversário, se vivo estivesse, de alguém que era muito afeito a todos nós, que já foi membro desta Casa, o nosso saudoso Senador Ronaldo Cunha Lima, que nasceu no Dia de São José e que, por isso, se chamava José Ronaldo da Cunha Lima.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Que Deus proteja todos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! Meus cumprimentos a todos os Josés e a todas as Marias, enfim, a todo o nosso povo.

Agora, fará uso da palavra um Líder.

Como Líder, pela lista que tenho aqui, falarão os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Aécio Neves, Cyro Miranda, Aloysio Nunes, Romero Jucá e Randolfe Rodrigues.

Em seguida, será a vez de V. Ex^a. Se quiserem trocar, se estiverem com pressa, poderão fazê-lo.

Senador Jayme Campos, é a vez de V. Ex^a.

Não! Depois do Senador Randolfe, será a vez do Senador Jayme Campos. Depois, falará meu amigo Valadares.

Senador Jayme Campos, faço questão de ouvi-lo.

Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.)
– Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, inicio com a devida referência ao Dia de São José. Eu não poderia deixar de mencioná-lo, porque, além de ser meu padroeiro, é padroeiro do meu querido Estado do Amapá, da então Vila de São José de Macapá, na antiga Instância das Macabas. Então, eu não poderia iniciar este pronunciamento sem fazer essa referência.

A benção de São José é necessária para todos nós do Brasil, Senador Paulo Paim, em virtude dos dramáticos acontecimentos a que assistimos ontem no Rio de Janeiro com Cláudia Silva Ferreira. Cláudia Silva Ferreira era uma jovem mãe de família, mãe de quatro filhos que cuidava de outros três sobrinhos, ou seja, uma mãe que deixa sete dependentes. Era faxineira e morava no morro de Congonhas, na Favela de Madureira. Foi mais uma vítima da violência policial em nosso País.

É lógico que não generalizamos, mas Cláudia foi vítima de uma polícia que tem sido preparada somente com uma ótica: a ótica da criminalização. É uma ótica com foco nos mais pobres, uma ótica com a qual se prevê que aqueles que estão na favela e que são pretos e pobres são automaticamente criminosos. Essa foi a terrível lógica que vitimou Cláudia Silva Ferreira.

Ora, Senador Paulo Paim, nosso Presidente desta sessão, solidarizamos-nos com o corpo policial e com os policiais. Cobramos e repudiamos quando os membros de facções criminosas vitimam membros do corpo policial. Isso tem o repúdio da sociedade. Acho que devem ser saudadas ações como as das Unidades de Polícia Pacificadora. Têm de ser saudadas essas ações, quando as unidades policiais se congregam e têm uma ação comunitária com a sociedade. Ao mesmo tempo, tem de ser repudiado o crime que vitima membros das corporações policiais, mas temos de reagir, a sociedade tem de reagir e não pode admitir quando pessoas da sociedade, mulheres negras e pobres, são vitimadas desse jeito.

Sr. Presidente, o subtenente responsável pela morte, pelo assassinato da Sr^a Cláudia Silva Ferreira, tinha 63 mortes nas costas. Senadora Ana Rita, ele tinha 63 investigações de homicídios nas costas e não estava afastado da corporação policial. O responsável por isso, então, não é o subtenente! O responsável por isso não é somente o comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro. O responsável por isso é o Governador do Estado do Rio de Janeiro. O Governador do Estado do Rio de Janeiro, o Governador da corporação policial, nesse caso concreto, é, no mínimo, negligente. O comandante supremo da corporação policial não é o comandante da corporação policial; o comandante supremo da corporação policial é o Governador do Estado. A corporação policial militar tem um comandante em chefe, e o comandante em chefe é o Governador do Estado, não é o comandante da PM. Se existe nos quadros da Polícia Militar um oficial, um subtenente com 63 mortes nas costas, com uma investigação por 63 mortes, que não está afastado da corporação policial, é o Governador do Estado que é o responsável pela sexagésima quarta morte.

O nosso País, Sr. Presidente, no dia de ontem, foi motivo de vergonha internacional, foi motivo de manchete no jornal *El País*, foi motivo de manchete nos *sites* internacionais na Europa, foi motivo de manchete no *The New York Times*, pelas cenas macabras que envolveram uma mulher do povo, mãe de quatro filhos, que deixou sete dependentes, que vão acordar sem ter sua mãe para preparar seu café, que vão acordar sem ter sua mãe para lhes dar carinho.

Eu acho algo incrível e fantástico! Ouço muitos pronunciamentos aqui, e, às vezes, há vozes que ressoam. Mas, às vezes, quando ocorrem tragédias como essas, que vitimam filhos do povo que têm um lado claro, que têm um lugar claro, que falecem, que são assassinados nas favelas brasileiras, que são vítimas de violência desse tipo, as vozes não ecoam aqui, desta tribuna.

A Presidente da República, é claro, manifestou-se. Houve uma manifestação da Presidente da República, ontem, pelo Twitter: “Nesta hora de tristeza e dor, presto minha solidariedade à família e aos amigos de Cláudia. A morte de Cláudia chocou o País.” Mas me permita dizer à Senhora Presidenta que sua manifestação é insuficiente.

Têm nome os responsáveis por essa morte. Não quero generalizar, mas é uma Polícia Militar despreparada. Nesse caso, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro não tem aula de direitos humanos. É uma Polícia Militar que tem nos seus quadros um subtenente que tem nas costas 63 mortes e que praticou a sexagésima quarta chacina.

Lamento, Senhora Presidente, pois a senhora disse somente que, na hora da tristeza e da dor, prestava solidariedade. Tinha de dar nome e endereço! Uma vítima foi assassinada! Ela foi vítima de uma Polícia despreparada.

Por isso, hoje, com muita felicidade, estive na Comissão de Direitos Humanos, que foi tão bem presidida por esse líder dos direitos humanos, o Senador Paulo Paim, e que é muito bem presidida agora por essa a quem vou conceder um aparte daqui a pouco, a Senadora Ana Rita.

Senadora Ana Rita, torço – exulto com isso – para que seu Partido e o povo do Espírito Santo a devolvam para cá e mantenham aqui, nestes tapetes azuis, o seu mandato. Eu exulto com isso. Espero que a consciência seja despertada e que seja acalentado o coração dos militantes do seu Partido, no Espírito Santo. Espero que seja mantido seu mandato aqui, porque a senhora tem dado uma contribuição enorme ao debate sobre os direitos humanos na Comissão que V. Exª dirige aqui.

Antes de lhe conceder o aparte, eu gostaria de dizer que, hoje, a Comissão que V. Exª dirige possibilitou que fosse aprovado um requerimento para que pudéssemos debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que tramita nesta Casa e que foi preparada pelo sociólogo Luiz Eduardo Soares. Vamos debater essa proposta de emenda à Constituição, que traz um debate necessário. Acho que é necessário e fundamental às polícias, mas as polícias têm de ser preparadas para cuidar dos cidadãos, as polícias têm de dar segurança aos cidadãos, independentemente de cor e condição social.

Polícia tem de ser preparada e, principalmente, bem remunerada. No corpo da Polícia, não pode haver assassino. Não pode haver chacinador no corpo policial. Polícia não pode ser confundida com milícia. Não pode haver agentes da polícia que, de manhã, sejam policiais e que, às vezes, façam bico à tarde e à noite para atender os mais ricos.

Não pode haver polícia que, de manhã, seja polícia e, à noite, tenha função de classe para proteger aqueles que eles acham mais bonitos na sociedade, porque aí não é polícia. Aí é milícia.

Senadora Ana Rita, com o maior prazer, escuto o aparte de V. Exª.

A Srª Ana Rita (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Randolfe Rodrigues. Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. É um pronunciamento muito bem-colocado neste momento, inclusive muito corajoso. Mas eu gostaria de acrescentar na fala de V. Exª que foram três pessoas indiciadas nessa situação, e todos eles com diversos processos. Um dos policiais, com 63 processos, e os outros dois também tinham uma quantidade imensa de processos por envolvimento em situações semelhantes a essa, possivelmente. O que me assusta, Senador, não é apenas a omissão do Governo do Estado. O que me assusta é a falta de celeridade da Justiça, porque com tantos processos, e possivelmente muitos desses processos não são tão recentes assim, como essas pessoas continuam livres, exercendo seu trabalho de forma, na minha opinião, irregular, porque não oferece a menor segurança para a sociedade? Quem de fato deveria oferecer essa segurança comete novos crimes. Então, penso que, além de o Governo do Estado estar sendo omissos nesse caso, já poderia ter afastado esses policiais das suas funções, mas a Justiça precisa ser ágil, precisa ser rápida. Quando digo Justiça, refiro-me ao sistema de Justiça como um todo: o Ministério Público tem que agir, o Poder Judiciário, que deve agir de forma rápida para garantir que quem cometer esse tipo de crime tem que ser punido e afastado da sociedade. Então, eu acrescentaria isso na fala de V. Exª, porque muitas vezes o debate aqui no Senado se volta muito mais para crianças e adolescentes, mas não se debate o envolvimento de adultos, como é esse caso, que matam pessoas, que se envolvem nessas questões de homicídio e que estão impunes, cometendo novos crimes, e não se fala sobre isso. Então, eu gostaria apenas de fazer esse adendo à fala de V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Senadora Ana Rita, tenho muito orgulho de conviver com V. Exª, porque V. Exª foi ao centro da questão. Falta debater, na verdade, o que é central da violência urbana.

Senadora Ana Rita, ao conversarmos aqui e ao debatermos esse tema, eu assisto a cenas da ficção se tornando realidade.

Quem assistiu a Tropa de Elite 2, essa belíssima obra do cinema nacional, esse orgulho do cinema brasileiro, que é José Padilha – que agora está nos Estados Unidos e que dirigiu recentemente um filme de produção americana, o Robocop, e é autor de Tropa de Elite 2, filme inspirado inclusive na atuação de um companheiro nosso, meu e seu, Deputado Estadual do nosso Partido, o Deputado Estadual Marcelo Freixo –, observou que o filme se baseia na denúncia do Deputado Estadual Marcelo Freixo, na condição de Deputado Estadual no Rio

de Janeiro, e o filme aborda a atuação das milícias cariocas e a atuação dessas milícias dentro do corpo policial, da estrutura da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Ora, a informação que a senhora traz, a informação do Subtenente, com 63 mortes, a informação dos outros dois, que também processos tinham, os membros que participaram do martírio da Cláudia Silva Ferreira, esse conjunto de informações, a Justiça que não julga esses casos, a condição concreta, a estrutura da corporação da Polícia Militar que não os afasta, o Governo do Estado, que não os afasta do convívio da sociedade, e o martírio que continua ocorrendo contra as pessoas pobres da periferia carioca, só me faz concluir uma coisa, Senador Eduardo Suplicy, que as cenas de Tropa de Elite 2 continuam a ocorrer, ou seja, a existência das milícias continuam a ocorrer. Elas não foram desmanteladas. A ficção do filme, o que foi diagnosticado continua a acontecer na lamentável realidade da cena carioca.

Senador Eduardo Suplicy, ouço V. Ex^a com o maior prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Ainda ontem, Senador Randolfe Rodrigues, eu registrei esse episódio, que também me chocou. Quero reiterar aqui a minha solidariedade, como a Presidenta Dilma o fez. V. Ex^a citou a manifestação de solidariedade a ela e à sua família. Pelo que li ontem nos jornais, em *O Globo*, ela tinha quatro filhos, mas tomava conta de outros quatro, que eram seus sobrinhos. Eu até quero aqui enaltecer a disposição do pai, do marido, de agora ter que tomar conta de oito crianças, uma coisa realmente... E esse pai precisa ter a solidariedade, a ajuda, o apoio necessário, inclusive porque essa senhora Cláudia tem o direito de uma indenização adequada por parte do Estado do Rio de Janeiro. V. Ex^a bem aqui assevera o quão importante é que os policiais militares, seja na cidade do Rio de Janeiro, seja em qualquer cidade, tenham um treinamento adequado de respeito ao direito das pessoas. O Secretário da Segurança Pública do Rio de Janeiro, Beltrame, tem se destacado pela iniciativa de colocar as Unidades de Polícias Pacificadoras, mas ele deve ter a consciência de que algo bem mais adequado precisa ser feito para prevenir e evitar a ação de total desrespeito aos direitos de uma pessoa que, pelo que li na descrição, estava com R\$6,00 na mão, três notas de R\$2,00 e acho que um pão, um sanduíche, se é que tinha.

(Soa a campanha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Como se aquilo pudesse ser uma arma, a situação fez com que essa mulher levasse um tiro e depois fosse carregada no camburão, cuja porta abriu, e ela foi arrastada 350 metros. Então, expressei aqui a importância do pronunciamento de V. Ex^a e do apoio que deve merecer toda a família, os filhos e sobrinhos da senhora Cláudia. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Senador Paulo Paim, para concluir, de fato, até pelo tempo já esgotado, o mais lamentável, Senador Paulo Paim, é a declaração por parte do porta-voz da Polícia Militar sobre este caso.

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) –

Ele disse o seguinte sobre a vítima, mãe de família e trabalhadora: “Não merecia esse – abre aspas – ‘atendimento’”, fecha aspas. Atendimento?! Não poderia ser mais absurda a fala da polícia. Atendimento? Isso foi atendimento? O que aconteceu com Cláudia Silva Ferreira foi atendimento? Ela foi baleada, arrastada por vários quilômetros, a perna ficou em carne viva, e o porta-voz da Polícia Militar chamou de atendimento. Não há palavras para isso.

Não é essa a polícia que se quer neste País. Não se quer uma polícia que mata e que chacina. Não se quer membros de uma polícia com 63 mortes nas costas e matando as pessoas só pela cor da pele e pela classe social. Nós queremos uma polícia que proteja as pessoas, independentemente da cor da pele, independentemente da classe social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Randolfe Rodrigues. De imediato, o Senador Jayme Campos, como orador inscrito. Na sequência, o Senador Valadares.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu serei bem rápido, até porque temos outros oradores, sobretudo o ilustre Senador Antonio Carlos Valadares e o ilustre Senador Eduardo Suplicy. Eu até estava aguardando a fala do Senador Eduardo Suplicy no dia de ontem, mas não foi possível devido ao início dos trabalhos no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas ouviu, hoje, pela manhã, uma aula sobre a renda mínima e o Bolsa Família.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – É verdade. Sem sombra de dúvida, é uma bandeira do Senador Eduardo Suplicy. Todos nós temos que apoiar e louvar a sua iniciativa e a sua luta incessante, efetivamente, para implantar a renda mínima em nosso Brasil.

Sr. Presidente, serei rápido. Queria fazer aqui uns pequenos comentários, mas, antes de mais nada, registrar a presença do valoroso Prefeito de Colniza, o companheiro Raupp, que nos honra com sua presença e está lutando incessantemente na busca de investimento para aquela cidade do interior do Estado, lá na região noroeste, porque, nesses últimos dias, lamentavelmente, as chuvas que tivemos em Mato Grosso, de forma abundante, prejudicaram, particularmente, a questão das rodovias, estradas, pontes. O prefeito está aqui, buscando investimentos, parceria com o Governo Federal.

Quero crer que, nesses próximos dias, através não só do Ministério dos Transportes, mas particularmente através do Ministério da Integração Nacional, da Defesa Civil, poderemos levar recursos para dar melhores condições de vida aos milhares de brasileiros que habitam aquela vasta região do nosso Estado, região em que se planta uma civilização moderna. É uma população sofrida por falta de mais saúde, mais educação, mas está ali construindo uma perspectiva de vida melhor para seus familiares.

Seja bem-vindo, Sr. Prefeito. Como disse, e volto a repetir, conte comigo. Ainda que sejam poucos os recursos que temos em nossa emenda, pode ter certeza V. Ex^a de que vamos determinar à nossa assessoria, dentro do possível, que parte deles seja levada para Colniza, que merece. Aliás, a exemplo do que já fiz, uma vez que destinei R\$500 mil lá atrás para a pavimentação asfáltica das ruas da cidade, consegui recursos para a compra de equipamentos mecânicos, de patrol.

Desta feita V. Ex^a tenha certeza de que o Senador Jayme Campos, que também tem uma admiração toda especial por aquela região, vai também destinar recursos de suas emendas para que V. Ex^a possa cumprir seu dever, ou seja, levar melhores dias à população de Colniza, que bem merece.

Mas, Sr. Presidente, nosso País já está se acostumando às manobras eleitoreiras e às fórmulas mágicas de pirotecnia e criatividade contábil tão frequentemente apresentadas pelo Governo Federal para iludir seu inocente eleitorado.

Principalmente em períodos de campanha, muitos são os exemplos que ululam de um Governo que insiste em aproveitar da ingenuidade do povo para tirar da cartola soluções aparentemente fáceis e rápidas, que mascaram sua ineficiência administrativa e se constituem de fato em verdadeiras bombas de efeito retardado, prontas para explodir após as eleições.

Vivemos isso hoje em áreas vitais, com o iminente colapso do setor energético e o risco de desastrosos apagões, fruto da inconsequente politicagem na manipulação das tarifas; com a falência do SUS, ante o indizível fiasco do Programa Mais Médicos, e com inúmeros outros exemplos do imediatismo demagógico e clientelista, a serviço do vale-tudo para travestir o engodo cada vez mais flagrante.

Assistimos, inermes, ao desmonte de sólidas estruturas, agora materializado pela mais recente emergência governamental, inventada para justificar a construção, em tempo recorde, de prédios plásticos – literalmente de plástico –, de modo a se atingir a anunciada meta de entregar de seis mil creches até o final do mandato da Presidente Dilma Rousseff.

Provavelmente inspirada pelo ex-Prefeito Celso Pita, que há 16 anos fez proliferar, indecentemente, na capital paulista, escolas construídas de latão, nossa mandatária maior aproveita um questionável modelo de edificações pré-moldadas utilizadas no Programa Minha Casa, Minha Vida, para erigir cerca de três mil creches, ou seja, metade, portanto, da ousada meta de campanha, feitas de PVC, com placas de plástico adicionadas de uma camada de fibra de vidro, motivo de séria denúncia do Tribunal de Contas da União e do Instituto dos Arquitetos do Brasil, que apontam importantes deficiências.

Segundo reportagem da revista *IstoÉ*, nenhum teste foi realizado “para verificar a durabilidade das unidades de ensino, a resistência ao fogo e as suscetibilidades a condições climáticas comuns do País, como chuvas fortes e enxurradas”.

Conforme a matéria jornalística:

Os problemas que as creches de plástico poderão apresentar só serão definitivamente conhecidos quando as unidades de ensino estiverem totalmente prontas e em uso. Mas o projeto já desperta preocupações. A falta de fundações estruturais nas creches pré-fabricadas pode expor as crianças a risco, dependendo da área em que a escola for instalada. Há risco de que o prédio leve e sem base não resista a fortes chuvas, por exemplo. Até mesmo a queda de uma árvore pode ser perigosa. Técnicos alertam que, apesar de o PVC não ser um propagador de chamas, em caso de incêndio, sua fumaça é altamente tóxica.

Muitíssimo mais frágeis, vulneráveis e inseguras, com relação às construções em alvenaria, as creches de plástico têm custo similar, entre R\$900 mil e R\$1 milhão, cada unidade.

A referida matéria dá conta de que:

Até o fim de 2013, apenas 1.103 creches da gestão Dilma haviam sido concluídas e outras 4,7 mil estão na fila da burocracia, com obras paralisadas. Mas com a adoção do chamado "método inovador", a história das três mil novas creches contratadas com recursos do FNDE, no âmbito do programa Proinfância, será bem diferente. As empresas prometem entregar em 60 dias uma creche pré-moldada.

Ou seja, isso realmente seria um avanço tecnológico que temos de reconhecer. Todavia, é muito perigoso.

Neste contexto, importa salientar que o Tribunal de Contas da União "questionou a concorrência que dividiu entre apenas duas empresas paranaenses R\$455 milhões em recursos para erguer as creches em todos os Estados".

De acordo com o TCU, "o Governo não apresentou nenhuma justificativa econômica para a aquisição das creches pré-moldadas. O único critério para mudar o projeto das escolas de alvenaria para as de plástico foi o menor tempo de construção".

O Presidente do Instituto dos Arquitetos afirma ser:

Um equívoco lastimável para um país que quer entrar na roda do desenvolvimento. Criaram um padrão fora das normas para encaixar o programa. Passaram para as prefeituras um problema. É um retrocesso. Esse tipo de construção de PVC só vale para casos emergenciais.

E onde está a emergência, minhas caras Senadoras e caros Senadores?

Na verdade, colegas legisladores, a emergência que hoje se impõe e sobrepõe a todas as outras, nesta nossa terra tão espoliada pela inescrupulosa sede de poder, resume-se ao resgate dos valores e fundamentos morais sobre os quais deveríamos erigir nossa sociedade, nos pilares da ética e da justiça.

Do contrário, estaremos construindo uma nação artificial, uma democracia de plástico, insustentável e vulnerável, incapaz de resistir à ameaça dos ventos da hipocrisia e do abominável autoritarismo que insiste em nos rondar a Casa e a sabotar nossas conquistas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já estou concluindo porque sei que há mais a nossa ilustre e querida Senadora Ana Rita, e chegou a nossa querida Líder, inconteste, Kátia Abreu, que eu imagino que gostaria de dizer algumas rápidas palavras ao público brasileiro e à sociedade brasileira.

Mas quero chegar a uma conclusão. Longe de mim fazer uma crítica que não tem fundamento, até porque eu tenho trabalhado nesta Casa, e quando pontuo é com críticas construtivas. Eu não posso admitir que façamos creche de PVC no Brasil. Não é apropriado.

Temos excesso de material, em abundância, seja tijolo, areia ou cimento, e não é justo. Os mesmo valores praticados em uma creche de PVC serão nas de material tradicional. Até porque o Governo tem os recursos, estão destinados. E, se não bastasse isso, eu acho que o País tem que ser mais sério, um país mais responsável, que tenha compromisso com as nossas crianças e, acima de tudo, quando as crianças forem para as creches, que tenham a garantia e a certeza de que estarão em um espaço de boa qualidade.

Quero concluir dizendo aos ilustres colegas Senadores que hoje esteve nesta tribuna o ilustre Senador Aécio Neves, levantando um assunto realmente bastante questionável, que é a aplicação do dinheiro, ou seja, a compra da Petrobras em relação a uma empresa no exterior.

O Governo, lamentavelmente, parece-me que está pecando. Pecou no sentido de não auditar a compra feita pela Petrobras. Fala-se em desvio de recurso, por isso foi constituída uma comissão especial para fazer o trabalho de auditoria e de levantamento, porque o Brasil não pode ter o privilégio de fazer maus negócios. Nós temos que fazer bons negócios. E a Petrobras, nos últimos tempos, tem passado por sérias dificuldades financeiras, sobretudo com uma política que eu entendo ser caolha, pelo fato de subir os preços da gasolina e do óleo diesel.

Eu acho que a empresa não pode ser penalizada, muito pelo contrário. Então, o Governo, por intermédio do Tesouro Nacional, tem que subsidiar. Caso contrário, daqui a pouco, essa grande empresa, que é, com certeza, orgulho do povo brasileiro, estará praticamente em situação pré-falimentar.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que meu discurso é baseado em uma matéria divulgada pela Revista *IstoÉ*. Nós temos que nos preocupar e, acima de tudo, ter a garantia absoluta de que estas obras não serão apenas de caráter político-partidário, mas, sim, de caráter político e que vá atender às crianças brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Senador Jayme Campos.

Convido para usar a tribuna o Senador Valadares e leio este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em votação o **Requerimento nº 250/2014**, da Senadora Ana Amélia, que solicita licença dos trabalhos da Casa para participar, na qualidade

de membro da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, da “Sesión Especial de Modificación del Reglamento Interno”, em Montevideu, Uruguai, nos dias 7 e 8 de abril do corrente, e comunica, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno, a ausência do País de 6 a 8 de abril de 2014.

É o requerimento.

As Sras e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Valadares, com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a interiorização do ensino universitário, ou a extensão universitária, que foi acelerada no governo do Presidente Lula e que teve continuidade no Governo da Presidenta Dilma, é um projeto que, sem dúvida alguma, vem contribuindo para a realização do sonho do diploma de curso superior de pessoas que vivem no interior, na zona rural dos Municípios brasileiros, e não têm condições financeiras de se deslocarem para os grandes centros a fim de estudarem, submeterem-se a um vestibular e obterem a sua qualificação, o seu diploma de nível universitário.

Essa condição, aliás, Sr. Presidente, leva à conquista de um lugar especial na sociedade por todos aqueles que conseguem cursar a universidade. É a qualificação que melhora, a visão de um mundo diferente e o preparo intelectual, que, se bem adequados, levam o jovem a ser disputado no mercado de trabalho e a conseguir um emprego condizente com o esforço e o desempenho exercidos durante seus estudos.

Todas as ações valorizam a universidade. Em um país como o Brasil, um país ainda subdesenvolvido, um país ainda em crescimento, com tantas desigualdades, o diploma universitário é uma conquista, sem dúvida alguma, que causa emoção, que causa alegria e entusiasmo entre as famílias, principalmente entre aqueles que, com muita propriedade, terminaram seu curso na faculdade que escolheram na sua vida.

Sr. Presidente, digo isso a propósito da conquista, em Sergipe, da Universidade do Sertão, que será implantada no Município de Glória, que faz parte de uma região produtora de leite, com um desenvolvimento acentuado na agropecuária. Ali, a Universidade de Sergipe vai implementar uma universidade voltada para o meio rural, com cursos de Medicina Veterinária, Zootecnia e Agronomia, que têm uma integração, uma harmonia perfeita com a vocação econômica e social da região da qual faz parte o Município de Nossa Senhora da Glória.

Esta é uma luta que terminou vitoriosa, que teve a participação dos reitores que passaram pela Universidade Federal de Sergipe, a exemplo de José Lima e do atual Reitor, Prof. Angelo Antonioli, como também a participação do saudoso Governador Marcelo Déda, do atual Governador Jackson Barreto, dos nossos Parlamentares, que envidaram esforços aqui no Senado e na Câmara dos Deputados junto ao Ministério da Educação, no intuito de que o Estado de Sergipe fosse contemplado com esse *campus* universitário, que é uma extensão da Universidade Federal de Sergipe, que, aliás, já está funcionando em alguns Municípios, como em Itabaiana, cujo lançamento foi feito pelo ex-Presidente Lula. E eu falei em nome de todos os Parlamentares, agradecendo ao Governo Federal pela grandeza daquele evento, pela Fundação da Universidade lá em Itabaiana, que está funcionando a contento.

Também graças aos esforços do Governador Marcelo Déda e do trabalho de todos nós, inclusive com a participação da Bancada na elaboração de emendas, visando a construção do *campus* universitário de Lagarto, onde temos a Faculdade de Medicina, que está se estendendo com uma unidade de Fisioterapia e Fonoaudiologia para o Município de Simão Dias, inclusive com apresentação de emendas individuais de minha autoria e da autoria do Deputado Valadares Filho para a construção, ainda a partir deste ano, com a liberação dessas emendas da infraestrutura, que receberá o prédio dessa unidade de saúde, nessa cidade, Simão Dias, que é a minha terra natal, da qual fui Prefeito. Muito devo a esta cidade.

Eu, Valadares Filho e – por que não dizer? – todos os políticos de Sergipe devemos muito a esta terra querida: Simão Dias.

Por essa razão, Sr. Presidente, reconheço o esforço do Governo Federal, o trabalho que foi realizado para a instalação dessa universidade em Nossa Senhora da Glória, que vai beneficiar toda a região. Todavia, destaco que esta luta não começou agora, mas há muitos anos. Eu tive a oportunidade de apresentar uma emenda a um projeto de lei, do qual era Relator o Senador Flexa Ribeiro, autorizando o Governo Federal a implantar em Lagarto, Estância, Propriá e Nossa Senhora da Glória, os *campi* universitários que eram reivindicados pela população de Sergipe. Em Lagarto, já está funcionando o nosso *campus* universitário, a exemplo de Itaibaina, faltando Glória, Propriá e Estância. O próximo vai ser Estância, mas Propriá terá também a sua vez.

Esse projeto de lei a que me referi foi aprovado no ano de 2007, pela Comissão de Educação, prova de que o Senado Federal se engajou nesta luta para a interiorização da educação superior não só no Estado de Sergipe, mas em todo o Brasil.

A iniciativa o Senado Federal também tomou. Houve o esforço do Governo do Estado, dos Parlamentares na Câmara Federal e no Senado, mas, de forma concreta, há um documento aprovado pelo Senado Federal dispondo sobre esta matéria, mostrando a importância da Universidade Federal de Sergipe no Município de Nossa Senhora da Glória, centro de produção leiteira do nosso Estado, um dos maiores produtores de leite do Nordeste do Brasil, onde várias e várias indústrias estão sendo instaladas. Agora, com a qualificação de nível superior que será obtida pelos nossos jovens, nós esperamos que o desenvolvimento daquela região se acen-tue mais ainda, porque os Municípios ali vizinhos, não só Canindé, São Francisco, Poço Redondo, Feira Nova, Monte Alegre, sejam beneficiados como o próprio Estado da Bahia.

Portanto, Sr. Presidente, quero enaltecer o trabalho do Reitor da Universidade, do Ministério da Educação e reconhecer o projeto de extensão universitária que foi implementado, inicialmente pelo Presidente Lula. Disso nós não pudemos nos esquecer. Qualquer que seja a minha posição política – e a posição política do PSB é muito clara a respeito das eleições que nós vamos enfrentar em 2014 –, eu não poderia deixar de fazer essa justiça e de dizer que, se o homem do sertão, se o jovem do sertão, vai obter o seu diploma de nível universitário, com o qual vai ter um futuro melhor, com mais dignidade, com mais oportunidade de emprego em nosso mercado de trabalho, isso se deve a um projeto nacional. Não se tratou de um projeto apenas regional, mas de um projeto nacional do qual eu também participei aqui no Senado, ao lado de tantos outros. Aprovamos para o Ministério da Educação todos os recursos necessários visando à implementação desse projeto de interiorização do ensino de nível superior em todo o Brasil.

Sergipe foi um dos Estados que mais se beneficiaram desse projeto. Faço constar, neste momento, que dessa vitória também participou o Senado Federal, através do projeto aprovado na Comissão de Educação, do qual foi Relator o Senador Flexa Ribeiro, e ao qual apresentei uma emenda que foi acatada e aceita pelo Relator e por todos os membros da Comissão.

Portanto, Sr. Presidente, quero fazer este registro de agradecimento e de reconhecimento dizendo que o Estado de Sergipe está no caminho certo ao trabalhar não apenas pelo ensino técnico de nível médio. Lá várias escolas estão sendo construídas em muitos Municípios, como Nossa Senhora das Dores, Simão Dias e tantos outros. Assim também, há a instalação do ensino universitário levando a Universidade Federal para todo o interior de Sergipe, como Laranjeiras, Itabaiana, Lagarto, Propriá, Nossa Senhora da Glória, Estância. Enfim, todos os Municípios sergipanos estão sendo beneficiados direta ou indiretamente com esta providência do Ministério da Educação, da nossa Universidade Federal de Sergipe, a quem agradeço do fundo do coração, através do seu Magnífico Reitor, o nosso Prof. Angelo Antonioli.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Valadares.

Passo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras, colegas Senadores, quero, inicialmente, agradecer ao Senador Paulo Paim, que me concedeu seu tempo de fala para que eu pudesse me pronunciar neste horário.

Quero, aqui, Sr. Presidente, expressar a minha indignação diante da violência policial que marcou, na última segunda-feira, a legítima manifestação dos professores do meu Estado, o Espírito Santo, em uma luta por melhores salários e condições dignas de trabalho. Para dispersar educadores que ocupavam a BR-101, na altura do Município da Serra, a Polícia Rodoviária Federal usou gás lacrimogêneo e *spray* de pimenta nos manifestantes. Alguns deles caíram e se feriram. Outros foram parar no hospital.

Os excessos cometidos pela Polícia Rodoviária Federal são inaceitáveis, tendo em vista o direito e a legitimidade da manifestação. Isso tem sido uma ação praticamente rotineira da Polícia Militar, da Polícia Civil, no sentido de desmobilizar as manifestações legítimas no nosso País, uma coisa que não podemos permitir, a polícia deve dar segurança aos cidadãos e às cidadãs.

A ação truculenta feriu direitos individuais e coletivos de quem se dedica, dia após dia, à luta pela educação pública de qualidade. É preciso dar um basta à violência e ao desrespeito contra aqueles e aquelas que trabalham para construir um futuro de desenvolvimento para todos os brasileiros e para todas as brasileiras.

A ação da Polícia Rodoviária Federal foi desnecessária e abusiva. É o mínimo que se pode falar desse tipo de violência. Ações como estas ferem os princípios da nossa democracia, tolgem os direitos básicos dos nossos cidadãos e cidadãs. Quem estava ali não destruía patrimônio, não atentava contra ninguém. Num movimento

pacífico, a categoria simplesmente reivindicava, entre outras coisas, aumento do piso salarial acima dos 8,32% determinados pelo Ministério da Educação.

Hoje, o piso salarial dos professores no Estado, para uma jornada semanal de 40 horas, é de R\$1.697. Os professores e professoras querem que esse valor seja pago para uma jornada de trabalho de 25 horas semanais. Investimento dos *royalties* do petróleo na Educação, votação imediata do Plano Nacional de Educação – PNE –, destinação de 10% do Produto Interno Bruto, o PIB, para a educação pública são outras reivindicações da categoria que contam com o nosso total apoio.

Um dia após a tremenda violência da qual foram vítimas os educadores do Espírito Santo, sete mil professores, Senadora Kátia Abreu, de todo o Estado voltaram às ruas. A paralisação seguiu a greve nacional programada para a última terça-feira E, hoje, educadores da rede pública de ensino de todo o Brasil estão aqui, em Brasília, para protestar pelo cumprimento da Lei do Piso, que determina piso salarial mínimo de R\$1.060,86 para 25 horas no magistério. Também hoje, professores das redes municipais realizam assembleias para definir estratégias de negociação.

O que os professores querem é o que nós queremos: uma educação pública de qualidade no Brasil e no Espírito Santo. Querem mudanças, de fato e de direito, nas políticas educacionais, de forma que muitos profissionais, por exemplo, não sejam obrigados a trabalhar dois turnos, sacrificando a própria vida e a qualidade das aulas; de forma que os alunos, nossas crianças e adolescentes, não desistam da escola.

Professores não têm que ser recebidos com bombas. Precisam ser valorizados, tratados com toda a dignidade a que têm direito, para que a nossa sociedade conte, cada vez mais, com cidadãos de bem.

Faço questão também de parabenizar a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a CNTE, entidade representativa de mais de 3 milhões de profissionais das redes públicas de ensino de educação básica no País, que, em nota, repudiou veementemente a ação violenta da Polícia Rodoviária Federal contra os educadores que se manifestavam em Vitória por melhores condições para a categoria.

Em nota, a CNTE condena toda ação policial em desfavor de movimentos organizados por sindicatos de trabalhadores e defende o direito do trabalhador e da trabalhadora que participa da greve nacional, na luta por uma educação pública de qualidade.

Aproveito a ocasião ainda, Sr. Presidente, para registrar que, amanhã, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado realiza, às 8h30min, audiência pública para debater as políticas públicas para as pessoas com síndrome de Down. Será um momento de debate, e esse debate ajuda a sociedade a ter maior consciência sobre o assunto. Algumas pessoas acham que quem tem síndrome de Down é incapaz, mas, ao contrário disso, têm um potencial que deve ser reconhecido e valorizado. Essas pessoas podem contribuir muito no mercado de trabalho e em qualquer atividade social e comunitária.

Esperamos, com a audiência pública, trazer subsídios para o Parlamento e para a sociedade para que haja avanço na legislação e nas políticas públicas. É preciso que a sociedade esteja mais bem preparada para lidar, na educação, na saúde e no mundo do trabalho, com uma pessoa que tenha síndrome de Down. Por outro lado, essa visibilidade incentiva a pesquisa científica, para que a ciência possa dominar, cada vez mais, essas síndromes.

O Dia Internacional da Síndrome de Down foi instituído pela Organização das Nações Unidas e é celebrado em 21 de março. A data só foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU depois de articulação do governo e parlamentares brasileiros. A comemoração foi proposta pela Associação Internacional da Síndrome de Down e é uma referência à trissomia no cromossomo 21, alteração genética que gera um cromossomo extra no DNA do indivíduo. Isso ocorre devido a uma separação incomum dos cromossomos 21 herdados dos pais.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a cada 800 partos, nasce uma criança com síndrome de Down. No Brasil, estima-se que essa alteração genética seja registrada em cerca de 8 mil bebês por ano. Entretanto, ainda é grande a dificuldade de acesso a informações profissionais e aparatos necessários para o pleno desenvolvimento das crianças nessa condição.

O Dia Internacional da Síndrome de Down é celebrado no Brasil e em mais 40 países. O Brasil ratificou em 2008, com *status* constitucional, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Esse foi o primeiro passo para o País se lançar como líder nas negociações que culminaram na aprovação, em dezembro de 2007, da Resolução que instituiu 21 de março como o Dia Internacional da Síndrome de Down.

A síndrome de Down não é uma doença. É uma ocorrência genética natural que acontece, por motivos desconhecidos, na gestação, durante a divisão das células do embrião. É uma alteração cromossômica, quando crianças nascem dotadas de três cromossomos (trissomia) 21, e não dois, como o habitual. Essa alteração genética afeta o desenvolvimento do indivíduo, determinando algumas características peculiares, físicas e cognitivas.

Até o final da década de 1980, a síndrome de Down era pouco conhecida e divulgada. Desde o início do século 21, devido à exposição do tema pela mídia e a amplos processos de mobilização da sociedade, o conhecimento sobre a síndrome ganhou nova dimensão.

Quero aqui, Sr. Presidente, afirmar que, na audiência de amanhã, na Comissão de Direitos Humanos, participam a doutora em Psicologia Educacional pela Universidade de Brasília Elizabeth Tunes; o Deputado Federal Romário; a servidora do Senado Tatiana dos Mares Guia, mãe de Augusto, que tem a síndrome, e de Guilherme, com deficiência cognitiva e motora.

Também confirmaram presença os Professores Zan Mustacchi, mestre e doutor em Farmácia, pela Universidade de São Paulo; Hélivia Fortes Rodrigues, bibliotecária, terapeuta e mãe de Sophia (síndrome de Down); além de Lourdes Cabral Piantino, historiadora, pesquisadora e artista plástica, fundadora da Associação Mães em Movimento.

Faço questão de ressaltar que hoje celebramos a data, mas que precisamos cerrar fileiras todos os dias para que avanços possam ser feitos nesta e em outras síndromes imunológicas e de deficiência cromossômica que vêm junto com o nascimento dessas crianças.

Sr. Presidente, era isso o que tinha a dizer neste momento! Quero agradecer a oportunidade e desejar que essa audiência pública de amanhã seja boa audiência, que possa trazer importantes informações para todos nós e para todas as famílias brasileiras.

Muito obrigada pela oportunidade.

Durante o discurso da Srª Ana Rita, o Sr. Cristovam Buarque deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita. Vou participar amanhã da reunião da Comissão de Direitos Humanos sobre os atingidos pela síndrome de Down.

Como é que fazemos? Eu vou chamar quem? Chegou o entendimento.

Tem a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg, pelo tempo regimental; em seguida, a Senadora Kátia Abreu.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Senadora Kátia Abreu, Senador Suplicy, hoje, dia 19 de março, o Brasil celebra o Dia do Artesão, instituído entre nós por meio da Lei nº 12.634, de 2012. Durante meus mandatos, como Deputado Federal e agora como Senador da República, sempre apoiei muito fortemente os artesãos do Distrito Federal e do Brasil. E, neste dia dedicado a eles, gostaria de registrar desta tribuna que continuarei a defender a regulamentação desse ofício tão importante para o nosso País.

Atualmente, temos cerca de 8,5 milhões de brasileiros que sobrevivem da produção artesanal, 40% deles localizados na Região Nordeste. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior estima que o setor movimenta algo próximo a R\$30 bilhões por ano. Mas, apesar disso, a profissão sequer existe oficialmente no nosso País, e os artesãos permanecem marginalizados, sendo explorados pelos atravessadores e oportunistas de toda sorte, que acabam se beneficiando da falta de regulamentação dessa atividade.

Fica evidente a falta de interesse político nessa questão.

Um dos primeiros projetos de lei propondo regulamentar a profissão foi apresentado no distante ano de 1990, pelo então Deputado Afif Domingos. De lá para cá, diversos foram os projetos nesse sentido, inclusive um bastante completo apresentado pelo Deputado Eduardo Valverde, em 2004, que ficou notabilizado como projeto do Estatuto do Artesão.

Pois bem, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores: todos esses projetos de lei foram sucessivamente arquivados por motivos regimentais, já que não tiveram sua tramitação concluída ao término das respectivas legislaturas.

Hoje, na Câmara dos Deputados, temos cinco projetos de lei que procuram dar um tratamento para a matéria: o PL nº 4.511/2012, da Deputada Gorete Pereira; o PL nº 3.795/2012, da Deputada Jandira Feghali; o PL nº 925/2011, do Deputado Antônio Roberto; o PL nº 763/2011, do Deputado Padre Ton; e o PL nº 7.755/2010, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, que se encontra tramitando naquela Casa Legislativa.

Aqui no Senado, apresentei o PLS nº 74/2011, que inclui o artesão como segurado especial da Previdência Social. Esse projeto eu já havia apresentado na Câmara dos Deputados, mas ele foi arquivado pelo mesmo motivo, porque chegou o final da legislatura sem ter sido concluída a sua tramitação. Também a Senadora Angela Portela apresentou o PLS nº 157/2012, propondo o Estatuto do Artesão, projeto esse que se encontra na CAS para ser relatado pela Senadora Ana Rita.

Diversos Deputados e Senadores vêm tentando, ao longo das últimas legislaturas, sem sucesso, regulamentar a profissão de artesão. Mas a matéria não avança e acaba sendo arquivada.

Com toda a sinceridade, Sr. Presidente, eu não consigo entender por que tanta má vontade para com os artesãos do nosso País. Recentemente, o Congresso Nacional regulamentou, com muita propriedade, a profissão de vaqueiro, definindo as atividades que lhes são típicas. Por que não fazer o mesmo com os artesãos?

Mas, apesar disso, a categoria vem alcançando algumas importantes vitórias, que pude acompanhar bem de perto.

Uma delas foi o lançamento, em 2012, do novo cadastro dos artesãos, denominado de Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab). Esse sistema simplifica o cadastro dos trabalhadores e permite a emissão da Carteira Nacional do Artesão e da Carteira Nacional do Trabalhador Manual.

Destaco também as mudanças das regras do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – vitória importante para o fortalecimento da cadeia produtiva da Região, que beneficia o artesanato local.

Parabenizo ainda as instituições e os segmentos da sociedade que, com suas iniciativas, ajudam a fortalecer o artesanato e a economia solidária. Entre eles o Sebrae/DF, que realizou estudos iconográficos com a participação de pessoas engajadas no trabalho de valorização do artesanato. A Fundação Universidade de Brasília também, que tem promovido ações de extensão universitária, em parceria com o Fórum de Economia Solidária. O Museu Vivo da Memória Candanga, responsável por ações de capacitação e desenvolvimento produtivo do setor – ainda hoje, houve uma sessão solene lá, promovida pelo Deputado Joe Valle, de homenagem aos artesãos que desenvolvem o empreendedorismo sustentável no Distrito Federal. E parabenizo as diversas associações, cooperativas e redes de economia solidária que não desistem de lutar pelos artesãos do Distrito Federal e do Entorno.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, precisamos avançar ainda mais.

Pouco está sendo feito para garantir a divulgação do nosso artesanato durante eventos da Copa do Mundo. A falta de integração entre as áreas de cultura, turismo e desenvolvimento econômico também colabora para que o artesanato de Brasília perca oportunidades de se desenvolver mais e se tornar uma atividade cada vez mais relevante economicamente. Faltam espaços de comercialização dos produtos, as estruturas estão sucateadas, e a burocracia excessiva dificulta a organização de eventos e de atividades permanentes.

Precisamos ter um grande centro de referência do artesanato no Distrito Federal, para possibilitar a venda para turistas brasileiros e estrangeiros. Um centro de artesanato que não seja apenas dos brasilienses, mas de todos os brasileiros, já que Brasília é a capital do País. Um centro moderno, com recursos tecnológicos e espaços adequados para cursos de qualificação, além de estruturas para feiras e outros eventos.

Além disso, naturalmente, precisamos regulamentar a profissão de artesão, definindo com clareza o que é artesanato e o que caracteriza o chamado “industrianato”. Precisamos viabilizar o acesso ao crédito para cooperativas de artesãos e o contato direto com fornecedores de matérias-primas e de insumos, bem como organizar o calendário de eventos e feiras de artesanato em todo o País. Precisamos, urgentemente, garantir o acesso à Previdência Social para todos os artesãos do nosso País.

O Programa Nacional do Artesanato saiu do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e perdeu orçamento na Lei Orçamentária Anual. Hoje, passou a ser apenas uma ação dentro da Secretaria Nacional de Micro e Pequena Empresa, com *status* de Ministério vinculado à Presidência da República, sem recursos específicos para o fortalecimento do setor. Tenho certeza de que os artesãos brasileiros merecem mais! É preciso considerar o artesão um empreendedor, sem desconsiderar sua essência artística – daí a necessidade de maior integração das políticas públicas de geração de trabalho e renda e de valorização da produção cultural e artística, que é tão característica desse setor.

Assim como o Distrito Federal tem vocação para a área de tecnologia, de informática, para o surgimento de bandas de *rock*, também tem vocação para o artesanato.

Eu vejo no artesanato uma das vocações do Distrito Federal porque nós aqui recebemos pessoas de todos os cantos do Brasil, que trouxeram as tipologias de suas localidades e, com a inserção dos *designs* locais, criaram uma identidade diferenciada, uma identidade do Distrito Federal. Isso é tão verdade que o *Primeiro Mapa do Artesanato Brasileiro*, elaborado pelo Ipea, em 2011, identificou que o Distrito Federal se destaca no artesanato em barro, em madeira e na tecelagem.

E aqui, Senador Suplicy, eu quero lembrar que, logo que assumi a Secretaria de Inclusão Social, do Ministério da Ciência e Tecnologia, fui me aconselhar com Miguel Arraes, então Presidente do nosso Partido, três vezes Governador de Pernambuco. Eu não me esqueço de que o Dr. Arraes, naquele momento, me recomendou que visitasse as cidades de Jardim de Piranhas, no Rio Grande do Norte, São Bento, na Paraíba, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, em Pernambuco. O que essas cidades têm em comum? Em todas elas, praticamente todas as pessoas estavam trabalhando.

Quando houve a crise da produção algodoeira, em função da liberação das importações de algodão e em função da praga do bicudo, a indústria, o polo que existia em Americana quebrou. Uma pessoa foi lá,

comprou, como sucata, aqueles teares manuais de lançadeiras e levou para a cidade de Jardim de Piranhas. Ali, praticamente todas as casas mantinham esses teares em funcionamento. As pessoas produziam panos de prato, panos de rede, a Governadora do Rio Grande do Norte criou um sistema especial de formalização, e a cidade vivia em função disso.

Na cidade de São Bento, na Paraíba, próxima de Jardim de Piranhas, as pessoas, através da produção familiar, nas suas próprias casas, produziam bonés e redes. Muitas redes vendidas nas ruas por todo o Brasil são produzidas em São Bento, na Paraíba.

Em Santa Cruz do Capibaribe, temos as cooperativas de facção. Ali vemos cooperativas com 300, 400, 500 mulheres montando as peças de bermudas, de camisetas, com grande parte da população empregada.

Em Toritama, em Pernambuco, 15% do *jeans* brasileiro são produzidos também por indústrias familiares ou por pessoas nas suas próprias residências.

Ao voltar e conversar com o ex-Governador Miguel Arraes, ele sugeriu que desenvolvêssemos um trabalho de apoio ao artesanato local, às costureiras, às bordadeiras, às crocheteiras, no Distrito Federal e na região do Entorno a partir da cultura local, do conhecimento que essas mulheres já tinham dessas áreas, mas investindo na formação, investindo na qualidade dos produtos, investindo em *design*, investindo na comercialização e em modelos de gestão. E o Dr. Arraes, naquela ocasião, me disse uma coisa de que eu jamais me esqueci. Ele me disse que, quando se investe nas mulheres, a capacidade de inclusão social é muito maior, porque o dinheiro recebido pelas mulheres é investido nas famílias, nos filhos, havendo, portanto, um processo de inclusão social muito maior, a melhoria da qualidade de vida da comunidade é muito maior. Além disso, com a renda obtida com esses trabalhos, as mulheres se empoderam na relação familiar.

E foi assim que, na Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia, nós apoiamos fortemente a formação de cooperativas, de núcleos de produção de costura, de bordado e de artesanato no Distrito Federal e em vários locais do País.

Durante o meu mandato de Deputado Federal pude acompanhar a estruturação desses grupos de artesanato no DF, inclusive na área rural. Vários projetos beneficiaram diretamente mais de duas mil pessoas. Foi um esforço conjunto de várias organizações, do qual pude participar destinando, inclusive, recursos em emendas parlamentares.

E também é importante registrar, Senadora Kátia Abreu, o papel do Senar aqui, no Distrito Federal, no sentido de organizar, de fomentar a produção artesanal no meio rural do Distrito Federal. Precisamos garantir a continuidade desses projetos. Infelizmente, as associações, cooperativas e organizações não governamentais que promovem o artesanato não recebem os incentivos necessários para firmar parcerias com o Poder Público. Isso gera frustração e diminui a eficácia dos recursos investidos.

Quero, neste momento, neste dia 19 de março, dia de São José, parabenizar todos os artesãos do Distrito Federal e do Brasil, cumprimentando-os pelo grandioso serviço que prestam a todos nós. Que o Congresso Nacional possa, com a maior rapidez, regulamentar essa profissão tão antiga quanto a própria humanidade, para que possamos garantir um futuro melhor, incluindo direitos previdenciários, para todos os nossos artesãos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senador Rodrigo Rollemberg.

Tem a palavra agora a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente, Senador Suplicy.

Quero agradecer ao Senador Rollemberg pela lembrança do nosso Senar, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, na formação da mão de obra dos produtores rurais e trabalhadores do Brasil, mas também na promoção social na área do artesanato. Realmente, o Senar tem feito um trabalho, em todos os Estados, promovendo o artesanato rural e também o artesanato urbano.

Mas, Sr. Presidente, eu venho aqui falar de uma boa e grande notícia, de um trabalho, de mais de sete anos, realizado com afinho e obstinação, que venho fazendo desde que cheguei ao Senado da República. Duas bandeiras importantes para o País, para a agropecuária, mas também para todos os setores produtivos do Brasil, são as da logística, da infraestrutura de logística, dos modais de logística, e a da questão portuária.

Felizmente, quanto à questão portuária, durante o meu mandato de Senadora, que termina este ano, nós tivemos a aprovação da MP dos Portos, uma Medida Provisória enviada pela Presidente Dilma Rousseff. O Congresso fez um trabalho maravilhoso para que os portos do Brasil pudessem ser abertos, para que mais portos sejam construídos, para que nós possamos diminuir o gargalo e o entupimento dos portos, que são poucos, e nós precisamos de mais portos. Nós nos transformamos num grande país exportador de alimentos e não fizemos um planejamento para aumentar os portos brasileiros.

Agora, com essa lei aprovada, com essa modificação proposta pelo Executivo e aprovada pelo Congresso, esse ponto está solucionado e eu me sinto com o dever cumprido.

Agora, quanto à questão das hidrovias, uma bandeira também importante de todo o meu mandato é mudar essa logística, não para excluir as estradas e as ferrovias, mas para priorizar as ferrovias e implantar uma cultura de hidrovia no Brasil, que nunca existiu. A matriz de transporte no País sempre foi a rodoviária, em detrimento de outras oportunidades com custo mais barato.

Para se ter uma ideia, para se transportar uma tonelada de grãos pela rodovia, nós gastamos US\$43.00; pela hidrovia, nós gastamos US\$24.00.

O Brasil foi dotado por Deus, pela nossa natureza extraordinária, de vários mississipis. O Mississippi é um importante rio americano pelo qual trafega quase toda a soja americana exportada e 60% de toda a produção agrícola americana, com custos bastante inferiores aos custos praticados no Brasil.

Nos nossos mississipis, foram construídas hidroelétricas, mas, infelizmente, não foram feitas eclusas para que, do lado da hidroelétrica, que é muito importante, pudesse ficar a passagem dos barcos, dos navios, das barcas, meios de transporte mais baratos para a nossa produção.

Isso está sendo revertido. Nós vamos, amanhã, assistir, em Marabá, no Pará, à Presidente Dilma lançar o edital da derrocagem do Pedral do Lourenço, que fica próximo de Marabá, no Estado do Pará, mas que vai viabilizar a hidrovia Tocantins, que começa lá no meu Estado, na cidade de Peixe, passa por Palmas, Pedro Afonso, Tocantinópolis, Aguiarnópolis, Praia Norte e Esperantina e vai, então, encontrar o Pedral do Lourenço. Futuramente, então, nós próximos dois anos, no máximo, estaremos com a derrocagem parcial, apenas suficiente para que as barcas possam passar. Vamos prosseguir no Rio Tocantins em direção a Belém, passando pela eclusa de Tucuruí, que demorou 20 anos para ser construída, e, então, teremos acesso aos portos na região de Belém, onde encontramos também a foz do Rio Amazonas. Pela foz do Rio Tocantins e pela foz do Rio Amazonas nós teremos uma grande saída para o Atlântico!

Queremos, com o fortalecimento dessa hidrovia, que vai medir 1.500 quilômetros... É a mesma distância de Paris a Lisboa, uma extensão significativa. Infelizmente, passamos décadas perdendo a oportunidade de implantar essa hidrovia. Só o Tocantins espera essa oportunidade há 15 anos! Eu, aqui, no Senado Federal, por quase oito anos, venho lutando diariamente pela implantação desse modal importante para todos nós.

Aqueles que me ouvem neste momento podem estar se perguntando "qual é o ganho que eu, pessoalmente, que não sou produtor rural, terei com essa hidrovia, que tem um custo mais barato para o transporte dos grãos, da carne, das frutas, enfim, de toda a produção agropecuária?"

Eu quero informar a todos que, quanto mais barato o frete, mais barato será o alimento na prateleira do supermercado, nas casas de carnes, e nós poderemos, então, oferecer à população um alimento mais barato.

Há 40 anos, quando nós importávamos alimentos de outros países, o brasileiro médio gastava mais ou menos 48% a 49% do ganho da sua família para comprar alimentos e agora, 40 anos depois, nós gastamos 18% da renda média do brasileiro assalariado para comprar alimentos. Mas isso pode ficar mais barato ainda. O brasileiro pode gastar menos ainda do seu salário para comprar alimentos se nós superarmos a questão do transporte no Brasil, que é muito caro, justamente porque toda produção de alimentos é transportada em cima de caminhões, que é o transporte mais caro.

Agora, com as concessões das estradas, que nós, a CNA, com a construção desse programa de logística de que o Senado participou ativamente, nós estamos vendo, agora, serem concessionadas rodovias importantes do País, como a Rodovia Belém-Brasília em Tocantins, que será duplicada de Anápolis até a cidade de Aliança do Tocantins, passando por Gurupi, e teremos também a conclusão e a duplicação da BR-162, que liga Cuiabá a Santarém, para mencionar apenas duas estradas importantes para a produção brasileira.

E agora a Hidrovia Tocantins, que inicia a sua liberação com a derrocagem desse pedral, que nós estamos construindo com o setor privado e o Governo nos últimos dois anos. É um sonho realizado. O Tocantins está em festa, grato por essa grande conquista. E nós teremos não só a viabilidade da hidrovia, como estamos projetando um belo porto na cidade de Praia Norte, um porto alfandegado, um porto que poderá ter uma zona de exportação, uma ZPE, uma zona de processamento de exportação, para que nós possamos levar produtos processados e não exportar o emprego brasileiro.

Então, eu quero registrar que, em todo Eixo Arco Norte do Brasil, acima de Mato Grosso, acima de Goiás, acima do Tocantins, o Maranhão, o sul do Piauí, o oeste da Bahia, o sul do Pará, nós já produzimos 56% de toda soja e milho do País. Mas, infelizmente, o que é produzido no meu Tocantins e nesses Estados vai batendo roda de caminhão, como se diz no interior, para escoar essa produção pelos portos do sul, como o de Santos e de Paranaguá, andando até mesmo dois mil quilômetros de distância, fazendo com que o frete suba e os nossos alimentos fiquem mais caros.

Então, nós estamos virando a logística: em vez de 86% dessa produção descender para os portos do Sul do País, nós vamos fazer com que essa produção possa subir e se deslocar pela nossa Hidrovia; pela Ferrovia Norte-Sul, que também passa pelo meu Tocantins; pela Hidrovia Teles Pires-Tapajós, que passa pelo Mato Grosso e também pelo Estado do Pará; pela Hidrovia do Madeira, que sai de Porto Velho e também se encontra no Rio Amazonas, fazendo com que esse modal, com que esses três mississipis do Eixo Arco Norte brasileiro possam viabilizar ainda mais os custos da produção agrícola brasileira, não só atendendo ao consumo interno, não só atendendo aos brasileiros, mas também gerando competitividade com aqueles países que produzem alimentos.

A China, na hora em que for comprar soja, vai pesar: qual a soja mais barata, a soja do Brasil ou a soja dos Estados Unidos? Nós queremos que a nossa soja fique competitiva e mais barata, para que chegue a esses países e para que possamos aumentar ainda mais a nossa balança comercial, as nossas reservas cambiais, para que o Brasil continue um País equilibrado financeira e economicamente e tranquilo com nossa situação econômica.

Infelizmente, ainda há algumas questões importantes do meu Estado. Nós estamos vendo o Estado do Tocantins crescer naturalmente, especialmente graças aos produtores rurais que produzem carne, que produzem grãos, que produzem frutas, que produzem leite no meu Tocantins, mas há ainda um número grande de tocantinenses que se encontram abaixo da linha da pobreza. Praticamente 20% dos tocantinenses ainda estão vivendo com um quarto de salário mínimo, e isso é medido por família, não por pessoa! São 242 mil famílias que estão abaixo do nível da pobreza. Nós estamos entre os cinco piores Estados nesse número.

Nós precisamos lutar para que essa logística continue a ser feita no Estado, porque queremos buscar com isso a industrialização do Tocantins. Não é mais possível que o meu Estado e os Estados da Região Norte dependam apenas do emprego público municipal, do emprego público estadual, pela mão de políticos, da eleição da hora, de quem está no poder, vivendo uma insegurança jurídica. Não é o merecimento próprio que nessa hora vale; o que vale é a escolha do político que lhe dá o emprego. E nós queremos o emprego privado, da indústria, do comércio, do serviço, para que o nosso povo possa ter orgulho, bater no peito e dizer: "Estou empregado graças ao meu mérito, graças à minha capacidade de trabalho."

Por isso, o Senar e o Pronatec agem em parceria com o MEC e com o Governo Federal. Nós já formamos no Tocantins, nos últimos dois anos, 15 mil jovens do ensino médio. Formaremos 26 mil jovens em 2014, para preparar essa mão de obra, para estar à altura do emprego e da agroindústria, quando esta chegar ao meu Estado.

São tristes os números. No Brasil, entre os jovens brasileiros de 18 a 24 anos, no ensino médio, apenas 54% terminam o 2º Grau. Mas, no meu Estado, Tocantins, apenas nas cidades de Porto Nacional, de Paraíso, de Gurupi e de Araguaína, 63% desses jovens de 18 a 24 anos estão fora da escola, fora do ensino médio, não concluíram o ensino médio. Se passarmos para o Bico do Papagaio, no extremo norte do Estado, e para o sudeste, uma região muito seca na divisa com a Bahia e com Goiás, vamos ver que de 79% a 92% dos jovens tocantinenses de 18 a 24 anos estão fora da escola, fora do 2º Grau.

Espero reverter tudo isso com esforço e com minha obrigação como Senadora da República, não dando um presente, não fazendo favor, mas cumprindo nossa obrigação de devolver à população os impostos recolhidos por cada brasileiro que trabalha neste País, que compra neste País, que consome neste País. Nós temos, nós devemos devolver oportunidade para as pessoas.

A Hidrovia Tocantins, com o derrocamento do Pedral do Lourenço, efetiva-se amanhã, ao meio-dia, em Marabá, pela Presidente Dilma. Tenho a certeza de que a Hidrovia Tocantins será um rio de riquezas, um rio de oportunidades, um rio de cidadania, que o meu Estado está pronto para receber e que nossos moradores, nossos habitantes, nossas famílias merecem.

São 15 cidades à margem do Rio Tocantins que verão de perto o funcionamento da Hidrovia, mas todo o Estado de Tocantins verá a repercussão dessa Hidrovia, a sua importância, o quanto ela vai fazer diferença para os empresários e industriais do nosso Estado e para os industriais de outros Estados e de outros países, o quanto será importante um modal como a Ferrovia Norte-Sul e como a Hidrovia Tocantins, como esses dois modais farão a diferença para a criação de empregos no nosso Estado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senadora Kátia Abreu, por aqui trazer um diagnóstico tão interessante sobre como é que o Rio Tocantins vai se transformar numa hidrovia, graças aos esforços e ao empenho de V. Ex^a, bem como ao atendimento da reivindicação de Tocantins pela querida Presidenta Dilma Rousseff, que, conforme disse V. Ex^a, estará amanhã em Tocantins para inaugurar a obra que viabilizará que o Rio Tocantins se torne um Mississipi no Brasil, com características também de hidrovia, facilitando o escoamento da produção agrícola. Meus cumprimentos!

Senador Paulo Paim, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Suplicy, primeiro, quero fazer dois rápidos registros. Agradeço muito ao Conselho da Comenda

Senador Abdias Nascimento, que, hoje, por unanimidade, decidiu que eu fosse o Presidente desse Conselho. A Senadora Lídice da Mata, proponente da ideia original, optou por ser a Vice-Presidente. Passamos a trabalhar, para que, todo ano, no Brasil, possamos homenagear aqueles que lutam pela liberdade, pela justiça e pela democracia e que combatem todo tipo de preconceito. Então, todo ano, faremos uma sessão aqui em que o Senado entregará a Comenda Abdias para aqueles que dedicam parte de sua vida, pelo menos, ao combate a todo tipo de preconceito. Agradeço ao Conselho por ter me escolhido para ser o seu Presidente.

Também no dia de hoje – o Senador Suplicy comentava comigo que viu isto com alegria –, foi aprovado neste plenário e vai à sanção da Presidenta um projeto do qual tive a satisfação de ser Relator, para incluir a proteção à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos e também religiosos, no sentido de que tenham essa proteção com base numa lei que também é de autoria de Abdias e que tive a alegria de relatar. Com isso, vamos garantir que, toda vez em que a honra e a dignidade desses grupos raciais, étnicos ou religiosos forem atingidas, haverá punição pela força da lei. Ou seja, são atos de discriminação que essa lei vai combater.

Agradeço-lhes. Aqui, sempre é viva a memória dos cem anos de Abdias, que lembramos agora, no dia 14 de março. No dia 21 de março, faremos uma grande sessão neste plenário do Senado, às 11 horas, pois é o Dia Internacional da Luta contra todo Tipo de Preconceito. E faremos também, é claro, uma homenagem ao Abdias.

Sr. Presidente, além desses dois registros, quero, com satisfação, falar, neste momento, da importância do PLS nº 91, de 2010, de nossa autoria, que trata da desaposentadoria. Com a aprovação desse projeto, que aprovei em todas as Comissões, será garantido ao aposentado que continuar trabalhando o direito a renunciar ao benefício ou a pedir um recálculo, uma revisão do Município, com base nas contribuições que ele pagou antes de se aposentar, também aproveitando agora aquelas que ele passou a pagar depois de aposentado, já que foi pego pelo fator e teve de voltar a trabalhar. O projeto atende aos segurados que começaram a contribuir ao longo da vida e que, de repente, tiveram o salário praticamente, no caso da mulher, cortado pela metade, devido, por exemplo, ao fator previdenciário.

A desaposentadoria é um direito do cidadão, não traz prejuízo à Previdência. O cálculo será feito sobre as contribuições que você fez depois de aposentado e depois de voltar a trabalhar. Então, o recálculo será feito com base na legislação vigente, o que vai, é claro, alavancar o benefício, mas à custa do que foi pago. Ninguém lhe está dando nada. Você pagou depois de aposentado porque voltou a trabalhar. Então, teria direito a essa revisão do benefício.

Esperamos que esta Casa vote, com rapidez, essa nossa proposta. Hoje, já existem milhares de ações tramitando nos Estados e também nos Tribunais Federais, porque os trabalhadores sabem que essa injustiça não pode continuar. Apesar da decisão do Superior Tribunal de Justiça, que, por unanimidade, decidiu que é legítima a desaposentadoria, ainda falta a palavra final do Supremo Tribunal Federal.

Em 2010, um pedido de vista interrompeu o julgamento do recurso extraordinário, no qual aposentados do meu Rio Grande do Sul que retornaram à atividade buscavam na Justiça o direito ao recálculo dos benefícios que lhe são pagos pela Previdência. Sr. Presidente, pelo voto do Relator do recurso, o Ministro Marco Aurélio, os aposentados terão o direito reconhecido.

Disse o Relator:

É triste, mas é isto mesmo: o trabalhador alcança a aposentadoria, mas não pode usufruir do ócio com dignidade, sem decesso no padrão de vida [ou seja, não pode usufruir disso sem que haja uma diminuição do padrão de vida].

Ele retorna à atividade e, [...], torna-se segurado obrigatório [volta a trabalhar]. Ele está compelido por lei a contribuir, mas contribui para nada ou, melhor dizendo, para muito pouco: [alguns sempre são beneficiados, aqueles que têm super salários] [...].

Para se fazer justiça, é necessário, sim, que se garanta o instituto da desaposentadoria.

Já prevendo o Governo que esse tema terá uma definição, o Orçamento deste ano já prevê R\$49,1 bilhões para o pagamento das despesas advindas do instituto da desaposentadoria.

Por isso, Sr. Presidente, mais do que nunca, precisamos responder a essa demanda. Essa nossa luta não é recente. Em 1996, apresentei na Câmara o Projeto de Lei nº 2.286/96, que permite a renúncia da aposentadoria por tempo de serviço. Esse projeto aguarda a votação final – vejam bem! – desde 1996.

Antigamente, o aposentado que voltava a trabalhar tinha direito ao pecúlio. Hoje, nem esse instituto existe mais. Por isso, o único instrumento positivo para o aposentado é garantir o instituto da desaposentadoria, como está no meu projeto.

Segundo o Presidente da Cobap, Warley Martins, projeções feitas pela entidade mostram que, até 2025, nove entre cada dez aposentados estarão ganhando somente o salário mínimo. Diz ele que “era melhor o des-

conto da Previdência de todo trabalhador ser referente a um salário mínimo”, já que, no fim da vida, todos vão se aposentar somente com um salário mínimo.

Desde 1998, a perda acumulada de quem recebe acima do mínimo é de 77,6%, por conta dos reajustes que eles não receberam. Por isso, Sr. Presidente, esse meu pronunciamento segue a linha de assegurar o instituto da desaposentadoria.

Na mesma linha, Sr. Presidente – hoje, resolvi falar dos aposentados –, registro aqui a posição do Brasil no *ranking* mundial quanto à situação dos aposentados e da perda salarial.

Veja bem, Senador Suplicy, que, no Salão Verde da Câmara – depois, eu vou para lá –, estão os aposentados e pensionistas do Aerus. Eles estão lá acampados. O Supremo já decidiu que eles têm direito a receber o resultado da ação que a Varig movia com o Governo. O Governo perdeu a ação. Estamos preocupados porque recursos para dificultar o pagamento, para protelar os pagamentos poderão acontecer.

A situação dos aposentados da área pública, da área privada continua sendo da maior gravidade. Por isso, vou ter que abordar este tema aqui. Não o abordo com satisfação, mas com tristeza e também com indignação. Enfim, mais uma vez, tenho que falar desse tema.

Já falamos tanto sobre injustiça, sobre os aposentados, sobre a falta de lógica, sobre a inverdade de certos ditos, e acredito que já passamos até da etapa total, e muitos choram e se envergonham até do salário que estão recebendo, mas estão lutando, na busca de que seus vencimentos sejam assegurados pelo menos no campo da razoabilidade e da dignidade.

Pois bem, vejam a última notícia que recebemos de uma conceituada revista internacional: “O Brasil perdeu 20 posições na lista dos melhores países para se aposentar, mostrou o Índice Global de Aposentadoria do banco francês Natixis, ao passar do 40º lugar, em 2013, para o 61º, em 2014.”

Segundo o estudo, a situação dos aposentados no Brasil é grave, é muito grave – chegaram a usar o termo “mediocre”.

A aposentadoria no Brasil nunca foi uma maravilha, mas, de fato, conseguimos fazer dela, neste momento, pela diferença entre o que é dado ao salário mínimo e o que não é dado ao aposentado, uma situação desesperadora.

Recuamos 20 posições no *ranking* entre 2013 e 2014. Diz mais o estudo, que isso está atrelado à situação principalmente do idoso no momento em que ele mais precisa, quando suas condições de saúde são precárias.

Mas nada disso muda o fato de que a nossa previdência – sempre é dito que ela é deficitária; ela não é deficitária – é superavitária, e todos sabem disso. Quem diz que ela é deficitária falta com a verdade, tanto que aprovamos – e o Governo encaminhou, nem achei que era errado – aqueles projetos de desoneração da folha. O empregador deixou de pagar os 20% sobre o total da folha de pagamento e paga, agora, 1,5, 1, 0 sobre o faturamento. Mas por quê? Porque a previdência é superavitária. Então, não há motivo de não atender à demanda dos aposentados.

Enfim, Sr. Presidente, não conseguimos fazer com que o nosso crescimento econômico dos últimos anos se traduzisse em avanços também para os aposentados. A pesquisa aponta claramente: “Ainda que tenha havido melhorias no subíndice de qualidade de vida, em que o Brasil agora está no top 20, o cenário geral para o aposentado continua da maior gravidade.” Os fatores considerados nessa avaliação são fundamentais, uma vez que propiciam boa qualidade de vida à população da terceira idade: acesso à saúde, renda, situação financeira do País, além de bem-estar, segurança e níveis de poluição do meio ambiente.

Esse *ranking*, Sr. Presidente, conta – esta é a análise que eles fizeram – com 150 países. Vale dizer que, nas primeiras colocações, estão economias desenvolvidas, que possuem um avançado setor de serviços, moderna infraestrutura, elevados níveis de renda *per capita* e a menor desigualdade social.

Outra notícia que chega a nós foi postada pela Federação dos Aposentados e Pensionistas de Mato Grosso do Sul. Dizem eles: “Mais de 70% dos aposentados recebem somente um salário mínimo”, ou seja, mais de 21 milhões de aposentados e pensionistas do INSS, de um total de cerca 30 milhões, estão recebendo um salário mínimo de R\$724. Eles que chegaram a ganhar 3, 4, até 5 salários mínimos. O número equivale a 71,6% dos beneficiários. Em 2005, essa proporção era de 67,8%, com 16,3 milhões de segurados recebendo o piso. Vejam que, de 2005 para 2013, aumentou de 67% para 71,6%.

A Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social realizaram um levantamento em que constam esses dados sobre o achatamento do benefício dos aposentados nas últimas duas décadas. Com certeza, esse achatamento tem reflexos no poder de compra dessas pessoas, que reduzem drasticamente a sua qualidade de vida ano após ano. E reduzem, principalmente, em virtude da política de reajuste dos benefícios com valores que não acompanham o crescimento do salário mínimo.

Outra informação é a de que o aumento desse grupo de segurados tem sido menor do que o do próprio salário mínimo, pelo menos desde 1998. Segundo o Warley Martins, Presidente da Confederação Brasileira de

Aposentados e Pensionistas (Cobap), a entidade está mostrando há muito tempo que esse prejuízo vai fazer com que, até 2025, nove em cada dez aposentados passem a ganhar somente um salário mínimo – nove em cada dez. Hoje, ainda ficam 7 em cada 10.

O Presidente da Cobap lidera amanhã, Sr. Presidente, uma grande manifestação em todo o Brasil, no dia 20, considerado o Dia Nacional de Luta dos Aposentados, Pensionistas e Idosos. Disse mais, que, se continuar assim, por que pagar mais que o correspondente a um salário mínimo à Previdência, se todos, no fim, vão ficar ganhando somente um salário mínimo, se o desconto continua a ser aplicado sobre o montante maior do que aquele que será pago no futuro? Que negócio é esse? Se pegarmos do ano de 1998 até hoje, a perda acumulada de quem recebe acima do mínimo já chega a aproximadamente 80%. Ou seja, o aposentado de 76 anos que recebia cerca de três salários mínimos em 2008, hoje recebe em torno de um salário mínimo – talvez um pouquinho mais. É lógico que ele teve que reajustar a sua vida. Ele foi obrigado a cortar, por exemplo, o plano de saúde e voltar a trabalhar. Aí eu insisto na importância da desaposentadoria.

Como eu disse no início da minha fala, Sr. Presidente, a situação é grave. Há muita injustiça. Muitas inverdades são ditas por aí, porque os grandes bancos também têm interesse em falar mal da previdência pública porque eles querem que as pessoas migrem, caminhem para a previdência privada, enquanto que nós entendemos que a previdência pública, se fizessemos pequenas mudanças, Senador Suplicy, como, por exemplo, que a Previdência fosse administrada de forma quadripartite (o empregado, o empregador, o Governo e os aposentados).... Se não por que não criamos um grande banco da Seguridade Social para que todo o dinheiro da Seguridade Social ficasse ali e dali fosse aplicado em saúde, assistência e previdência? Por que não dividimos em três setores? Dinheiro da Previdência é da Previdência, dinheiro da Assistência é da Assistência, dinheiro da saúde é para a saúde. É uma situação gravíssima, como estou falando desde o início deste pronunciamento. Até quando isso vai continuar é o que todos estão perguntando.

Enfim, Senador Eduardo Suplicy, falei aqui de dois temas vinculados aos interesses dos aposentados. Falei do Aerus. Espero que haja um entendimento e que eles recebam o que têm de direito depois da decisão do Supremo Tribunal Federal. Falei aqui do instituto da desaposentadoria, que esta Casa tem que votar para assegurar que o trabalhador que voltou a trabalhar depois de aposentado possa pedir revisão do seu benefício, baseado também nas novas contribuições, e falei que temos que ter uma política definitiva para o aposentado que ganha um pouco mais do que o mínimo. Hoje, 99% ganham, quando se aposentam, Sr. Presidente, cinco ou seis salários no máximo, enquanto que 75% a 80% ganham até três. Eu diria que, desses 80%, cerca de 72% ganham apenas um salário mínimo.

Por isso, Sr. Presidente, o apelo que fizemos aqui é no sentido de que o Congresso aproveite esse ano eleitoral e mostre para a população que ele tem compromisso com o social, ou seja, que há responsabilidade social quando se aprovam projetos que são de interesse dos aposentados e pensionistas, e não somente daqueles que ganham somente um salário mínimo.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a pelo tempo de 20 minutos que me concedeu, como concedeu aos outros que usaram a tribuna nesta noite.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senador Paulo Paim, agradeço muito se V. Ex^a puder presidir a sessão para que eu possa, então, fazer o meu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Senador Eduardo Suplicy, é com satisfação que vou presidir a sessão para V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Eduardo Suplicy para que ele faça o seu pronunciamento, já que no dia de ontem, como havia sido anunciado que haveria uma sessão do Congresso, ele não pôde fazê-lo, mas, para alegria nossa, ele vai ser feito nesta noite de quarta-feira, às 20h55.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero me solidarizar com V. Ex^a, Senador Paulo Paim, no que diz respeito à preocupação com todos que têm direto na Aerus e também com os aposentados que têm em V. Ex^a uma pessoa que a cada dia está sempre preocupada em saber como o problema dos aposentados será resolvido com equidade por nossa Nação.

Eu vou tratar de dois temas: primeiro, da decisão do Conceal sobre os testes de cosméticos em animais. E depois quero aqui falar do ocorrido com a Deputada Manuela D'Ávila, do PCdoB, do Estado do Rio Grande do Sul.

Em setembro de 2013, a Humane Society International (HSI), uma organização de defesa dos animais, apresentou uma proposta para a proibição de testes em animais para cosméticos ao Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea), órgão federal vinculado ao Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. A reunião do Concea, “C-O-N-C-E-A”, que se diferencia do Conselho de Segurança Alimentar, está marcada para esta quarta e quinta-feira, dias 19 e 20, ocasião em que espero, juntamente com todos os defensores dos direitos dos animais, que a proposta da HSI seja votada e aprovada.

A proposta é apoiada por vários grupos de proteção dos animais, como a ProAnima, em Brasília, a ARCA Brasil, em São Paulo, e o Fórum de Proteção e Defesa dos Animais, uma associação que reúne mais de 90 grupos no Brasil.

Testar a toxicidade de cosméticos em animais causa muito sofrimento para coelhos e roedores, e já é proibido em toda a União Europeia, Israel e Índia. Nesses países, a proibição é colocada em prática por meio de uma política de “inovação responsável”: as empresas podem inovar, usando os milhares de ingredientes já existentes com um histórico de uso seguro e recorrendo a métodos alternativos. A “inovação responsável” aumenta o conforto dos consumidores ao comprar cosméticos, devido às fortes objeções éticas aos testes com animais.

No mês de janeiro deste ano, 2014, o Estado de São Paulo introduziu a proibição total de tais testes. São Paulo abriga mais de 700 das 2.300 empresas de cosméticos do País, mais do que qualquer outro Estado brasileiro. No Brasil, centenas de empresas já produzem cosméticos sem testes em animais, inclusive a Natura, por exemplo, uma das maiores empresas do setor do mercado nacional. Essas indústrias passaram a utilizar ingredientes com histórico de segurança já comprovados, combinados com testes sem animais, o que fornece resultados mais rápidos, mais baratos e mais relevantes para os seres humanos.

E quero ressaltar que a Natura é uma das empresas consideradas com a melhor imagem em todo o Brasil, pelas suas preocupações e procedimentos muito responsáveis, inclusive com todos aqueles que trabalham na Natura.

Agora é a hora de proibir esses testes em âmbito federal. Dois terços dos brasileiros apoiam essa medida. O Concea é presidido pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Dr. Clélio Campolina Diniz, com quem tenho procurado falar – espero me comunicar com ele até amanhã, ele estava em viagem agora à tarde –, e metade dos seus membros são representantes de outros Ministérios.

Representantes das instituições que eu mencionei, a própria Humane Society International, estiveram ontem com o Ministro José Eduardo Martins Cardozo, que expressou a sua simpatia pela causa. E hoje eu próprio conversei por telefone com a Ministra Izabella Teixeira, que me informou que é inteiramente a favor da decisão no sentido de coibir, de fato, esses testes com animais para efeito de utilização dos cosméticos. De maneira que espero que o Concea possa aprovar a diretriz que é recomendada pela Humane Society International e demais entidades.

O Concea tem o poder de votar e implementar uma norma proibindo esses testes. Neste 20 de março, amanhã, a proposta de proibição para cosméticos do HSI será analisada, e o Conselho terá oportunidade de dar um passo à frente para os animais, a ciência e os consumidores que respeitam esses testes.

Essa proibição salvará milhares de animais, expandirá o mercado de testes de toxicidade *in vitro* no Brasil e gerará novos investimentos em métodos alternativos. Além disso, vai remover barreiras comerciais com mercados estratégicos em países desenvolvidos e emergentes, como o bloco da Comunidade Europeia, onde cosméticos testados em animais não podem ser vendidos. E isso é importante nós sabermos.

Também é importante ressaltar que essa proposta é apoiada por vários pesquisadores da área científica, que escreveram uma carta para o Concea na qual declararam...

E aqui peço, Sr. Presidente, que seja transcrita a carta, assinada pelos Drs. Aguinaldo Pinto, Professor Associado do Departamento de Microbiologia, Imunologia e Parasitologia da Universidade Federal de Santa Catarina; Aysha Akhtar, neurologista, de Maryland, USA; Prof. Barbara Pierscionek, da Kingston University, London; Dr. Carlos Roberto Zanetti, da Universidade Federal de Santa Catarina; Prof. Geoffrey Pilkington, da University of Portsmouth; Dr^a Irvênia Luiza de Santis Prada; Dr. Kelly BeruBe; Dr^a Luciane Maria Perazzolo; Maristela Camargo; Martin Steppe; Michael Coleman; Patrick Jack Spencer; Radovan Borojevic; Rafael Diego da Rosa; Ruth Camargo Vassão; Thales Tréz; e Prof. Thomas Hartung, da John Hopkins University.

Todos esses cientistas dizem – abre aspas:

No mundo inteiro, cresce a frustração com os métodos de avaliação de segurança baseados em testes com animais. Muitas dessas abordagens nunca foram atualizadas desde os anos 30, são caras e demoradas, informam muito pouco sobre o modo de ação das substâncias no corpo humano e frequentemente não conseguem prever reações humanas em condições reais. Esses problemas representam desafios

importantes para as autoridades reguladoras responsáveis pela avaliação da segurança ao consumidor de substâncias químicas e outros produtos.

[...] o Concea tem a oportunidade de viabilizar uma participação brasileira maior no desenvolvimento da nova toxicologia do século XXI, ao proibir os testes [...] em animais. Essa proibição sem dúvida alguma incentivará o interesse e investimentos em métodos alternativos no Brasil, como foi o caso na União Europeia, e será um sinal claro que a hora para progredir para além de testes com animais, já chegou.

Considero, portanto, que é o momento de o Concea dar um passo em direção à proteção dos animais, assim como devemos proteger o meio ambiente e os mais necessitados.

É fundamental trabalharmos para impedir a crueldade contra os animais.

Conclamo todas as pessoas que, como eu, defendem os direitos dos animais a externar aos membros do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea) a necessidade de proibirmos, de uma vez por todas, os testes em animais para cosméticos no Brasil.

E assim, Sr. Presidente, peço que seja transcrita a carta escrita pelos mencionados cientistas ao prezado Dr. José Mauro Granjeiro, do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal. Inclusive, peço à minha assessoria que envie as notas taquigráficas deste meu pronunciamento para o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal ainda antes que se inicie a reunião de amanhã.

Mas, Presidente, Senador Paulo Paim, a Deputada Manuela D'Ávila, do PCdoB do Rio Grande do Sul, publicou um desabafo em sua página do Facebook na qual reclama dos comentários nas redes sociais sobre a notícia do assalto de que foi vítima no último domingo, dia 9. Alguns diziam que, por ser comunista, Manuela merecia ser assaltada, pois estava distribuindo renda. "Fazendo deboche com o assalto e com a minha ideologia, como se o fato de eu defender distribuição de renda mais justa justificasse a violência que sofri".

Manuela D'Ávila chegava em sua casa acompanhada do músico Duca Leindecker na noite de domingo, no bairro Mont Serrat, em Porto Alegre, quando dois homens armados abordaram o casal. Os homens chegaram a apontar as armas para as vítimas e levaram o celular e o carro do músico, um Peugeot 3008.

Eu gostaria, Sr. Presidente, em solidariedade à Deputada Manuela D'Ávila, de ler aqui a sua carta e comentá-la.

Uma reflexão

Na madrugada de segunda, cheguei da delegacia de polícia em casa, como outros tantos brasileiros chegam, após serem vítimas da violência urbana – cansada, perplexa, triste e contraditoriamente feliz por estarmos ali, vivos. Repassava em minha cabeça detalhes do assalto – como a feliz coincidência de meu enteado não estar no automóvel – quando fui surpreendida por uma ligação de um jornalista. Nosso boletim de ocorrência com todos os seus detalhes – como o fato de reconhecermos ou não os ladrões – estava nas mãos da imprensa e eles, os jornalistas, telefonaram na madrugada. Foi pela imprensa que minha mãe ficou sabendo. Não tive nem sequer tempo de telefonar. Claro, entendo o trabalho dos jornalistas. Tenho dificuldade de entender o vazamento do boletim de ocorrência.

Um pouco depois, fui para a internet agradecer as pessoas que, carinhosamente, estavam preocupadas e nos escreviam.

Tive acesso a comentários inacreditavelmente maldosos relacionados ao que nos aconteceu. Motivados por dois "jornalistas", diziam que, por ser comunista, merecia ser assaltada, pois estava distribuindo renda. Fazendo deboche com o assalto e com a minha ideologia, como se o fato de eu defender distribuição de renda mais justa justificasse a violência que sofri. Um dos jornalistas chegou a chamar de gesto de solidariedade o assalto. Algo tão maniqueísta como dizer que alguém que não é de esquerda defende a miséria ou como defender que alguém de direita seja torturado para ver como a ditadura militar doe nos comunistas. Um desrespeito com a situação que vivi, típico de quem é totalitário, não me respeitando enquanto indivíduo porque penso diferente.

Li também que o que passamos havia sido pouco. Que deveria ter sido violentada por defender direitos humanos. Não imagino por que minha luta em defesa da livre orientação sexual, direitos das mulheres, condições carcerárias dignas, me faça merecedora de ser morta em um assalto à mão armada. Mais um gesto típico dos que não respeitam quem pensa diferente [assinala a Deputada Manuela D'Ávila]. Mais ainda: outros tantos diziam que os ladrões estavam certos em roubar de mim por ser deputada, pois políticos são todos ladrões e apenas estavam pegando de volta o dinheiro roubado do povo. Como nunca roubei um centavo, não tenho centavo algum para devolver. O salário que recebo como parlamentar, há dez anos, devolvo com atuação séria e comprometida. Muitos podem não concordar com minhas ideias, mas ninguém pode questionar com solidez a minha seriedade e honestidade.

E eu sou testemunha da seriedade, assertividade e empenho com que a Deputada Manuela D'Ávila defende suas ideias, e já há muitos anos que convivemos no Congresso Nacional.

Prossegue Manuela D'Ávila:

E mais, os corruptos devem ser tirados da política de forma democrática com julgamento pelos espaços adequados e não sendo vítimas de violência ou bandagem.

Teremos eleições em 5 de outubro próximo, onde cada um poderá escolher aqueles que agem bem e os que, segundo a avaliação da população dos eleitores, não estão agindo bem].

Prossegue Manoela D'Ávila: "Claro que entendo a indignação da população com os políticos! É essa indignação que me motiva há 15 anos, e me faz lutar para mudar a política e, sobretudo, a forma como são financiadas as campanhas". Com o que também estou de pleno acordo. Ainda hoje, Presidente Paulo Paim, nós recebemos aqui a visita do Presidente do Senado alemão, e nós sabemos que na Alemanha, por exemplo, hoje não há mais a contribuição de pessoas jurídicas, como nós do PT defendemos. Há a possibilidade de contribuição de pessoas físicas, mas limitada a certo montante. Então, também acho importante que a Deputada Manoela D'Ávila queira a reforma política que mude a forma de financiamento das campanhas.

Prosseguindo, nas suas próprias palavras:

Mas, para mim, o protesto contra a má política deve ser feito, em outubro, nas urnas. Contra as ideias que não concordamos também. Assim é a democracia. Que ela viva!

O que não entendo são as pessoas que reproduzem a violência e escrevem na internet como se isso não significasse nada. Como vamos enfrentar a violência no Brasil com essa postura? Como construir uma sociedade mais generosa, humana, respeitosa?

Alguns podem se perguntar: E sobre os ladrões, ela não vai falar? Sobre esses, falei com a Polícia. Quero que todos paguem pelos erros que cometem, quem me assaltou inclusive. Contra a criminalidade, a violência, o tráfico de drogas, que transformam nossas cidades em palco de guerra, luto há quinze anos de minha vida. Há dez anos com mandatos. Apresentei leis, aprovei algumas. Disputei, por exemplo, duas vezes a prefeitura por entender que poderia mudar muitas questões na cidade. Perdi. Respeitei os vencedores. Inspirada num pensamento de Nietzsche, "Quem combate monstruosidades deve cuidar para que não se torne um monstro. E se você olhar longamente para um abismo, o abismo também olha para dentro de você", quando fui para Brasília transformei uma frase em mantra: "não vou me transformar naquilo que combato".

Luto por uma cultura de paz, que respeite as diferenças e construa relações mais solidárias e generosas entre as pessoas.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) –

Que o abismo não olhe tanto para dentro de nós e que possam refletir sobre a violência que cometeram contra mim e minhas pessoas queridas em cada comentário desses.

Lutar para mudar o Brasil com amor no coração vale mais a pena.

Assim conclui Manuela D'Ávila.

Presidente Senador Paulo Paim, eu considero importante ter aqui registrado e lido, inclusive para reflexão desses que às vezes – às vezes para mim também – formulam críticas no Facebook, no Twitter e tal. E eu procuro fazer as pessoas compreenderem.

Como Manuela D'Ávila, eu também batalho para que no Brasil tenhamos uma melhor distribuição de renda, de riqueza. Por isso, tanto defendo a instituição da renda básica de cidadania, defendo a promoção da melhor educação para todos os meninos e meninas, para os jovens, um melhor sistema de saúde, um sistema de aposentadoria justo, as formas cooperativas de produção, a expansão do microcrédito, o Minha Casa, Minha Vida e assim por diante.

E que aqueles que discordam, eventualmente, de Manuela D'Ávila, de mim próprio, de V. Ex^a, procurem tratar as pessoas com o devido respeito e, de maneira alguma, com críticas tais como as que foram registradas. E acho que, com razão e respeito, ela expressou o seu sentimento, que eu aqui avaliei como próprio registrar, querido Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy, eu conheço a Manuela D'Ávila – é gaúcha – há muitos e muitos anos. V. Ex^a está coberto de razão; é uma pessoa séria, íntegra, responsável, comprometida com mudanças e que vai naquela linha de fazer o bem não olhando a quem.

Por isso, V. Exª faz bem em vir à tribuna, deixando aqui a solidariedade de nós todos a ela, nesse momento em que sofreu essa agressão. Só a ameaça de um revólver, num assalto, embora não tenha havido espancamento, já é uma violência. Quantas pessoas ficam traumatizadas ao longo de suas vidas quando sofrem esse tipo de violência. Mas tenho certeza de que a Manuela, pela sua competência, pela sua capacidade, pela sua visão ampla de enxergar além do horizonte, vai passar por esse momento ruim – com certeza –, mas, como sempre, olhará o *day after*, ou seja, o dia depois – não é, Senador Suplicy? –, na busca de que, no futuro, neste País, a gente possa, além de melhorar a qualidade de vida do nosso povo, da nossa gente, fazer com que se diminua a violência. Esse caso é, de fato, de extrema violência, e nós temos que combater todo tipo de violência.

Então, a nossa solidariedade a você, Manuela, à sua família e a todos aqueles brasileiros e não brasileiros, no mundo, que sofrem qualquer tipo de violência. Nós temos obrigação de pregar a paz, a solidariedade e o respeito de um com o outro.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Querido Senador Paulo Paim, para promover ainda mais as formas de combate por meios da não violência, amanhã quero fazer um pronunciamento sobre Joan Baez, que, hoje à noite, neste instante, está cantando em Porto Alegre. Uma das pessoas que se tornou amiga, companheira e cantora nos atos e caminhadas de Martin Luther King Jr., nos anos 60, e que se tornou uma das maiores ativistas na luta pela não violência, contra a Guerra do Vietnã.

No meio dos bombardeios, ela foi a Hanói, gravou os bombardeios que ali eram feitos e depois os expôs em vídeos mostrados no seu país, os Estados Unidos. Uma pessoa que sempre batalhou pela realização da justiça através dos meios da não violência e que, em 1981, quando foi cantar no Tuca, na PUC em São Paulo...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... acabou sendo proibida porque as suas canções não haviam sido previamente mostradas à censura. E eu a acompanhei.

Então, eu gostaria de amanhã fazer um pronunciamento recordando esses episódios, inclusive, alertando àqueles que estão querendo fazer uma marcha relembrando o regime militar, no próximo dia 22, que é importante que saibam que, nos anos do regime militar, não se tinha liberdade nem para ouvir as belas canções pela paz de Joan Baez.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Farei esse pronunciamento amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu agradeço e, com certeza, amanhã eu estarei aqui, se for possível, até presidindo, para ouvir o seu pronunciamento.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER

Nº 176, DE 2014

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Aviso nº 14, de 2013 (nº 264/2013, na origem), do Tribunal de Contas da União, que “encaminha a este Colegiado cópia do Acórdão nº 587/2013-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 019.201/2007-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, pelo qual foi aprovado Relatório do Tomada de Contas Especial instaurada pela Empresa de Correios e Telégrafos e destinada a averiguar a existência de supostos pagamentos excessivos a título de percentual de comissionamento em favor das agências franqueadas daquela Empresa federal, entre 2005 e 2006.

RELATORA: Senadora **KÁTIA ABREU**

RELATOR AD HOC: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao conhecimento desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Aviso nº 14, de 2013, da CMA (nº 264-Seses-TCU-Plenário, de 2013, na origem), cujo objeto é discriminado em epígrafe.

O Tribunal de Contas da União (TCU) cumpre sua missão constitucional de auxiliar o Congresso Nacional a exercer o controle externo da atividade administrativa do Estado ao encaminhar a esta Comissão cópia do aludido Acórdão e do Relatório e Voto que o fundamentaram.

Em suma, a Tomada de Contas Especial aqui referida foi instaurada em virtude da conclusão assentada no Acórdão 783/2006-TCU-

Plenário, com base em informações oriundas da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CPMI) dos Correios, de que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) teria realizado pagamentos de comissões em valores superdimensionados a agências de correios franqueadas (ACFs), entre março de 2005 e junho de 2006.

De acordo com as conclusões do aludido Acórdão, o débito apurado teria decorrido da utilização de uma base de cálculo incorreta para obter os valores das comissões devidas às ACFs. Em termos mais específicos, a ECT, ao proceder ao cálculo do referido comissionamento, em vez de utilizar a média aritmética referente aos últimos seis meses de operação dos serviços de franqueamento de agências, o que teria ocorrido entre 2004 e 2005, utilizou os seis meses do ano de 2002. Essa conclusão foi construída pela interpretação de dispositivos do Manual de Comercialização e Atendimento da ECT (MANCAT).

Os trabalhos daquela Corte de Contas culminaram no Acórdão nº 587/2013-TCU-Plenário, que, diante das razões expostas pelo Relator, conclui pelo seguinte:

. nos termos do art. 12, §3º, da Lei nº 8.443/92, considerar revel, para todos os efeitos, neste processo, a sociedade empresarial Expresso Postal Teng Ltda.;

. excluir do rol de responsáveis deste processo Ernesto Duarte e Juliana Azeredo Duarte, bem como a sociedade empresarial Inter-mail Ltda.;

. acolher as alegações de defesa apresentadas por Carlos Eduardo Fioravante da Costa, Marcos Antônio Vieira da Silva e Válder Ferreira de Araújo, e pelas sociedades empresariais Blue Star Intermediações de Negócios Ltda., L. Fernando de Castro Franchising Ltda., Diretex Serviços e Representações Ltda., Inter Post Assessoria Comercial S C Ltda., JK Comercial e Serviços Ltda., Orrine Administração de Documentos Ltda., Art Tudo Franquia dos Correios Ltda., Benserve Serviços Gerais Ltda. - ME e Top Gun Atendimento e Contato Ltda.;

. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, julgar regulares as contas dos responsáveis Carlos Eduardo Fioravante da Costa, Marcos Antônio Vieira da Silva e Válder Ferreira de Araújo, dando-lhes quitação plena;

. com base no art. 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, dar quitação plena, neste processo, às sociedades empresariais Blue Star Intermediações de Negócios Ltda., L. Fernando de Castro Franchising Ltda., Diretex Serviços e Representações Ltda., Inter Post Assessoria Comercial S C Ltda., JK Comercial e Serviços Ltda., Orrine Administração de Documentos Ltda., Art Tudo Franquia dos Correios Ltda., Benserve Serviços Gerais Ltda. - ME, Top Gun Atendimento e Contato Ltda. e Expresso Postal Teng Ltda., tendo em vista a insubsistência dos débitos que motivaram suas citações neste processo;

. cientificar a ECT e as sociedades empresariais abaixo discriminadas de que, em função do presente julgamento, tornaram-se indébitos valores recolhidos pelas referidas empresas em decorrência das citações havidas neste processo cabendo às partes adotarem, a seu critério, as providências necessárias à restituição dos respectivos valores:

- Diretex Serviços e Representações Ltda.;
- Blue Star Intermediações de Negócios Ltda.;
- L. Fernando de Castro Franchising Ltda.;

. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam:

- à Presidência da ECT;
- aos responsáveis e demais interessados arrolados no item 3 do

Acórdão;

- ao Ministro de Estado das Comunicações;
- ao Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 2º da Lei nº 10.001/2002, para ciência, em complemento aos Avisos GP/TCU nº 148, de 21/3/2012, e nº 1312, de 22/11/2012;

- à Procuradora da República no Distrito Federal Drª Michele Rangel de B. Vollstedt Bastos, nos termos da solicitação versada no TC 017.788/2010-2, para, em complemento ao Ofício 358/2010-TCU-Sefid, de 14/7/2010, subsidiar o procedimento de Tutela Coletiva 1.16.000.000699/2006-96 ou a(s) ação(ões) dele(s) decorrente(s);

. autorizar o apensamento deste processo ao TC-020.585/2005-3 (contas da ECT do exercício de 2004) e juntada de cópia dos presentes Acórdão, Voto e Relatório ao TC-020.571/2006-0, levantando-se eventuais sobrestamentos decorrentes da tomada de contas especial.

II – ANÁLISE

Chega ao conhecimento desta CMA o Acórdão atinente à tomada de contas especial instaurada pela ECT e realizada pelo TCU, com base em investigações realizadas por ocasião da CPMI dos Correios, bem como o Voto e o Relatório que o fundamentaram, tudo conforme explicado acima.

De acordo com o art. 102-A, inciso I, alínea *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, podendo, para esse fim, avaliar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, notadamente quando houver indícios de perda, extravio ou irregularidade de qualquer natureza de que resulte prejuízo ao Erário.

Por concordar com todo o encaminhamento dado à matéria pelo TCU, dou-a por conhecida e opino pelo seu arquivamento, juntamente com os documentos que a acompanham.

III – VOTO

À luz do exposto, opinamos pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 14, de 2013, do Tribunal de Contas da União, juntamente com os documentos que o acompanham.

Sala da Comissão, em 18 de março de 2014.

Senador BLAÍRO MAGGI, Presidente

Senadora KÁTIA ABREU, Relatora

Senador Eduardo Amorim, Vice-Presidente
no exercício
da Presidência

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
AVISO Nº 14, de 2013

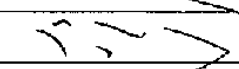
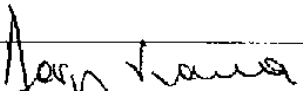
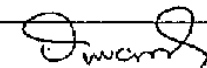
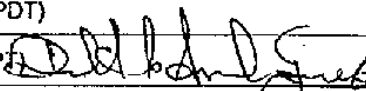
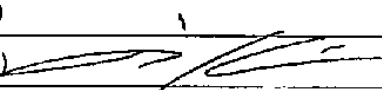
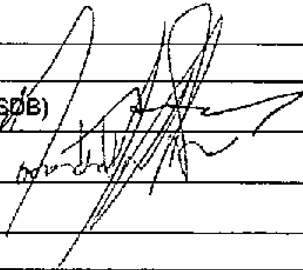

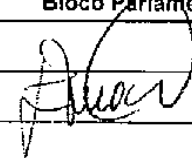
ASSINAM O PARECER, NA 7ª REUNIÃO, DE 18/03/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: 

Sen. Eduardo Amorim

RELATOR: 

Sen. Flexa Ribeiro

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) 
Aclir Gurgacz (PDT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Jorge Viana (PT) 	3. Vanessa Grazziolin (PCdoB) 
Ana Rita (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Humberto Costa (PT)	5. Delcídio do Amaral (PT) 
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO
Luiz Henrique (PMDB) 	2. Eduardo Braga (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. João Alberto Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Vital do Rêgo (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Eunício Oliveira (PMDB)
Kátia Abreu (PMDB)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) 
Cícero Lucena (PSDB) 	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Cyro Miranda (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Blairo Maggi (PR)	1. Gim (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) 	2. VAGO
Fernando Collor (PTB)	3. Armando Monteiro (PTB)

Sala da Comissão, 18 de março de 2014.

PARECER Nº 177, DE 2014

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o AVS nº 97/2013 (nº 01878/2013, na origem), do Tribunal de Contas da União, que “encaminha o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União – TCU, referente ao 3º trimestre do exercício de 2013”.

RELATOR: Senador VALDIR RAUPP

1 RELATÓRIO

1.1 INTRODUÇÃO

O Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, encaminhou ao Senado Federal, por meio do Aviso nº 1878 – GP/TCU, de 27 de novembro de 2013, Relatório das Atividades daquela Corte referente ao 3º trimestre do exercício de 2013, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição.

Fui designado para relatar a presente matéria pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em despacho de 11 de dezembro de 2013.

1.2 ANÁLISE

1.2.1 Aspectos Legais

A Constituição determina que o TCU encaminhe ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades (art. 71, § 4º).

Por seu lado, a Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), que regulamenta a mencionada disposição constitucional, dispõe que:

“Art. 90. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas da União será exercida pelo Congresso Nacional, na forma definida no seu regimento comum.

§ 1º O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.”

Na ausência de diretrizes emanadas do Congresso Nacional acerca da forma e do conteúdo desses relatórios, o Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução TCU nº 155, de 4 de dezembro de 2002, alterado pela Resolução TCU nº 246, de 30 de novembro de 2011, vem disciplinando a matéria nos seguintes termos:

“Art. 293. O Tribunal de Contas da União encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

§ 1º Os relatórios trimestrais e anuais serão encaminhados pelo Tribunal ao Congresso Nacional nos prazos de até sessenta dias e de até noventa dias, respectivamente, após o vencimento dos períodos correspondentes.

§ 2º Os relatórios conterão, além de outros elementos, a resenha das atividades específicas no tocante ao julgamento de contas e à apreciação de processos de fiscalização a cargo do Tribunal.”

Nesse aspecto, observamos que os prazos regimentais para encaminhamento do presente relatório trimestral foram observados. Além disso, o Relatório de Atividades apresentado sintetiza os principais resultados da atuação do TCU, não só em relação ao exercício do controle externo (julgamento de contas, apreciação de processos de fiscalização e procedimentos de fiscalização realizados), mas também, no que se refere ao relacionamento com o Congresso Nacional, às atividades administrativas, às parcerias e diálogo público e às atividades do Ministério Público junto ao Tribunal.

1.2.2 Atividades de Controle Externo

O Tribunal de Contas da União, no exercício de suas competências constitucionais, concluiu 240 fiscalizações no 3º trimestre de 2013, restando, ainda, 49 em andamento. Do total de fiscalizações do trimestre, 16,9% (49) foram solicitadas pelo Congresso Nacional.

O número de fiscalizações ocorridas no 3º trimestre de 2013 é inferior ao das realizadas no mesmo período do exercício anterior, quando 318 fiscalizações foram concluídas e 258 ainda estavam em andamento. Segun-

do o TCU, a redução no número de fiscalizações decorre de nova orientação no sentido de realizar fiscalizações coordenadas, que tenham maior abrangência geográfica e avaliem com profundidade o objeto de controle.

Quanto aos processos de controle externo, o TCU informa que foram autuados, no período, 4.400 processos, e apreciados conclusivamente 4.511, sem contar aqueles referentes a pessoal ou sobrestados. A maioria dos processos autuados refere-se a tomada de contas especial (1.650) e a representação ao TCU, por parte de órgãos ou servidores da administração pública, sobre irregularidades ocorridas (1.251). Da mesma forma, a maior parte dos processos apreciados conclusivamente foi de representação (1.545) e de tomada de contas especial (1.105).

Em relação às solicitações do Congresso Nacional, foram autuados 36 processos no 3º trimestre de 2013 e apreciados conclusivamente 44.

O TCU aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão. Também fiscaliza a legalidade das despesas relativas a pessoal e encargos sociais, inclusive quanto à adequação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em relação a esse tema, foram autuados 29.961 atos de pessoal e apreciados conclusivamente 25.975. Embora o total de atos de pessoal apreciados conclusivamente no 3º trimestre de 2013 tenha sido menor que o do mesmo período de 2012 (33.679), o número de irregularidades aumentou consideravelmente. Se em 2012 foram julgados ilegais 304 atos no 3º trimestre, em 2013 esse número subiu para 763. Nesses casos, o órgão de origem deve adotar as medidas regularizadoras cabíveis, fazendo cessar todo e qualquer pagamento decorrente do ato impugnado.

O número de prestação de contas consideradas irregulares também aumentou em relação ao mesmo período de 2012. Do total de 2.194 contas julgadas em 2013, 25 % foram consideradas irregulares. Já 2012, das 2.600 contas julgadas, apenas 13% estavam irregulares. Ao considerar as contas irregulares, o Tribunal apontou “dano ao erário” em quase metade dos casos (49,78%) e “prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico” em 33,23% deles.

1.2.3 Principais Decisões Exaradas pelo TCU no período

O TCU apresenta também os resultados de sua atuação por área temática. Essas áreas temáticas são as definidas pelo Congresso Nacional pa-

ra a divisão setorial dos trabalhos de apreciação do projeto de lei orçamentária anual. Destaco, a seguir, algumas decisões para conhecimento desta Comissão.

Dentre os diversos temas apresentados, merece atenção avaliação a respeito da organização dos Jogos Olímpicos de 2016. Auditoria do TCU examinou a gestão dos preparativos para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, que terão sede na cidade do Rio de Janeiro. Nesse trabalho, verificou que desde 2010 apenas 5% do valor previsto foi pago. Em virtude da baixa execução orçamentária, o Tribunal alerta no sentido de que, se mantido o atual fluxo de recursos, poderá haver comprometimento da entrega tempestiva da infraestrutura para os Jogos.

Preocupam também o TCU as falhas verificadas na gestão das obras de transposição do Rio São Francisco. As previsões iniciais apontavam o montante de R\$ 3,2 bilhões para os contratos de obras dos trechos I e II, no Eixo Norte, e do trecho V, no Eixo Leste. No entanto, o valor já passava de R\$ 8,2 bilhões em fevereiro de 2013.

No intuito de evitar sobrepreços e o pagamento de valores abusivos, o TCU aprovou estudo realizado em parceria com a Câmara Brasileira de Indústria da Construção que definiu novas faixas de valores para taxas de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) para vários tipos de obra pública e para aquisição de materiais e equipamentos. Com a padronização de conceitos, o Tribunal espera propiciar instrumentos no sentido de impor maior rigor técnico na análise dos preços contratados.

Também foram padronizados os procedimentos de fiscalização para contratações executadas sob o regime de empreitada global (EPG), ou seja, quando se contrata a execução da obra ou serviço por preço certo e total. Nesse caso, o pagamento só é efetuado após a conclusão dos serviços ou etapas, a depender do previsto no cronograma físico-financeiro. O objetivo do TCU, mais uma vez, é propiciar ambiente de regras claras, evitar clima contratual de insegurança e garantir o bom andamento dos contratos.

Ainda em relação a regras de contratação, o Tribunal revogou medida cautelar que suspendia os efeitos da instrução normativa que regulamenta a contratação de serviços de aquisição de passagens aéreas nacionais e internacionais no âmbito da Administração Pública Federal. Para o TCU, o serviço deve ser pago por taxa fixa e não por desconto sobre o faturamento, uma vez que as empresas, no modelo remuneratório variável, não estariam estimuladas a escolher as passagens mais baratas.

Como consequência do processo iniciado a partir das investigações promovidas pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das ambulâncias, o TCU declarou a inidoneidade das empresas envolvidas na chamada "Operação Sanguessuga", esquema de fraudes a licitações para compra de ambulâncias. A decisão decorre de auditoria que apurou a responsabilidade das empresas envolvidas. Foram analisados contratos fraudados pelos grupos Domanski e Planam. O TCU acompanha o processo desde 2011.

Na área de Minas e Energia, o Tribunal verificou que seis companhias distribuidoras de energia elétrica realizaram reajustes tarifários indevidos entre julho de 2011 e junho de 2012. A Aneel abriu processo para apurar o aumento indevido de tarifas e os resultados serão encaminhados ao TCU no prazo de 90 dias. Ainda em relação ao setor elétrico, o TCU acompanha a renovação das concessões cujos contratos venceriam a partir de 2015.

No Ministério da Cultura, o Tribunal detectou desvirtuamento no uso de suprimimento de fundos e determinou prazo para que o órgão analise a prestação de contas relativas a uma série de processos realizados dessa forma.

O TCU recomendou também o aprimoramento de instrumentos de avaliação de desempenho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O objetivo é a implementação de sistema de monitoramento e avaliação que englobe todas as áreas operacionais do Banco.

O Tribunal aprovou decisão normativa que fixa os coeficientes de participação dos Estados e do Distrito Federal sobre 10% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para o exercício de 2014. São Paulo receberá a maior parcela (20%), seguido pelos estados do Rio de Janeiro (16,8%) e Minas Gerais (14,5%).

Na área de pessoal, o Tribunal decidiu que pensões civis decorrentes de aposentadorias de servidores federais, ocorridas antes da EC 41/2003, só terão a equiparação com os valores pagos a servidores em atividade se o óbito que originou o benefício tiver ocorrido até 31 de dezembro de 2003, data da publicação da emenda. A paridade, portanto, abrange quem, nesta data, estava fruindo do benefício ou tinha direito a ele.

Também foram apontadas impropriedades na folha de pagamento do Ministério de Relações Exteriores (MRE), da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que deverão ser sanadas pelos respectivos órgãos.

Auditoria do TCU na base de dados do Sistema Seguro-Desemprego constatou fragilidades que ocasionaram concessões indevidas de parcelas do referido auxílio a trabalhadores formais. O Tribunal, então, determinou que o Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) apure e providencie a devolução das parcelas pagas indevidamente e também recomendou ao órgão que estude alterações na forma de checagem dos dados e na alimentação dos sistemas e cadastros usados como base para concessão do benefício.

1.2.4 Economia Potencial

O TCU estima que as diversas ações de controle empreendidas no 3º trimestre de 2013 tenham resultado em benefícios para os cofres públicos da ordem de R\$ 3,9 bilhões. Embora reconheça a dificuldade em mensurar suas ações em termos financeiros, o Tribunal justificou o valor estimado apresentando o número do respectivo Acórdão e Processo em que sua atuação pode ser avaliada.

Dos documentos citados, vale destacar o Acórdão nº 1.853/2013 – Plenário, de 17 de julho de 2013. Esse Acórdão refere-se a demanda do Congresso Nacional, originada nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que, mediante o Requerimento nº 29/2012, de autoria do senador Rodrigo Rollemberg, solicita "a realização de avaliação operacional sobre a aplicação e fiscalização dos recursos da Compensação Ambiental, criada pela Lei 9.985/2000, destacando a aplicação dos valores dos últimos dez anos e avaliando a eficiência e a eficácia dos programas de governo por eles assistidos" (ofício 168/2012/CMA, de 23/5/2012).

Segundo o TCU, os benefícios do controle realizado nos termos solicitados por esta Comissão são estimados em R\$ 1,5 bilhão. Esse valor decorre da expectativa de maior segurança jurídica do instituto da Compensação Ambiental (CA), transparência na gestão dos recursos, incremento na arrecadação e atuação efetiva do ICMBio na cobrança da CA devida por empreendimentos e não recolhida nos prazos pactuados.

1.2.5 Gastos do Tribunal – Situação em 31/09/2013

O orçamento do TCU para o ano de 2013 soma R\$ 1,5 bilhão. A despesa liquidada até 31/09/2013 foi de R\$ 1,0 bilhão (67,1%). Cumpre destacar que, em sua maioria, essas despesas são referentes a pessoal.

O Tribunal dispõe de 2.695 cargos efetivos, dos quais 2.653 estavam ocupados no final do trimestre. No período, houve 8 vacâncias, sendo 5 no cargo de Auditor Federal de Controle Externo e 3 no cargo de Técnico Federal de Controle Externo. Também foi provido um cargo de Auditor Federal de Controle Externo.

Como destaque na área administrativa, o Tribunal chama a atenção para as diversas ações de reestruturação e de modernização adotadas com vistas à adoção de boas práticas administrativas e à gestão do conhecimento.

1.2.6 Conclusão

Considerando a ausência de normativos emanados do Congresso Nacional sobre o conteúdo e a forma do Relatório de Atividades que o Tribunal de Contas da União deve apresentar, trimestral e anualmente, há que se concluir que o relatório apresentado atende às determinações constitucionais e legais vigentes. Inegavelmente, os dados apresentados pelo Tribunal permitem ao Congresso Nacional ter razoável visão sobre as atividades daquela Instituição no trimestre.


2 VOTO

Ante todo o exposto, VOTO no sentido de que esta Comissão:

- a) tome conhecimento do conteúdo do Relatório das Atividades do TCU, referente ao 3º trimestre do exercício de 2013 (AVS nº 97, de 2013); e
- b) considerando que não há providências a serem tomadas, encaminhe o processado ao arquivo.

Sala da Comissão, 11 de março de 2014.

Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente no exercício
da Presidência.

 Relator

ASSINAM O PARECER, NA 5ª REUNIÃO, DE 11/03/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Acir Gurgacz (PDT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Humberto Costa (PT)	5. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO
Luiz Henrique (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. João Alberto Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Vital do Rêgo (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Eunício Oliveira (PMDB)
Kátia Abreu (PMDB)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Cyro Miranda (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Blairo Maggi (PR)	1. Gim (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Fernando Collor (PTB)	3. Amando Monteiro (PTB)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 176 e 177, de 2014**, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, concluindo pelo arquivamento dos **Avisos nºs 14 e 97, de 2013**, do Tribunal de Contas da União.

A Presidência, em cumprimento às suas conclusões, encaminhas as matérias ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senado Federal recebeu os seguintes Avisos do Ministro de Estado de Minas e Energia, por meio dos quais requer dilatação do prazo para entrega das informações solicitadas nos Requerimentos de informações:

- **Aviso nº 54**, referente ao **Requerimento nº 1.400, de 2013**, de autoria da Senadora Vanessa Graziotin.
- **Aviso nº 55**, referente ao **Requerimento nº 1.319, de 2013**, de autoria da Senadora Vanessa Graziotin;
- **Aviso nº 56**, referente ao **Requerimento nº 720, de 2013**, de autoria do Senador Vital do Rêgo.

Os Avisos foram encaminhados, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos ficarão na Secretaria-Geral da Mesa aguardando as informações solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senado Federal recebeu o **Aviso nº 76, de 17 de março de 2014**, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, comunicando que as informações acerca das providências adotadas em relação aos processos de demarcação de terras indígenas solicitadas no **Requerimento nº 1.323, de 2013**, de autoria da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, são de competência do Ministério da Justiça.

O Aviso foi encaminhado, em cópia, à Comissão requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senado Federal recebeu o **Aviso nº 176, de 18 de março de 2014**, do Ministro de Estado da Saúde, em resposta ao **Requerimento nº 1.260, de 2013**, de informações, de autoria do Senador Aécio Neves.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 42, de 17 de março de 2014**, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio do qual solicita dilatação do prazo para entrega das informações solicitadas no **Requerimento nº 1.261, de 2013**, de autoria do Senador Aécio Neves.

A solicitação foi encaminhada, em cópia, ao requerente.

O Requerimento ficará na Secretaria-Geral da Mesa aguardando as informações solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 2014

Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre a padronização dos dispositivos carregadores utilizados em telefones portáteis de redes celulares do tipo smartphone.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 28.

VII – de telefones portáteis de redes celulares que possibilitem o acesso à internet em alta velocidade do tipo smartphone classificados na posição 8517.12.31 da Tipi.

§ 7º O disposto no inciso VII deste artigo aplica-se aos telefones portáteis de redes celulares do tipo smartphone produzidos no País, conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo, e que utilizem o modelo padrão de carregadores certificado e homologado pela Agência Nacional de Telecomunicações, nos termos de regulamentação específica.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após sua publicação.

Justificação

Os desenvolvimentos tecnológicos ocorridos na última década tornaram possível o acesso à rede mundial de computadores por meio de aparelhos móveis denominados *smartphones* a preços cada vez mais acessíveis. Assim, o celular passou a representar um dos mais importantes mecanismos para a promoção da inclusão digital.

Milhões de pessoas ao redor do mundo utilizam celulares para se conectar à internet e realizar pesquisas, interagir em redes sociais e se comunicar com comodidade, com custos similares a dos acessos fixos.

Segundo estimativas do setor, em dezembro de 2013 já havia mais de 110 milhões de usuários de banda larga móvel no País, frente aos 271 milhões de acessos de telefonia celular.

Por outro lado, a evolução dos *smartphones* levou ao uso mais intensivo das baterias, exigindo recargas mais frequentes. Em diversas ocasiões, o consumidor se vê na necessidade de recarregar o celular e não estar de posse de seu carregador. Entretanto, o simples ato de pedir emprestado o carregador de alguém tem se tornado cada vez mais difícil face à diversidade de modelos, inclusive para a alimentação de terminais da mesma marca. O consumidor torna-se, desse modo, refém de uma marca para realizar a simples operação de recarga.

O presente projeto pretende incentivar os produtores de *smartphones* a padronizar o dispositivo de carregamento das baterias dos aparelhos terminais de modo a simplificar a vida dos seus usuários. Desse modo, propõe o estímulo para os fabricantes que utilizarem modelo padrão de carregador a ser definido pela Agência Nacional de Telecomunicações, para que fiquem reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo de *smartphones*.

Lembramos que a busca pela padronização dos carregadores está em pauta também nos países europeus. Recentemente, a *International Electrotechnical Commission* publicou normas internacionais para padronizar os carregadores de *notebooks* e de telefones celulares como forma de tentar reduzir o lixo industrial decorrente da grande variedade de carregadores descartados anualmente.

De forma a possibilitar a devida adequação do parque industrial ao dispositivo proposto, sugerimos um prazo de seis meses da publicação da lei para sua vigência.

Com a convicção de que a proposta resultará em benefício para os consumidores, solicitamos o apoio de nossos pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, – Senador **Wilder Morais**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.196, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2005

Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO IV

Do Programa de Inclusão Digital

Art. 28. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo: ([Vide Decreto nº 4.542, de 2002](#))

I – de unidades de processamento digital classificadas no código 8471.50.10 da Tabela de Incidência do IPI – TIPI, produzidas no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo; ([Redação dada pela Lei nº 12.715, de 2012](#)) ([Produção de efeito](#))

II – de máquinas automáticas para processamento de dados, digitais, portáteis, de peso inferior a 3,5Kg (três quilos e meio), com tela (écran) de área superior a 140cm² (cento e quarenta centímetros quadrados), classificadas nos códigos 8471.30.12, 8471.30.19 ou 8471.30.90 da Tipi, produzidas no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo; ([Redação dada pela Lei nº 12.715, de 2012](#)) ([Produção de efeito](#))

III – de máquinas automáticas de processamento de dados, apresentadas sob a forma de sistemas, do código 8471.49 da Tipi, contendo exclusivamente 1 (uma) unidade de processamento digital, 1 (uma) unidade de saída por vídeo (monitor), 1 (um) teclado (unidade de entrada), 1 (um) mouse (unidade de entrada), classificados, respectivamente, nos códigos 8471.50.10, 8471.60.7, 8471.60.52 e 8471.60.53 da Tipi produzidas no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo; ([Redação dada pela Lei nº 12.715, de 2012](#)) ([Produção de efeito](#))

IV – de teclado (unidade de entrada) e de mouse (unidade de entrada) classificados, respectivamente, nos códigos 8471.60.52 e 8471.60.53 da [Tipi](#), quando acompanharem a unidade de processamento digital classificada no código 8471.50.10 da [Tipi](#).

V – modems, classificados nas posições 8517.62.55, 8517.62.62 ou 8517.62.72 da Tipi. ([Incluído pela Lei nº 12.431, de 2011](#)).

VI – máquinas automáticas de processamento de dados, portáteis, sem teclado, que tenham uma unidade central de processamento com entrada e saída de dados por meio de uma tela sensível ao toque de área superior a 140 cm² (cento e quarenta centímetros quadrados) e inferior a 600 cm² (seiscentos centímetros quadrados) e que não possuam função de comando remoto (**tablet PC**) classificadas na subposição 8471.41 da Tipi, produzidas no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo. ([Redação dada pela Lei nº 12.507, de 2011](#))

VII – telefones portáteis de redes celulares que possibilitem o acesso à internet em alta velocidade do tipo smartphone classificados na posição 8517.12.31 da Tipi, produzidos no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo; ([Incluído pela Lei nº 12.715, de 2012](#)) ([Produção de efeito](#))

VIII – equipamentos terminais de clientes (roteadores digitais) classificados nas posições 8517.62.41 e 8517.62.77 da Tipi, desenvolvidos no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo. ([Incluído pela Lei nº 12.715, de 2012](#)) ([Produção de efeito](#))

§ 1º Os produtos de que trata este artigo atenderão aos termos e condições estabelecidos em regulamento, inclusive quanto ao valor e especificações técnicas.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se também às aquisições realizadas por pessoas jurídicas de direito privado ou por órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal e do Distrito Federal, direta ou indireta, às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e às demais organizações sob o controle direto ou indireto da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal.

§ 3º O disposto no caput deste artigo aplica-se igualmente nas vendas efetuadas às sociedades de arrendamento mercantil leasing.

§ 4º Nas notas fiscais emitidas pelo produtor, pelo atacadista e pelo varejista relativas à venda dos produtos de que tratam os incisos I, II, III e VI do caput, deverá constar a expressão “Produto fabricado conforme processo produtivo básico”, com a especificação do ato que aprova o processo produtivo básico respectivo. ([Redação dada pela Lei nº 12.715, de 2012](#)) ([Produção de efeito](#))

§ 5º As aquisições de máquinas automáticas de processamento de dados, nos termos do inciso III do caput, realizadas por órgãos e entidades da administração pública federal, estadual ou municipal e do Distrito Federal, direta ou indireta, às fundações instituídas e mantidas pelo poder público e às demais organizações sob o controle direto ou indireto da União, dos Estados e dos Municípios ou do Distrito Federal, poderão estar acompanhadas de mais de uma unidade de saída por vídeo (monitor), mais de um teclado (unidade de entrada), e mais de um mouse (unidade de entrada). ([Incluído pela Lei nº 12.715, de 2012](#)) ([Produção de efeito](#))

§ 6º O disposto no § 5º será regulamentado pelo Poder Executivo, inclusive no que se refere à quantidade de vídeos, teclados e mouses que poderão ser adquiridos com benefício. ([Incluído pela Lei nº 12.715, de 2012](#)) ([Produção de efeito](#))

(Às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Presidência designa o Deputado Ivan Valente, como titular, e o Deputado Chico Alencar, como suplente, para integrarem, em vagas existentes, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, conforme o **Ofício nº 10, de 2014**, da Liderança do PSOL na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

Mem. nº 10/14/Assessoria

Em 19 de março de 2014

Assunto: Indicação de membro para composição de Comissão Mista de Orçamento.

Senhor Presidente,

Em referência à composição da Comissão Mista de Orçamento, indico o nome do Deputado Ivan Valente – PSOL/SP para a vaga de titular e o Deputado Chico Alencar – PSOL/RJ para a vaga de suplente. – Deputado **Ivan Valente**, Líder do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Presidência designa, como membro titular, a Deputada Sandra Rosado, em substituição ao Deputado Beto Albuquerque, e como membro suplente, o Deputado Severino Ninho, em substituição ao Deputado Glauber Braga, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 635, de 2013**, conforme o **Ofício nº 30, de 2014**, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

Of. B/30/14

Brasília, 18 de março de 2014

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados Sandra Rosado (PSB-RN), como titular, e Severino Ninho (PSB-PE), como suplente, da Medida Provisória nº 635, de 2013, “Dispõe sobre a ampliação do valor do Benefício Garantia-Safra para a safra de 2012/2013, sobre a ampliação do Auxílio Emergencial Financeiro relativo aos desastres ocorridos em 2012 e dá outras providências”, em substituição ao já indicado.

Respeitosamente, – Deputado **Beto Albuquerque**, Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senado Federal recebeu o **Aviso nº 15, de 2014** (nº 217/2014, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 572/2014-TCU, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 31/2012, do Senado Federal (TC 026.023/2012-1).

É o seguinte o Aviso:

AVISO
Nº 15, DE 2014
(nº 217- Seses -TCU- Plenário, na origem)

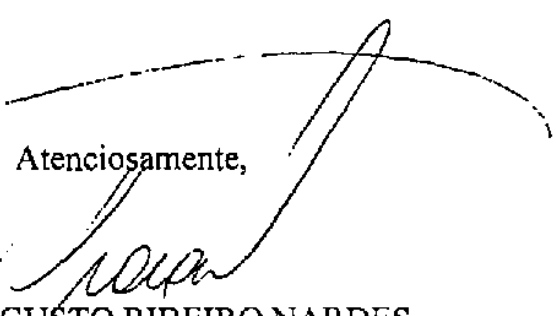
Brasília-DF, 12 de março de 2014.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, via Secretaria-Geral da Mesa, em atendimento ao Ofício nº 1678 (SF), de 9 de agosto de 2012, cópia do Acórdão proferido pelo Plenário desta Corte nos autos do processo nº TC 026.023/2012-1, na Sessão Ordinária de 12/3/2014, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam.

Esclareço, por oportuno, que o mencionado Acórdão produzirá efeitos após o seu trânsito em julgado e que eventuais providências a cargo Casa serão posteriormente comunicadas.

Atenciosamente,


JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 026.023/2012-1

ACÓRDÃO Nº 572/2014 – TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.023/2012-1.
2. Grupo 1 – Classe de Assunto: II – Solicitação do Congresso Nacional
3. Interessados: Senado Federal e Governo do Estado do Ceará.
4. Órgão/Entidade: Governo do Estado do Ceará.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (SEMAG).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Congresso Nacional, tendo por objeto a análise de crédito externo celebrado entre o Governo do Estado do Ceará e a empresa *MLW Intermed Handels – und Consultinggesellschaft für Erzeugnisse und Ausrüstungen des Gesundheits – und Bildungswesens GmbH* (MLW Intermed GmbH), autorizada pelo Senado Federal por meio da Resolução SF 31, de 8/8/2012;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, por unanimidade, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, no art. 232, inciso I, do Regimento Interno do TCU e no art. 4º, inciso I, alínea “a”, da Resolução TCU nº 215/2008;

9.2. informar à nobre Presidência do Senado Federal, por intermédio da Presidência do TCU, via Secretaria-Geral da Mesa, com fulcro no art. 2º, caput e § 1º, da Instrução Normativa TCU nº 59, de 2009, que o Tribunal analisou a documentação relativa à operação de crédito externo autorizada pela Resolução SF nº 31/2012, verificando que, quanto aos aspectos legais, as providências necessárias para a contratação foram tomadas;

9.3. encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Presidência do Senado Federal, via Secretaria-Geral da Mesa, ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará e à Secretaria do Tesouro Nacional;

9.4. considerar atendida a presente Solicitação do Congresso Nacional e arquivar os presentes autos, após a comunicação da deliberação deste Colegiado à Presidência do Senado Federal, nos termos do art. 17, inciso II, da Resolução TCU 215/2008.

10. Ata nº 7/2014 – Plenário.

11. Data da Sessão: 12/3/2014 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0572-07/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavakanti, Marcos Bernquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES

Presidente

(Assinado Eletronicamente)

ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

PAULO SOARES BUGARIN

Procurador-Geral

GRUPO I – CLASSE II – Plenário

TC 026.023/2012-1

Natureza(s): Solicitação do Congresso Nacional

Órgão/Entidade: Governo do Estado do Ceará

Advogado constituído nos autos: não há.

SUMÁRIO: SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL. OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO, AUTORIZADA PELO SENADO FEDERAL, ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ E A EMPRESA *MLW INTERMED HANDELS – UND CONSULTINGGESELLSCHAFT FÜR ERZEUGNISSE UND AUSTRÜSTUNGEN DES GESUNDHEITS – UND BILDUNGSWESENS GMBH* (MLW INTERMED GMBH), NO VALOR DE ATÉ € 50.000.000,00. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE. ESTUDOS E AVALIAÇÕES EFETUADAS PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES RECOMENDAM A OPERAÇÃO, AUTORIZADA PELO SENADO FEDERAL PELA RESOLUÇÃO 31, DE 8/8/2012. CONHECIMENTO. INFORMAÇÃO AO SENADO. ENCAMINHAMENTO DE CÓPIAS. CONSIDERAR ATENDIDA A SOLICITAÇÃO. ARQUIVAMENTO.

RELATÓRIO

Origina-se o feito de expediente encaminhado pelo Exmo. Senhor Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney (peça 1), contendo solicitação para que este Tribunal proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes de operação de crédito externo, firmada entre o Governo do Estado do Ceará e a empresa *MLW Intermed Handels – und Consultinggesellschaft für Erzeugnisse und Ausrüstungen des Gesundheits – und Bildungswesens GmbH* (MLW Intermed GmbH), autorizada pelo Senado Federal por meio da Resolução nº 31, de 8/8/2012, no valor de até € 50.000.000,00.

2 A solicitação em apreço foi examinada pela Secretaria de Controle Externo de Macroavaliação Governamental – Semag e teve por objeto a documentação relativa à operação de crédito em tela, parte disponibilizada pelo site do Senado Federal (Peças 4 e 5) e parte encaminhada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN (Peça 11).

3. A unidade técnica assinala que o signatário possui legitimidade para formular solicitação ao Tribunal, de acordo com o art. 4º, inciso I, alínea “a”, da Resolução TCU 215, de 20/8/2008, razão pela qual propõe seja conhecido o expediente como Solicitação do Congresso Nacional.

4. De acordo com a unidade técnica, o montante a que se refere a operação de crédito destina-se a financiar o “Projeto de Modernização Tecnológica do Estado do Ceará – Promotec”, segundo consta da Exposição de Motivos 127/2012-MF, do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda (Peça 4, p. 2).

5. No âmbito da STN, segundo informado, foram observados os ditames legais e realizadas as avaliações pertinentes (Peça 11, p. 2-6), uma vez que a operação produzirá compromissos financeiros ao estado pelo prazo de sete anos (84 parcelas semestrais), com prazo de carência de seis meses (Peça 11, p. 2).

6. A Semag assinalou, ainda, os seguintes aspectos técnicos que concernem à análise da operação enfocada:

"(...) 8. Conforme consulta à Coordenação das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem), o estado cumpre as metas estabelecidas no Programa de Ajuste e Reestruturação Fiscal, e a operação de crédito em questão não representa violação de acordo de refinanciamento firmado com a União, nos termos do inciso IV do art. 5º da Resolução-SF 43/2001 (peça 11, p. 5).

9. Segundo procedimento de consulta estabelecido pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (Coafi), mediante Memorando 1/2012/Coafi/Surin/STN/MF-DF, de 2/1/2012, cumpre informar que não constavam na data da pesquisa, em relação ao ente, pendências referentes aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas (peça 11, p. 5).

10. No que concerne ao art. 21, inciso IV, da Resolução-SF 43/2001, a certidão do tribunal de contas competente atestou o cumprimento pelo estado do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), relativamente ao último exercício analisado (2011) e ao exercício de 2012 (peça 11, p. 5).

11. Por se tratar de operação de crédito sem garantia da União, não houve análise por parte da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN (peça 11, p. 1)

12. Com base nos dados da documentação constante dos autos e considerando a verificação dos limites e condições constantes da Resolução-SF 43/2001, o ente cumpre os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da Lei da Responsabilidade Fiscal (peça 11, p. 5)."

7. A unidade técnica concluiu, por fim, que, à luz dos estudos e avaliações realizados pelos órgãos competentes acerca da operação de crédito sob exame, bem como dos documentos analisados, foram atendidos os preceitos da Resolução do Senado Federal 43/2001 e também os comandos do art. 32, caput e § 1º, da Lei Complementar 101/2000.

8. Em vista disto, ela submeteu proposta de encaminhamento, vazada no seguinte teor:

"I) conhecer da presente solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, 232, inciso I, do Regimento Interno do TCU, e 4º, inciso I, alínea "a", da Resolução-TCU 215/2008;

II) informar à Presidência do Senado Federal que o Tribunal analisou a documentação relativa à operação de crédito externo autorizada pela Resolução-SF 31/2012, verificando que, quanto aos aspectos legais, as providências necessárias para a contratação foram tomadas;

III) encaminhar cópia do acórdão que vier a ser proferido, bem como do relatório e da proposta de deliberação que o fundamentarem, à Presidência do Senado Federal, ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará e à Secretaria do Tesouro Nacional;

IV) considerar a Solicitação do Congresso Nacional atendida e arquivar os presentes autos, após a comunicação da deliberação do colegiado à Presidência do Senado Federal, nos termos do art. 17, inciso II, da Resolução-TCU 215/2008."

É o Relatório.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

O Exmo. Senhor Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, encaminhou a este Tribunal a Resolução nº 31, de 8/8/2012, por meio do qual foi autorizada a operação de crédito firmada entre o Governo do Estado do Ceará e a empresa *MLW Intermed Handels – und Consultinggesellschaft für Erzeugnisse und Ausrüstungen des Gesundheits – und Bildungswesens GmbH* (MLW Intermed GmbH), no valor de até € 50.000.000,00, recomendando, além disso, a este Tribunal que proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da mencionada operação.

2. Preliminarmente, assinalo que a solicitação em apreço deve ser conhecida pelo TCU, com fundamento no art. 38, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 232, inciso I, do RITCU, registrando em acréscimo que o expediente está em consonância com a Instrução Normativa TCU nº 59, de 12/8/2009, que trata das operações de crédito externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, com garantia da União.

3. O montante advindo da operação de crédito em questão tem por finalidade financiar o “Projeto de Modernização Tecnológica do Estado do Ceará – Promotec”, razão da Exposição de Motivos 127/2012-MF, do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda (Peça 4, p. 2).

4. Em consonância com o Acórdão 2.328/2008-Plenário, fixou-se o entendimento de que: “a competência do Tribunal de Contas da União, no tocante às operações de crédito externo celebradas por pessoas jurídicas de direito público interno, com garantia da União, limita-se à fiscalização e controle das garantias prestadas pela última, sem interferência direta nas aplicações dos recursos pelo ente federado contratante, em homenagem ao Princípio Federalista e, por consequência, à autonomia dos entes federados, insculpida no art. 18, caput, da Constituição Federal”.

5. No que concerne ao mérito, à vista dos estudos e avaliações realizados pelos órgãos competentes acerca da operação sob exame (STN, Coren, Coaf), verifica-se no Relatório precedente que foram observadas as avaliações pertinentes e que o estado cumpre as metas estabelecidas no Programa de Ajuste e Reestruturação Fiscal, bem assim que a operação de crédito em questão não representa violação de acordo de refinanciamento firmado com a União, nos termos do inciso IV, do art. 5º, da Resolução SF 43/2001, destacando-se que o ente cumpre os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da Lei da Responsabilidade Fiscal.

6. Registro, por derradeiro, que, no âmbito desta Corte de Contas, a Instrução Normativa 59/2009 estabelece normas de tramitação e de acompanhamento das solicitações do Senado Federal acerca das resoluções de autorização das operações de crédito externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, com garantia da União.

7. Por tudo isso, em consonância com o que preceitua o art. 2º, § 3º, dessa Instrução Normativa, o TCU deve conhecer da solicitação e dar ciência ao Presidente do Senado Federal sobre os procedimentos já adotados e sobre os quais adotará para o acompanhamento da operação, dentre outros, sobre os previstos na Resolução TCU 215/2008, no que couber, de modo que pode considerar integralmente atendida a solicitação, que merece ser arquivada, na forma proposta.

Ante todo o exposto, proponho que o Tribunal adote a Deliberação que submeto a este Plenário.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 12 de março de 2014.

ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Relator

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O **Aviso nº 15, de 2014**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 251, DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, item 12, do Regimento Interno, que o Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2012, seja apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais – CAS, além das comissões constantes do despacho inicial.

Justificação

O Projeto de Lei do Senado no. 367, de 2012, propõe a revogação do inciso XXXII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Esse inciso permite a dispensa de licitação na contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde - SUS.

O despacho da presidência do Senado na distribuição inicial desse projeto contemplou apenas a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ao propor a revogação do mencionado inciso XXXII, o Projeto de Lei no. 367/2012 simplesmente destrói a base legal de sustentação da nova política de compra de medicamentos e vacinas que vem sendo executada pelo governo federal com excelentes resultados econômicos, tecnológicos, financeiros e sociais.

Com efeito, a inserção do inciso XXXII na Lei no. 8.666/1993 – a chamada Lei de Licitações – permitiu modernizá-la e adaptá-la aos objetivos do Plano Brasil Maior, que vem sendo desenvolvido pelo governo federal. Destacamos entre os objetivos principais desse plano, os seguintes: utilizar o poder de compra do setor público para fortalecer a produção nacional, reduzir preços dos produtos adquiridos, promover a isonomia competitiva com empresas estrangeiras, fortalecer a inovação e pesquisa tecnológica nacionais, contribuir para a desoneração tributária e ampliar a contratação de produtos estratégicos para inovação em saúde.

Para atingir os objetivos do Plano Brasil Maior o governo federal está executando, de forma inovadora e com grande sucesso, o programa Parcerias para Desenvolvimento Produtivo – PDPs.

Por meio das PDPs estão sendo mobilizados laboratórios públicos e privados sediados no País para a formação de parcerias empresariais que realizam a internalização e domínio de tecnologias inovadoras, bem como a produção de insumos e de novos medicamentos e vacinas de ampla utilização pelo SUS. Fica claro assim que essas parcerias beneficiam principalmente as camadas mais carentes da população, que antes não tinha acesso a esses produtos em razão do seu elevado preço ou por serem somente obtidos via importação.

Em termos numéricos estão em funcionamento ou em processo de formação 70 parcerias, sendo 53 com laboratórios privados e 17 com laboratórios públicos. Estão em processo de fabricação 77 produtos, dos quais 64 são medicamentos, 6 são vacinas, 4 são produtos para saúde e 3 estão em fase de P&D.

AS PDPs em funcionamento trouxeram economia de R\$ 7,7 bilhões por ano no montante das compras do setor público. Desse total, 50% referem-se a produtos biotecnológicos, proporcionando redução da ordem de US\$ 3 bilhões no déficit da balança comercial, sendo US\$ 1,5 bilhão referente ao item tecnologia.

A produção de medicamentos biológicos – que constitui o futuro da indústria farmacêutica no mundo – representa importante janela de oportunidade que se abre para a indústria farmacêutica nacional. Com efeito, a aquisição de produtos biológicos corresponde a 50% do gasto total do governo com compra de medicamentos.

A realização de parcerias para o desenvolvimento de produtos biológicos é, pois, estratégica para possibilitar às empresas nacionais atender essa demanda, além de proporcionar a mencionada economia de divisas da ordem de US\$ 1,5 bilhão ao final da implantação dos projetos.

Pelas razões expostas, torna-se imprescindível a apreciação do Projeto de Lei do Senado no. 367, de 2012, pela **Comissão de Assuntos Sociais**.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2014. – Senador **Romero Jucá**.

REQUERIMENTO Nº 252, DE 2014 – PLEN

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 255, II, c, 12, c/c art. 215, *caput*, todos do Regimento Interno do Senado Federal, que o **PLS nº 367, de 2012**, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “Revoga o inciso XXXII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui

normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, **seja submetido à oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**, além da constante no despacho inicial.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2014. – Senador **Humberto Costa**.

REQUERIMENTO Nº 253, DE 2014 - PLEN

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 255, II, c, 12, c/c art. 215, *caput*, todos do Regimento Interno do Senado Federal, que o **PLS nº 367, de 2012**, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “Revoga o inciso XXXII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, **seja submetido à oitiva da Comissão de Assuntos Sociais (CAS)**, além da constante no despacho inicial.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2014. – Senador **Humberto Costa**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a cheia do rio madeira continua afetando municípios do Amazonas e deixou, esta semana, mais de 15 mil alunos sem aula na zona rural e urbana no município de Humaitá a 590 km de Manaus, uma das cidades mais atingidas pelas inundações. É lamentável que isto esteja acontecendo, já que dez cidades decretaram estado de emergência em função dos transtornos e prejuízos que a população vem sofrendo devido ao alto volume de chuvas.

Segundo a defesa civil municipal de Humaitá, 90% das unidades de ensino estão com as atividades suspensas. Ao todo, 14.490 pessoas estão desabrigadas. Além disso, a população ainda enfrenta o desabastecimento de gás, energia, combustível e diversos itens da cesta básica.

Ao todo, já são 24 municípios no Amazonas enfrentando a cheia. Não só no rio madeira, mas em quase todos os rios da região. São várias cidades em situação de emergência como: Manicoré, Novo Aripuanã, Borba, Nova Olinda do Norte, Humaitá, Guajará, Ipixuna e Envira, Boca do Acre, Pauini, Canutama, Lábrea e Apuí. Dois municípios estão em alerta: Eirunepé e Autazes; e nove municípios estão em situação de atenção: Parintins, Barreirinha, São Sebastião do Uatumã, Nhamundá, Urucará, Boa Vista do Ramos, Maués, Itacoatiara e Urucurituba. A quantidade de pessoas afetadas ultrapassou 66 mil, com mais de 13 mil famílias envolvidas.

Sabemos que este fenômeno acontece todos os anos, mas em 2014 está sendo diferente. As chuvas vieram mais intensas e em maiores quantidades. Segundo o serviço geológico do Brasil, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, a situação calamitosa tem sido ocasionada pelo volume excepcional de chuvas na cabeceira dos rios, que ficam na Bolívia. E, infelizmente, o volume total das águas pode ser ainda maior, uma vez que as enchentes vão até o mês de maio.

O Governo do Estado do Amazonas, por meio do subcomando de ações de proteção e defesa civil do Amazonas, informou ter enviado aos municípios afetados pela cheia, cerca de 150 toneladas de alimentos não perecíveis, 20 mil kits de higiene, cinco mil kits de dormitório (colchões, rede, lençóis, travesseiro e cobertor), 50 mil litros de água mineral, 10 kits com 19 itens de medicamentos, 200 caixas de hipoclorito de sódio, 50 barracas de campanha para os desabrigados, além do suporte de combustível, gás e transporte para logística.

Sr. Presidente, o que aconteceu este ano não é novidade. Isto ocorre todos os anos. O volume de água, no entanto, foi ainda maior do que o esperado. É necessária uma política de prevenção, orientação e ajuda a estas populações ribeirinhas.

Será que não é possível fazer ações preventivas no intuito de minimizar os danos causados pelas cheias no Amazonas? Sim, e os governos municipais, estadual e federal estão fazendo isto. É uma ação conjunta de planejamento, gestão e orientação emergencial. Uma ação importante para garantir o socorro às famílias atingidas pela enchente mais rapidamente, além de identificar áreas que já sofrem alagações constantemente, evitando que famílias se instalem nestes locais.

O que ocorre em nosso Amazonas é um desastre, uma calamidade. O povo sofre todos os anos, pois perde suas casas, suas roupas, seus móveis e utensílios, ficam à míngua, aguardando a ajuda do governo que, muitas vezes, não chega a tempo e a contento. Muitos, infelizmente, perdem a vida.

Obtive a informação que há mobilização da Associação Amazonense de Municípios (AAM) junto ao governo federal para a obtenção de recursos.

A AAM disse que irá promover uma reunião técnica com a defesa civil estadual e a companhia de pesquisa de recursos mineiras (CPRM) para planejar ações e reavaliar requisitos e documentações necessárias

para solicitar o auxílio financeiro do governo federal para o atendimento aos desabrigados e recuperação da infraestrutura afetada pela cheia.

O Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) também anunciou a criação de um gabinete de crise dentro do órgão para o enfrentamento de desastres ambientais. Reunindo membros do ministério público, da defensoria pública e da Ordem dos Advogados do Brasil, além do próprio tribunal. A idéia é agilizar a tomada de ações pelo TJAM em situações de emergência, como identificação de vítimas, acolhimento de crianças órfãs, expedição de novos documentos, entre outras ações.

Quero me solidarizar com todas as famílias atingidas pelas cheias no Amazonas e dizer que estou lutando junto ao Governo federal para liberação de mais recursos para auxílio às vítimas. Até agora, o Ministério da Integração Nacional autorizou o repasse de R\$ 1.724.421,52 em recursos para ações de defesa civil ao Amazonas. A verba é destinada a ações de socorro, restabelecimento de serviços essenciais e assistência a vítimas das chuvas que atingiram o estado em 2014.

Era isso que tinha a dizer!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e Srs. Senadores que será realizada sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com a Ordem do Dia previamente designada.

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, DE 2013-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 223, de 2014)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2013- Complementar, do Senador Vital do Rêgo, que estabelece normas gerais sobre o processo administrativo fiscal, no âmbito das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (assegura o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo fiscal).

Parecer sob o nº 1.356, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2 - CCJ, que apresenta.

(Dependendo de parecer da CCJ sobre as emendas de Plenário)

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, DE 2011

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Henrique, que revoga o inciso I do art. 49, acrescenta inciso ao art. 52 e altera a redação do inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal, a fim de tornar privativa do Senado Federal a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais.

Parecer sob nº 269, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, com a Emenda nº 1 -CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador Roberto Requião.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 2013

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Agripino, que altera os incisos XIX e XX do art. 37 e o art. 88 da Constituição Federal, para determinar que a criação e extinção de órgãos, Ministérios ou entidades da Administração Pública seja frita mediante lei complementar.

Parecer nº 1.266, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2009 - COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2009-Complementar (nº 59/1999, na Casa de origem, da Deputada Nair Xavier Lobo), que estende a estabilidade provisória prevista

na alínea “b” do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.

Pareceres favoráveis, sob n°s 2.547 e 2.548, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora: Senadora Fátima Cleide; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2003 - COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2003 -Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que autoriza o Poder Executivo a criar a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Pareceres sob n°s 399 e 1.387, de 2009, das Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com as Emendas de n°s 1 e 2 - CCJ, que apresenta; e

- de Desenvolvimento Regional e Turismo (em audiência, nos termos do Requerimento nº 737, de 2009), Relator ad hoc: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto e as Emendas n°s 1 e 2-CCJ, apresentando, ainda, a Emenda nº 3-CDR.

6

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 32, DE 2013

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 32, de 2013, do Senador Cristovam Buarque, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Azerbaijão e dá outras providências.

Pareceres favoráveis sob n°s 1.176 e 1.177, de 2013, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin; e Diretora, Relatora: Senadora Angela Portela.

7

REQUERIMENTO Nº 1273, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.273, de 2013, dos Senadores Eduardo Braga e Luiz Henrique, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 418, de 2012, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (direito dos quilombolas à propriedade das terras).

8

REQUERIMENTO Nº 1275, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.275, de 2013, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2008 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2009), por regularem matéria correlata (adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante).

9

REQUERIMENTO Nº 1276, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2013, do Senador Cyro Miranda, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).

10

REQUERIMENTO Nº 1277, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1277, de 2013, do Senador Cícero Lucena, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).

11

REQUERIMENTO Nº 1315, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.315, de 2013, do Senador Humberto Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2009, além das Comissões constantes do

despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias).

12**REQUERIMENTO Nº 1332, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.332, de 2013, do Senador Armando Monteiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).

13**REQUERIMENTO Nº 1337, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.337, de 2013, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 422, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (inclusão do aviso prévio indenizado no salário-de-contribuição).

14**REQUERIMENTO Nº 1338, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.338, de 2013, do Senador Cyro Miranda, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (denominação de rodovia).

15**REQUERIMENTO Nº 1344, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.344, de 2013, do Senador Cyro Miranda, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (adicional por serviço penoso ao professor).

16**REQUERIMENTO Nº 1378, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.378, de 2013, do Senador Alvaro Dias, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 288, de 2012; e 452, de 2013, por regularem matéria correlata (regimes de planos privados de assistência à saúde).

17**REQUERIMENTO Nº 1394, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.394, de 2013, do Senador Vital do Rêgo, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (criação do Fundo de Aval para Micro, Pequenas e Médias Empresas).

18**REQUERIMENTO Nº 1413, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.413, de 2013, do Senador Delcídio do Amaral, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (dispõe sobre o trabalho exercido a distância).

19**REQUERIMENTO Nº 84, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 84, de 2014, do Senador José Pimentel, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (dispõe sobre a formação dos professores de educação física).

20**REQUERIMENTO Nº 85, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 85, de 2014, da Senadora Ana Amélia, que solicita o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2012- complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, 180, 298, 414, e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 229, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538 e 719, de 2011; 113, 135 e 382, de 2012, todos complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (alteram a Lei de Responsabilidade Fiscal).

21**REQUERIMENTO Nº 113, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 113, de 2014, do Senador Paulo Paim, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (benefícios relativos ao transporte coletivo no Estatuto do Idoso).

22**REQUERIMENTO Nº 122, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 122, de 2014, do Senador Ruben Figueiró, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2009 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2007), com o Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008, por regularem matéria correlata (Lei dos Cartórios).

23**REQUERIMENTO Nº 124, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 124, de 2014, do Senador Cyro Miranda, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 728, de 2007, por regularem matéria correlata (honorários advocatícios no âmbito da Justiça do Trabalho).

24**REQUERIMENTO Nº 130, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 130, de 2014, do Senador Sérgio Petecão, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2011, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (prorrogação de acordo ou convenção coletiva de trabalho).

25**REQUERIMENTO Nº 225, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 225, de 2014, da Liderança do Bloco da Maioria, solicitando urgência, nos termos do art. 336, III, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2014 (cria cargos no STJ).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Obrigado a todos. Assim nós encerramos a sessão de hoje, e que Deus ilumine a todos nós.

Boa noite.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 20 minutos.)

ATAS

Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 627/2013

Ata da 1ª Reunião, realizada em 20 de novembro de 2013

Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 630/2013

Ata da 1ª Reunião, realizada em 2 de fevereiro de 2014

Ata da 2ª Reunião, realizada em 25 de fevereiro de 2014

Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 636/2013

Ata da 1ª Reunião, realizada em 12 de fevereiro de 2014

Ata da 2ª Reunião, realizada em 11 de março de 2014

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 627, DE 2013, PUBLICADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2013, QUE "ALTERA A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL RELATIVA AO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS - IRPJ, À CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, À CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP E À CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS; REVOGA O REGIME TRIBUTÁRIO DE TRANSIÇÃO - RTT, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 11.941, DE 27 DE MAIO DE 2009; DISPÕE SOBRE A TRIBUTAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA DOMICILIADA NO BRASIL, COM RELAÇÃO AO ACRÉSCIMO PATRIMONIAL DECORRENTE DE PARTICIPAÇÃO EM LUCROS AUFERIDOS NO EXTERIOR POR CONTROLADAS E COLIGADAS E DE LUCROS AUFERIDOS POR PESSOA FÍSICA RESIDENTE NO BRASIL POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA CONTROLADA NO EXTERIOR; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2013, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO Nº 06, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e oito minutos do dia vinte de novembro de dois mil e treze, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor Senador José Pimentel, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 627, de 2013, com a presença dos Senadores Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Paulo Davim, Cyro Miranda, Gim, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo e Ana Rita; e dos Deputados Afonso Florence, Cândido Vaccarezza, Eduardo Cunha, Manoel Junior, Onofre Santo Agostini, Walter Ihoshi, Mendonça Filho, Márcio França, Humberto Souto, Alex Canziani, Waldir Maranhão, Wellington Roberto e Félix Mendonça Júnior. Registra presença o Deputado Júnior Coimbra, parlamentar não membro da Comissão. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Senador Walter Pinheiro e do Deputado Cândido Vaccarezza para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Senador Walter Pinheiro, Presidente eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Deputado Eduardo Cunha como Relator. Fazem uso da palavra os seguintes parlamentares: Senador Francisco Dornelles, o Deputado Eduardo Cunha, o Deputado Manoel Junior e o Senador José Pimentel. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e dois minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual, Senador José Pimentel, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.



Senador JOSÉ PIMENTEL
Presidente eventual

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE)

– Boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 627, de 2013.

Está instalada a Comissão.

Informo que, de acordo com o disposto no §1º do art. 3º da Resolução nº 1, de 2002, que estabelece o rodízio da direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob responsabilidade do Senado Federal e, a relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Há acordo de Lideranças para a indicação da Presidência, da Vice-Presidência, da relatoria, e o bloco, que cabe ao Relator revisor, pediu um tempinho para fazer as tratativas últimas internas. Como a nomeação do Relator revisor e do Relator da matéria é uma competência do Presidente da Casa, nós podemos instalar a Comissão. Em seguida, o Presidente, ou a Presidenta, que vai ser eleito por acordo, nomeará o Relator e nós, em seguida, tão logo o bloco que cabe ao Relator revisor chegue à definição, porque não se reuniu ainda, ou a Presidente ou a Presidenta tomará a decisão.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, sendo indicado para Presidente o Senador Walter Pinheiro e para Vice-Presidente o Deputado Cândido Vaccarezza. Aqui foi feito um acordo, para não ficar dois baianos.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição por aclamação.

Todos de acordo?

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o procedimento de votação por aclamação.

Está eleito, como Presidente, o Senador Walter Pinheiro, e, como Vice-Presidente, o Deputado Cândido Vaccarezza.

Convido os dois para tomarem posse e dar continuidade aos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Primeiro, quero agradecer aqui ao Senador José Pimentel pela condução dos trabalhos e o apoio por parte de todos os membros desta Comissão, por aclamação, para a eleição nossa da Presidência e da Vice-Presidência, o nosso companheiro, Deputado Cândido Vaccarezza.

É uma honra, Senador Dornelles, comandar aqui este Colegiado, tendo V. Exª como membro.

Então, já de posse do cargo de Presidente, quero abrir os trabalhos desta Comissão. Portanto, já como Presidente eleito, faço, como primeira tarefa aqui, a designação do nosso Relator, o Deputado Eduardo Cunha, para que ele possa assumir as tarefas, eu diria, a tarefa até mais difícil, que é a tarefa de juntar as diversas opiniões e desejos, vontades e, claro, as boas contribuições ao relatório.

Como não há, ainda, a indicação por parte do Bloco, que terá a prerrogativa de indicar o Relator revisor, designo, neste momento, como Relator desta Comissão o Deputado Eduardo Cunha. Portanto V. Ex^a, devidamente designado, tem a palavra.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP - RJ) – Por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Pois não, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP - RJ) – Eu queria cumprimentar a Comissão pela designação de V. Ex^a e do Deputado Vaccarezza a Presidente e a Vice-Presidente desta Comissão, que vai tratar de assunto extremamente complexo, e cumprimentar V. Ex^a pela decisão de indicar como Relator o Deputado Eduardo Cunha, que, pela sua competência e capacidade de trabalho, tem todas as condições para fazer um brilhante relatório da matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Faremos isso, inclusive, com a participação de V. Ex^a aqui como membro desta Comissão. Então, esta é uma tranquilidade que todos nós temos aqui desde a condução, e creio, Deputado Eduardo Cunha, até o relatório.

Com a palavra o Relator.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, queria agradecer ao Presidente, cumprimentá-lo pela eleição e agradecer a designação da relatoria.

Esta matéria, Ministro Dornelles, é de extrema relevância. Pelo conteúdo, eu, como Líder da Bancada do PMDB na Câmara, escalei para esta Comissão, talvez, os nossos grandes quadros da matéria, além do Deputado Manoel Júnior, o Deputado Eliseu Padilha, o Deputado Sandro Mabel, para que possamos ter um time bom. Até pela dificuldade que teríamos de arbitrar uma relatoria, preferimos nós mesmos assumir a relatoria para que possamos, juntos com essa equipe do PMDB, produzir junto com todos vocês um relatório apropriado para esse tema.

Sabemos da sua complexidade, sabemos que vamos ter que fazer muitos debates, sabemos que são matéria polêmicas e que vamos ter que toda a paciência. Ela não será votada este ano, provavelmente só depois da volta da próxima legislatura, mas alguns dos seus efeitos vão ser produzidos já agora, dia 29 de novembro. Então, há um impacto bastante relevante. Há uma parcela da

medida provisória que trata de adaptação do sistema contábil; outra, do regime tributário em transição; outra, da regulamentação sobre o lucro no exterior, além de propostas de Refis, que essas, sim, já serão implementadas agora, em 29 de novembro.

É uma matéria complexa, Presidente. Eu tenho certeza de que temos uma comissão, pelo que estou vendo aqui, de brilhantes quadros fora do PMDB. Estou vendo que, dos outros partidos, colocaram excelentes quadros aqui, para que possamos, com a experiência de todos, tentar construir um relatório de consenso e, nesse consenso, produzir o melhor que seja para o País.

Mesmo com a minha pouca disponibilidade de tempo, Senador Walter, por causa da Bancada do PMDB, eu preferi essa posição para que, durante o período de recesso, provavelmente em janeiro, possamos construir um debate de estudos. Independente dos debates que vamos promover de audiência pública, vou apresentar um roteiro de trabalho, na próxima reunião, para que possamos votar. Provavelmente, os senhores e senhoras vão apresentar as suas propostas de audiência pública. Todas são muito bem-vindas, não importa de quem nem quem venha. Eu acho que o debate é isso, deve ser aberto. Uma mínima experiência de quem quer que seja é o suficiente para agregar algo de positivo ao relatório. O objetivo é construir um relatório que atenda à sociedade, atenda a todos nós, e possamos produzir o consenso no Parlamento, para que esta matéria, com muita relevância, seja levada, sem sobressaltos, aos plenários da Câmara e do Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Obrigado.

Passo a palavra ao Deputado Manoel Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Junior. PMDB - PB) – Sr. Presidente, quero cumprimentar e parabenizar V. Ex^a, o Deputado colega Vaccarezza, pela composição da Mesa, dizer que é uma honra poder participar desse grupo seletor aqui indicado pelo Líder do PMDB, que me deu essa confiança, e tentarmos juntos, aqui, produzir um relatório conciso, eficiente, em favor do Brasil.

Parabéns a V. Ex^a pela condução.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Obrigado.

Eu quero aproveitar, meu caro Deputado Eduardo Cunha, já que nós estamos instalando a Comissão também num período em que todos nós já estamos nos preparando para outro foco extremamente concentrado, mas com um grau de intensidade razoável, que é a nossa peça orçamentária.

Creio que todos nós teremos muitas tarefas. Eu até, particularmente... Essa foi uma das coisas que eu disse ao meu partido no que diz respeito a esta Presidência, porque até o dia 20 ou 19 de dezembro eu vou estar completamente envolvido lá na Comissão de Orçamento. Estava fazendo isto

agora ali, a discussão da LDO, para ver se é possível votá-la hoje à noite. Então, a ideia é que nós efetivamente tenhamos trabalho já na volta do recesso.

Mas eu queria sugerir aos membros da Comissão que, se eles tiverem sugestões quanto a audiências, propostas e debates, que as enviassem já para esta Presidência para nós prepararmos tudo, até porque não teremos condição nenhuma de promover nessas semanas que faltam para o encerramento dos trabalhos um conjunto de audiências. Pela inviabilidade até da agenda e até pela participação de outrem, ou seja...

Então, se o pessoal mandar as sugestões, eu preferiria, Deputado Eduardo Cunha...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Presidente, eu queria propor, se fosse possível, já que nós temos ainda umas quintas-feiras pela manhã.... Nas próximas três quintas-feiras pela manhã, se quiséssemos, teríamos condições de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É, se o pessoal enviar... Poderíamos fazer o seguinte: o pessoal envia as sugestões e eu convoco uma reunião para quinta-feira, não esta agora, mas de amanhã a oito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Na terça é melhor? O problema da terça é que há uma concorrência aqui de manhã que não é garapa, viu? Com CAE, com... Estou dizendo um pouco da nossa vida aqui no Senado... E, às 14h30min da terça, eu tenho a Comissão de Orçamento. Chamo atenção para o fato de que nós vamos estar no limite lá entre relatório preliminar, apreciação de emendas – espero que possamos abrir o prazo para as emendas já esta semana. Então, eu acredito que, talvez...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Pode ser. Vamos ver para deixar para uma terça-feira. Vamos avaliar a chegada dessas propostas. Se nós recebermos uma quantidade razoável, eu já chamo para esta terça; se não, podemos fazer na outra terça...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Pode ser na outra quinta às 9 horas.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Quinta às 9 horas? Então, está bom.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Aqui nós temos duas funcionando, mas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Dá trabalho, quinta aqui é... Tem a CRA e tem a...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Presidente, eu estou com a reunião da bancada do PMDB começando agora e precisaria me ausentar. Se houver alguma dúvida, estou à disposição...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não, o que eu quero propor é isso... Vamos fazer o seguinte. Vamos ver como é que chegam as demandas? Tendo isso, eu convoco para a próxima quinta, de amanhã a oito, ou, se porventura nós tivermos baixa demanda, eu adio para a terça seguinte.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Acho que quinta-feira podemos fazer, eu acho que teremos facilidade...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Acho que podemos fazer às 14 horas.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Tá bom. Obrigado, Presidente.

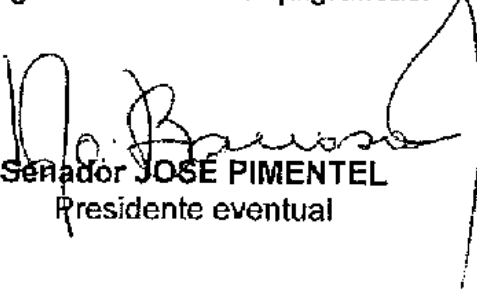
O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão.

Ficamos no aguardo para a próxima convocação.

(Iniciada às 14 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 2 minutos.)

ATA DA 1ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 630, DE 2013, PUBLICADA EM 24 DE DEZEMBRO DE 2013, QUE "ALTERA A LEI Nº 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011, QUE INSTITUI O REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - RDC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE FEVEREIRO DE 2014, ÀS 14 HORAS E 40 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia doze de fevereiro de dois mil e quatorze, no Plenário número 9 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência eventual do Senhor Senador José Pimentel, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 630, de 2013, com a presença dos Senadores Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Vital do Rêgo, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Gim, Walter Pinheiro, Angela Portela e Eduardo Lopes; e dos Deputados Paulo Pimenta, José Guimarães, Eliseu Padilha, Manoel Junior, Fernando Francischini, Arnaldo Jardim, Jovair Arantes, Pedro Uczai, Danilo Forte, Guilherme Campos, Waldir Maranhão e Glauber Braga. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Deputado Eliseu Padilha e do Senador Eunício Oliveira para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Deputado Eliseu Padilha, Presidente eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa a Senadora Gleisi Hoffmann como Relatora e o Deputado José Guimarães como Relator Revisor. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual, Senador José Pimentel, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.



Senador JOSÉ PIMENTEL
Presidente eventual

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE)
– Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 630, de 2013.

Informo que, de acordo com o disposto no §1º do art. 3º da Resolução nº 1, de 2002, que estabelece o rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados. Foi indicado para ser Presidente da Comissão o Deputado Eliseu Padilha, aqui presente.

Para a relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal, foi indicado o Senador Eunício Oliveira.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, portanto, vamos fazer por aclamação.

Os Srs. Parlamentares que concordam com a aprovação por aclamação do Deputado Eliseu Padilha para ser nosso Presidente e do Senador Eunício Oliveira para ser nosso Vice-Presidente permaneçam como estão.
(Palmas.)

Aprovado.

Convido...

O SR. ELISEU PADILHA (PMDB - RS. *Fora do microfone.*) – Mas eu tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE)
– Pois não.

O SR. ELISEU PADILHA (PMDB - RS. *Fora do microfone.*) – Eu tenho impedimento regimental. Eu estou no exercício do mandato, mas eu sou suplente. Suplentes não podem presidir...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE)
– O Regimento Comum não trata dessa matéria. O Regimento do Senado é o que se aplica e o Regimento do Senado permite que suplente assuma a Presidência e a Vice-Presidência sem nenhum impedimento.

O SR. ELISEU PADILHA (PMDB - RS. *Fora do microfone.*) – Me sinto muito honrado, mas quero deixar claro que nós corremos o risco.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE)
– Mas o Regimento do Senado permite.

Portanto, declaro empossado o Deputado Eliseu Padilha como Presidente desta Comissão e o Senador Eunício Oliveira como Vice-Presidente.

Passo a palavra ao nosso Presidente eleito para que ele designe o relator e o revisor.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Padilha. PMDB - RS) – Inicialmente tenho que registrar, com letras garrafais, a satisfação e a alegria pela distinção; por outro lado, desde logo, deixar muito bem registrada a responsabilidade.

É claro que a composição com a relatoria e a relatoria revisora dá tranquilidade a quem porventura tenha que presidir esta Comissão.

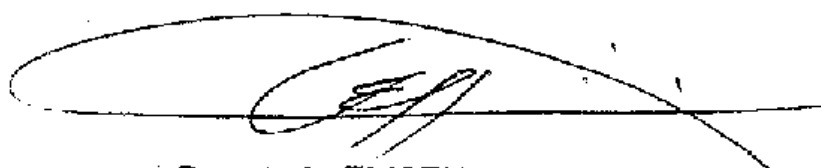
Por isso, quero, desde logo, designar, cumprindo o que foi pactuado entre as lideranças, como Relatora a Senadora Gleisi Hoffmann e como Relator revisor o Deputado José Guimarães.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 53 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 630, DE 2013, PUBLICADA EM 26 DE DEZEMBRO DE 2013, QUE ALTERA A LEI Nº 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011, QUE INSTITUI O REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - RDC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2014, ÀS 14H30MIN, NO PLENÁRIO Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Deputado Eliseu Padilha, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 630, de 2013, com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Humberto Costa e Angela Portela; e dos Deputados Paulo Pimenta, José Guimarães, Pedro Uczai, Manoel Junior, Danilo Forte, Guilherme Campos e Arnaldo Jardim. O Presidente passa a palavra à Relatora, Senadora Gleisi Hoffmann, a qual propõe apresentar o Relatório no dia doze de março de dois mil e quatorze para apreciação na Comissão. Fazem uso da palavra os seguintes parlamentares: Senadora Gleisi Hoffmann, Deputado Arnaldo Jardim, Deputado Pedro Uczai, Senador José Pimentel, Deputado José Guimarães e Deputado Danilo Forte. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e dezessete minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Eliseu Padilha, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de notas taquigráficas.



Deputado ELISEU PADILHA

Presidente

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Padilha. PMDB - RS) – Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, constatando a existência do número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista, destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 630, de 2013.

Esta nossa reunião, que efetivamente, sob o ponto de vista do trabalho, é a primeira, destina-se à definição dos trabalhos do seu possível cronograma e das providências que poderemos ou não adotar aqui na Comissão, para que possamos ter a correta e devida apreciação da medida provisória.

Sem maiores delongas, passo a palavra a Senadora Ministra Gleisi Hoffmann, que recebeu a incumbência de relatar esta tão importante medida provisória.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Deputados aqui presentes, na realidade, eu queria rapidamente só externar, primeiro, que nós já tivemos o parecer da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal. A matéria está de acordo. Recebemos 30 emendas à proposição no prazo regimental, já estamos trabalhando no relatório, e a minha proposta, Sr. Presidente, era apresentar o relatório até o dia 11 de março, a semana logo após o carnaval, para que a gente pudesse, no dia seguinte, portanto dia 12, se entender pertinente V. Ex^a, marcar a reunião para apreciação do relatório e discussão e votação do mesmo. É a proposta que eu traria a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Padilha. PMDB - RS) – Veja, com a objetividade e a profundidade que tem caracterizado a nossa Ministra, ela nos dá a possibilidade de termos no dia 12 já, a nossa reunião para discussão e votação do relatório, caso não surja alguma proposta do Plenário que possa pensar em uma audiência pública ou em outras providências que possam aprimorar o trabalho que eu já, desde logo, sei que será de alta qualificação, que nós vamos conhecer, então, dia 12.

Consulto o Plenário se nós podemos observar essa cronologia, em tese, aqui proposta pela nossa Relatora Ministra. Em havendo a concordância do Plenário...

Está com a palavra o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS - SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srª Senadora, Srs. Parlamentares.

Da proposta feita pela Relatora, acho que até não cabe uma discussão, porque não sei se é necessariamente uma decisão coletiva. É o ritmo de trabalho que a própria Relatora se impôs e propôs a nós da Comissão.

A senhora está nos propondo que dia 11 apresente o relatório, e propondo imediatamente que ele seja debatido e eventualmente votado dia 12. Estaremos aqui. Quero só, de forma muito franca, dizer: acho que há momentos que a gente gasta um pouco de tempo e facilita depois o trabalho. Portanto, sem

ter uma proposta, eu pensei que a Relatora pudesse propor algo do seguinte tipo: que tivéssemos um momento em que setores interessados pudessem vir participar. Estamos falando do RDC. Temos um conjunto de entidades que estão discutindo a questão toda das licitações, da forma como se faz. Aqui mesmo, no Senado Federal, temos um trabalho que está sendo conduzido pela Senadora Kátia Abreu, de aprimoramento da Lei de Licitações. Então, acho que seria bom, acho que poderia ajudar a própria Relatora e esta Comissão que tivéssemos um determinado momento – podia ser, por exemplo, no próprio dia 11 pela manhã, de repente – para escutar alguns segmentos, ouvi-los.

Ministra, e estou falando agora com a Ministra mais do que com a Senadora, se me permite: é bom, ajuda. Eu não vou me mover aqui... Conhece bem o nosso querido Senador José Pimentel o espírito com que eu, particularmente, me conduzo nessas comissões, para buscar debater, discutir com profundidade, nenhum ânimo de nenhuma natureza partidária e muito menos obstrucionista, mas acho que termos um espaço como esse é bom.

A senhora está dizendo, por exemplo, que já tem até uma manifestação da Consultoria de Orçamento.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Do Senado.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS - SP) – Se ela for simplesmente singela no sentido de que não há nenhum óbice do ponto de vista do orçamento, acho que aí pouco acrescentaria; se ela tiver alguma coisa de conteúdo sobre a proposta, de repente poderíamos nós receber isso anteriormente. Enfim, vamos construir um processo de convergência.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Padilha. PMDB - RS) – Com a palavra, Relatora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sem problema, Deputado. Acho que todo debate, toda discussão a respeito de uma matéria é bem-vinda. Pautei-me aqui pelo tempo que essa matéria já tramita na Casa. Ela foi enviada no final do ano passado, é um instituto já conhecido, teve já um debate prévio quando foi instituído o regime para a Copa e para as Olimpíadas, depois tivemos mais duas oportunidades, se não me engano, também de discutir essa matéria em medidas provisórias que estendiam a obras da educação, da saúde.

Agora estende a uma obra que achamos de grande relevância, inclusive vem ao encontro de uma necessidade de resposta do momento, que é a utilização do RDC para organismos prisionais. Precisamos de agilidade para essas obras também. Isso já estava em discussão no Governo há algum tempo. Amadurecemos para encaminhar dessa maneira. Então, me pautei exatamente por isso, entendendo que o Congresso já tinha um acúmulo nessa discussão, mas nada obsta, Deputado, que possamos fazer essa oitiva. Não tenho nada em contrário. Acho que podemos ouvir, sim, porque a medida em tela, além de estender para os institutos prisionais, ela também fala sobre o RDC integrado. Faz algumas modificações que, parece, eram até reivindicações desta Casa, para que

tivéssemos mais foco, mais restrição, quando se falasse em RDC integrado, e o Governo está respondendo a isso. Não vejo problema algum.

Só acho que não podemos ter com essa matéria o mesmo tempo que estamos dedicando à discussão da Lei nº 8.666. São matérias separadas, situações separadas, outro tempo, para que não se faça desta discussão uma discussão apêndice daquela ou vice-versa e acabe dando problema.

Então, da forma como V. Ex^a propõe, de fazermos uma conversa aberta na quinta-feira, no momento de apresentação do relatório... A reunião do dia 12 é para discutir; se nós acharmos que não está maduro o suficiente o processo de discussão, nós podemos prolongar. Enfim, não tenho problema em relação a isso. Só considere o histórico da matéria nesta Casa para propor uma avaliação mais rápida.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Padilha. PMDB - RS) – Concedo a palavra ao Deputado Pedro Uczai.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – Sr. Presidente, Sr^a Relatora, acho que temos o bom momento de discutir este tema, de um histórico que já está sendo vitorioso nesta Casa e no Governo. Tive o privilégio de ser o Relator da Medida Provisória nº 559, que introduziu o RDC do PAC, que já tem uma experiência extremamente exitosa, não só na eficiência do tempo gasto para as licitações, mas também na redução e na economia dessas obras prioritárias na infraestrutura brasileira.

Tive o privilégio de ser o Relator da 570, do Brasil Carinhoso, em que introduzimos o RDC da educação, para acelerar a revolução necessária que precisamos fazer no País na área da educação, e a gente vai percebendo que o resultado é mais eficiência, mais celeridade e melhor qualidade inclusive das obras, quando se evitam alguns mecanismos da lei antiga, Lei nº 8.666, de 1993. E, depois, foi introduzido também na área da saúde, na Medida Provisória nº 580, em que tive o privilégio de ser o autor da emenda.

Então, tenho participado dessa discussão, fui prefeito da 8.666/93, acompanho as transformações do RDC e não tenho dúvida de que é um dos melhores mecanismos de modernização da gestão pública, da eficiência, da celeridade e da diminuição das formas subjetivas de fazer licitação.

Então, quero cumprimentar por esse cronograma, que dá condição para uma área tão clamorosa da sociedade brasileira, que é a segurança, que é o sistema prisional. Esta Casa precisa dar uma resposta também e, pelo RDC, vamos ter mais rapidez na licitação de obras tão importantes e tão fundamentais na área da segurança pública.

E até poderia, por escrito, o Ministério do Planejamento encaminhar a esta Casa e a esta Comissão, Sr. Presidente, à nobre Relatora, já o resultado dos demais mecanismos do RDC nas outras três áreas do Governo, além do RDC da Copa, o que vai dar uma dimensão e o tamanho do que se está transformando no País com esse instrumento.

Então, comungo deste cronograma e também de trazer os primeiros resultados positivos deste mecanismo de licitação no País.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Padilha, PMDB - RS) – Está aqui inscrito também o Deputado José Guimarães, mas vamos conceder a palavra ao nosso Líder José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Como o nosso Relator revisor está ali complementando um telefonema, Sr. Presidente, vou aproveitar para ganhar tempo.

Quero começar registrando que essas inovações de licitações através do processo de RDC têm-se demonstrado muito positivas, porque invertem-se as fases da licitação, e esse processo tem trazido simplificação e agilidade. Temos um problema grave na construção dos presídios de conhecimento de todos nós, e a licitação tem sido um dos pontos que têm dificultado um pouco esse processo.

As preocupações levantadas pelo nobre Deputado Arnaldo Jardim são procedentes, e poderíamos, nosso Presidente e nossa Relatora, fazer o seguinte entendimento: V. Ex^a apresenta o parecer no dia 11, conforme V. Ex^a sugere; no dia 12, faremos a discussão. Se, ao término, tivermos com o processo maduro para ser votado, votaremos. Se não, abrimos vista para fazermos os ajustes necessários nesse procedimento. Portanto, faríamos o compromisso da apresentação do relatório no dia 11. No dia 12, Sr. Presidente, abríamos a discussão. Ao término, se tivermos acordo e o processo estiver completo, votamos. Se não estiver, abrimos vista, com anuência da nossa Relatora para que possamos aprofundar.

Sobre as mudanças na Lei nº 8666, esse tema já está na Casa desde o final dos anos 90. Nosso Deputado Eliseu Padilha, quando Ministro, levantou muitas preocupações. Lembro-me de que V. Ex^a, nas audiências públicas – à época eu estava na Câmara – ponderava. O Executivo encaminhava, naquele período, um projeto de Lei. Em seguida, no governo Lula, veio também outra complementação. A Câmara se debruçou sobre tudo isso, aprovou um substitutivo global a vários projetos que estavam naquela Casa. Veio para o Senado, ainda na legislatura passada. Lembro-me de que, aqui, foi indicado o como Relator nesse período o Senador Eduardo Suplicy. Com a chegada da Senadora Kátia Abreu, foi criada uma subcomissão na Comissão de Assuntos Econômicos para tratar desse tema. Deve haver umas oito propostas apensadas ali. Ela está no esforço para ver se apresenta o substitutivo em que avança, incorpora muita coisa do RDC no que está propondo e elaborando. Faço parte desta subcomissão aqui, na CAE.

Portanto, nobre Deputado, acho que poderíamos dar um tratamento a essa medida provisória, sem prejuízo desse debate mais aprofundado, mais caloroso que estamos fazendo da nova Lei de Licitação, com olhar para as estatais.

A Constituição de 1988, o Constituinte de 1988, determinou que precisava haver regras diferenciadas para as estatais. Esse é um dos temas que o Senador está trabalhando. Temos aqui, parece-me, três projetos de lei sobre isso, um dos quais é do Presidente Sarney. O outro, do Senador Pedro Taques. Há aqui uma série deles sobre essa questão. Naquela subcomissão, ainda não temos

o acúmulo necessário para apresentar um substitutivo que dê conta de toda essa demanda.

A nossa Senadora Kátia Abreu tem pedido a todos nós para contribuirmos com as nossas sugestões, com debates, para que ela possa, no segundo semestre, concluir seu trabalho e conseqüentemente apresentar o substitutivo que será objeto de deliberação no plenário do Senado. Fatalmente, vai voltar para a Câmara Federal porque vamos fazer alterações em face dessa necessidade de um capítulo específico para as estatais, ou seja, das sociedades de economia mista e das empresas públicas.

Então, se V. Ex^a concordar com esse calendário, abrimos a discussão no dia 12 e, ao término, se não tivermos ainda um acúmulo suficiente, abrimos vista e damos um prazo maior para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Padilha. PMDB - RS) – Com a palavra, o Deputado José Guimarães, que é Relator Revisor.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) – Sr. Presidente, é para apenas dizer do esforço que fizemos ao discutir essa matéria. Não essa propriamente dita, mas, desde o início, quando relatamos esse tema. Para muitos, parecia algo impensável fazer o RDC para as obras da Copa.

Tudo começou – não é, Ministra Gleisi? – com o RDC das obras da Copa. Relatamos essa matéria lá na Câmara. Então, já há um acúmulo razoável. Penso que eu pretendo, Ministra, no momento da discussão do relatório mostrar o quanto essa Lei nº 8.666 está defasada. Uma lei do passado não pode dar conta do País de hoje, e, portanto, acho que esse plano de trabalho e, conseqüentemente, o relatório que V. Ex^a vai apresentar têm de sinalizar algo nesse sentido. É claro que é uma matéria específica, mas podemos agregar em torno delas tudo aquilo que acumulamos desde o início da discussão da MP que tratou das obras da Copa lá no início, quando esse debate ocorreu na Câmara Federal – muito tensionado, muito polêmico, mas muito importante quando abrimos aquele debate.

É evidente, Presidente, que, em qualquer mudança, sempre há um temor. Faz parte da cultura democrática brasileira, e, portanto, acho que vai ser um momento alto para fazermos esse debate.

Segundo, é uma sugestão. Claro que revisar algo, tendo como relatora uma Senadora com o seu perfil, Ministra Gleisi, não terá quase nada ou pouca coisa a revisar, até pelo que construímos. V. Ex^a na Casa Civil e eu, como Líder, construímos extraordinárias parcerias, sobretudo em matérias com forte teor programático para o País, e, portanto, há muita identidade sobre essa matéria naquilo que V. Ex^a vai produzir.

Apenas uma sugestão. Claro que foram apresentadas várias emendas, e era importante que, nesse processo, sobretudo nas emendas mais substantivas, logo após o carnaval, V. Ex^a pudesse, ou por meio das assessorias do Senador, dialogar com os proponentes.

Eu acho que podemos chegar, Líder Pimentel, com a matéria bem redonda, ao final, para oferecermos mais um passo adiante na necessidade que

temos de reformar a Lei nº 8.666. Aos poucos, estamos indo, mas tem de ter o momento, vamos dizer assim, do enterro final, no bom sentido, da mudança que a lei tem de proporcionar e que nós estamos produzindo aqui no Congresso.

Portanto, o meu espírito, Senadora, é para ajudá-la. Estou à disposição para contribuir para darmos o melhor nesse relatório que é fundamental para o País.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Padilha. PMDB - RS) – Concedo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (PMDB - CE) – Obrigado, Sr. Presidente. Srª Ministra Gleisi e demais companheiros, Senadores, Deputados e Deputadas, eu acho que o tema é muito mais do que oportuno. Acho que a questão segurança, hoje, está rondando a casa de todas as famílias brasileiras, nas mais distintas classes sociais. O Brasil inteiro hoje tem grande preocupação com a segurança pública, e um dos grandes motivadores da questão da impunidade muitas vezes é exatamente a falta de abrigo para essa marginalidade, que precisa da coerção do Estado, para, com isso, dar segurança às demais pessoas.

No Nordeste, temos uma prática comum e usual, que hoje se está extinguindo, que é exatamente de as famílias se reunirem nas calçadas no final da tarde, com a brisa do vento em Aracati, no interior do Ceará, exatamente para conversar e dialogar. Hoje, em muitas cidades do Nordeste, do Ceará, já não existe mais essa prática, importante inclusive para o convívio e para a cidadania das pessoas. E todas as iniciativas feitas em relação a essa matéria são importantes.

Eu acho que a matéria da MP 630 vai além da questão do RDC, que é um avanço com relação à forma de contratação da obra pública no País, sem sombra de dúvida. Ainda há muitas inseguranças com relação à contratação do RDC. Tentou-se, inclusive, agora nas obras de combate à seca a contratação via RDC, e houve uma frustração muito grande pela dificuldade com relação aos projetos básicos dos RDCs, mas acho que é preciso aprofundar o debate, buscando-se uma operacionalização capaz de tornar uma prática comum.

Há duas coisas no Brasil muito complicadas: uma delas, hoje, é contratar obra. Está praticamente impossível, devido aos excessos dos órgãos de controle e, ao mesmo tempo, à insegurança dos gestores, exatamente com relação à preocupação da veemência, da especificidade a que se chegam os detalhamentos, que transformam qualquer obra em obra sob suspeição, numa obra muitas vezes que se inviabiliza no seu processo construtivo, gerando aí canteiros e canteiros de obras inacabadas.

Acho que o Brasil precisa encarar isso de frente. O que o Deputado José Guimarães colocou aqui realmente é um fato, a gente precisa ter esse enfrentamento, porque, senão, vamos viver em canteiros de obra e a sociedade toda reclamando que ninguém consegue concluí-las exatamente porque temos uma legislação muito preciosa, cheia de detalhamentos com relação à formatação e à execução dessas obras e, por outro lado, um poder muito maior dos órgãos de controle com relação a isso.

Esse RDC é muito bem-vindo porque ela inova, traz nossas questões. Agora, neste caso específico das casas de detenção, eu acho que a gente tem também que cuidar do gerenciamento. Não é só construir o presídio, não é só construir a casa, mas também cuidar do gerenciamento, da fórmula da gestão de cada penitenciária, da cogestão, o que também já é uma evolução. Muitas vezes, o tamanho do Estado impede o gerenciamento. Para a contratação global, tanto para a obra como também para a gestão, por um período de dez, vinte, trinta anos, é possível fazer uma equação capaz de um setor privado ter uma participação mais efetiva no investimento. A gente sabe que não é só a contratação, assim como a gente sabe que os recursos de investimento no País estão muito pequenos. Com a demanda que nós temos, que é complexa, enorme, para melhorar a nossa logística a gente precisa também avançar no RDC no que diz respeito também à contratação do serviço da vigilância, da operacionalização, da alimentação, da hotelaria desses empreendimentos.

Eu inclusive apresentei uma emenda, a Emenda 19, que traz essa preocupação que eu acho que evolui e até ajuda, porque o setor privado pode muito bem participar desse gerenciamento dentro de um pacote fechado da construção e da operacionalização da casa de detenção nesse caso específico. A grande dúvida, a grande indagação é exatamente o que subsidiará, como garantia, para que o setor privado possa requerer os financiamentos necessários e, com isso, ter o lastro financeiro capaz de dar condição a esse financiamento, dar condição a esse investimento financeiro com esse retorno a longo prazo. A gente sugere, inclusive, que seja usado o Fundo Penitenciário Nacional, o Funpen, como lastro exatamente para garantir a operacionalização dessas operações financeiras capazes de viabilizar o investimento físico da obra civil da construção como também o gerenciamento com relação à hotelaria e à questão da segurança, que precisa ser complementar ao controle dessas casas de detenção.

Então, fiz a Emenda 19 e gostaria inclusive de, no momento oportuno, se a Relatora der oportunidade, fazer um debate mais aprofundado sobre isso, porque acho que é uma evolução para o País, já que temos uma demanda de investimento muito grande e o País hoje requerer financiamento para inclusive para esse investimento. Uma forma de você aprofundar a parceria com o setor privado é dar-lhe garantias de que, entrando nessa atividade como negócio, com a taxa de retorno garantida, ele poderá ser um parceiro do Estado tanto na parte da construção como na parte da operacionalização. Com isso, oportunizamos um maior número para suprir essa deficiência que o Brasil tem hoje com relação a abrigar os malfetores, essas pessoas que precisam suprir a questão da correição com relação a atos malfetos perante a sociedade brasileira. Então, acho que a gente avança com relação a essa questão e oportuniza inclusive uma fórmula financeira capaz de viabilizar esses investimentos.

O meu muito obrigado, Sr. Presidente, e boa sorte à nossa Relatora, Ministra Gleisi Hoffmann.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Padilha. PMDB - RS) – Bem, vamos ver se a gente consegue sumular.

Primeiro, regimentalmente, para que nós pudéssemos propor oitiva de quem quer que fosse, nós, neste momento, não teríamos condições, mas, diante a disponibilidade da Relatora, que tem disponibilidade total com relação ao relatório, ela pode, no curso da nossa discussão, resolver emendar o seu relatório tantas vezes quantas forem necessárias e pelo tempo que for necessário. Na medida em que ficou aqui pactuado que nós traremos, no dia 12, já algumas observações, quiçá opiniões, inclusive já contextualizadas ao relatório, se abre, desde logo, segundo o compromisso da própria Ministra Relatora, a possibilidade de nós dialogarmos e não obrigatoriamente termos a votação nesse mesmo dia. Claro! As circunstâncias é que vão determinar qual o melhor momento para nós termos o melhor texto.

São vários Deputados, e eu ouvi agora o Deputado Danilo Forte, que tem pretensões de incorporar algumas observações a maior no que diz respeito às casas prisionais e aos estabelecimentos de reeducação, no caso da infância e da juventude, e que seguramente terá uma manifestação por parte da Relatora, porque estamos adstritos ao RDC. Em tudo que formos sair do RDC, em princípio, nós não poderemos incorporar, por quê? Porque não dizem respeito, obrigatoriamente, fundamentalmente, àquilo que é a proposta, mas é claro que há espaço para que se condicione determinadas situações a alguma sugestão ou algumas sugestões, como aqui mencionadas pelo Deputado Danilo Fortes.

O SR. DANILO FORTE (PMDB - CE) – Não foge do escopo da matéria. Nós não estamos aqui colocando um objeto adverso, nem estamos aqui criando nenhuma jabuticaba, como se diz na linguagem popular. O que nós estamos fazendo aqui é complementando através do processo operacional para poder viabilizar do ponto de vista financeiro e administrativo os equipamentos. Até porque hoje a gente tem deficiência de força policial na rua. E nós temos uma força policial que cuida das penitenciárias até por uma questão de obrigação de Estado. Essa força poderia muito bem estar na rua no combate ao crime ostensivamente e aí deixar as casas de detenção e as casas de recuperação sob os cuidados da iniciativa privada – e é muito natural que isso aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Padilha. PMDB - RS) – O objetivo não era denúncia de jabuticaba, pelo contrário, era a elasticidade que procurava se dar a quem sabe condições... ficam condicionadas ao presente tais circunstâncias e, com isso, podem vir a ser contempladas, sim, se for o caso – a Relatora que saberá equacionar --, situações específicas do sistema.

Eu apenas, para descontrair um pouco, eu vi aqui "casa prisional", "estabelecimentos de reeducação", mas eu, mais até do que o Senador Pimentel – e os demais são mais jovens – sou do tempo em que se falava em casa de correição. Isso vem do império: as casas de correição, que, em tese, as pessoas que eram submetidas à correição por parte da sociedade iam para esses estabelecimentos e de lá voltavam mais corretas, porque era uma casa de correição.

Claro que, depois, no curso do tempo, essa história de voltar mais correto não ficou totalmente comprovado; nós acabamos tendo necessidade de melhorar o sistema.

Mas eu quero oferecer a palavra ainda à Relatora para que ela possa manifestar conclusivamente a sua opinião sobre tudo aquilo que nós aqui procuramos debater, mas eu registrei – aqui regimentalmente todo mundo conhece – que a Relatora pode, a qualquer tempo, rever o seu relatório enquanto ele não for votado.

Portanto, com a abertura que ela deu, acho que todas as propostas aqui estão contempladas.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu não tenho nenhuma controvérsia com o encaminhamento proposto. Podemos fazer dessa maneira. Eu só gostaria que a gente tivesse um termo final. No dia 12, faremos o debate; se não conseguirmos concluir, nós já temos um termo final para acertar o relatório, para votá-lo e deliberá-lo para que a gente possa cumprir os prazos regimentais que considero muito importantes, até para que a gente possa convalidar essa matéria, que já está valendo. Nós já começamos a ter execução de obras através do RDC, mesmo em estabelecimentos prisionais. O que eu posso fazer é, em relação aos Parlamentares que aqui estão e que apresentaram emendas, procurar conversar antes de apresentar o relatório.

Então, disponho-me, Deputado, a sentarmos e conversarmos e vermos de que forma podemos receber as propostas. Há muitas propostas que serão recebidas e que complementam a medida e trazemos o relatório mais ajustado, consensuado.

Agora se por acaso, houver alguma coisa que não venha ajustada no relatório, e os Parlamentares entenderem assim, nós abrimos um prazo para discutir. Não há nada impositivo aqui, nós vamos conversar muito para chegar a um bom consenso.

Espero que essa matéria saia da Casa com uma votação de unanimidade, ou seja, que possamos estabelecer o consenso em relação a ela.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Padilha. PMDB - RS) – Diante da manifestação da Relatora, eu, procurando interpretar a objetividade que ela colocou no início da sua manifestação, digo que temos aqui dois prazos que precisamos considerar para, quem sabe, fixarmos um prazo limite para que se possa votar.

A partir de 20 de março, caso ela não tenha sido votada, nós passaremos a ter trancamento de pauta em decorrência dela. De outra parte, o prazo final dela seria no dia 3 de abril. Portanto, 13 dias após. Então, bom seria se ela não trancasse pauta. Isso seria o ideal. Nós teríamos – seria uma sugestão – dia 19 de março para a votação aqui na Comissão. Com isso fugiríamos da obstrução, em decorrência dela, da pauta, porque tanto nos preza ter a pauta podendo ser utilizada.

Sim, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Era exatamente isso que eu iria sugerir: nós faríamos o debate no dia 12. Se for conclusivo, votariamos; se não, solicitaríamos, Sr. Presidente, com sua anuência, vista coletiva, voltando no dia 19 para concluir.

Acho que seria um calendário. Mas só no dia 12 a gente trataria do assunto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É dia de São José.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Padilha, PMDB - RS) – Consulto o Plenário se...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Aliás, tem dois Josés aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Padilha, PMDB - RS) – Se essa proposta do Senador Pimentel pode ser considerada como sendo o nosso pacto de ação? Esse é o nosso cronograma e com isso, seguramente, teremos condições de concluir.

Bem, alguém ainda tem interesse em alguma manifestação?
(Pausa.)

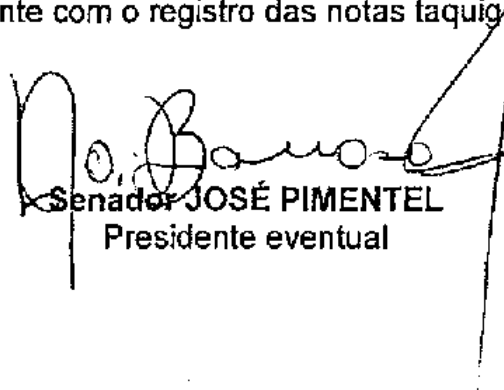
Fica convocada a próxima reunião para o dia 12 de março, às 14h30, em sala que será definida posteriormente.

Então, nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada a presente reunião e agradeço a todos.

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 17 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 636, DE 2013, PUBLICADA EM 26 DE DEZEMBRO DE 2013, QUE “DISPÕE SOBRE A LIQUIDAÇÃO DE CRÉDITOS CONCEDIDOS AOS ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA, CONCEDE REMISSÃO NOS CASOS EM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE FEVEREIRO DE 2014, ÀS 15H40, NO PLENÁRIO Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e quarenta e um minutos do dia doze de fevereiro de dois mil e quatorze, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência eventual do Senhor Senador José Pimentel, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 636, de 2013, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Ana Amélia, Wellington Dias, Gleisi Hoffmann, Gim, Luiz Henrique, Paulo Davim, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Vanessa Grazziotin, Angela Portela e Eduardo Lopes; e dos Deputados Marcon, Alceu Moreira, Júnior Coimbra, Raimundo Gomes de Matos, Fernando Francischini, Amaldo Jordy, Jovair Arantes, Assis Carvalho, Eudes Xavier, Manoel Junior, Guilherme Campos, Waldir Maranhão e Glauber Braga. Registram presença o Senador Eunício Oliveira e o Deputado Weverton Rocha, parlamentares não membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Deputado Júnior Coimbra e da Senadora Ana Amélia para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Deputado Júnior Coimbra, Presidente eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Senador Wellington Dias como Relator e o Deputado Padre João como Relator Revisor. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual, Senador José Pimentel e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.



Senador JOSÉ PIMENTEL
Presidente eventual

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 636, de 2013.

Informo que, de acordo com o disposto no §1º do art. 3º da Resolução nº 1, de 2002, que estabelece o rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Câmara dos Deputados e a relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal.

Informo que, conforme acordo de Lideranças, a Presidência dos trabalhos caberá ao Deputado Júnior Coimbra, aqui presente, e a Vice-Presidência à nossa Senadora Ana Amélia.

Como há acordo, eu consulto ao Plenário se podemos fazer a eleição por aclamação. *(Pausa.)*

Os Srs. Congressistas que concordam com a eleição do Deputado Júnior Coimbra para presidir os trabalhos e da Senadora Ana Amélia para a Vice-Presidência dos trabalhos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro, por aclamação, eleitos o Deputado Júnior Coimbra e a Senadora Ana Amélia, que estão empossados.

Passo a palavra ao Sr. Presidente para que dê continuidade aos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Júnior Coimbra. PMDB - TO) – Boa tarde a todos. Muito obrigado ao Senador José Pimentel, à Senadora Ana Amélia e ao Senador João Alberto.

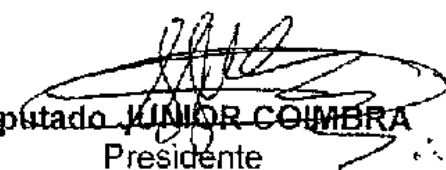
Designo como Relator e Relator revisor da Medida Provisória: o Sr. Relator Senador Wellington Dias e Relator revisor o Sr. Padre João.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 43 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 636, DE 2013, PUBLICADA EM 26 DE DEZEMBRO DE 2013, QUE “DISPÕE SOBRE A LIQUIDAÇÃO DE CRÉDITOS CONCEDIDOS AOS ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA, CONCEDE REMISSÃO NOS CASOS EM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2014, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e três minutos do dia onze de março de dois mil e quatorze, no Plenário número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Júnior Coimbra, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 636, de 2013, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Benedito de Lira, Wellington Dias, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Angela Portela; e dos Deputados Marcon, Manoel Junior, Guilherme Campos, Raimundo Gomes de Matos e Giovanni Queiroz. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e passa a palavra ao Relator da matéria, Senador Wellington Dias, o qual faz a leitura de requerimento de audiência pública, de sua autoria, para instruir a matéria. Usam da palavra os seguintes parlamentares: Deputado Giovanni Queiroz, Senador Waldemir Moka, Senador José Pimentel, Deputado Raimundo Gomes de Matos e Deputado Luiz Carlos Heinze. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e treze minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Júnior Coimbra, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.


Deputado JÚNIOR COIMBRA
Presidente

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Júnior Coimbra. PMDB - TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 636, de 2013.

Como ainda não temos quórum para a deliberação, deixaremos a votação e a aprovação da ata para o final desta reunião.

Passo, portanto, a palavra ao Relator da matéria, o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Saúdo aqui o nosso Presidente, Deputado Júnior Coimbra. É uma honra para mim partilhar a responsabilidade com ele e com todos os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras dessa importante medida provisória.

Acho que a medida provisória tem uma relativa facilidade de encaminhamentos. E aqui, meu Presidente, a ideia é de fazermos na próxima semana uma audiência pública, na próxima terça-feira. Nessa audiência pública apresentamos como sugestão a presença aqui do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Ministro Pepe Vargas; do Desenvolvimento Social, já que há temas dessa área social, Ministra Tereza Campello ou alguém que seja afeito a essa área. Conversando com o Presidente da Conab ele sugeriu o nome do Diretor João Intini, que já acompanha esse tema; pelo Ministério da Fazenda, também da Secretaria de Política Econômica, o João Pinto; do Ministério de Relações Exteriores, já que há também um tema relativo a essa área da aquisição de alimentos para doação em caráter social e emergencial, o coordenador-geral que acompanha essa área lá, o Ministro Milton Rondó; o Presidente do Incra, o Carlos Mário Guedes, e algumas entidades aqui, a Contag, Fetraf, Via Campesina. Estamos abertos também a novas sugestões.

Qual é o cronograma? Como nós vamos viver um ano eleitoral a partir das convenções em junho, a sugestão é de que possamos na próxima semana realizar audiência. Nós já estamos dialogando também com o Governo sobre as emendas que foram apresentadas. A ideia é de que na próxima semana possamos ter negociações em condições de apresentação do relatório prévio no próximo dia 26, na semana seguinte e, a partir daí, estarmos com o calendário pronto para votação em tempo de ser votado na Câmara e no Senado, como eu disse, pela importância que tem esse projeto.

Então, eu queria aqui colocar que sobre a audiência também é possível a apresentação de outras sugestões pelo Plenário.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT - PA) – Deputado, Presidente, se me permite... Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. PRESIDENTE (Júnior Coimbra. PMDB - TO) – Com a palavra, o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT - PA) – O nobre Senador Wellington Dias traz essas sugestões e abre para que nós possamos sugerir

outros nomes. Esta MP nº 636 é mais abrangente. Além de ter o perdão de dívidas contraídas por assentados da reforma agrária, ela também prevê a liberação de valores para quem tem até um módulo rural no sentido da titulação sem ônus, o que era um valor muito alto, principalmente na região do sul do Pará, onde chegava a R\$1.013,00 o hectare por pequeno colono. Isso trouxe um transtorno enorme. Já o Terra Legal isenta. E, de um a três, tem um outro valor.

Então, eu acho que seria interessante a gente convidar também, se o senhor permitir e concordarem, a Presidente do Terra Legal, que é uma pessoa experiente, tem trabalhado na região em regularizações fundiárias. A experiência dela poderia nos dar uma contribuição também nesse sentido.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Da parte do Relator, não só concordo como parabenizo pela lembrança. Então, nós acatamos aqui a indicação. Depois, o senhor me passa o nome dela, é a representante do Programa Terra Legal.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT - PA) – É chilena. É um nome um pouco complicado. Eu passo daqui a pouco.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Está bom.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT - PA) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júnior Coimbra. PMDB - TO) – Mais alguém deseja se manifestar?

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não tenho certeza. Aqui não tem relação nenhuma com o Ministério da Agricultura, Senador Wellington, nesses recursos, nesses créditos? Não há ligação com o Ministério da Agricultura?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Tem através da Conab.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu acho que seria o caso de algum representante, ou alguém da Conab mesmo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Dialogando com o Ministro da Agricultura e o Presidente da Conab, eles apresentaram o Diretor João Intine.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não, mas aí está representado. Então, Senador, eu estou satisfeito.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigado.

Mas essa medida – eu quero aqui inclusive dizer que estive analisando – tem várias emendas que eu acho que vão ajudar no melhoramento do texto. Ela dá uma solução a uma pauta muito antiga, nos vários projetos de negociações. Esperamos, até a próxima semana, dialogar com o Governo, com esses setores que estarão aqui na audiência e, se Deus quiser, produzir aqui um bom relatório.

O SR. PRESIDENTE (Júnior Coimbra. PMDB - TO) – Nós ainda não temos quórum para fazer a deliberação da matéria.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júnior Coimbra. PMDB - TO) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Nós poderíamos sugerir à Mesa para acolher – porque é convite, não é convocação – a sugestão do plano de trabalho apresentado por parte do nobre Relator, e nós deixaríamos para deliberar sobre o mesmo na primeira reunião em que nós tivermos quórum. Ao mesmo tempo, faremos os convites às pessoas. Era importante, Sr. Presidente, também, dar uma pensada sobre se a gente faz num único dia, porque são nove convidados. Aí, é uma questão de metodologia, se a gente ouve todo mundo ou...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – A minha sugestão é que pudesse ser num único dia, porque há temas que são da fase também, embora seja um número grande. Nós vamos ter dez participantes, mas é importante, porque são temas fortemente integrados. Eles sempre envolvem mais de um Ministério. Aí, a gente separa e fica meio, muitas vezes, sem ter a resposta. Eu acho que vale a pena, no dia, a gente poder fazer numa agenda só.

O SR. PRESIDENTE (Júnior Coimbra. PMDB - TO) – Os demais pares concordam que seja feita em uma data só essa audiência pública?

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júnior Coimbra. PMDB - TO) – Com a palavra, o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB - CE) – Eu creio que para nós o calendário é curto, como o nosso Relator já falou, e nós temos que otimizar o tempo. Eu creio que, para ser produtivo, a propositura do Senador Pimentel é perfeitamente aceitável.

O SR. PRESIDENTE (Júnior Coimbra. PMDB - TO) – Os demais pares todos concordam com a sugestão do Senador Pimentel de que a matéria seja deliberada na reunião subsequente? *(Pausa.)*

Há mais alguma sugestão?

Dessa forma, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Acatando a sugestão. É isso?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júnior Coimbra. PMDB - TO) – Antes do encerramento, com a palavra, o Deputado Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS) – Eu acho que é importante... Nada contra o requerimento em si; nós o aprovamos, concordamos com ele, inclusive, temos emendas a respeito do tema da doação de alimentos. Já votamos e fui Relator de leis lá na Câmara. A Senadora Ana Amélia também trabalhou esse tema aqui no Senado. O Senador Moka nos ajudou. Agora, um tema sobre o qual eu havia conversado com o Relator, Sr. Presidente. Tenho algumas emendas que também tratam de dívida agrícola, coisas antigas sobre as quais temos conversado muito com o Ministério da Fazenda. O próprio João Rabelo, que conhece o assunto, está para vir aqui. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que cuida dessa parte, também sabe isso aí.

Então, vamos conversar sobre as emendas com o pessoal da Fazenda e com V. Ex^a, para tentarmos acolhê-las. São alguns descontos que eles querem fazer, porque já há operações inscritas na dívida ativa que estão fora. O Governo mesmo concorda. Temos redações até comuns. E aqui seria a oportunidade de colocarmos essa matéria junto. Então, vamos conversar com eles e voltamos a conversar com V. Ex^a, o.k.?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o maior prazer. Vamos conversar juntos.

O SR. PRESIDENTE (Júnior Coimbra. PMDB - TO) – Então, dessa forma, antes de encerrar a presente reunião, convoco reunião para audiência pública na próxima terça-feira, neste mesmo horário.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 15 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 13 minutos.)

Agenda Cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

19/03/2014

Quarta-feira

12h	Sessão Solene destinada ao lançamento da campanha institucional “Mulher na Política”, do Tribunal Superior Eleitoral Plenário
16h	Recebe Stephan Weil, presidente do Conselho Federal da República Federal da Alemanha Sala de Audiências
16h	Ordem do Dia Plenário
18h	Recebe Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria Sala de Audiências
18h	Recebe os representantes da II Mobilização em Defesa do Fortalecimento dos Municípios Alagoanos Sala de Audiências

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Morais** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Cidinho Santos** (S)
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PMDB - Kátia Abreu*
PROS - Ataídes Oliveira** (S)
SDD - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 27

PMDB-20 / PP-5 / PSD-1 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Kátia Abreu.	PMDB/TO
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Petecão.	PSD/AC
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-13 / PDT-5 / PSB-4 / PCdoB-2

PSOL-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Anibal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Gleisi Hoffmann.	PT/PR
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PCdoB/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT
Randolfe Rodrigues.	PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF

Vanessa Grazziotin.	PCdoB/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 15

PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Wilder Moraes.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12

PTB-6 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Armando Monteiro.	PTB/PE
Cidinho Santos.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Marcelo Crivella.	PRB/RJ
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR

SDD - 1

Vicentinho Alves.	TO
------------------------	----

PROS - 1

Ataídes Oliveira.	TO
------------------------	----

Bloco Parlamentar da Maioria.	27
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	15
Bloco Parlamentar União e Força.	12
PROS.	1
SDD.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Marcelo Crivella** (Bloco-PRB-RJ)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gleisi Hoffmann** (Bloco-PT-PR)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ataídes Oliveira** (PROS-TO)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cidinho Santos** (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vicentinho Alves** (SDD-TO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kátia Abreu* (Bloco-PMDB-TO)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,68)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,68)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (24,69,89)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,100) Rodrigo Rollemberg (65,99) Inácio Arruda (91,93,115)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (117)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,94) Aníbal Diniz (25,103) Paulo Paim (102) Eduardo Suplicy (101)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,100)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (65,99)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,81)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,90,116)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (91,93,115)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,75)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Wilder Moraes - Bloco (97,112,119)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73) Paulo Bauer (5,35,72,78)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,74)</p> <p>Vice-Líder do DEM Wilder Moraes (97,112,119)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,63)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p> <p>Líder do PRB - 1</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,81) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p>SDD - 1</p> <p>Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)</p> <p>PROS - 1</p> <p>Líder Ataides Oliveira - PROS (96,108,114)</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1° e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1° de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.

7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfê Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.

46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2012, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
63. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
66. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
68. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
69. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
76. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
77. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
81. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.

82. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento nº 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.
111. Senador Vicentinho Alves é designado Líder do SDD, conforme Ofício/GSVALV. nº 514/2013, lido na sessão de 2 de outubro de 2013.
112. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDEM Nº 037/2013, lido na sessão de 23 de outubro de 2013.
113. Em 17.12.2013, foi lido o Ofício s/n do PSDB, comunicando a recondução do Senador Aloysio Nunes Ferreira como líder do PSDB para o exercício de 2014.
114. Senador Ataídes Oliveira é designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social, conforme MEMO nº 13/2014 - GSAOLI lido na sessão de 3 de fevereiro de 2014.
115. Senador Inácio Arruda é designado Vice-líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
116. Senadora Vanessa Grazziotin é designada Líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
117. Senador Humberto Costa é designado Líder do PT, conforme Of. 1/2014-GLDPT, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
118. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
119. Senador Wilder Moraes é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme expediente lido na sessão de 12 de março de 2014.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

2) CPI DA ESPIONAGEM

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

Leitura: 10/07/2013

Instalação: 03/09/2013

Prazo final: 11/04/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO ^(1,8,11)	1. Eunício Oliveira (PMDB-CE) ^(1,8)
Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽¹⁾	2. VAGO ^(1,10)
Benedito de Lira (PP-AL) ^(1,5)	3.
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(2,7)
Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽²⁾	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾
Anibal Diniz (PT-AC) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁴⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽³⁾

Notas:

3. Em 20.8.2013, o Senador Eduardo Amorim e designados membro titular, e o Senador Antônio Carlos Rodrigues, membro suplente, do Bloco União e Força na Comissão (Of. nº 159/13-BLUFOR).

2. Em 20.8.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Walter Pinheiro e Anibal Diniz são designados membros titulares, e os Senadores Pedro Taques e Lídice da Mata, membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 111/13-GLDBAG).

1. Em 20.8.2013, os Senadores Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço e Francisco Dornelles são designados membros titulares, e os Senadores Roberto Requião e Sérgio Petecão, membros suplentes, do Bloco da Maioria na Comissão (Of. nº 248/13-GLPMDB).

4. Em 21.8.2013, o Senador Pedro Taques é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida ao PDT pelo PSDB (Ofício de 21.8.2013, do Gabinete da Liderança do PSDB e Ofício nº 12/2013-GLDPDT).

5. Em 21.8.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 253/2013-GLPMDB).

6. Em 03.09.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Pedro Taques e Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

7. Em 03.09.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 115/2013-GLDBAG).
 8. Em 29.8.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Ofício nº 258/2013-GLPMDB).
 9. Em 25.9.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).
 10. Em 25.9.2013, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ser designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).
 11. Vago, em 17.12.2013, em razão de o Senador Roberto Requião não pertencer mais à Comissão (Of. sn GSRR).

3) CPI DA INVESTIGAÇÃO DO ASSASSINATO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.255, de 2013, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 25/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽²⁾	1. Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾	2.
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽¹⁾
Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	2. Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1.

Notas:

1. Em 22.11.2013, os Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata e Ana Rita são designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy e Ângela Portela são designados membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 137/2013 - GLDBAG).
 2. Em 03.12.2013, os Senadores Sérgio Souza e Paulo Davim são designados membros titulares; e o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 318/2013-GLPMDB).
 3. Em 04.12.2013, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 180/2013-GLPSDB).

Secretário(a): Guilherme Brandão

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

4) CPI DOS TRANSPORTES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.467, de 2013, do Senador Roberto Requião e outros Senadores, composta por treze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de seis meses, investigar (i) as razões das elevadas tarifas e os custos dos transportes rodoviários coletivos urbanos; (ii) a legalidade dos processos de licitação das concessões; (iii) a condução dos contratos de concessão; e (iv) legalidade e eficácia dos atos de definição tarifária e dos subsídios públicos (tributários e tarifários) às empresas detentoras das respectivas concessões.

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

Leitura: 18/03/2014

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo final: 07/08/2013

Relatórios Parciais - prazo final: 02/10/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 30/10/2013

Parecer Final da Comissão - prazo final: 31/03/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁹⁾	3. VAGO ⁽¹²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. VAGO ^(11,13,2)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO ^(8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(1,3,4)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Relatório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

**. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

*****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).

*****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).

*****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).

*****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).

*****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).

*****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.

*****. Em 06.08.2013, foi lido o Ofício nº 37/2013-CTCDC, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 14, de 2013, que suspendeu os prazos previstos no art. 374 do RISF, que voltam a correr a partir desta data.

*****. Em 27.11.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.409, de 2013, que prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o término da sessão legislativa ordinária de 2013.

*****. Em 17.12.2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.466, de 2013, que prorroga o prazo final de encerramento da Comissão até o dia 31 de março de 2014.

1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).

3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).

4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).

5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).
11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).
12. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

2) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador José Pimentel (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB) ⁽⁵⁾
Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽⁴⁾	2. Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁵⁾
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴⁾	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB) ⁽¹⁾	1. Senador Clésio Andrade (PMDB) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽¹⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽¹⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁾
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽¹⁾	4. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Gim (PTB) ⁽²⁾	1.
	2.

Notas:

1. Em 04.02.2014, os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Jader Barbalho e Francisco Dornelles são designados membros titulares e o Senador Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Sérgio Petecão e Benedito de Lira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 322/2013-GLPMDB).
2. Em 11.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 6/2014-BLUFOR).
3. Em 14.02.2014, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 12/2014-GLPSDB).
4. Em 11.03.2014, os Senadores José Pimentel, Aníbal Diniz e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/2014-GLDBAG).
5. Em 11.03.2014, o Senador João Capiberibe e a Senadora Angela Portela são designados membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/2014-GLDBAG).

3) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾**

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)**Membro da Comissão Diretora****Notas:**

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

***. Em 12.12.2013, foi lido o Requerimento nº 1.456, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2014.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

Secretário(a): Guilherme Brandão

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

5) CT - ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM PORTO VELHO, NOVA MAMORÉ E GUAJARÁ MIRIM

Finalidade: Acompanhar a situação de emergência nos municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Guarajá Mirim, nos Estados de Rondônia e Acre, em decorrência das enchentes causadas pelas fortes chuvas
(Requerimento nº 141, de 2014, do Senador Valdir Raupp)

Número de membros: 6

MEMBROS

Senador Aníbal Diniz (PT)

Senador Jorge Viana (PT)

Senador Sérgio Petecão (PSD)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Ivo Cassol (PP)

Senador Valdir Raupp (PMDB)

Notas:

*. Em 27.02.2014 foi aprovado o Requerimento nº 141, de 2014, que cria a presente Comissão e indica os senadores Aníbal Diniz, Jorge Viana, Sérgio Petecão, Acir Gurgacz, Ivo Cassol e Valdir Raupp para compor o colegiado.

6) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 20/06/2014

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

*** Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

**** Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

***** Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

***** Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

***** Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

***** Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

***** Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

***** Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

***** Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

***** Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

***** Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

***** Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

7) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.
(Atos do Presidente nºs 36 e 55, de 2013)

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Instalação: 01/10/2013

Prazo final prorrogado: 28/04/2014

MEMBROS

Senador Cyro Miranda (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senadora Angela Portela (PT)

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Ciro Nogueira (PP)

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Paulo Paim (PT)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 30.9.2013, o Senador Paulo Bauer é indicado para compor a Comissão (Ato do Presidente nº 40, de 2013).

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

8) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Finalidade: Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento, no prazo de 90 (noventa) dias.
(Atos do Presidente nºs 37 e 39, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

Instalação: 02/10/2013

Prazo final prorrogado: 10/05/2014

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Pedro Taques (PDT)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senador Eduardo Braga (PMDB)

Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Armando Monteiro (PTB)

Senador Eunício Oliveira (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Senador Humberto Costa (PT)

VAGO ⁽²⁾

Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Senador João Capiberibe (PSB)

Senador Delcídio do Amaral (PT)

Notas:

*. Em 26.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 39, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente nº 37, de 2013.

**. Em 10.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 46, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente nº 37, de 2013, designando os Senadores Humberto Costa, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro para integrarem a Comissão.

***. Em 23.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 47, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente nºs 37 e 39, de 2013, designando os Senadores Lobão Filho e João Capiberibe para integrarem a Comissão.

****. Em 28.11.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 51, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente nºs 37 e 39, de 2013, designando o Senador Delcídio do Amaral para integrar a Comissão.

*****. Em 18.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 53, de 2013, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 9.2.2014.

*****. Em 10.2.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 2, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 10.5.2014.

1. Em 21.10.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão, nos termos do Of. 174/2013-GLPSDB.

2. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): KENY CRISTINA RODRIGUES MARTINS

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ^(89,58,86)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(68,13)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) ^(10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³³⁾
José Pimentel (PT) ^(9,10)	3. Anibal Diniz (PT) ^(41,42)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁹⁰⁾	4. Humberto Costa (PT) ^(57,90)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) ^(34,35,46,47,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) ^(8,70)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(62,66)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
VAGO ^(60,87)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(17,22,60)
Valdir Raupp (PMDB) ^(36,37,49,50,60,73)	3. Lobão Filho (PMDB) ^(60,83)
Roberto Requião (PMDB) ^(60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(3,7,16,26,27,60)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Ana Amélia (PP) ⁽⁶⁰⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽⁶⁰⁾	8. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(11,12,18,20,60)	9. Benedito de Lira (PP) ^(5,60)
Kátia Abreu (PMDB) ^(23,25,43,44,55,59,60,82)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Aécio Neves (PSDB) ^(2,56)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(30,31,32)
Jayme Campos (DEM) ^(30,79,81,85,88)	5. Wilder Moraes (DEM) ^(4,15,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(45,29)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁷⁾	1. Gim (PTB) ^(67,74)
João Vicente Claudino (PTB) ^(67,74,78)	2. Alfredo Nascimento (PR) ^(48,67,75,78)
Cidinho Santos (PR) ^(26,27,28,53,67,91,92)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(38,39,51,52,67,71,72,76)

Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,67)

4. VAGO (21,67,77,80,84)

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

**** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***** **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***** **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 007/2013 - CAE).
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 88/2013-BLUFOR).
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013-BLUFOR).
79. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
82. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
83. Em 10.10.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 286/2013-GLPMDB).
84. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.

85. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
86. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
87. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
88. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
89. Em 11.02.2014, a Comissão reunida elegeu o Senador Luiz Henrique Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2014 - CAE).
90. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a integrar a Comissão como membro suplente, no lugar do Senador Eduardo Lopes (Of. nº 13/2014 - GLDBAG).
91. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
92. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 16/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Moraes (DEM) ⁽¹⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)

2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).

3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Delcídio do Amaral (PT) ^(5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Benedito de Lira (PP) ⁽⁸⁾	1. VAGO ⁽⁹⁾
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁷⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
9. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- **. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

2. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

Instalação: 25/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).
 2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).
 3. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 254/2013/CAE).
- *. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(42,8)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Ana Rita (PT) ⁽⁵⁷⁾	4. Wellington Dias (PT) ⁽⁵⁷⁾
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. VAGO ^(17,23,30,35,55,6)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,35,37)	2. VAGO ^(23,30,35,49)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(3,4,23,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(23,30,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,23,30,35)
Paulo Davim (PV) ^(23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(23,30,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(9,11,13,34)
José Agripino (DEM) ^(7,9,34,40,43,44)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayme Campos (DEM) ^(50,52,54,56)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(27,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,38,41,45,46)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,5,41)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
Gim (PTB) ^(28,29,32,39,41,47,48,51,53,58)	3. VAGO ^(19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (Of. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodrê Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (Of. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 85/2013-BLUFOR).
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 192/2013-GLPMDB).
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 173/2013-BLUFOR).
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
53. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
54. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
55. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
56. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
57. Em 11.2.2014, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Wellington Dias, que passa a integrar a Comissão como membro suplente (Of. 14/2014-GLDBAG).
58. Em 24.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 11/2014-BLUFOR).

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁷⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(82,23)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) ^(9,87,89)
Gleisi Hoffmann (PT) ^(54,55,110)	2. Lídice da Mata (PSB) ^(9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) ^(7,9,75)
Anibal Diniz (PT) ^(6,74)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) ^(8,78)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB) ^(32,33,114,115)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁸⁶⁾	8. Paulo Paim (PT) ^(91,93,108)
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁷⁾	9. Wellington Dias (PT) ⁽⁹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ^(39,50,76)	1. Ciro Nogueira (PP) ^(2,4,16,20,27,39,50,76,94,98)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(1,15,39,50,76)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(3,16,36,39,46,50,76)
Pedro Simon (PMDB) ^(39,50,76)	3. VAGO ^(13,16,39,50,52,53,63,64,76)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(39,50,76,109,111)	4. Clésio Andrade (PMDB) ^(14,16,39,50,76)
Luiz Henrique (PMDB) ^(20,39,50,76)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(39,76)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(26,39,76,103,105)	6. Benedito de Lira (PP) ^(39,76)
Francisco Dornelles (PP) ^(39,76)	7. Waldemir Moka (PMDB) ^(39,76,106,107)
Sérgio Petecão (PSD) ^(40,41,43,70,73,76)	8. Kátia Abreu (PMDB) ^(29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,76,104)
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁹⁴⁾	9. Lobão Filho (PMDB) ^(88,95,96,97,102)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) ⁽⁷¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB) ^(22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁷¹⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(71,72,99,100)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁷¹⁾	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(11,71,85)
José Agripino (DEM) ^(17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(18,42,44)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁸⁵⁾	5. Cyro Miranda (PSDB) ^(85,100)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(59,38)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁸¹⁾	1. Gim (PTB) ^(5,45,65,80,81)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(62,81,83,84)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(10,45,79,81)
Magno Malta (PR) ⁽⁸¹⁾	3. Cidinho Santos (PR) ^(19,21,34,35,66,67,81,112,113)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁸¹⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ^(47,48,81,90,101)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

**** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

***** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***** **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***** **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

***** Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
76. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).

78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodrê Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013-BLUFOR).
85. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013-GLPMDDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofício nº 236/2013-GLPMDDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão (Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
102. Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 274/2013 - GLPMDDB).
103. Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDDB).
104. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
105. Em 09.10.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 284/2013-GLPMDDB).
106. Em 30.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Ofício nº 298/2013-GLPMDDB).
107. Em 14.11.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. GLPMDDB nº 308/2013).
108. Em 11.12.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. GLDBAG nº 141/2013).
109. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
110. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 11/2014 - GLDBAG).
111. Em 12.2.2014, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 29/2014).
112. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.

113. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 17/2014-BLUFOR).

114. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

115. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 44/2014 - GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(68,15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁶⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁶⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	8. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(30,82)
João Capiberibe (PSB) ^(80,82)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(2,19,41,44,60)
Roberto Requião (PMDB) ^(26,27,28,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) ^(6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(41,60)
João Alberto Souza (PMDB) ^(29,31,37,41,60)	4. VAGO ^(41,44,60,87)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(17,41,60,74,84)	5. Pedro Simon (PMDB) ^(41,44,75)
Ana Amélia (PP) ^(41,44,60)	6. VAGO ^(20,41,44)
Benedito de Lira (PP) ^(41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO ^(10,41)
Ciro Nogueira (PP) ^(41,44,60)	8. ⁽⁴¹⁾
Kátia Abreu (PMDB) ^(41,44,60,81)	9. ⁽⁴¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) ^(32,59)
Alvaro Dias (PSDB) ^(14,22,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁹⁾	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(18,51,59)
José Agripino (DEM) ⁽⁷⁾	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(8,42,43,59,61,62,76,78)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(48,39)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁶⁾	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(55,64,66)
Gim (PTB) ^(66,71,72,73,77)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(1,40,66,67)
VAGO ^(11,24,66,79,86)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(34,35,57,66,73)
VAGO ^(24,58,66,83,85)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(49,50,56,65,66,83)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodrê Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB).
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPSDB).
79. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 178/2013-BLUFOR).
80. Em 26.9.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 121/2013-GLDBAG).
81. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
82. Em 6.11.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Capiberibe, que passa a compor a Comissão como membro titular (Of. nº 133/2013-GLDBAG).
83. Em 25.11.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular e o Senador Antonio Carlos Rodrigues membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 203/2013-BLUFOR).
84. Em 26.11.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 314/2013-GLPMDB).
85. Em 28.11.2013, vago em virtude de o Senador Alfredo Nascimento deixar de integrar a Comissão (Of. 204/2013 - BLUFOR).
86. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
87. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador Luiz Henrique declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão (Of. GLPMDB nº 40/2014).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi ^(58,81)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(64,11)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(63,67)
Acir Gurgacz (PDT) ^(43,44,8,12,35,36)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(76,77,3)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) ⁽⁶²⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Humberto Costa (PT) ^(77,80)	5. Delcídio do Amaral (PT) ^(60,76,78)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) ^(55,13)	1. VAGO ^(37,38,47,48,55,79)
Luiz Henrique (PMDB) ^(55,16,17,34)	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Garibaldi Alves (PMDB) ^(55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(55,17,18)
Valdir Raupp (PMDB) ^(55,4)	4. Vital do Rêgo (PMDB) ^(55,61,68,14)
Ivo Cassol (PP) ⁽⁵⁵⁾	5. Eunício Oliveira (PMDB) ^(57,28,29,31)
Kátia Abreu (PMDB) ^(55,75,9,10,19,21)	6. VAGO ^(6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(50,52,72,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁰⁾
Cícero Lucena (PSDB) ^(50,53,5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(50,54)
José Agripino (DEM) ^(15,23,24)	3. Cyro Miranda (PSDB) ^(45,74,23)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(40,33)	
Blairo Maggi (PR) ^(46,59,65,82,1,22)	1. Gim (PTB) ^(56,59,65,2)
Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,49,51,59,65)	2. VAGO ^(39,59,65,69,70,71)
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁵⁾	3. Armando Monteiro (PTB) ^(65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDDB).
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (OF nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012-BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2013 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 89/2013-BLUFOR).
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (Of. nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 161/2013 - GLPSDB).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 31.10.2013, os Senadores Wellington Dias e José Pimentel são designados como membros suplentes, em substituição aos Senadores Delcídio do Amaral e João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 129/2013-GLDBAG).
77. Em 06.11.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a vaga de suplente (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
78. Em 06.11.2013, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
79. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
80. Em 11.2.2014, o Senador Humberto Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 15/2014 - GLDBAG).
81. O Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
VAGO ^(7,15)	2. VAGO ^(4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,8)	1. VAGO ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Eduardo Amorim (PSC) ^(5,14)	1. VAGO ⁽¹³⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).

6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (Of. nº 154/2012-GLPMDB).

12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.

13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013/CMA).

15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (18,22,21)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
VAGO (7,21,22)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Ivo Cassol (PP) (20)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (8,19)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) (16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (6)	
Blairo Maggi (PR) (3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) (7,13,14,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPOMDB).
21. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
22. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
VAGO ^(4,7,15,1,3)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(5,9,12)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(1,3)

Instalação: 01/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾	1. Jorge Viana (PT) ⁽²⁾
VAGO ^(2,4)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁾	1. Blairo Maggi (PR) ^(2,5)

Notas:

1. Em 01.10.2013, foi instalada a Subcomissão; foram eleitos os Senadores Cícero Lucena e Eduardo Amorim, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente; e designado o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator (Of. 179/2013-CMA).

2. Em 01.10.2013, os Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, foram designados membros titulares; a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, foram designados membros suplentes na Subcomissão (Of. 179/2013-CMA).

3. Em 19.02.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Relatora da Subcomissão, em virtude do desligamento do Senador Rodrigo Rollemberg (Memo. nº 2/2014/CMARS).

4. Em 19.02.2014, o Senador Rodrigo Rollemberg deixa de compor a Subcomissão (Of. nº 4/2014-GLPSB).

5. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(66,14)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) (47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) (12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (68)	4. Anibal Diniz (PT) (13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) (10,37,38,72)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (21,59,77)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
Roberto Requião (PMDB) (58,67,75)	1. VAGO (81,6,8,25,32,58,75)
VAGO (2,11,27,28,29,40,58,70)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (36,58)
Paulo Davim (PV) (31,33,39,58)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (16,30,58,62,74,76)	4. VAGO (19)
Sérgio Petecão (PSD) (18,58)	5. VAGO (11)
Lídice da Mata (PSB) (74,76,78)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (3,7,15,34,44,61,71)	1. VAGO (5,22,57)
VAGO (4)	2. VAGO (56)
VAGO (17,35,43,52)	3. Wilder Moraes (DEM) (46)
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(49,41)	
Magno Malta (PR) (1,54,65)	1. João Vicente Claudino (PTB) (45,53,65,79)
Gim (PTB) (9,42,64,65,69)	2. VAGO (80,63,65,79)
Marcelo Crivella (PRB) (65,73,82,83)	3. VAGO (48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011 - GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012-BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012-BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Cabiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).
64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).

65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).
74. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 289/2013-GLPMDB).
75. Em 17.10.2013, o Senador Roberto Requião deixa a suplência e passa a ser titular e o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofs. 287 e 288/2013-GLPMDB).
76. Em 18.10.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 125/2013-GLDBAG).
77. Em 25.10.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 127/2013-GLDBAG).
78. Em 25.10.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga cedida (Of. nº 126/2013-GLDBAG).
79. Em 5.11.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Osvaldo Sobrinho são designados membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 194/2013-BLUFOR).
80. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
81. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
82. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
83. Em 17.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 29/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Em 1º.11.2011, foi lido o OF. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
 7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 05/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA**Finalidade:** Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾**Instalação:** 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005**Fax:** 3303-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 10.04.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(48,7)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(4,6)	3. Gleisi Hoffmann (PT) ^(3,60)
Anibal Diniz (PT) ^(5,8,9,44)	4. Marcelo Crivella (PRB) ^(17,18,61,62)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(40,57)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(12,13,14,21,28,32,33,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) ^(10,30,45,55,56,58,59)
Cyrol Miranda (PSDB) ⁽⁵⁰⁾	4. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(29,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Gim (PTB) ^(34,46,47)
Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,47)
Magno Malta (PR) ^(25,26,35,36,47)	3. Armando Monteiro (PTB) ^(19,20,37,47,54)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyrol Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLDBAG nº 29/2013).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodrê Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
57. Em 14.11.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. GLPMDB nº 309/2013).
58. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
59. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
60. Em 12.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (OF. GLDBAG nº 16/2014).
61. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
62. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 46/2014 - GLDBAG).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. VAGO (2,4,13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. VAGO (5,6,14)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

13. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

14. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Domelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. VAGO ^(3,4,11)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (OF. nº 34/2012-GSMC).
 4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
 5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
 7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
 8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
 9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
 10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
 11. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(15,16,18,21,22)	1. VAGO ^(11,12,24)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(4,7)	4. VAGO ^(1,5,9,23)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO ^(14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽²⁰⁾	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
23. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
24. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(59,8)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB) ^(80,82,19,20)
Acir Gurgacz (PDT) ^(43,44,30,31)	5. Pedro Taques (PDT)
VAGO ^(77,18)	6. Lídice da Mata (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ^(46,47,54,25,32,33)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(54,25)
Lobão Filho (PMDB) ^(54,25)	2. VAGO ^(54,75,10,25,2,3)
Eduardo Braga (PMDB) ^(54,25)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(54,25)
Valdir Raupp (PMDB) ^(54,25)	4. Roberto Requião (PMDB) ^(54,9,25)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(54,58,25)	5. Waldemir Moka (PMDB) ^(54,11,21,22,25)
Jader Barbalho (PMDB) ^(54,64,25)	6. Ivo Cassol (PP) ^(54,25)
Ciro Nogueira (PP) ^(54,25)	7. Francisco Dornelles (PP) ^(54,15,16,17,23,25)
Sérgio Petecão (PSD) ^(38,39,49,50,53,54,26,29)	8. Kátia Abreu (PMDB) ^(50,53,54,71,5,6,12,14,26,27,29)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ^(51,55,65)	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ^(51,1,4)	3. Ruben Figueiró (PSDB) ^(51,61,72,4,7)
Wilder Moraes (DEM) ^(28,36)	4. Jayme Campos (DEM) ^(37,68,70,74,76,28)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(40,24)	
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁰⁾	1. Gim (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Cidinho Santos (PR) ^(45,57,60,78,79,35)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(60,66,81)
VAGO ^(60,62,63,69,73,34)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,48,56,60)
Alfredo Nascimento (PR) ⁽⁶⁰⁾	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁶⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. Nº 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (OF. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 - GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CI).
54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo

Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).

56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).

57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).

58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).

60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).

59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).

61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).

62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR).

64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).

65. Em 20.05.2013, o Senador Cicero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 134/2013-GLPSDB).

66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).

67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg (Of. nº 112/2013-GLDBAG).

68. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.

69. Em 18.09.2013, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).

70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

71. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.

72. Em 24.10.2013, o Senador Rubem Figueiró é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 175/13-GLPSDB).

73. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.

74. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.

75. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

76. Em 04.02.2014, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).

77. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador João Capiberibe deixar de integrar a Comissão (Of. nº 18/2014 - GLDBAG).

78. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.

79. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2014-BLUFOR).

80. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

81. Em 18.03.2014, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 40/2014-BLUFOR).

82. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 45/2014 - GLDBAG).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Clésio Andrade (PMDB-MG) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Inácio Arruda (PCdoB)	1. Lindbergh Farias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
VAGO ⁽²⁾	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1.
Valdir Raupp (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	1. Alfredo Nascimento (PR)

Notas:

1. Em 5.11.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Inácio Arruda e Clésio Andrade, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 171/2013-CI).

2. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 29.10.2013, foi lido o Ofício nº 160/2013-CI/PRES, designando os Senadores Inácio Arruda, Walter Pinheiro e Eduardo Lopes como titulares e os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); os Senadores Clésio Andrade e Valdir Raupp como titulares (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); o Senador Cícero Lucena como titular e o Senador Flexa Ribeiro como suplente (pelo Bloco Parlamentar da Minoria); e os Senadores Antonio Carlos Rodrigues como titular e o Senador Alfredo Nascimento como suplente (pelo Bloco Parlamentar União e Força) para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Osvaldo Sobrinho (PTB) (12,13)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

12. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.

13. Em 25.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 146/2013-CI).

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

**. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

1. Em 02.10.2013, os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Subcomissão (Ofício 154/2013-CI).

2. Em 02.10.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 155/2013-CI).

3. Em 09.10.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular na Subcomissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 157/2013-CI).

*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(49,10)	
Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴³⁾	2. Zeze Perrella (PDT) ^(7,11)
Inácio Arruda (PCdoB) ⁽⁴⁵⁾	3. Walter Pinheiro (PT) ^(2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(20,21,22,28,31,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴²⁾
Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) ^(15,34,42)	4. Ivo Cassol (PP) ^(26,42)
Benedito de Lira (PP) ⁽⁴²⁾	5. VAGO ^(8,9,16,18)
Kátia Abreu (PMDB) ^(42,57)	6. VAGO ^(23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(5,12,19,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴¹⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴¹⁾	2. Lúcia Vânia (PSDB) ^(6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) ^(4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(36,29)	
Armando Monteiro (PTB) ^(40,48,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(50,59)
Eduardo Amorim (PSC) ^(30,50,51,52,55,58,61,62)	2. VAGO ⁽⁵⁰⁾
VAGO ^(50,53,54,56,60)	3. ⁽⁵⁰⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDb).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDb nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDb nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 87/2013-BLUFOR).
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).
57. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
58. Em 06.11.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
59. Em 06.11.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
60. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
61. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
62. Em 17.02.2014, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 009/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomedr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (3,4,5,7,8)	

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomedr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽⁴⁾	
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. VAGO ^(10,11)
VAGO ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁹⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(8,3)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
 4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
 5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
 9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomedr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) ^(7,10,22,23,57,80)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Zeze Perrella (PDT) ^(11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) ^(4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁶²⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ^(28,29,35,52,62)
VAGO ^(62,78)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶²⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ^(25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) ⁽⁶²⁾	4. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(12,13,19,21,62,76)	5. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶²⁾
Benedito de Lira (PP) ⁽⁶²⁾	6. Ivo Cassol (PP) ^(17,62,76)
Kátia Abreu (PMDB) ^(31,59,61,62,75)	7. Garibaldi Alves (PMDB) ^(32,43,44,58,59,61,63)
Waldemir Moka (PMDB) ^(24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,60,71,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁰⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM) ^(72,74,77,79)	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(5,18,48,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(45,37)	
Gim (PTB) ^(1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(6,54)
	2. Cidinho Santos (PR) ^(24,41,42,55,56,81,82)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões

Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (OF. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (OF. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).
67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPSDB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPSDB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 23.10.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria em substituição ao Senador Ivo Cassol, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. 290/2013-GLPMDB).
77. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
78. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
79. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
80. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Russo (Of. nº 12/2014 - GLDBAG).
81. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 20/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(38,7)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(10,12)
João Capiberibe (PSB) ^(8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Marcelo Crivella (PRB) ^(1,19,20,44,45)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,4,11,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(31,36)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. VAGO ^(5,6,13,15,35,43)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. VAGO ^(30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(24,21)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(3,16,39)	2. VAGO ^(16,29,39,41,42)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. ⁽³⁹⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício n° 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.n° 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS n° 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento n° 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. n° 141/2011-GLPMDDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS n°s 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. n° 223/2011-GLPMDDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. n° 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. n° 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. n° 270/2011 - GLPMDDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. n° 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. n° 656/2011-GSICAS).
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB n° 294/2011).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. n° 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. n° 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. n° 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDDB n° 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDDB n° 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).
41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 170/2013-BLUFOR).
42. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
43. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
44. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
45. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 47/2014 - GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomect@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomect@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	1.
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾	2.
Ana Amélia (PP) ⁽²⁾	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ⁽³⁾	1. Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾
Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	2. Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Walter Pinheiro (PT) ^(3,8)	3. Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1.
Wilder Moraes (DEM) ⁽⁷⁾	2. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Cidinho Santos (PR) ^(4,9,10)	1.
Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.
2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDB).
3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).
4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).
5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).
6. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Moraes é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fala da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013.
7. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).
8. Em 17.10.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 124/2013-GLDBAG).
9. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
10. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 21/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Flávio Roberto de Almeida Heringer**Telefone(s):** 3303-3487 (ou 2024)**E-mail:** csf@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/09/2013

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
VAGO (3)		1.	VAGO
Valdir Raupp (RO)		2.	VAGO
João Alberto Souza (MA)		3.	VAGO
Romero Jucá (RR)		4.	VAGO
PT			
Wellington Dias (PI)		1.	Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)		2.	Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)		3.	Angela Portela (RR)
PSDB			
Mário Couto (PA)		1.	Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)		2.	VAGO
PTB			
Gim (DF)		1.	João Vicente Claudino (PI)
PP			
Ciro Nogueira (PI)		1.	
PDT			
Acir Gurgacz (RO)		1.	
PSB			
Lídice da Mata (BA)		1.	Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM			
Jayme Campos (MT) (2)		1.	Maria do Carmo Alves (SE)
PR			
Antonio Carlos Rodrigues (SP)		1.	VAGO
PSD			
Sérgio Petecão (AC)		1.	Kátia Abreu (PMDB-TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
VAGO			

Atualização: 03/02/2014

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.

3. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)*

SENADOR	CARGO
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽²⁾	COORDENADOR

Atualização: 05/11/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente nº 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 5312, de 12.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 05/11/2013**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 11/02/2011**5ª Designação:** 11/03/2013**6ª Designação:** 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS)
PT
Angela Portela (RR)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
João Durval (BA) ⁽³⁾
PSB
Lídice da Mata (BA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO ⁽⁴⁾
PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 21/02/2014**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLD PDT n° 005/2014, datado de 18.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. n° 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258**E-mail:** scop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS)
PT
Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
Armando Monteiro (PE)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
Acir Gurgacz (RO) ⁽³⁾
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
José Agripino (RN)
PR
Antonio Carlos Rodrigues (SP)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO ⁽⁴⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 21/02/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLPDT nº 007/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Jarbas Vasconcelos (PE)
PT
Paulo Paim (RS)
PSDB
Cícero Lucena (PB)
PTB
VAGO ⁽²⁾
PP
Ana Amélia (RS)
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽⁴⁾
PSB
João Capiberibe (AP)
DEM
José Agripino (RN)
PR
VAGO
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽⁵⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 17/03/2014

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLD PDT nº 006/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
5. Designado para ocupar a vaga do PRB, anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes, conforme Of. nº 30/2014-BLUFOR, datado de 17.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽³⁾
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Moraes (GO)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO ⁽⁴⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 21/02/2014**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 008/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Moraes (GO)
PR
Cidinho Santos (MT) ⁽⁵⁾
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO ⁽⁴⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizadaAndré Lima ⁽³⁾**Pesquisador com produção científica relevante**Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles ⁽³⁾**Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente**Rui Carlos Ottoni ⁽³⁾**Atualização:** 17/03/2014**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.º 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
5. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of. nº 027/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 17.03.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC) ⁽¹⁰⁾
PT
Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO) ⁽⁸⁾
PTB
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
João Durval (BA) ⁽⁷⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹²⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾
PR
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽³⁾
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
PRB
VAGO ^(2,13)
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁹⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁴⁾

Atualização: 06/09/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GSINAR nº 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.º 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.º 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.GSRR nº 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. nº 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme nº 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:**Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES) ⁽⁸⁾
PT
Paulo Paim (RS) ⁽⁹⁾
PSDB
PTB
PP
PDT
Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽²⁾
DEM
PR
Cidinho Santos (MT) ⁽¹²⁾
PSD
Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽¹¹⁾
PRB
VAGO ^(13,5)
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁶⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁷⁾
SDD

Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁰⁾

Atualização: 17/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT nº 017, datado de 17.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
2. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 111, datado de 09.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. GLPSD nº 0039, datado de 06.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 313, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
5. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of. GSEL nº 0315, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
6. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme Of. nº 324, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GSRR nº 212, datado de 11.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
8. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 322, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 002/2014-GLDPT, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 18.02.2014.
10. Designado para ocupar a vaga do SDD, conforme Of. GSVALV nº 176, datado de 10.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 11.03.2014.
11. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme Of. GSPDAV nº 007, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of. nº 028/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ²

COMPOSIÇÃO ³

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA) ⁸
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) ⁸
2º Vice-Presidente: ^{8 e 9}
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) ⁸

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵
^{7 e 9}	2. ^{5 e 7}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Moraes (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT) ¹⁰
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

9- O Senador Francisco Dornelles deixa de integrar a Comissão, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 210 de 2013, da Liderança Bloco Parlamentar da Maioria, e 157 de 2013, do Líder do PP, no Senado Federal.

10- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airtton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Gera Arruda (PMDB/CE) ^{7 e 12}
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Priante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3. Nelson Padovani (PSC/PR) ¹⁴
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1. Alexandre Leite (DEM/SP) ⁸
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Marcos Montes (PSD/MG) ¹³	1. Ademir Camilo (PROS/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Walter Ihoshi (PSD/SP) ¹³
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ¹¹	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. Oziel Oliveira (PDT/BA) ¹⁰
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Edmar Arruda (PSC/PR) ⁹
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

- 1-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2-** Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
- 3-** Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
- 4-** Designados os Deputados José Priante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
- 5-** Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
- 6-** Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.
- 7-** Designado o Deputado Genécias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.
- 8-** Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.
- 9-** Designado o Deputado Edmar Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Arruda, em 16-8-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 258, de 2013, da Liderança do PSC.
- 10-** Designado o Deputado Oziel Oliveira, como membro suplente, em substituição ao Deputado João Dado, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 477, de 2013, da Liderança do PDT.
- 11-** Designado o Deputado Giovani Cherini, como membro titular, em substituição ao Deputado Sebastião Bala Rocha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 478, de 2013, da Liderança do PDT.
- 12-** Designado o Deputado Gera Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Genécias Noronha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.228, de 2013, da Liderança do PMDB.
- 13-** Designados como membro titular, o Deputado Marcos Montes, em substituição ao Deputado Armando Vergílio; e, como membro suplente, o Deputado Walter Ihoshi, em substituição ao Deputado Homero Pereira, em 24-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.512, de 2013, da Liderança do PSD.
- 14-** Designado o Deputado Nelson Padovani (PSC/PR), como membro suplente, em 27-11-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.121/2013, da Liderança do PSDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Moraes (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSOL	Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
PSDB	Lúcia Vânia (PSDB/GO)
PT	Anibal Diniz (PT/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSD	Ademir Camilo (PROS/MG)
PP	Carlos Magno (PP/RO)
PSDB	Domingos Sávio (PSDB/MG)
DEM	Efraim Filho (DEM/PB)
PT	Iriny Lopes (PT/ES)
DEM	Mandetta (DEM/MS)
PMDB	Rose de Freitas (PMDB/ES)
PDT	Sebastião Bala Rocha (SDD/AP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PP	Ivo Cassol (PP/RO)
PSC	Eduardo Amorim (PSC/SE)
PCdoB	Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Ricardo Berzoini (PT/SP)
PMDB	Pedro Novais (PMDB/MA)
PSB	Severino Ninho (PSB/PE)
PSD	Júlio Cesar (PSD/PI)
PDT	Weverton Rocha (PDT/MA)
PSC	Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	Evandro Milhomen (PCdoB/AP)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Afonso Florence (PT/BA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Casildo Maldaner (PMDB/SC)
PTB	João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSB	Lídice da Mata (PSB/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	José Airtton (PT/CE)
PMDB	Leonardo Quintão (PMDB/MG)
PR	José Rocha (PR/BA)
PSD	Armando Vergílio (PSD/GO)
PSB	Gonzaga Patriota (PSB/PE)
PTdoB	Lourival Mendes (PTdoB/MA)
PT	Afonso Florence (PT/BA)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
DEM	Wilder Moraes (DEM/GO)
PT	Walter Pinheiro (PT/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Zezéu Ribeiro (PT/BA)
PMDB	José Priante (PMDB/PA)
PR	Wellington Roberto (PR/PB)
PV	Fábio Ramalho (PV/MG)
PPS	Sandro Alex (PPS/PR)
PTB	Alex Canziani (PTB/PR)
PSD	1
PP	Roberto Teixeira (PP/PE)

Notas:

1- Vago em virtude da vacância do mandato do Deputado Homero Pereira, em 1º-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2.291/2013/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Senadora Vanessa Grazziotin ^{15, 20 e 27}**Vice-Presidente:** Deputado Fernando Ferro ^{15, 20 e 27}**Relator:** Deputado Sarney Filho ^{16, 20 e 27}**Instalação:** 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23, 26 e 37}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
Inácio Arruda (PCdoB/CE) ^{22 e 36}	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Valdir Raupp ^{3, 14, 28, 33 e 35}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3, 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 19 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Jayme Campos ^{2, 24 e 34}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. ^{6, 10, 28, 30, 31 e 32}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
Cidinho Santos (PR/MT) ³⁸	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:**1-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.**2-** Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.**3-** Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.**4-** Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.**5-** Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.**6-** Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.**7-** Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.**8-** Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.**9-** Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.**10-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.**11-** Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.**12-** Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.**13-** Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.**14-** Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.**15-** Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.**16-** Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.**17-** Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.**18-** Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

- 19-** Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20-** Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21-** Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22-** Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23-** O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24-** Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25-** Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26-** Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27-** Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29-** Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
- 30-** O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 31-** Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 32-** - Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 33-** Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
- 34-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas – DEM.
- 35-** Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 36-** Designado o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em vaga existente, em 19-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 19, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 37-** O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 127 dias, a partir de 13-3-2013, conforme os Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-3-2012.
- 38-** Designado o Senador Cidinho Santos, como membro titular, em vaga existente, em 13-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Colbet Martins (PMDB/BA) ^{2 e 22}
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 20}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 20}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 21}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 21}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Alfredo Syrakis (PSB/RJ) ^{2, 17 e 23}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13, 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 16}	1. ^{2 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

- 13-** Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
- 14-** Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 15-** Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.
- 16-** Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
- 17-** Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
- 18-** Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
- 19-** Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
- 20-** Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.
- 21-** Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.
- 22-** Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.
- 23-** Designado o Deputado Alfredo Syrakis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Moraes (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ^{3, 6, 7, 8 e 9}
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

8- Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.

9- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

(Resolução nº 2, de 2013-CN)

COMPOSIÇÃO**Presidente:** ⁴**Vice-Presidente:** ⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO BARBOSA (PSDB-SP) ⁶	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) ¹
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VICENTINHO (PT-SP)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> WILDER MORAIS (DEM-GO) ^{3 e 7}
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MAIORIA</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> WALDEMIR MOKA (PMDB-MS) ⁵
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MINORIA</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u>
<u>DEPUTADO ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>SENADOR ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MOZARILDO CAVALCANTI (PTB/RR) ⁸

(Atualizada em 06.03.2014)

Notas:

1- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (Of. nº 001/2013 – CRE).

2- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

3- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

5- Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.

6- Eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 26.02.2014.

7- Em 12.03.2014, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Wilder Moraes como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

8- Em 17.3.2014, o Senador Mozarildo Cavalcanti é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Senado Federal, conforme Ofício nº 038/2014 - CRE.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Comissões (SCOM)
 Diretor: Flávio Roberto de Almeida Heringer
 Telefones: (61) 3303-3487 / 3303-4440
 E-mail: scomgab@senado.gov.br
 Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – CMCVM

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Número de membros: 12 Senadores e 42 Deputados ¹**COMPOSIÇÃO****Presidente:****Vice-Presidente:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
Kátia Abreu (PMDB/TO) ⁵	1. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE) ⁵
Ana Amélia (PP/RS) ⁵	2. Sérgio Petecão (PSD/AC) ⁵
Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵	3.
Paulo Davim (PV/RN) ⁵	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL)	
Ana Rita (PT/ES) ⁴	1. Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁴
Angela Portela (PT/RR) ⁴	2. João Capiberibe (PSB/AP) ⁴
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ⁴	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁴
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1. Lúcia Vânia ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)	
Eduardo Amorim (PSC/SE) ⁶	1. Gim (PTB/DF) ⁶
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ⁶	2.
PROS ²	
	1.

Notas:**1-** Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.**2-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.**3-** Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em 25-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 14 de 2014, da Liderança do PSDB no Senado Federal.**4-** Designadas as Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, como membros titulares; e os Senadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, em 26-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 21 de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.**5-** Designadas as Senadoras Kátia Abreu e Ana Amélia e os Senadores Ricardo Ferraço e Paulo Davim, como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Sérgio Petecão, como membros suplentes, em 12-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.**6-** Designados como membros titulares, os Senadores Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti e, como membro suplente, o Senador Gim, em 18-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.**Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

COMISSÃO MISTA DE ASSUNTOS RELACIONADOS À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CMCPLP

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados ¹**COMPOSIÇÃO****Presidente:****Vice-Presidente:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
	1.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL)	
	1.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) ²	
	1.

Notas:**1-** Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.**2-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.**Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO

(para efeito de participação brasileira na AP-CPLP - parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2, de 2014-CN)

Presidente: Senador Renan Calheiros

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Vice-Presidente: Deputado André Vargas

Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{8 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 8}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) ¹	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) ¹
Luiz Pitiman (PSDB/DF) ¹	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) ¹	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) ¹
DEM	
Augusto Coutinho (SDD/PE) ¹	1. João Bittar (DEM/MG) ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho (SDD/DF) ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹

Prazo Final: 11-5-2013

Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²

Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 ³

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 ⁴

Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014 ⁵

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

- 1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.
- 2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.
- 3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.
- 4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.
- 5- Nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²
Prazo Final: 30-9-2013⁴
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁶
Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014¹³

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes ⁷
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) ⁹
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) ¹⁰
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	Esperidião Amin (PP/SC) ¹²
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Júlio Delgado (PSB/MG) ¹⁴
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Rodrigo Maia (DEM/RJ) ¹⁴
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antonio Britto (PTB/BA) ¹⁴
João Maia (PR/RN) ^{5 e 8}	Geraldo Simões (PT/BA) ¹⁴

Senado Federal

Titulares	Suplentes ⁷
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) ^{7 e 8}
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) ⁷
Walter Pinheiro (PT/BA) ¹²	Ruben Figueiró (PSDB/MS) ¹¹
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) ^{5 e 7}	

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.

6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.

7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

8 - Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democrático- PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 - GSKAAB.

9 - Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.

10 - Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.

11 - Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.

12 - Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.

13 - Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.

14 - Nos termos do Ato Conjunto nº 2, de 11 de março de 2014.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Vicentinho (PT/SP)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Domingos Sávio (PSDB-MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Vicente Candido (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 06.03.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL(13 titulares e 13 suplentes)¹

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA**²Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA**²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

ssccn@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS**

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES**Coordenador:** Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**Coordenador:** Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

Coordenador: José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Coordenador: Alexandre Krueel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

Coordenador: Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima²**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling²**Designação:** 07.05.2013**DEPUTADOS**

TITULARES	SUPLENTES
PT	
BENEDITA DA SILVA	BOHN GASS
DR. ROSINHA	IARA BERNARDI
FERNANDO MARRONI	MÁRCIO MACÊDO
NEWTON LIMA	TAUMATURGO LIMA
PMDB	
ANDRÉ ZACHAROW	LELO COIMBRA
ÍRIS DE ARAÚJO	OSMAR SERRAGLIO
MARÇAL FILHO	RONALDO BENEDET
RAUL HENRY	VALDIR COLATTO
PSDB	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	CARLOS SAMPAIO ^{3, 10}
Vago ¹²	
Vago ⁴	
PSD	
GERALDO THADEU	ÁTILA LINS
HUGO NAPOLEÃO	DR. LUIZ FERNANDO
RAUL LIMA	ELEUSES PAIVA
PP	
DILCEU SPERAFICO	LUIS CARLOS HEINZE
RENATO MOLLING	RENATO ANDRADE
PR	
WELLINGTON FAGUNDES	HENRIQUE OLIVEIRA
PSB	
JOSÉ STÉDILE	BETO ALBUQUERQUE
VAGO ⁶	LEOPOLDO MEYER
DEM	
JÚLIO CAMPOS	
PDT	
VIEIRA DA CUNHA	SEBASTIÃO BALA ROCHA
PTB	
PAES LANDIM	JORGE CORTE REAL
BLOCO PV / PPS	
ROBERTO FREIRE	ANTÔNIO ROBERTO
PSC	
NELSON PADOVANI	TAKAYAMA
PCDOB	
JOÃO ANANIAS	CHICO LOPES
PRB	
GEORGE HILTON	VITOR PAULO
PTDOB	
LUIS TIBÉ	

Senadores

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
PEDRO SIMON	CASILDO MALDANER
ROBERTO REQUIÃO	VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	GIM ³
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
EDUARDO SUPLICY	ACIR GURGACZ ⁵
PAULO PAIM	INÁCIO ARRUDA
ANTONIO CARLOS VALADARES ⁵	HUMBERTO COSTA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
PAULO BAUER	CÁSSIO CUNHA LIMA
WILDER MORAIS	JAYME CAMPOS ⁷
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
MOZARILDO CAVALCANTI ¹¹	FERNANDO COLLOR
LUIZ HENRIQUE ⁹	EDUARDO AMORIM

(Atualizada em 20.12.2013)

- 1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
- 2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
- 3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
- 4- Vago em virtude de o Deputado Luiz Carlos Hauly ter comunicado seu desligamento, conforme Of. GAB nº 018/2013.
- 5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
- 6- A Dep. Luiza Erundina renunciou ao mandato de membro titular da vaga ocupada pelo PSB, conforme Of. B/156/13, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
- 7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. N° 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios nºs 167/2013- BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, em substituição ao Deputado Urzeni Rocha, nos termos do Of. nº 948/2013/PSDB, datado de 24.09.2013.
- 11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 19.02.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de S. Exª apostada no Ofício nº 002/2014-BLUFOR.
- 12- Vago em virtude do recebimento do Ofício nº 227, de 2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado Federal de 26.02.2014, comunicando a declaração de renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Eduardo Azeredo.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul



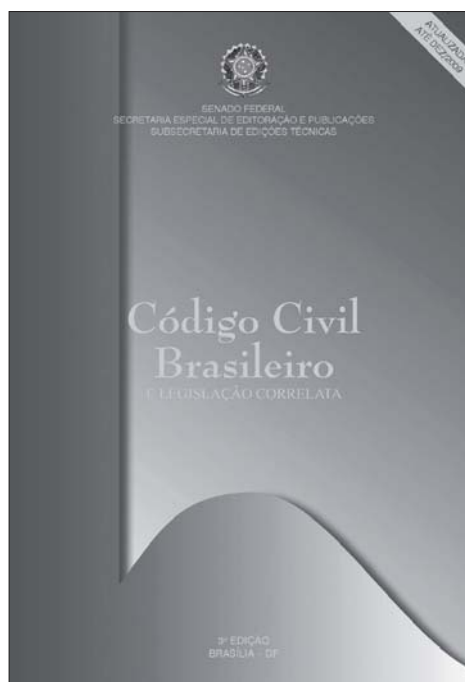
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil



Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6 e demais emendas constitucionais.

Código Civil Brasileiro e Legislação Correlata



Texto da Lei nº 10.406/2002, sua respectiva Exposição de Motivos e farta legislação pertinente ao tema, comentários doutrinários e súmulas de jurisprudência.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 304 páginas
(O.S. 10977/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

